

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

REITOR

Prof. Dr. Paulo Milton Barbosa Landin

VICE-REITOR

Prof. Dr. Artur Roquete de Macedo

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA UNESP

Presidente do Conselho Curador: Prof. Dr. Paulo Milton Barbosa Landim

DIRETORIA

Presidente Interino e Diretor de Projetos Especiais: Prof. Dr. Amilton Ferreira

Diretor de Fomento à Pesquisa: Prof. Dr. Mario Rubens Guimarães Montenegro

Diretor de Publicações: Prof. Dr. Carlos Erivany Fantinati

Diretor de Projetos Especiais: Prof. Dr. Amilton Ferreira

Editora UNESP

Diretor: Carlos Erivany Fantinati, *Editor Executivo:* José Castilho Marques Neto, *Editores Assistentes:* Evaldo Sintoni e José Aluísio Reis de Andrade.

Equipe técnica: Maria Aparecida Marcondes Bussolotti, Fábio Gonçalves, Bernadete dos Santos Abreu, *Composição:* Andrea Cláudio, Meire Eline Dias, Adelaine Ramos de Oliveira, Sueli de Paula Leite, Joselito Ramos de Oliveira, Simone de Souza Xavier, Izabel Regina Figueiredo, Luiza Odete André, *Produção Gráfica:* Valdecir Rodrigues de Mello, Roseli de Cassia Vicentini Porto.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

ALFA
Revista de Lingüística

ISSN-0002-5216
ALFAD5

ALFA	São Paulo	v. 35	p. 1-211	1991
-------------	------------------	--------------	-----------------	-------------

A correspondência e os artigos para publicação deverão ser encaminhados a:
Correspondence and articles for publications should be addressed to:

ALFA: Revista de Lingüística
Faculdade de Ciências e Letras
Estrada Araraquara – Jaú, Km 1 – C.P. 174
14800 – Araraquara – SP – Brasil

Comissão de Redação

Ana Rosa Gomes Cabello
Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento
Nildemir Ferreira de Carvalho
Roberto Gomes Camacho
Rony Farto Pereira
Telmo Correia Arrais

Diretor da Revista

Telmo Correia Arrais

Publicação anual/Annual publication
Solicita-se permuta/Exchange desired

ALFA: Revista de Lingüística. (Fundação para do Desenvolvimento da
UNESP). São Paulo, SP – Brasil, 1962-1977; 1980 –

Suplemento em: 1984, 28
1962-1977, 1-23
publicação interrompida, 1978-1979
1980-1985, 24-29
1986-1987, 30-31
1988-1989, 32-33
1990, 34
ISSN 0002-5216
ALFAD5

Os artigos publicados na ALFA – Revista de Lingüística são indexados por:
The articles published in ALFA – Revista de Lingüística are indexed by:

Bibliographie Latinoamericaine D'Articles; Clase-Cich-Unam; Índice de Revista. Seccion de
Humanidades y Ciencias Sociales; MLA – Internation Bibliography of Books and Articles on
Modern Languages and Literature; Nichtkonventionelle Literatur Linguistik; Sociological
Abstract; Sumários Correntes Brasileiros; Ciências Sociais e Humanas; Sumários de Educação.

SUMÁRIO / CONTENTS

ARTIGOS ORIGINAIS / ORIGINAL ARTICLES *Tema Central: POESIA / INTERTEXTUALIDADE*

NOTAS SOBRE A TRADUÇÃO LITERÁRIA. Notes on literary translation B. Antunes	1
TEMPO E ASPECTO, TEMPO E MODALIDADE: DE VOLTA AO FUTURO. Tense and Aspect, Tense and Modality: Back to the future. T. C. Arrais	11
PROCESSO DE FORMAÇÃO DA GÍRIA BRASILEIRA. Word formation process of Brazilian slang A. R. G. Cabelo	19
RITMO E MOTIVAÇÃO SONORA EM PROVÉRBIOS E FRASES FEITAS. Rhythm and sonorous motivation in proverbs and stock phrases. R. Chociay	55
OBSERVAÇÕES SOBRE O USO DE UM TIPO PARTICULAR DE NOMI- NALIZAÇÃO. A particular kind of nominalization M. L. G. CORRÊA	65
BOURDIEU E A LINGÜÍSTICA APLICADA. Bourdieu and Applied Linguistics. M. de L. O. B. Cruz	79
DICIONÁRIOS DE INFORMÁTICA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA. Computer Science Dictionaries: a comparative analysis M. I. M. Dota	85
A CLASSE DOS PRONOMES RELATIVOS: UMA DESCRIÇÃO. La classe des pronoms relatifs: description. E. M. Fochi	105
ESTRUTURAS SINTÁTICO-DISCURSIVAS EM TEXTOS CONVERSA- CIONAIS (PROJETO NURC/SP). Syntactic-discursive structures in conversational texts. P. de T. Galembeck	123
A NOTÍCIA DE JORNAL: TIPO OU ATUALIZAÇÃO DO TIPO NARRA- TIVO? The News in the Press: Type or Narrative Type Actualization? C. C. Rodrigues	135

O DESERTO NO HOMEM DESERTADO (REFLEXÕES SOBRE A CONCEPÇÃO CENOGRÁFICA DA TRAGÉDIA <i>FILOCTETES</i> DE SÓFOCLES).	
The desert in the deserted man (Reflexions about the scenographic conception of Sophocles's <i>Philoktetes</i>).	
F. B. dos Santos	161
INTERESSES E MOTIVAÇÕES PARA A LEITURA: ALGUNS PONTOS A SEREM DISCUTIDOS.	
Interests and motivations for reading: some subjects to be discussed.	
E. L. de S. Toledo	169
O LÉXICO DO "RIBEIRINHO" AMAZÔNICO: UM EXEMPLO DE SUSTENTAÇÃO E EXPANSÃO DE VALORES.	
Le lexique du "Ribeirinho" amazonique: un exemple de conservation et expansion de valeurs.	
D. J. Zambonin	175
TRADUÇÃO/TRANSLATION	
UMA VERSÃO TRANSFORMACIONAL DA ELIPSE. O APAGAMENTO EM HARRIS.	
Une version transformationnelle de l'ellipse: L'effacement chez Harris	
C. Fuchs; Trad. de L. M. Rezende	187
RESENHAS/REVIEWS	
Nedjar, Bahamani – <i>Grammaire fonctionnelle de l'arabe du Coran</i> . Karlsruhe (RFA), Bahamani Nedjar, 1988, 4 volumes, 1842 p.	
R. E. Hoyos-Andrade	199
ÍNDICE DE ASSUNTOS/SUBJECT INDEX	205
ÍNDICE DE AUTOR/AUTHOR INDEX	209
ÍNDICE DE RESENHAS/REVIEWS INDEX	211

NOTAS SOBRE A TRADUÇÃO LITERÁRIA

Benedito ANTUNES*

RESUMO: Procura-se com este trabalho apresentar e discutir alguns aspectos teóricos da tradução de uma obra literária. Geralmente julgada impossível, ela tem-se tornado uma prática cada vez mais freqüente no mundo das letras. E é provável que as melhores traduções dessa espécie ocorram quando são encaradas como um ato de leitura.

UNITERNOS: Tradução literária; recriação; leitura.

Embora seja uma prática cada vez mais corrente, a tradução literária apresenta questões complexas e às vezes insolúveis que vão desde a sua própria definição até às técnicas básicas de realização. Consciente dessa complexidade, Oswald de Andrade brincou ao anotar no verso da página de rosto da primeira edição de *Serafim Ponte Grande* a seguinte advertência: “Direito de ser traduzido, reproduzido e deformado em todas as línguas” (1, p. 97). Embora a nota obedeça ao princípio geral do livro e queira ridicularizar o copyright editorial, não há dúvida de que ela comporta uma certa concepção de tradução, apontando evidentemente para a dificuldade de se manter a chamada integridade original de uma obra literária em texto traduzido. E a questão tem-se colocado para todos aqueles que se preocupam em pensar e discutir a tradução. Para se comprovar isto basta percorrer alguns estudos e reflexões sobre o assunto.

No início da Idade Moderna começaram a surgir diversos termos para designar a tradução escrita. E todos serviram-se da mesma metáfora: “... a idéia de *fazer passar*, de facilitar a passagem de uma língua a outra, de *transportar* para uma outra língua o significado de um determinado idioma, idéia recuperada a partir do latim *tra-duco* ou *trans-fero* (part. passado *translatus*) até ao italiano *tradurre*, ao francês *traduire*, ao alemão *übersetzen*, ao russo *perevodit* (com os seus sinónimos metafóricos *transférer*, *transposer*, *transporter*, etc)” (Mounin 16, p. 19). Já essa conceituação apresenta uma série de dificuldades para a compreensão do problema. Paulo Ró-

* Departamento de Literatura – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 19800 – Assis – SP.

nai observa a esse respeito que o sentido de *fazer passar*, conduzir a que remete o termo latino pode ser interpretado de duas maneiras: numa delas, o tradutor conduz o autor do original para o domínio lingüístico do leitor; noutra, o tradutor conduz o leitor para o meio lingüístico do autor (18, p. 4). Rosemary Arrojo, em conhecido trabalho sobre tradução, questiona a idéia de transferência ou transporte de uma língua para outra, que é defendida, entre outros, por John Cunnison Catford, Eugene Nida, Alexander Fraser Tytler, alegando que ela implica em geral uma concepção estável da língua, em que o texto original, sendo “transportável”, possui “contornos absolutamente claros, cujo conteúdo podemos classificar completa e objetivamente” (2, p. 12).

A questão talvez se torne mais fácil de ser abordada se a encarmos pelo lado mais amplo da linguagem. Roman Jakobson considera, na linha dos estudos de Charles S. Peirce, que “o significado de um signo lingüístico não é mais que sua tradução por um outro signo que lhe pode ser substituído, especialmente um signo “no qual ele se ache desenvolvido de modo mais completo”, como insistentemente afirmou Peirce” (12, p. 64). Isto quer dizer que traduzimos normalmente quando usamos a língua. Aliás, para o lingüista, “o nível cognitivo da linguagem não só admite mas exige a interpretação por meio de outros códigos, a recodificação, isto é, a tradução” (12, p. 70). E Jakobson distingue três maneiras de interpretar um signo verbal: 1) *tradução intralingual ou reformulação (rewording)* – interpretação dos signos da mesma língua; 2) *tradução interlingual ou tradução propriamente dita* – interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua; 3) *tradução inter-semiótica ou transmutação* – interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não-verbais (12, p. 64-5).

Um outro estudioso da tradução, Valentín Garcia Yebra, também recorre a uma classificação, semelhante à de Jakobson, para melhor definir os seus procedimentos. Ele considera tradução *intralingüística* a que reproduz num nível de língua acessível aos leitores, através do equivalente mais próximo quanto ao sentido, a mensagem de um texto escrito originalmente em outro nível da mesma língua, e tradução *intralingüística* a que reproduz numa língua aquilo que foi previamente escrito em outra, de tal modo que a mensagem final seja, em virtude de seu conteúdo e, na medida do possível, também em virtude de seu estilo, equivalente à mensagem original (14). Esta classificação, como a de Jakobson, aponta a tradução como elemento constitutivo do processo de comunicação

Embora o que nos interesse aqui seja a tradução interlingual, é importante frisar que o caráter necessário da tradução intralingual praticamente implica a traduzibilidade de todo e qualquer texto. Há evidentemente variados graus de dificuldade, dependendo do texto a ser traduzido. No entanto, de um modo ou de outro, mais cedo ou mais tarde, todo texto é passível de tradução. Quanto às inevitáveis perdas de informação num processo tradutório, pode-se dizer que elas não diferem muito das perdas de um processo normal de comunicação. Como em todo processo de comunicação ocorre algum tipo de perda de informação, é natural que isso ocorra também

na tradução (7, p. 51). É bem verdade, poderíamos acrescentar, que ao mesmo tempo em que se dá uma perda de informação quando se estabelece uma comunicação, verifica-se também um processo de criação de informação nova. E aí as perdas estariam compensadas.

A esta altura é útil recorrer a um outro tipo de classificação para entendermos melhor a questão. Julius Wirl, em *Problemas básicos da interpretação e da tradução*, ao tratar da traduzibilidade ou não de textos escritos, classifica-os em *específicos* (que deixam impressão igual em todos os leitores) e *não-específicos* (que seriam os literários). Enquanto os primeiros são de traduzibilidade absoluta, os outros permitem apenas aproximações, o que torna impossível uma única tradução perfeita de uma obra literária. Os textos não-específicos, na verdade, exigiriam do tradutor capacidade lingüística, estudos especializados e talento poético (18, p. 79). Pois se o processo comunicativo normal busca sempre uma definição clara da mensagem, a comunicação estética, ou literária, é já na sua origem, ambígua, no sentido de que é conotativa, metafórica. Dessa forma, coloca-se de saída o problema da interpretação da obra original quando se trata de traduzir um texto literário.

A TRADUÇÃO COMO METÁFORA

Mesmo no caso da tradução não-específica, a questão não difere muito do próprio processo de formação da língua. De acordo com E. Fenollosa, é a metáfora que permite a passagem do visível para o invisível na língua chinesa. O processo consiste na utilização de imagens materiais para sugerir relações imateriais. Para Fenollosa, as metáforas primitivas acompanham as linhas objetivas das relações na própria Natureza, e por isso elas são ao mesmo tempo a substância da Natureza e da linguagem. “Cresceu a riqueza do discurso europeu acompanhando lentamente o intrincado labirinto das sugestões e afinidades da Natureza. As metáforas se foram superpondo em camadas quase geológicas” (10, p. 138). Num outro contexto, ao abordar o papel da tradução no enriquecimento da língua, J. G. G. Morejón aproxima a metáfora do processo de tradução. Lembra que o homem, emissor e receptor de si próprio, é o único ser capaz de construir uma metáfora. No seu entender, a metáfora “é o resultado da insatisfação do homem perante o poder limitado da voz, e o resultado da aventura intelectual e da sensibilidade a que conduz esta insatisfação”. A metáfora é, portanto, “um ato de tradução, o salto que o ser humano inteligente, tanto culto quanto vulgar, dá de um signo de representação comunitário e igualitário até um signo próprio, autônomo e, paradoxalmente, intraduzível” (14).

Se considerarmos com Fenollosa que a metáfora é “a substância mesma da poesia”, podemos concluir que a própria tradução tende à metáfora, na medida em que ela se aproxima do processo de criação artística. Ou, como diz Morejón, “a metáfora é uma tradução complexa, algo intraduzível de algo já traduzido” (14). Também para Armindo Trevisan, que dedica um ensaio ao problema da tradução e metáfora, “definir a tradução é definir a própria arte” (19). A tradução visa, segundo ele, a “reproduzir, em outra língua, o que existe numa língua, como *língua e linguagem*”. E ex-

plica os dois conceitos servindo-se da metáfora *traduttore-traditore*. Só existiria traição onde existe linguagem, intenção explícita (ou implícita) de se fazer literatura. Na medida em que a metáfora está na base de todo fenômeno artístico, a tradução, para ser ela mesma, “necessita superar-se a si mesma, atingindo a metáfora”. Conclui que “a essência da tradução consiste, pois, em propor um símbolo, ultrapassando-o na direção da metáfora” (19).

É curioso notar como a discussão da tradução encaminha-se muito mais para o terreno do processo de criação literária do que para problemas técnicos da tradução propriamente dita. Para esta são suficientes a prática tradutória e a intensificação da experiência bilíngüe. O contato constante de duas línguas facilita cada vez mais a codificação bilíngüe de uma mesma experiência*. E quanto mais se trate de uma linguagem estereotipada mais facilmente se poderá traduzir. Paulo Rónai afirma mesmo que “a existência de situações e expressões estereotipadas em todos os povos e idiomas, favorável à aquisição de uma rotina e de um automatismo”, é que muitos vezes permite bons resultados numa tradução ou interpretação (17, p. 37). É por esta razão que a discussão mais profunda em torno da tradução recai sempre no terreno da literatura. Pois, enquanto a estereotipia facilita a tradução, a literatura procura justamente fugir da linguagem gasta e estereotipada, na direção de uma linguagem nova, metafórica. Isto é, cabe à função poética subverter a estereotipia da linguagem.

A TRADUÇÃO COMO RECRIAÇÃO

A partir das considerações feitas anteriormente, passamos a enfocar agora a tradução literária como um processo de recriação. Diversos autores defendem a teoria de que uma tradução deve possuir um valor de obra original. Transcrevemos a seguir uma passagem da *Estética* de Croce utilizada por Manuel Bandeira para defender a tradução desse ponto de vista:

Toda tradução é impossível se pretende o transvasamento de uma expressão em outra, como o líquido de um recipiente a outro; não podemos reduzir o que já tem forma estética a outra forma estética. Toda tradução com efeito, ou diminui e estrofia, ou cria uma expressão nova. Assim, a tradução que merece o nome de boa é uma aproximação que tem valor de obra de arte, e que pode viver independentemente (3, p. 263).

Tratando-se de poesia, estas colocações tendem a ser mais radicais. Mas elas se aplicam de um modo geral a qualquer tradução literária, desde que o trabalho com a linguagem seja acentuado. De acordo com um tradutor experiente, uma das condições para se traduzir bem qualquer texto é a motivação: “... o tradutor deve sentir-se de algum modo atraído ou motivado, ou pela forma ou pelo conteúdo dele, ou pelo autor, ou pela cultura do lugar a que se refere o texto a traduzir” (7, 71). Manuel Bandeira, falando da tradução poética, admite que o processo de tradução é seme-

* Para Mounin, “a tradução é (...) um contato de línguas, um fato de bilingüismo” (15, 16).

lhante ao de criação e que ele só traduz bem os poemas que gostaria de ter escrito (4, p. 120). E Augusto de Campos, um dos mais respeitados tradutores de poesia, declarou numa entrevista que só traduz os poemas que o apaixonam — mas nem todos. Traduz aqueles que julga “conseguir recriar com análoga intensidade e densidade poética em português” (6). E podemos acrescentar a estas observações o depoimento de um outro grande tradutor brasileiro, em que se revela a similaridade entre a criação poética e a tradução:

(...) se tento reconstituir o processo que adotei no transplante da lírica latina para a minha língua, vejo o que tinha de inconsciente. De tanto os ler, aprendeu sem sentir dezenas de poemas, um dos quais se apoderava de chofre da minha mente e não me largava. Recordava-o antes de dormir, murmurava-o, ouvia-o recitado por voz imaginária. Isso durava, por vezes, várias semanas até que de repente surgia no meu espírito, pronta e perfeita, a primeira estrofe ou, nos casos de Ovídio, Tibulo ou Propércio, o primeiro dístico. Não tinha contado nem medido sílabas, nem tentado preencher um esquema métrico no papel. O ritmo impunha-se interiormente. Prontos os primeiros versos, podia-me sentar à mesa e em pouco tempo, algumas horas apenas, a poesia inteira estava no papel, num primeiro jato (18, p. 115-6).

Por outro lado, ao encarmos a tradução como criação nova, dotada de valor original, estamos estabelecendo uma certa ruptura entre o texto de partida e o de chegada, apontando novamente para a questão da intraduzibilidade literária. Esta questão, entretanto, já está superada. Não cabe mais discutir se a tradução é possível ou não, e o fato de que o número de traduções literárias é cada vez maior elimina de vez a pertinência da questão. Além do mais, é bom lembrarmos aqui da observação de Paulo Rónai a esse respeito. Ele rebate a alegação de que um homem culto não lê tradução dizendo que para se entenderem, por exemplo, os bons autores franceses no texto original são precisos anos de estudo sério, senão uma vida toda (17, p. 42). Modesto Carone, um outro tradutor com larga experiência, corrobora essas colocações ao apontar como um dos principais limites da tradução criativa o fato de que “a única língua inteiramente ao nosso alcance é aquela em que efetivamente pensamos e vivemos”. E que a tradução quer na realidade apropriar-se da intimidade objetivada em outras línguas esquecendo-se porém de que “as chamadas verdades da imaginação poética são intratáveis e quase nunca (ou pelo menos nem sempre) se deixam surpreender de uma vez pelo salto de criação de quem traduz, na medida em que elas costumam se entrincheirar justamente no que é intraduzível” (9). De qualquer maneira, quando se fala da intraduzibilidade de um texto, sobretudo literário, devemos entender que o termo tem uma função dialética na colocação do problema. Não deve ser tomado ao pé da letra. Pois, assim como toda criação artística, a tradução é um desafio, um esforço de expressão, de comunicação.

A TRADUÇÃO COMO LEITURA

Ao lermos uma tradução raramente consideramos a possibilidade de estar lendo uma obra diversa daquela que seria o original. Com efeito, por mais transformações

que o tradutor imponha ao texto original, este permanecerá sempre como obra ideal, um ponto de partida e referência obrigatória. Da mesma forma, ao lermos uma obra em língua materna, dificilmente nos ocorrerá que podemos estar lendo algo diverso daquilo escrito pelo autor. Isto se comprova com o fato de podermos realizar de uma mesma obra diferentes leituras, tanto por causa das condições individuais do leitor no momento da leitura, como por causa da situação histórico-social em que vive o leitor, que poderá privilegiar um ou outro ângulo de visão da obra. É a partir desse pressuposto que podemos considerar a tradução literária como um processo de leitura. A idéia não é nova. Inúmeros autores e tradutores já tocaram nesse problema. J. Salas Subirat, que traduziu *Ulysses* de Joyce para o espanhol, diz que “traduzir é a maneira mais atenta de ler” (17, p. 61). O próprio Paulo Rónai, após referir-se à frase de Subirat, acrescenta que, na prática da tradução, chegou “à conclusão de que a maneira ideal de ler e absorver integralmente uma obra-prima era traduzi-la. Af, nada de leitura dinâmica, em diagonal, para colher apenas por alto o sentido e correr direto ao desfecho: saboreia-se cada palavra, lê-se nas entrelinhas, penetra-se o estilo do escritor, aprende-se a conhecê-lo de perto e a amá-lo” (18, p. 125). E, sem dúvida, a tradução é uma forma privilegiada de leitura, na medida em que o tradutor deve penetrar profundamente no texto, analisá-lo, criticá-lo, para depois proceder à sua recriação*. Sendo assim, cumpre investigar um pouco mais em que consiste a tradução como leitura.

“Pierre Menard, autor del *Quijote*”, um precioso conto de Jorge Luis Borges, tem inspirado inúmeras reflexões sobre a literatura, em especial sobre a questão da leitura e da tradução. Antes de examinar algumas delas, vejamos o conto. Pierre Menard é um personagem fictício cuja obra é uma resenha que tem como finalidade reparar algumas injustiças perpetradas por um catálogo de jornal. O narrador é um crítico que, após percorrer todos os escritos de Pierre Menard, chega ao trabalho que considera a sua obra “subterrânea, a interminavelmente heróica, a ímpar”: a reescritura de alguns capítulos do *Dom Quixote*. Segundo o narrador, Menard não queria escrever um *Quixote* contemporâneo, o que seria fácil; sua intenção era escrever o *Quixote*. Inicialmente pensou em ser o próprio Cervantes, porém descartou essa idéia por julgá-la fácil. Seria mais interessante “continuar sendo Pierre Menard e chegar ao *Quixote* através das experiências de Pierre Menard”. E assim ele chega a reconstituir alguns capítulos daquele livro. Examinando um parágrafo do capítulo IX, o narrador assim se expressa:

O texto de Cervantes e o de Menard são verbalmente idênticos, mas o segundo é quase infinitamente mais rico. (Mais ambíguo, dirão seus detratores; mas a ambigüidade é uma riqueza.)

Constitui uma revelação cotejar *Dom Quixote* de Menard com o de Cervantes. Este, por exemplo escreveu (*Dom Quixote*, primeira parte, nono capítulo):

... a verdade, cuja mãe é a história, emulo do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do futuro.

* Ver a propósito, Haroldo de Campos, A tradução como criação e como crítica (8).

Redigida no século XVII, redigida pelo “engenho leigo”, Cervantes, essa enumeração é um mero elogio retórico da história. Menard, em compensação, escreve:

... a verdade, cuja mãe é a história, êmulo do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do futuro.

A história, mãe da verdade; a idéia é espantosa. Menard, contemporâneo de William James, não define a história como uma indagação da realidade, mas como sua origem. A verdade histórica, para ele, não é o que sucedeu; é o que pensamos que sucedeu. As cláusulas finais -- exemplo e aviso do presente, advertência do futuro -- são descaradamente pragmáticas.

Vívido também é o contraste dos estilos. O estilo arcaizante de Menard -- no futuro estrangeiro padece de alguma afetação. Não assim o do precursor, que com desenfado maneja o espanhol corrente de sua época. (5, p. 56-7).

Estudando a obra de Borges, e em particular este conto, Gérard Genette chega à seguinte formulação:

O tempo das obras não é o tempo definido do ato de escrever mas o tempo indefinido da leitura e da memória. O sentido dos livros está na frente e não atrás, está em nós: um livro não é um sentido acabado, uma revelação que devemos receber, é uma reserva de formas que esperam seu sentido, “é a iminência de uma revelação que não se produz” e que cada um deve produzir por si mesmo (11, p. 129).

A partir do mesmo conto, também Emir R. Monegal escreveu um ensaio sobre a leitura em Borges (13). Numa de suas conclusões, ele entende que Borges “postula que reler, traduzir, são *parte* da invenção literária. E talvez que reler e traduzir *são* a invenção literária” (13, p. 91).

Rosemary Arrojo, por sua vez, explorando longamente a questão suscitada pelo conto de Borges, conduz a discussão para o terreno da tradução e conclui que é impossível traduzir se entendermos por esse processo a reprodução numa segunda língua de um texto original totalmente decifrado e entendido:

(...) ainda que um tradutor conseguisse chegar a uma repetição total de um determinado texto, sua tradução não recuperaria nunca a totalidade do “original”; revelaria, inevitavelmente, uma leitura, uma interpretação desse texto que, por sua vez, será, sempre, apenas lido e *interpretado*, e nunca totalmente decifrado ou controlado (2, p. 22).

A partir dessa conclusão, R. Arrojo propõe uma redefinição do conceito de “texto original”, que deixaria de ser a representação fiel de um objeto estável, dotado de existência fora da linguagem, e passaria a ser “uma máquina de significados em potencial”:

A imagem exemplar do texto “original” deixa de ser, portanto, a de uma seqüência de vagões que contêm uma carga determinável e totalmente resgatável. Ao invés de considerarmos o texto, ou o signo, como um receptáculo em

que algum “conteúdo” possa ser depositado e mantido sob controle, proponho que sua imagem exemplar passe a ser a de um *palimpsesto* (2, p. 23).

O termo já aparece no próprio conto de Borges, quando o narrador diz que “é lícito ver no Quixote ‘final’ uma espécie de palimpsesto, no qual devem transluzir os rastros – tênues, mas não indecifráveis – da ‘prévia’ escritura de nosso amigo” (5, p. 57). Arrojo estende o conceito e define ‘palimpsesto’ como “o texto que se apaga, em cada comunidade cultural e em cada época, para dar lugar a outra escritura (ou interpretação, ou leitura, ou tradução) do ‘mesmo’ texto” (2, p. 23-4). É por isso que a cada época fazem-se necessárias novas traduções das obras clássicas. Pois em cada época há uma “comunidade interpretativa”(*) diferente. Daí que toda a discussão em torno da “fidelidade” ao original passa a ser uma questão supérflua, na medida em que esse original tem que ser definido, interpretado, e, dependendo da época histórica dos leitores e do tradutor, os resultados tenderão a ter conotações diferentes. Como diz Arrojo, a nossa tradução de um determinado poema “seria fiel, em primeiro lugar, à nossa concepção de poesia, concepção essa que determinaria, inclusive, a própria decisão de traduzi-lo” (2, p. 43). Depoimentos de tradutores e poetas confirmam essa visão. Manuel Bandeira, por exemplo, diz que a tradução de um poema é uma recriação, que só “é total e perfeita quando sai fiel ao poeta tradutor” (3, p. 200).

Concluindo, podemos afirmar, a partir das reflexões apresentadas até aqui, que a tradução de uma obra literária é não só possível como desejável. Porém, ela requer do tradutor um certo grau de identificação com o texto a ser traduzido. Requer ainda a consciência de que traduzir assemelha-se ao próprio processo de criação, o que deve se manifestar na capacidade criadora do tradutor. Embora a tradução possa adquirir uma certa independência em relação ao original ao ser considerada como criação, é preciso considerar que esse original existe e é sempre um ponto de partida que deve ser respeitado. Esse respeito, no entanto, não significa servilismo, que é a pior falta de respeito que se pode dedicar a um texto numa tradução. Significa, isto sim, realizar dele uma leitura a mais profunda possível, utilizando-se de todos os meios disponíveis. É esta leitura que garantirá ao tradutor a convicção necessária para criar numa língua um texto que possa representar um original escrito numa outra. Essa maneira de conceber a tradução literária explica por que cada época, ou até simultaneamente, temos novas traduções de obras clássicas. As traduções podem envelhecer, ainda que o original não envelheça. Nós também, enquanto leitores, podemos perceber que as leituras que realizamos das grandes obras caducam. E, neste caso, só nos resta ler de novo.

* “Cunhado pelo teórico norte-americano Stanley Fish, o conceito de ‘comunidade interpretativa’ (*interpretative community*) se refere ao conjunto de elementos responsáveis, numa determinada época e numa determinada sociedade, pela emergência de significados aceitáveis. O significado não se encontra, portanto, para sempre depositado na palavra ou no texto. Forma-se, sim, a partir da ideologia, dos padrões estéticos que constituem a comunidade sociocultural em que se interpreta esse texto ou essa palavra” (2, p. 79).

ANTUNES, B. Notes on literary translation. *Alfa*, São Paulo, v. 35, 1-10, 1991.

ABSTRACT: This article presents and discusses some theoretical aspects of the translation of a literary work. Although it is often considered impossible, it became a practice more and more frequent in literature. And it is probable that the best translation of this kind come into being when they are viewed as a reading act.

KEYWORDS: Literary translation; re-creation; reading.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. Serafim Ponte Grande. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. (Obras Completas, 7)
2. ARROJO, Rosemary. *Oficina de tradução; a teoria e a prática*. São Paulo: Ática, 1986. (Princípios, 74)
3. BANDEIRA, Manuel. *Andorinha, andorinha*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1966.
4. BANDEIRA, Manuel. *Poesia Completa e Prosa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1967.
5. BORGES, Jorge Luis. Pierre Menard, autor do *Quixote*. In: ——— *Ficções*. Trad. de Carlos Nejar. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 47-58. (Os imortais da literatura universal, 50)
6. CAMPOS, Augusto de. A poesia que faço é a do artesão. *Leia*. São Paulo, jun. 1986. p. 8-9.
7. CAMPOS, Geir. *O que é tradução*. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Primeiros passos, 166)
8. CAMPOS, Haroldo de. A tradução como criação e como crítica. In: ——— *Metalinguagem*. Petrópolis: Vozes, 1970. p. 21-38.
9. CARONE, Modesto. O desafio de traduzir Kafka. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 20 Set. 1986. p. 81. Folha Ilustrada.
10. FENELLOSA, E. Os caracteres da escrita chinesa como instrumento para a poesia. In: CAMPOS, Haroldo de (org.) – *Ideograma: lógica, poesia, linguagem*. São Paulo: Cultrix/USP, 1977. p. 115-162.
11. GENETTE, G. *Figures*. Trad. de Ivone Floripes Mantoanelli. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 121-130. (Debates, 57)
12. JAKOBSON, Roman. Aspectos lingüísticos da tradução. In: ——— *Lingüística e comunicação*. Trad. de Isodoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1970. p. 63-72.
13. MONEGAL, Emir R. *Borges: uma poética da leitura*. Trad. de Irlemar Chiampi. São Paulo: Perspectiva, 1980. (Debates, 140)
14. MOREJÓN, Júlio G. G. A tradução e o enriquecimento da língua. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 30 Jun. 1985. Cultura, p. 8.
15. MOUNIN, Georges. *Os problemas teóricos da tradução*. Trad. de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1975.

Alfa, São Paulo, v. 35, p. 1-10, 1991.

16. MOUNIN, Georges. *Teoria e storia della traduzione*. Trad. de Stefania Morganti. Torino: Einaudi, 1982.
17. RÓNAI, Paulo. *Escola de tradutores*. Rio de Janeiro: Educom, 1976.
18. RÓNAI, Paulo. *A tradução vivida*. Rio de Janeiro: Educom, 1976.
19. TREVISAN, Armindo. Tradução e metáfora. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 14 Jun. 1985. Cultura, p. 3.

TEMPO E ASPECTO, TEMPO E MODALIDADE: DE VOLTA AO FUTURO*

Telmo Corrêa ARRAIS**

RESUMO: As diferentes relações entre tempo e aspecto, de um lado, e tempo e modalidade, de outro, são analisadas quanto à dêixis, para posterior análise do valor modal do tempo futuro. Ressalta-se o caráter dêitico-temporal da situação canônica da enunciação, ou ponto-zero do tempo, que o falante pode usar para identificar um dos possíveis estados-de-mundo e ao qual pode relacionar outros estados-de-mundo por meio de tempo e da modalidade.

UNITERMOS: Tempo; aspecto; modalidade; dêixis; enunciação; estado-de-mundo.

Émile Benveniste, em seu conhecido ensaio “Da subjetividade na linguagem” (2), afirma que “a linguagem está organizada de tal forma que permite a cada locutor *apropriar-se* da língua inteira designando-se como *eu*.” (2, p.183). Daí colocar os pronomes pessoais como o primeiro ponto de apoio para a difusão da subjetividade na linguagem, dos quais dependem, por sua vez, outras classes de pronomes que compartilham do mesmo estatuto. Aponta, ainda, os indicadores da *dêixis* – demonstrativos, advérbios, adjetivos – que organizam as relações espaciais e temporais em torno do “sujeito” tomado como ponto de referência: “isto, aqui, agora” e suas numerosas correlações – “isso, ali, ontem, o ano passado, amanhã”, etc. E o autor arremata: “Têm por traço comum definir-se somente em relação à instância de discurso em que são produzidos, quer dizer, sob a dependência do *eu* em que aquela se anuncia.” (2, p.183).

Fácil é compreender que o domínio da subjetividade abrange a expressão da temporalidade. Isso porque, qualquer que seja o recorte do tempo no sistema de uma língua, a linha divisória é sempre uma referência ao “presente”. E esse “presente”, por

* O texto constitui a versão escrita da exposição feita em mesa-redonda sobre “Semântica: Tempo e Aspecto Verbal”, realizada na Semana de Semântica, de 21 a 23 de novembro de 1990, na UNESP – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.

**Departamento de Linguística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800 – Araraquara – SP.

sua vez, tem por referência temporal um dado lingüístico único: a coincidência do acontecimento descrito com a instância do discurso que a descreve*.

Assim, a questão fundamental sobre o *tempo* é que se trata de uma categoria *dêitica*. Uma proposição temporalizada, portanto, será não apenas delimitada ou restrin- gida pelo tempo: ela conterà alguma referência a algum ponto ou período do tempo que só pode ser identificado em termos do ponto-zero da enunciação.

As línguas costumam, pois, apresentar certa organização lingüística da noção de tempo. Pouco importa, do ponto de vista semântico, que tal noção que se marque na flexão do verbo ou mediante partículas, advérbios etc. – isso é questão da estrutura formal da língua. De uma ou de outra forma, é possível depreender nas línguas a no- ção de tempo: seja um passado e um futuro separados por um presente; seja um pre- sente-passado oposto a um futuro; seja um presente-futuro distinto de um passado. Trata-se comumente de distinções susceptíveis de variações de aspecto, ainda que esta última categoria tenha proeminência formal em numerosas línguas.

A distinção tripartite de passado, presente e futuro não só não é inerente à estru- ra de qualquer língua, como não é sequer essencial para definição de tempo. Uma vez que podemos identificar o ponto-zero temporal da situação canônica de enuncia- ção, podemos definir uma variedade de distinções potenciais de tempo em termos de *simultaneidade vs. não-simultaneidade*, *proximidade vs. não-proximidade*, *anterio- ridade vs. posterioridade*. Seja dado T_0 como ponto-zero (referido pelo advérbio ‘a- gora’, em português). Teremos:

- (i) se $T_i = T_0$, T_i fará referência ao mesmo tempo que T_0 e portanto definirá a noção de tempo *presente*;
- (ii) se $T_i \neq T_0$, T_i fará referência a algum ponto ou período de tempo que não é simultâneo a T_0 , e definirá o não-presente (que pode ser referido pelo advérbio ‘então’, em português);
- (iii) se $T_i < T_0$ (“ T_i é anterior a T_0 ”), T_i fará referência a algum ponto ou pe- ríodo no passado;
- (iv) se $T_i > T_0$ (“ T_i é posterior a T_0 ”), T_i fará referência a algum período no futuro.

Se traçarmos ainda uma distinção entre *pontos* do tempo e *períodos* de tempo, per- mitindo que um ponto possa ser incluído num período ($T_i \supset T_0$), podemos estabelecer distinções potenciais a mais como a distinção entre o presente pontual e o presente contínuo. Em todos os casos, é o dêitico ponto-zero, T_0 , que faz com que estabele- çamos uma distinção de tempo.

* É conhecida a menção de Benjamin Lee Whorf à língua Hopi, segundo o qual essa língua não apresenta qual- quer referência ao tempo, de forma explícita ou implícita. Betriz N. O. Longo (3, p.125-126) se apóia nos ar- gumentos de B. Comrie para sustentar que qualquer cultura apresenta o conceito de tempo, embora em algu- mas falte a conceptualização de “mudança qualitativa associada ao deslocamento temporal”. Ou seja, em to- das as línguas apresentam mecanismos gramaticais para expressar a localização no tempo, o que não quer di- zer que as culturas de que tais línguas são a expressão não tenham um conceito de tempo, já que, “mesmo nessas culturas, há relatos que se referem claramente a um tempo passado, ou até mesmo a uma idade de ouro futura.” (3, p.126).

Estamos chegando, assim, a uma noção bem ampla de tempo, que abrange algo da noção de aspecto. Essa é, aliás, uma confusão que faz a grande maioria de nossas gramáticas. Nelas, o termo “tempo” cobre não apenas as oposições Passado/Presente/Futuro, mas também uma gama de outras distinções relacionadas e subordinadas a tempo, tratadas pelos lingüistas sob o nome de “aspecto”. Vejamos aqui apenas alguns pontos da conexão entre tempo e aspecto*.

O primeiro ponto que difere o aspecto, como categoria gramatical, do tempo, é que ele é *não-dêitico*** . O aspecto trata de distinções como *extensão no tempo vs. instantaneidade*, *complemento vs. não-complemento*, e *interação vs. não-interação* e está bem fixado no conjunto das línguas do mundo, possivelmente mais que a categoria de tempo. É muito comum, contudo, que as línguas apresentem tanto tempo como aspecto. As gramáticas do português, na sua quase totalidade, não só não dão nenhum tratamento sistematizado à categoria do aspecto, como nem mesmo se referem a ela ou, quando o fazem, é a propósito dos *valores* de certos tempos verbais. Tal descuido é tanto mais incompreensível quando se sabe da fixação paradigmática, no pretérito, de formas de *imperfecto* opostas às de *perfeito*, quando se sabe da riqueza de construções aspectuais com perífrases e do fato de ser o português uma das poucas línguas em que se encontra lexicalizada a oposição aspectual *ser/estar****. O que é certo é que a distinção semântica entre *Ele trabalhou*, *Ele trabalhava* e *Ele tem trabalhado* é não-dêitica.

O segundo ponto a destacar nas distinções entre tempo e aspecto é que, embora se encontrem comumente numa mesma língua, é comum a existência de lacunas e assimetrias entre eles. Por exemplo, na maioria das línguas as oposições aspectuais *perfectivo vs. imperfectivo* aparecem gramaticalizadas nas formas de tempo pretérito e não nos outros tempos. Além do mais, se traçarmos um conjunto de oposições possíveis de valores aspectuais, do tipo:

- (i) *estativo vs. não-estativo*;
- (ii) *durativo vs. não durativo*;
- (iii) *pontual vs. não-pontual*;
- (iv) *progressivo vs. não-progressivo*;

observaremos que algumas dessas distinções binárias podem ser tomadas como mais básicas que as outras e gramaticalizadas em línguas particulares.

Até aqui, assumimos tacitamente que tempo e aspecto são partes do conteúdo proposicional de um enunciado. Vamos, agora, relacionar a categoria de tempo à de *modalidade*, para apreciarmos, a seguir, o valor modal do tempo futuro.

* Para uma visão mais ampla das relações entre tempo e aspecto, cf. Lyons (4, p. 703 e ss.).

** Cf. a consideração do aspecto em Beatriz N.O.Longo: “uma categoria não-dêitica através da qual se quantifica o evento expresso pelo verbo ou se expressa a constituição interna de frases, momentos ou intervalos de tempo que se incluem nesse evento” (3, p. 105).

*** Cf., a esse respeito, Maria Helena Mira Mateus *et al*, 5.p. 123-124.

Já sabemos que cada enunciado estabelece seu próprio ponto de referência espaço-temporal – o ponto-zero do sistema dêitico – em relação com o qual as entidades, eventos e estados referidos pelo locutor podem ser identificados. Como vimos, esse ponto-zero de referência é um componente temporal que pode ser simbolizado como T_0 . Tal ponto do tempo pode ser usado para identificar um dos pontos possíveis estados-de-mundo, W_0 , ao qual o falante pode referir-se na enunciação e ao qual pode relacionar outros estados-de-mundo por meio do tempo e da modalidade*. W_0 é o estado-de-mundo concebido pelo falante em T_0 , ou seja, é o estado presente do mundo atual.

Mas o estado presente do mundo atual pode ser relatado em termos de tempo passado ou futuro com relação a um estado-de-mundo anterior ou posterior (W_i). Assim, a proposição

(1) *Esteve chovendo (ontem).*

pode ser interpretada: “Eu digo aqui e agora (em T_0) – foi o caso de ($T_i < T_0$) – estar chovendo.” Se o passado é visto como um estado-de-mundo precedente ao tempo de enunciação, o futuro deve ser visto como posterior a T_0 . Assim, a proposição

(2) *Vai chover (amanhã).*

pode ser interpretada: “Eu digo aqui e agora (em T_0) – será o caso de ($T_i > T_0$) – estar chovendo.” (onde T_i é um ponto ou período de tempo posterior a T_0).

Dessa forma, o falante, ao enunciar uma ou outra oração, está apresentando como um fato contido em W_0 que esteve ou estará chovendo em W_i . A plausibilidade semântica desta interpretação de tempo é aparentemente revelada em enunciados como:

(1') *É um fato (em W_i) que esteve chovendo (em W_j)*

(2') *É um fato (em W_i) que vai chover (em W_j)*

Este último é, contudo, problemático, pois no momento da enunciação de (2), o seu valor de verdade é indeterminado. Em outros termos: só pode ser asseverada na modalidade do factual uma proposição cujo valor de verdade seja determinável em T_0 .

Comparem-se agora os enunciados (1) e (2) com os seguintes:

(3) *Pode ter chovido (ontem).*

(4) *Pode vir a chover (amanhã).*

(5) *Podia ter chovido (no dia anterior).*

(6) *Podia vir a chover (no dia seguinte).*

Estes podem ser assim parafraseados:

(3') *É possível (em W_i) que tenha chovido (em W_j).*

(4') *É possível (em W_i) que venha a chover (em W_j).*

(5') *Era possível (em W_i) que tivesse chovido (em W_j).*

(6') *Era possível (em W_i) que viesse a chover (em W_j).*

Cada um desses enunciados modalizados pode ser interpretado, em ocasiões particulares de enunciação, em termos da modalidade epistêmica tanto subjetiva como objetiva. Assim, (3) e sua paráfrase (3') pode ser construído como significando tanto.

* Para melhor compreensão da noção de “mundo possível”, cf. E. Bach (1, p.19-32). Cf. também a análise, a respeito, de J. Lyons (4, p.809-823)

“Possivelmente (em To) – é assim (em Ti) – ter chovido (em Tj)” ou

“Eu digo (em To) – é possível assim (em Ti) – ter chovido (em Tj)”. Em ambos os casos $To=Ti$ Tj . (5) difere de (3) em que $To>Ti>Tj$. Assim também, enquanto em (4) $To=Ti<Tj$, em (6) $To>Ti<Tj$.

Podemos agora usar os índices temporais para distinguir os mundos *em* que as proposições não verdadeiras dos mundos *de* que as proposições são verdadeiras. Por exemplo, quando (1) é enunciado como declaração, ele pode ser construído como significando: “Eu declaro aqui e agora (em Wo) que foi verdadeiro em Wi que a proposição ‘estar chovendo’ foi verdadeira de Wj”. Em outras palavras: chover é um fato que é parte de Wi, um estado prévio do mundo atual; e “ter chovido” é uma proposição que descreve, ou é verdadeira de, outro estado-de-mundo, Wj, anterior a Wi. De modo semelhante, (4) *Pode vir a chover (amanhã)*, quando enunciado como declaração objetivamente modalizada, pode ser construído como significando: “Eu declaro (em Wo) que é possível em Wi (=Wo) que ‘vir a chover’ será verdadeiro de Wj (>Wo)”.

O mundo do fato e da possibilidade objetiva (Wi) é em princípio um mundo diferente tanto do mundo descrito pelo conteúdo proposicional de um enunciado (Wj) como do mundo em que o enunciado é feito (Wo); e estes três mundos podem ser relacionados temporalmente de todos os jeitos. Numa dada situação, mesmo enunciados como (7):

(7) Ontem era possível que chovesse amanhã.

são interpretáveis como objetivamente modalizados, a possibilidade de um evento futuro $Wj>Wo$ sendo declarada como um fato que era verdadeiro em certo estado passado do mundo atual, $Wi<Wo$, mas que não é mais necessariamente verdadeiro em Wo.

Mais comumente, entretanto, em enunciados em que a referência de Ti é passado em relação a To e a referência de Tj é futuro em relação a To, Wi será interpretado antes intencionalmente que extensionalmente: não como um mundo de fatos e possibilidades objetivas, mas como um mundo composto de expectativas, predições e intenções subjetivas. Assim, em (8):

(8) João estava para vir amanhã.

numa interpretação intencional de Wi podia conter aproximadamente o mesmo significado que *João disse que viria amanhã, João tencionava vir amanhã, Disseram-me que João viria amanhã*.

Essa distinção entre interpretação intensional e extensional do futuro pode ser também traçada em relação a oração do tipo (2), “Vai chover (amanhã)”. Essa questão da factualidade de declarações descritivas ou predictibilidade de eventos futuros é controversa desde os filósofos antigos; e muitos ainda negam que possamos fazer asserções sobre o futuro, na medida em que não temos conhecimento, mas apenas crenças, sobre estados-de-mundos futuros. Uma asserção que descreve um evento futuro é, necessariamente, um enunciado subjetivamente modalizado: uma predição antes que declaração. Desse ponto de vista, a diferença entre (2) *Vai chover (amanhã)* e (4) *Pode vir a chover (amanhã)* depende da avaliação subjetiva do falante sobre a probabilidade de “vir a chover” ser verdadeiro do Wj. O falante pode tratar o futuro

como conhecido, como um fato que pertence a $W_i (=W_o)$, quer ele esteja epistemologicamente justificado ou não. Ele pode até dizer, sem violentar a estrutura do português, “*Eu sei que vai chover amanhã*”; e pode mesmo encaixar uma oração de futuro como complemento do verbo factivo “saber”, atribuindo conhecimento do futuro a outra pessoa, como em “*Ele sabe que vai chover amanhã*”.

A não factuality do futuro determina que a possibilidade de asseverar enunciados descrevendo conteúdos proposicionais localizados no futuro da avaliação que o falante faz da necessidade, probabilidade de ocorrência desses conteúdos. Em outras palavras: a asserção de tais enunciados funda-se na relação epistêmica do locutor com os conteúdos proposicionais que eles descrevem. No português, a seleção dos tempos e modos verbais utilizados na expressão do futuro é determinada pela modalidade em que a proposição é asseverada pelo locutor:

- (9) a. No próximo mês, as tarifas públicas vão aumentar.
 b. Quando escurecer, acendo os faróis.
 c. A ciência vai descobrir a cura da AIDS ainda nesta década.

A noção de futuro, nos enunciados acima, está expressa pelo uso de formas do presente do indicativo, exprimindo que o falante considera *necessária* a ocorrência dos conteúdos proposicionais neles descritos. Assim, em (9a), o falante, em virtude de certo conhecimento do mundo – por exemplo, como habitante do Brasil sabe que a inflação constante leva a reajustes mensais das tarifas –, *tem a certeza de que* “as tarifas vão aumentar”, dado, pois, como epistemicamente necessário; em (9b), um dado conhecimento do mundo – que inclui o saber das regras de trânsito sobre a necessidade do uso dos faróis para dirigir de noite – leva o falante a reconhecer como *obrigatório* “acender os faróis”, ou seja, tal dado como deonticamente necessário; enfim, em (9c), o falante manifesta a convicção de que *é necessário acreditar* que “a AIDS vai ter cura”.

ARRIS, T.C. *Tense and Aspect and Modality: Back to the Future*. Alfa, São Paulo, v. 35, p. 11-17, 1991

ABSTRACT: The different relationships between tense aspect, on one hand, and tense and modality, on the other, are analysed in terms of deixis. This provides the background for the future tense modal value analysis. It is pointed out the deictic-temporal nature of the canonical situation of the utterance act, or the time-zero which the speaker uses to identify one states of possible worlds and to which other states of world may be related by means of tense and modality.

KEYWORDS: Tense; time; aspect; modality; deixis; utterance act; state of world.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BACH, E. *World enough and time. In Informal lectures on formal semantics*. New York: State University of New York Press, 1989, p.19-32.
2. BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística general*. 6.ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1970.

Alfa, São Paulo, v. 35, p. 11-17, 1991.

3. LONGO, B.N.C. *A auxiliaridade e a expressão do tempo em português* Araraquara: F.C.L. de Araraquara, 1990. Tese (Doutorado).
4. LYONS, J. *Semantics 2*. Cambridge University Press, 1977.
5. MIRA MATEUS, M.N. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

PROCESSO DE FORMAÇÃO DA GÍRIA BRASILEIRA*

Ana Rosa Gomes CABELLO**

RESUMO: O objetivo deste artigo é observar como ocorrem os processos de formação da gíria brasileira, a fim de que se possa chegar à sua caracterização. Para tanto, a obra de ficção de JOÃO ANTONIO forneceu o corpus de estudo, uma vez que seus livros constituem valioso material dessa natureza.

UNTERMOS: Gíria, argot, níveis fonético, morfossintático, léxico e semântico.

1. PRELIMINARES

A gíria não é uma linguagem independente, mas, tal como o *argot*, forma parasitária da língua comum, da qual utiliza a fonética, a morfologia, a sintaxe e até boa parte do léxico. Assim, os processos de formação da gíria brasileira são os mesmos da Língua Portuguesa – conforme comprova o item 2 deste artigo.

Tal fato ocorre por igual com o *argot* de todas as línguas, resultando, no dizer de Otto Jespersen (7, p. 170), que esses diferentes *argots* apresentam características comuns, não só relativamente aos campos semânticos, mas também à preferência por determinadas imagens e metáforas, decorrentes do uso prioritário de tal ou qual processo de criação.

Com isso, importa observar se, na formação da gíria brasileira, têm validade as tendências de criação do *argot*, segundo Guiraud (6, p. 106-107); os processos de formação da gíria portuguesa, segundo Pinto (10, p. 105-136); os recursos lingüísticos de especialização semântica em subculturas, segundo Mehrotra (9, p. 10-15); e as características gerais do *argot* castelhano, segundo León (13, p. 16-18).

A existência de procedimentos comuns à gíria brasileira e aos usados na formação do *argot* francês, português, norte-americano e castelhano será testada no *corpus* organizado a partir da obra ficcional de João Antonio (1, 2, 3 e 4) com o objetivo de se chegar à caracterização desse tipo de linguagem.

* Este artigo constitui um dos itens, por ora reformulado, da Tese de Doutorado "Gíria: vulgarização de um signo de grupo?", apresentada ao Depto. de Lingüística da F. C. L. de Assis – UNESP – 19800 – Assis – SP.

** Depto. de Ciências Humanas da FAAC – Unesp – Bauru – SP.

A acepção dos termos de gíria será atualizada pelo contexto e pela consulta aos dicionários constantes das referências bibliográficas (14, 15, 16 e 17).

2. PROCESSOS DE FORMAÇÃO DA GÍRIA BRASILEIRA

A partir de estudos já realizados em outras comunidades lingüísticas – conforme alusão efetuada no item 1 – , os processos de formação da gíria brasileira serão observados nos níveis fonético, morfossintático, léxico e semântico.

2.1. *Nível fonético*

O *corpus* ilustra casos de alterações fonéticas por supressão, inserção e transposição de fonemas.

2.1.1. Supressão de fonemas

2.1.1.1. *Aférese*

Cagüeta, *cagüetes*, e *güenta* são exemplos de aférese, por apresentarem supressão de fonemas iniciais. No *corpus*, assim aparecem:

- (1) “*Se abrisse o bico, ouviria de Robertinho a palavra cagüeta, que é o que mais dói para um malandro*”.
(1, 156, L 2)
- (2) “*/ ... / arregos bem arrumados com cagüetes, trampolinagens, armações de jogo que lhes dariam um tufo de dinheiro; / ... /.*”
(1, 112, L 2)
- (3) *Güenta aí, meu compadre, que a gente vai comer uma galinha mais logo, /... /.*”
(2, 26, 2)

Esses casos de aférese apresentam:

cagüeta por *alcagüeta* (= delator);

cagüete por *alcagüete* (= delator);

güenta por *agüenta* (= suporta);

É preciso mencionar que o *corpus* também traz as formas *alcagüeta* (4, 146, L 10) (= ‘delator’) e *alcagüetagem* (4, 147, 2) (= ‘ato de denunciar alguém’), as quais não sofreram alterações aferéticas.

2.1.1.2. *Apócope*

Mala, *vagal*, *vagau*, *justa*, e *japa* são casos de apócope, uma vez que ocorreu a supressão de fonemas finais. Eis os termos contextualizados:

- (4) “*Sabia dormir com percevejo por perto e foi ali que aprendi a conhecer os tipos de malas.*”
(4, 140, L 1)

- (5) “Baixou os olhos, um vagabundo era um vagal e só.”
 (4, 140, L 1)
 “Eu sou limpeza pura, cadeeiro velho, vagau.”
 (4, 156, 9)
- (6) “Quando a justa, perua preta-e-branca dos homens da polícia roncava no asfalto, a verdade geral se punha na maioria dos olhos.”
 (1, 129, 4)
- (7) “Armaram e fizeram, no quieto, um furto, o tal alívio na pastelaria de um japa.”
 (4, 142, 4)

Esses casos de apócope apresentam:

malas por malandros;
vagal / vagau por vagabundo;
justa por justiça; e
japa por japonês.

OBSERVAÇÃO: Como a gíria é, genuinamente, marcada pela oralidade, ela apresenta certos acidentes gráficos. *Vagal* e *vagau* denunciam casos de indefinições gráficas.

2.1.2. Inserção de fonemas

2.1.2.1. *Suarabácti* – modalidade da epêntese, acréscimo de fonema no meio do vocábulo – por apresentar intercalação de vogal. Assim a inserção de fonema vocálico em *caften* configura-se como uma tendência da linguagem oral para desfazer grupos consonantais.

O *corpus* ilustra *cáften* transformado em *cafetão*, *cafiola*, conservando a mesma acepção: malandro que vive à custa de mulher, em:

- (8) “Com a blitz malhando, fechando em cima do trottoir, começava a tomar chá-de-sumiço aquele tipinho de cafetão, cafiolo, cafiola de uma mulher só.”
 (2, 25, 2)

Entretanto, não ocorre cafetinar, mas *caftinar*, onde o grupo consonantal *ft* não se desfez.

2.1.3. Transposição de fonemas

2.1.3.1. *Metátese*

Há, além de outras alterações fonéticas, transposição de fonemas na mesma sílaba em *groja*. Este caso de metátese, contextualizado abaixo, apresenta *groja* por *gorja*, (*gorjeta*).

- (10) “Depois, tem ainda a groja dos otários”.
 (2, 27, 3)

2.1.3.2. Hipértese

Grinfa também apresenta outras alterações fonéticas além da hipértese, transposição de fonema de uma sílaba para outra. Esse caso de hipértese apresenta *grinfa* por *grã-fina*, em:

- (10) “*Maneirando uns dias aí na casa de uma grinfa, mas daqui um nada vou dar no pé pra Brasília, / ... /.*”

(4, 155, 5)

2.1.4. Tonicidade

A gíria brasileira traz um bom número de criações oxítonas, dado coincidir com o tipo de formação popular mais comum.

- (11) “*/ ... / jogou a grana roubada – era tudo pixules, caraminguás, notas de um, de dois, de cinco cruzeiros.*”

(1, 144, 9)

- (12) *Mas eu estava no ambiente e não era vantagem aliviar o pororó dos loques – pra que otário quer dinheiro?*”

(2, 17, 1)

- (13) “*Havia farejado certo, havia batido lá, estava cara a cara com o mocó.*”

(4, 157, 5)

- (14) “*Os machos sugando, aspirando forte, repetindo, nervosos, o movimento de chupadão, fumacê querendo que ela corresse pelas veias.*”

Esses oxítonos trazem as seguintes acepções:

<i>pixulés</i>	= dinheiro miúdo;
<i>caraminguá</i>	= pouco dinheiro;
<i>pororó</i>	= dinheiro;
<i>mocó</i>	= esconderijo ou dinheiro escondido;
<i>fumacê</i>	= cheiro de maconha queimada.

2.2. Nível morfossintático

2.2.1. Sufixação

É certo que a sufixação parasitária que se processa na gíria moderna não é do mesmo tipo daquela do *argot* antigo, uma vez que, neste, determinados sufixos eram, de tempos em tempos, eleitos para servir de cauda a determinadas palavras já existentes, com intenção criptológica. Modernamente, a sufixação é patente na gíria,

sem obedecer a critérios determinados, mas com intenção expressiva e irônica. Daí aparecem formas inusitadas e/ou formas semelhante às da língua comum, conforme as citações abaixo:

(15) “Dois – três dias, eu estou perturbando na bocuncha, de sinuca, / ... /.”

(1, 159, 1)

(16) “Corrido da canuncha, me disse premiado pela justiça com cinco primaveras / ... /.”

(4, 158, 3)

Os dois exemplos mencionados comprovam que o sufixo – *uncha* não vigora como elemento semântico diferenciador, dado que os termos derivados *bocuncha* e *canuncha* equivalem aos termos *boca* e *cana*, dos quais se originam e têm o mesmo significado, a saber: local freqüentado por prostitutas, marginais e semelhantes e prisão, respectivamente.

Já em *cinidez* e *hotelesco*, citados a seguir, aparece um matiz intensificador e um matiz depreciativo, ao significar ‘descaramento excessivo’ e ‘hotel ínfimo, onde se pratica o lenocínio’.

(17) “Aquilo nem é cinismo: é cinidez.”

(1, 140, 6)

(18) “Os homens dos costumes partiram ansiosos para as ruas e de supetão fecharam hotelecos, meteram muito explorador de mulheres na cadeia.”

(2, 23, 3)

É preciso esclarecer que *bocuncha* e *canuncha* derivam-se de termos de gíria, enquanto *cinidez* e *hotelesco* provêm dos termos CINISMO e HOTEL, da língua comum.

O uso de sufixo, como elemento deformador, a fim de dissimular a identidade da palavra, tornou-se inteiramente livre e obedece a modos efêmeros. Assim, o acréscimo por sufixação é desordenado, conforme se vê nos casos infra e supra contextualizados.

(19) “Os majorengos das leis destacavam gente deles, de confiança e fé, para proteção daqueles bocas do inferno.”

(2, 19, 2)

(20) “O leão Miçanga deu sorte; ganhou as ruas, deu o pirandelo, tomou chá-de-pira / ... /.”

(2, 27, 2)

(21) “/ ... /, baixo nos salões de sinuca, entre merdunchos e ventanas, onde posso cheirar enviesado um outro serviço / ... /.”

(4, 152, 1)

(22) “Aquele menino Perus se mexia, esperteza e marotagem, se esgueirando e escapulindo como um susto.”

(1, 103, 5)

Nos casos mencionados acima, aparece *majorengo* por *major*, com acepção pejorativa; *pirandelo* por *pira*, com sentido de 'fuga'; *marotagem* por *maroto*, significando 'velhacaria'; e *merduncho*, que carrega a acepção depreciativa de *merda*: coisa insignificante; daí 'indivíduo explorado, pertencente à classe trabalhadora' ou 'indivíduo logrado no jogo'.

2.2.2. Codificação

Por codificação deve-se entender a possibilidade de se deformar uma palavra quando as circunstâncias o requeiram. O *corpus* não se ajusta a esse tipo de processo. O *largonji* dos franceses é um dos casos mais expressivos de codificação utilizado no final do século XIX, para designações monetárias. Tal codificação consiste na eleição de uma chave ou de uma fórmula (renovável tão logo se vulgarize), a qual determina as letras que devem figurar no início e no final de cada palavra, além de um sufixo criptológico, quando necessário. Assim a chave criptológica seria *l ... é, em leudé* (= 2 francos); *linvé* (= 20 centavos) etc.

Na verdade, *largonji* é uma codificação da palavra *jargon*. Trata-se, apenas, de um código. Existem, contudo, formas mais complexas de *largonji*, por exemplo, o *largonjen*, o qual traz o sufixo criptológico *-en*.

Por se tratar de formas momentaneamente codificadas, de origem criptológica, a codificação acabou se transformando em um jogo, pouco conhecido dos lingüistas. Uma comparação, em português, seria a linguagem do *P*, falada pelas crianças.

2.2.3. Reduplicação

Além de considerar o termo *mumunha* uma reduplicação, por haver a repetição da sílaba *mu*, pode-se, também, entender que se trata de onomatopéia, dado que o som sugere um murmúrio. O termo significa 'segredo'. E o demonstra a citação:

- (23) "E já que não sou mais carne, nem peixe, vou achando que a mumunha para chegar a policial, um dia, é endedando, engessando / ... /."
- (4, 147, L 2)

2.2.4. Invencionice

Sabe-se que os termos de gíria são criados ao bel-prazer popular, não obedecendo, portanto, a nenhuma norma ditada pela disciplina gramatical. Em se tratando de gênero, por exemplo, a gramática postula que o masculino de CADELA é o termo CÃO; no *corpus*, entretanto, figura a forma *cadelo* para o masculino. Ocorreu, pois, uma extensão de sentido: na linguagem familiar *cadela* carrega a acepção de mulher de procedimento censurável; daí fazer-se o masculino *cadelo* com a idéia de 'filho da cadela', constituindo um xingo.

- (24) "– E um cadelo. Será que ele não tem pai?"
- (1, 143, 2)

2.2.5. Analogia

Em *crocodilagem* percebe-se uma tendência à uniformização, quer dizer, a forma *crocodilo*, que conota 'traição', associou-se, por analogia, à mesma terminação de *malandragem* e de *alcaçuetagem*, para indicar 'qualidade, ato ou modos de crocodilo', ou seja 'indivíduo traiçoeiro'. Tal acepção se confirma pela citação abaixo:

- (25) “*De assim, que pensei estar a caminho de uma amizade de valia com um rato legal, uma boa gente da polícia, que se chegou para mim e convidou, na malícia escondida. Crocodilagem.*”

(4, 142, L 2)

2.2.6. Colocação pronominal

No âmbito da sintaxe, tanto a linguagem popular, quanto a gíria, da qual esta é ramificação, apresentam pronome átono em início de frase. No *corpus*, assim se expressa o personagem Bacanaço:

- (26) “– *Desguiando. Se raspando.*”

(1, 138, 9)

Se raspando carrega a acepção contextualizada de 'irem-se embora, esbarrando nas coisas, desenxabidos'.

2.2.7. Construções verbais

Pode-se, ao recorrer ao *corpus*, mencionar a predileção da gíria brasileira por construções com o verbo dar.

Algumas construções brasileiras com o verbo *dar* aparecem nas citações seguintes:

- (27) “*O que vai pintar de trouxa, espertinho, pé grande, muquirá, bêbado amador, loque, cavalo-de-teta, zé mané dando bandeira, doutor de falsa fama, papagaio enfeitado, quiquiriquis, langanhos, paíbas, não será fácil.*”
- (2, 16, L 2)
- (28) “*Maneirando aí uns dias na casa de uma grinfá, mas daqui a um nada vou dar no pé pra Brasília, / ... /.*”
- (4, 155, 5)
- (29) “*O bom menino, desmilingüido e de nada, tinha quase as qualidades para se tornar um homem de dar o serviço, um boca mole.*”
- (4, 141, 3)
- (30) “*Um leão ajuizado, cabeça no lugar, maneiro, jeitoso, arranca a erva de todos: do gerente da casa, dos fregueses e de tudo quanto for mocrongo que aparecer dando sopa.*”
- (2, 21, 1)

- (31) “*Dai, então, um querendo saber da vida do outro, como quem não quer nada. Dando o açúcar.*”
(4, 155, 3)
- (32) “*O tira corre o nome dos recém-chegados e resolve dar as boas vindas, chamar um a um.*”
(4, 154, 1)
- (33) “*E fique sabendo que essa de malandragem nunca deu camisa.*”
(4, 142, 2)
- (34) “*Enfrentaram, encararam e deram cartas em tempo de navalha / ... /.*”
(2, 21, 1)
- (35) “*O japonês correu à delegacia e, bocudo, mordido, deu com a língua nos dentes.*”
(4, 142, 4)
- (36) “*Viera dar com o lombo no Paratodos a troco de quê?*”
(1, 136, 4)
- (37) “*Os malandros grandes – / ... / – davam o tom e jogavam de mão na Lapa, num pedaço da Cinelândia e no Mangue.*”
(2, 21, 1)
- (38) “*Levei dois tecos na perna. E, olhem, dei sorte.*”
(4, 151, 2)

As várias combinações mencionadas com o verbo *dar* apresentam, obviamente, diversas acepções, conforme explicitadas abaixo:

<i>dar bandeira</i>	= proceder de modo pouco discreto;
<i>dar no pé</i>	= emprender fuga;
<i>dar o serviço</i>	= delatar
<i>dar sopa</i>	= distrair-se
<i>dar o açúcar</i>	= armar uma cilada;
<i>dar as boas vindas</i>	= receber com maus tratos;
<i>dar camisa</i>	= ser útil;
<i>dar cartas</i>	= chafiar;
<i>dar com a língua nos dentes</i>	= denunciar;
<i>dar o tom</i>	= ditar as regras;
<i>dar sorte</i>	= obter êxito.

2.2.8. Conjugação verbal

O maior índice de verbos da gíria brasileira é classificado na 1ª conjugação. Seguem alguns exemplos contextualizados.

- (39) “*E quando apareciam, gordos de dinheiro, otários oferecidos, era fora de hora e era sempre outro malandro quem os abocanhava.*”
(1, 109, 2)

- (40) “*Os comerciantes botavam a boca no trombone e, escandalosamente, bundeavam: acabavam chiando no noticiário da televisão.*”
(4, 155, L 1)
- (41) “*Descolo cagüetas que chegaram a ganhar um lugar de motorista ou carcereiro na Segurança Pública.*”
(4, 141, 1)
- (42) “*E vou espiantando: vivendo. Levo.*”
(4, 149, 1)
- (43) “*Maneirando uns dias aí na casa de uma gringa, mas daqui a um nada vou dar no pé pra Brasília / ... /.*”
(4, 155, 1)
- (44) “*Miçanga com dez dias de trabalho me apronta.*”
(2, 26, 5)
- (45) “*Valentes muito sérios, professores de briga, ferviam, encaravam, arrepiavam os ambientes mais pesados e até os bailes de carnaval antigo.*”
(2, 20, 1)
- (46) “*O que dota era sofrer uma apoquentação e não poderem malhar o abusado que a vomitara.*”
(1, 140, 8)

Essas formas verbais trazem as seguintes acepções:

<i>abocanhar</i>	= apoderar-se de alguma coisa, utilizando-se de esperteza;
<i>chiar</i>	= reclamar, denunciando;
<i>descolar</i>	= obter;
<i>espiantar</i>	= evadir-se;
<i>maneirar</i>	= agir cautelosamente;
<i>aprontar</i>	= proceder indevidamente, ocasionando confusão;
<i>arrepiar</i>	= agitar, movimentar;
<i>vomitara</i>	= blasfemar.

2.2.9. Comparação

A gíria, servindo-se de recursos e de esquemas sintáticos, atinge a fraseologia, impregnando-a de tom expressivo.

A comparação consiste em se estabelecer algum ponto comum entre dois seres ou dois fatos. Daí poder-se mencionar as comparações entre as situações de *Perus* é um *bezerro enjeitado* e entre *Silveirinha* é um *galo*. O ponto comum a *Perus* é um *bezerro enjeitado* é a situação de desamparo; já entre as condições de *Silveirinha* e o cantar de *galo* está implícito o sentido comum “autoritarismo”.

Seguem as citações

- (47) “*Diabo, (Perus) estava na boca daquele lobo e desabrigado, feito bezerro enjeitado.*”
(1, 136, 5)
- (48) “*Ali, (Silveirinha) cantava de galo, dava cartas, jogava de mão, mexia e remexia, a condição de mando era sua.*”
(1, 134, 16)

2.2.10. Perfrase

A perfrase consiste no emprego de uma frase para exprimir uma idéia que pode ser expressa por uma simples palavra. Com isso, no exemplo abaixo, *chamou na chinha* está por ‘repreendeu’ e *corre a mão* está por ‘furta’.

- (49) “*Aí, o velho me chamou na chinha, sacrificio tinha de ser de todos e mandou que me explicasse.*”
(4, 139, 6)
- (50) “*Mas um cara altamente cabeça não corre a mão em duzentos mil do alheio, / ... /.*”
(4, 143, 7)

2.2.11. Hipérbole

A hipérbole consiste num exagero de expressão, como ocorre em:

- (51) “*As notas deram sossego e depois considerações e depois se lamentaram os dois, que a roda de vida no Joana d’Arc poderia ter dado até dez contos.*”
(2, 18, 1)
- (52) “*Falando claro, até gosto que se pense assim: minha dissimulação é dos sete capetas.*”
(2, 18, 1)

No primeiro caso, o exagero incide no valor imenso reservado ao dinheiro destinado às apostas do jogo; a importância é tamanha que é considerada “*roda de vida*”.

No segundo caso, o exagero incide na junção de todas as idéias maléficas sugeridas pelo termo *capeta* com o número cabalístico *sete*, sempre seduziu a imaginação popular. Daí a dissimulação do Leão-de-chácara ser, simplesmente, ‘perfeita’.

2.2.12. Frases rimadas

A obra de João Antonio está repleta de frases feitas (CF. Cabello, 5, p. 72); todavia, aqui deveriam ser aproveitados apenas casos que se enquadrem no terreno da gíria. É certo que os termos de gíria são repassados pelas frases feitas, provérbios e expressões populares, uma vez que não há limites nítidos entre esses diferentes fe-

nômenos lingüísticos. Conseqüentemente, deliberou-se mencionar alguns exemplos dessa natureza, a fim de se aclarar a linguagem expressiva do autor.

- (53) “*De-repentemente, urubu tá comento gente.*”
 (Frase feita)
 (4, 133, epígr.)
- (54) “*Que se foda o andor qu’ eu não me chamo Nicanor.*”
 (Frase feita)
 (4, 144, 2)
- (55) “*Quem usa, cuida.*”
 (Provérbio)
 (4, 149, L 2)
- (56) “*Um chove não molha.*”
 (Expressão popular)
 (1, 108, 11)

2.2.13. Formas de negação

Uma das formas de negação é a repetição da negação no final da sentença, como em:

- (57) “*O menino não gostava daquele esculacho não.*”
 (1, 128, 2)

Outra forma é sua utilização para cada verbo, a fim de não ocasionar ambigüidade, como em:

- (58) “*E não conheço um que não seja magro, espantado.*”
 (44, 146, L 15)

Outra, ainda, é a simetria na exigência da negação do verbo, como em:

- (59) “*Estava naquela e julgava vidão, que não julgava rodagem nenhuma, curto e sem picardia.*”
 (4, 140, 2)

É certo que essas formas de negação são as apontadas para a variedade popular do português, segundo Lemle (8, p. 79).

2.2.14. Formas de despedida

O *corpus* não apresenta. Entretanto, há na gíria brasileira a forma *tô chegando*, bastante utilizada como tal.

2.2.15. Formas de desprezo

Há uma clara hostilidade relativa a todos aqueles que não integram o grupo restrito, perpassada por um matiz irônico e antitético, perceptível em:

(60) “– *Como é que é* , distinto? *O senhor vai pagar?*”

(2, 27, 1)

(61) “– *Vem cá meu considerado.*”

(4, 142, 1)

2.2.16. Uso de meios não verbais de comunicação

Esse item não se relaciona com o *corpus*; contudo, parece pertinente mencionar que Capello*, em termos de comunicação secreta usada pelos criminosos, desenvolve uma pesquisa acerca de figuras enigmáticas, sinais sonoros, sinais luminosos e cromáticos, criptografia, e efetua um estudo da tatuagem como índice de periculosidade.

2.3. *Nível léxico*

O vocabulário especial constituído pelos termos de gíria veicula significados especiais dados às palavras comuns, configurando-se em forma de:

2.3.1. Neologismo, estrangeirismo, empréstimos

Pode-se considerar a gíria como fonte de produção de palavras novas, criadas como verdadeiros neologismos ou como atribuição significativa nova a palavra já existente.

E mister, neste ponto, deslindar as noções de neologismo, estrangeirismo e empréstimo. Antes, porém, é preciso esclarecer a distinção entre neologismo e neologia.

Neologia lexical é a possibilidade de criação de novas unidades lexicais em virtude das regras de produção incluídas no sistema lexical. Assim, neologia é o fato e neologismo é o termo, a criação vocabular nova, incorporada à língua. Cumpre ressaltar que, numa primeira fase, o neologismo aparece como estrangeirismo – usado ocasionalmente –; a partir do momento em que o uso se torna mais freqüente, passa a peregrinismo – fase transitória –; finalmente, será considerado empréstimo, quando já definitivamente incorporado à língua e dicionarizado.

Embora a maior parte dos estrangeirismos não se localize na gíria, mas na língua técnica dos esportes, do jornalismo, da publicidade e da propaganda, o *corpus* denuncia a presença de termos oriundos do inglês, do francês, do alemão, línguas que carregam um prestígio de ordem cultural. É certo que os termos arrolados abaixo foram considerados termos de gíria em etapa anterior, pois, uma vez registrados por dicionário comum, deixam de configurar como gíria e/ou como estrangeirismo. Mesmo assim, apenas para elucidar o item, serão apontados alguns empréstimos:

* CAPELLO, B. Documentário de criminalidade. *Revista Acadêmica*. Faculdade de Direito do Recife. Pernambuco, v. 51, p. 133-247, 1943.

dancing = casa de danças (pagas);
trottoir = passeio de meretriz em busca de fregueses;
blitz = batida policial rápida.

Estão contextualizados nas citações:

(62) “Tive mulher na vida, na rua, ou nos dancings, se virando e mordendo os trouxas.”

(2, 17, 1)

(63) “Com a blitz malhando, fechando em cima do trottoir, começava a tomar chá-de-sumiço aquele tipinho de cafetão, / ... /.”

(2, 25, 2)

Diga-se, de passagem, que o estrangeirismo conserva os caracteres fônicos e formais da língua de origem e que o empréstimo, ao transitar da língua de origem, passa a uma forma aportuguesada. Com isto, pode ocorrer adaptação fônica e, conseqüentemente, gráfica. Entretanto, *dancing*, *blitz*, *trottoir* conservam os caracteres fônicos e gráficos das línguas de origem. Diferentemente, *boate* é forma aportuguesada do termo francês “boite”, conservando a pronúncia original.

Boate aparece na citação que segue:

(64) “O luminoso se acende e, / ... / isto aqui, a que os otários e os espertinhos chamam de boate está aberto na noite.”

(2, 15, 1)

A criação de uma palavra nova exemplifica o neologismo formal; o emprego de uma palavra com sentido diferente constitui o neologismo semântico. O *corpus* presta-se a ilustrar, significativamente, casos de neologismo semântico, por estar repleto de termos comuns com acepções especiais.

Cabe, neste ponto, estabelecer um paralelo entre os três estágios da gíria. A seqüência estrangeirismo, peregrinismo e empréstimo, do primeiro, corresponde a seqüência gíria de grupo, gíria comum e linguagem comum, da segunda.

O empréstimo de língua estrangeira é de baixo rendimento, dado não ocorrer alteração semântica. Ao aportuguesar-se o termo, passa por adaptação fônica ou gráfica. E o caso de *caféten*, proveniente do lunfardo (gíria da ralé de Buenos Aires), que em português passou a *cafetão*.

(65) “Com a blitz malhando, fechando em cima do trottoir, começava a tomar chá-de-sumiço aquele tipinho de cafetão, cafiolo, cafiola de uma mulher só.”

(2, 25, 2)

Diferentemente dos empréstimos, os estrangeirismos consistem em termos que não se vernacularizam. Com isso, são usados com a mesma grafia e a mesma pronúncia da língua de origem.

O português do Brasil e o de Portugal estão em contato geográfico com o espanhol, podendo tomar empréstimos a este último, como os registrados no *corpus*:

charla = conversa com o intuito de ludibriar;
engrupir = esconder, enganar;
bacana = indivíduo em condições de ser roubado.

Estão esses termos assim contextualizados:

(66) “*Pela charla que diziam e pela manha com que vinham.*”
 (1, 110, L 5)

(67) “*Já para os homens, os canas, o meu quieto engrupido poderia render / ... /.*”
 (4, 141, 4)

(68) “*De boas falas é que eu gosto, Bacana.*”
 (1, 138, 5)

Fato a notar é que os empréstimos provenientes da Argentina integram a fala dos marginais (afirmando por Pinto (10, p. 98) e confirmado pelo *corpus*).

(69) “*/ ... /, acabarei dando muitas de cerca-lourenço, muita piada e bastante pau nessa cambada de fariseus, / ... /.*”
 (2, 16, 1)

(70) “*/ ... /, o meu quieto engrupido poderia render se infiltrado na campana, a fim de espionar em várias situações.*”
 (4, 141, 4)

Piaba, grafia que o *corpus* registra para *biaba*, significa ‘bofetada’. *Campana* significa ‘ação policial no encalço de alguém’.

Com relação aos termos de gíria que gravitam nas línguas portuguesa e espanhola das Américas, aquela autora alude para a possibilidade de tratar-se de pan-americanismos, decorrente de um fundo comum ibérico.

Já os empréstimos indígenas e africanos, embora constituam objeto de dúvida quanto ao seu étimo verdadeiro, não concorrem fortemente para a contribuição da gíria. Provavelmente, a falta de prestígio das línguas de proveniência seja responsável pela escassez de termos encontrados. Com isso o *corpus* registra apenas: “babaquarar”, “capenga” e “mocó”, em:

(71) “*Grana lá tem ds pampas, otários aos montes, os coronéis babaquarando e a mina se arruma, ganha quanto quer.*”
 (4, 156, L 2)

(72) “*O velho Malagueta, capenga, se arrastava na retaguarda, tropicando nas calçadas, estalando os dedos e largando pragas.*”
 (1, 113, 4)

(73) “*/ ... / tinha seu mocó encafuado num hoteleco de Boca do Lixo, / ... /.*”
 (4, 137, 1)

Babaquarar tem o sentido de ‘passar-se por tolo’; *capenga*, o de ‘coxo’ e *mocó*, o de ‘esconderijo’.

2.3.2. Ressurgimento de formas antigas

A renovação constante é marca característica da gíria. Todavia alguns termos parecem voltar, depois de um período de desaparecimento, com o sentido anterior ou com sentido modificado. Não há documentação sistemática que comprove esse trânsito; por isso toma-se *A gíria portuguesa* de Alberto Bessa⁽¹²⁾, publicada no início do século, como parâmetro de comparação com o *corpus*, fruto das décadas de 70 e 80, para mostrar formas vivas, hoje com o mesmo sentido e outras com sentido diferente.

- (74) “*Armaram e fizeram, no quieto, um furto, o tal alívio na pastelaria de um japa.*”
(4, 142, 4)
- (75) “*Arrumava emprego ou caía no mundo.*”
(4, 139, 6)
- (76) “*Se até políticos apareciam no Bola, cuidar do caroço não era fácil.*”
(2, 21, L 7)
- (77) “*Aquilo era um safado precisando de lição. A curriola se enfezou.*”
(1, 105, 3)
- (78) “*Levei dois tecos na perna. E, olhem, dei sorte.*”
(4, 151, 2)
- (79) “*E costume dizer que levei uma esparrela por causa de mulher.*”
(4, 151, 3)
- (80) “*Porque valente é brabo, lei do cão, ferrabrás, encrenca ruim.*”
(4, 150, 3)
- (81) “*Era um tempo de pisada brava e um porteiro da noite tinha de ser um acordado e manhoso.*”
(2, 21, 1)
- (82) “*Ralinha, minha prisão foi de araque, de grupo. Uma palha.*”
(4, 154, 4)
- (83) “*Mas o pedaço de zé mané estava duro, teso.*”
(2, 27, L 2)
- (84) “*O que dóla era sofrerem uma apoquentação e não poderem malhar o abusado que a vomitara.*”
(1, 140, 8)

Figuram com a mesma acepção, no *corpus* e em Bessa⁽¹²⁾, os termos:

<i>alívio</i>	= furto;
<i>cair no mundo</i>	= desaparecer;
<i>ferrabrás</i>	= homem de mau gênio, valentão;
<i>teso</i>	= sem dinheiro.

A acepção atualizada pelo *corpus* diverge da apresentada por Bessa⁽¹²⁾ em relação aos seguintes termos:

TERMOS	ACEPÇÕES	
	de <i>BESSA</i>	do <i>CORPUS</i>
<i>caroço</i> =	dinheiro	tarefa árdua
<i>curriola</i> =	armadilha	turma
<i>dar sorte</i> =	zangar-se	obter êxito
<i>esparrela</i> =	logro	confusão
<i>manhoso</i> =	ordinário	astuto
<i>palha</i> =	coisa insignificante	mentira

2.4. Nível semântico

Significado especial dado às palavras comuns. Os nomes podem ser divididos em conotativos e não-conotativos. O não-conotativo significa somente um sujeito ou somente um atributo. Já o conotativo designa um sujeito e implica um atributo. Os nomes próprios são classificáveis em não-conotativos, por designarem o sujeito, sem que estejam implicados seus atributos, e configurados apenas como sujeitos possíveis do discurso, enquanto os nomes comuns e os adjetivos são conotativos.

O caráter polissêmico das palavras possibilita empregos conotativos, vale dizer, em sentido não-literal e efetivo, subjetivo, podendo, às vezes, ser associado ao sentido literal, denotativo, referencial.

A gíria é uma linguagem de conotação porque nela o plano da expressão constitui por si só uma linguagem que remete a um significado específico. Este significado específico vem a ser um segundo nível do plano de conotação, o qual já possui um primeiro nível, sobreposto ao plano denotativo.

A palavra CAROÇO, por exemplo, tem, no plano denotativo, o significado de 'núcleo lenhoso e duro de certos frutos', e, no plano conotativo, em nível 1 (gíria comum), entre outros, os significados de *dinheiro* e *engasgo*, e, em nível 2 (gíria de grupo), o significado de coisa complicada, tarefa árdua e pouco rendosa.

O recurso lingüístico de se conferir novo significado a palavras comuns concorre para a manutenção do sigilo e da autenticidade do grupo restrito, face a outros grupos e, por que não dizer, face à cultura dominante.

São exemplos de tal recurso:

caroço, por denotar o núcleo muito duro dos frutos, estende seu significado para a acepção conotativa de 'dureza', de 'tarefa árdua, difícil e pouco rendosa';

palha, por denotar a haste seca das gramíneas, por isso mesmo quebradiça, estende seu significado para a acepção conotativa de 'fragilidade'. Daí, 'mentira', como acepção especial.

Eis a contextualização dos termos:

- (86) “*Ralinha, minha prisão foi de araque, de grupo. Uma palha.*”
(4, 154, 4)
- (85) “*Se até políticos apareciam no Bola, cuidar do caroço não era fácil.*”
(2, 21, L 7)

2.4.1. Alterações semânticas

A gíria é permeada de um esforço semântico de intensificação. Os diminutivos, aumentativos e superlativos, livres de função de grau, assumem sentido afetivo ou pejorativo, como em:

- (87) “– *A gente ainda vai à forra, velhão. Bacanaço deu um tapa no paletó imundo de Malagueta. – Deixa estar.*”
(1, 141, 2)
- (88) “*Eu dei bola, um tapa no fuminho, fingi tragar profundamnte, chupado.*”
(4, 158, 1)
- (89) “*Agora, se gostasse, gostava. Era igual, amigão. Ninguém botasse a mão em amigo seu.*”
(1, 106, 1)
- (90) “*Fico sabendo que a Secretaria não dá verba aos cachorrinhos, mas manda imprimir e lhes fornece, na moral, umas carteirinhas de agente reservado.*”
(4, 145, L 2)

Os termos *velhão* e *amigão* trazem o sentido afetivo de ‘grande amigo’ e de ‘amigo leal’. Já *fuminho* e *cachorrinho* conotam ‘cigarro de maconha’ e ‘delator subserviente’.

2.4.2. Acidente semântico

Consiste numa confusão ou contaminação operada sobre os sentidos de dois termos, cujas formas se cruzam, produzindo um só. O *corpus* registra *tardinheiro*, cruzamento de TARDE + DINHEIRO, onde os sentidos se fundem, resultando na acepção seguinte: ‘retardatário que chega com o dinheiro’. Contextualizado em:

- (91) “*Chega o tardinheiro.*”
(4, 137, 6)

A etimologia complexa configura-se como um acidente semântico em que se opera uma confusão sobre o sentido próprio das palavras. É o caso da etimologia popular ou falsa etimologia, que nem sempre é inconsciente, por intencional transformações irônicas da imagem inicial. Convergem para este caso a atração homônima e a analogia.

É o caso do termo *mamoeiro*, evoluído de *mamão*. O termo *mamão* tem, no plano denotativo, duas acepções: (a) como substantivo, designa o fruto do mamoeiro; (b) como adjetivo, designa ‘aquele que mama’.

A acepção (b) é que, por deslizamento semântico, dá para o termo, no plano conotativo, o sentido (c) ‘indivíduo que intenciona usufruir lucros com grandes facilidades’. Com o deslizamento semântico processa-se uma translação sintática do tipo ad-

jetivo substantivo (adjetivo substantivado). Tornado substantivo, o termo *mamão* facilmente, por processo de sufixação evolui, no plano estrutural, para *mamoeiro*, por analogia com *mamão* na acepção (a). O termo conserva, porém, no plano semântico, a acepção (c). Quer isto dizer que o sufixo não exprime idéia de coleção, mas é apenas um sucedâneo intensivo da acepção (c). Houve, como se vê, um cruzamento do plano estrutural (forma) com o plano semântico (sentido).

- (92) “*Enquanto pareço uma maria-judia e um merduncho, vou mexendo minhas arrumações e tenderepás, que só o meu povo, os cabras sarados da noite, os boiquiras das landrices, os mamoeiros muito acordados é que sabem.*”
(2, 18, 1)

2.4.3. Uso de nome próprio com sentido especial

Esse uso se dá para, num primeiro momento, confundir os não integrados ao grupo restrito; posteriormente, quando esse termo se vulgariza, pode continuar a ser utilizado pelo grupo, principalmente quando carrega um matiz depreciativo. É o caso, por exemplo, de *dona maria*, expressão com o qual o grupo marginal se refere à polfícia.

Aparece assim contextualizada:

- (93) “*Cheguei à favela com o pessoal de dona maria e já dentro do camburão tive de desempenhar como macho.*”
(4, 151, 1)

2.4.4. Especificação de sentido

É o emprego, por pessoas de grupo restrito, de um termo geral com acepção diferente daquela utilizada genericamente.

Os termos contextualizados podem exemplificar:

- (94) “*Como pôde largar aqueles dois crocodilos?*”
(1, 121, 2)
- (95) “*Uma carga humilhada nos corpos, uma raiva trancada, a moral abaixo de zero.*”
(1, 140, 1)

De emprego genérico, *Crocodilo* passou do significado de ‘réptil da ordem dos crocodilos’ para um sentido especializado, no grupo marginal: ‘indivíduo traiçoeiro’. Já *Abaixo de zero* sofreu uma generalização de sentido, ao extrapolar de um emprego relativo à temperatura baixa para um emprego vulgarizado de ‘estado depressivo de espírito’.

2.4.5. Nomear a qualidade para denotar o objetivo (sinédoque)

- (96) “*Ou junto com a cagüeta, se injeta uma picada, um pico, um euforizante, se fica tomado e se desanda a contar vantagem, tretas, presepadadas.*”
(4, 152, 2)

(97) *“Traquejo-me nessa de federal e ao me transformar em informante porreta da massa policial tenho de enfrentar situações novas”*

(4, 150, 6)

Euforizante e federal, em vez dos denotativos respectivos ‘aquilo que deixa eufórico’ e ‘aquilo que pertence à federação’, designam o ‘entorpecente’ e o ‘delator’.

2.4.6. Metonímia

A metonímia explicita as ações e as emoções humanas, por meio dos órgãos em que se cumprem ou se manifestam, geralmente. Podem ser apontadas as seguintes citações:

(98) *“O crioulo Carniça, no susto, vai ensaiar qualquer coisa. Que isto foi ca-güeta e alguém abriu o bico.”*

(4, 138, 9)

(99) *“O japonês correu à delegacia e, bocudo, mordido, deu com a língua nos dentes.”*

(4, 142, 4)

O metonímico em *abriu o bico e deu com a língua nos dentes* converge para a acepção ‘denunciar’.

2.4.7. Uso de palavra pelo seu ritmo e valor musicais

Bochecho e *chiando*, contextualizados abaixo, são exemplos de termos cujo efeito sonoro parece intensificar o significado de cada um: ‘boato’ e ‘modo de reclamar’. Já em *nem vem que não tem* é aproveitado o valor da musicalidade expressa pela rima.

(100) *“O peixe morre pela boca e no meio da massa da malandragem os cochichos e os bochechos correm feito rastilho de pólvora.”*

(4, 143, 5)

(101) *“Os comerciantes botavam a boca no trombone e, escandalosos, bundeavam: acabaram chiando no noticiário da televisão”.*

(4, 155, 11)

(102) *“Mas se dá que eu sou um boca de mocó e daqui não se arranca nada. Nem vem que não tem.”*

(2, 22, 13)

2.4.8. Composição

Em se tratando de processo de composição popular, pode-se observar a repetição de fonemas, com propósito onomatopaico, ou a repetição de bases significativas, com propósito intensificador.

Do primeiro tipo aparecem os vocábulos imitativos:

pé-pé-pé...pé-ré-ré-pé = ‘conversa sem proveito’;
quiquiricar = ‘agir com uma pseudo-superioridade’;
quiquiriqui = ‘indivíduo pretensioso’.

O *corpus* ilustra o segundo tipo com:

mumunha = ‘segredo’;
batido batidinho = ‘desolado, inconsolável’.

Os termos apresentam-se contextualizados como segue:

- (103) “ – Pé-pé-pé...pé-ré-ré-pé não interessa, velho. Cadê a grana?”
 (2, 222, 3)
- (104) “Quiquiricavam e mandavam de galos nos cabarés e leonavam,/.../.”
 (2, 20, 2)
- (105) “O que vai pintar de trouxa, espertinho,/.../. quiquiriquis, langanhos, palbas, não será fácil.”
 (2, 16, L 3)
- (106) “E já que não sou mais carne nem peixe, vou achando que a mumunha para chegar a policial, um dia, é endedando, /.../.”
 (4, 147, L 2)
- (107) “Dinheiro nos bolsos havia, que sobrava algum da divisão de Bacanaço e de exploração de Silveirinha, mas por dentro iam batidos batidinhos.”
 (1, 144, 8)

As composições equivalentes a qualificadoras de valor adjetivo e de valor adverbial são ilustradas com:

<i>cavalo-de-teta</i>	=	‘efeminado’
<i>cerca-lourenço</i>	=	‘(dar uma de) teimoso’;
<i>mal topado</i>	=	‘antipático’;
<i>na baba do quiabo</i>	=	‘lábua’;
<i>pinta-firme</i>	=	‘disposto’;
<i>trinta anos de janela</i>	=	‘muita experiência’.

Contextualizam-se assim:

- (108) “*Mocorongo, trouxa, pixote, cavalo-de-teta, otário, vida mansa algum perceberia o que se passa com Malagueta, Perus e Bacanaço.*”
(1, 141, 1)
- (109) “*Na noite malhada e escrota, /.../, acabarei dando muitas de cerca-lourenço, muita piaba e bastante pau nessa cambada de fariseus, sambudos e mal-topados.*”
(2, 16, 1)
- (110) “*Mulheres de hora moviam as cabeças para a direita, para a esquerda, para a frente, na tarefa de chamar homem.*”
(1, 131, 5)
- (111) “*O bicho sabia que podia me ganhar na manha, na baba do quiabo, na saliva, na psicologia.*”
(4, 142, 5)
- (112) “*/.../, malandro bom, de fé, o pente fino, um pinta-firme.*”
(4, 153, 3)
- (113) “*De mais a mais, em trinta anos de janela é raro um cara que saiba meu nome – Jaime.*”
(2, 19, L 1)

2.4.9. Antítese

A oposição antitética pode ser ilustrada por meio dos sintagmas *Boca do Luxo* e *Boca do Lixo*, verdadeiro caso de paronomásia, os quais se referem a duas realidades antagônicas de situações: uma, ao local povoado por indivíduos bem-sucedidos e engajados no sistema social convencionalizado e prestigioso, e a outra, ao local povoado por gigolôs, dedos-duros, prostitutas, toxicômanos, ou seja, elementos marginalizados do sistema defendido pela sociedade dominante.

- (114) “*Sebastião de Pé de Chumbo gosta de comer no sossego, o seu filé com salada de agrião, azeitada bem, num restaurante beleza da Boca do Luxo, ali por volta das três, três e meia da tarde.*”
(4, 160, 6)
- (115) “*Ainda na Boca tem a lei – mulher ofereceu, malandro não comeu, pau nele. /.../. Esse marcar bobeira na barriga da Boca do Lixo, debaixo do sol ou da luz elétrica, dá xadrez com facilidade.*”
(4, 140, 2)

2.4.10. Metáfora e epíteto de natureza

a) O termo *boca*, denotativo, é a ‘cavidade bucal localizada na parte inferior da face’. Metaforicamente – sendo a coisa designada por um de seus aspectos particulares

e significativos –, apresenta vários sentidos, entre os quais podem ser destacados os seguintes:

(116) “*Ainda na Boca tem a lei – mulher ofereceu, malandro não comeu, pau nele.*”

(4, 140, 2)

Boca, aqui, é nome próprio, forma elíptica de Boca do Lixo, significando ‘local onde se reúnem prostitutas, malandros e semelhantes’.

(117) “*Há sempre um e outro forte, de esporte, das academias de luta, querendo uma boca como leão.*”

(2, 28, 3)

Neste caso, *boca*, nome comum, significa ‘colocação’, ‘emprego’.

(118) “*A Vila famosa na boca de todos os malandros, onde Perus se viraria.*”

(1, 135, 1)

Significa ‘na opinião’ de todos os malandros.

b) como epíteto (designada a coisa por uma de suas qualidades), o termo *boca* é tomado em sentido pejorativo e designa um indivíduo: ‘delator’, ‘denunciante’. Apresenta-se carregado dos seguintes matizes: ‘subserviência desprestigiante do delator e menosprezo’ da parte das pessoas que a ele se referem.

Outros casos são *cavalo* e *cobra* que extrapolam o sentido de ‘animal mamífero, da ordem dos perissodáctilos’ e ‘espécime dos ofícios’ respectivamente, para impregnar-se de um sentido metafórico: ‘empregado subserviente’ e ‘indivíduo astuto e exímio em dada atividade’, também respectivamente.

(119) “*É uma variedade de peças: dos parceirinhos, jogadores, patrões e cavalos, curiosos, remandioleiros, /.../.*”

(4, 153, L 6)

(120) “*Em cima dele foram e gramaram muitos e muito esperto perdeu o rebo-lado, e muito cobra ficou falando sozinho, esfacelado em volta da mesa, como coruja cega.*”

(1, 133, L 3)

2.4.11. Metáfora e ironia

Pinto (10, p. 124) afirma que a metáfora e a ironia não são tão produtivas na gíria brasileira, quanto na portuguesa, uma vez que esta é proveniente do meio universitário, enquanto aquela é proveniente das classes mais incultas. É o *corpus* fruto do grupo marginal, mas mesmo assim, essas figuras podem nele ser exemplificadas.

A metáfora, processo favorito da gíria, ao transpor áreas de significação, concorre para a mudança semântica de termos. Esse recurso, mais acessível do que a criação de termos novos, possibilita a multiplicação polissêmica que o termo próprio não chega a evocar por si só. Com isso, muitas vezes, o sentido de uma palavra empregada

metaforicamente só pode ser satisfatoriamente interpretado mediante locuções, fragmentos de frase ou frases inteiras, como nos exemplos:

- (121) “*Funcionavam como parelhas fortíssimas, como bárbaros, como relógios. Piranhas.*”
(1, 102, 2)
- (122) “*E são abusados e desbocados e têm apetite de aproveitadores. Piranhas esperando comida.*”
(1, 137, L 1)
- (123) “*Robertinho, um bárbaro, piranha manhosa e o pior – escondia jogo.*”
(1, 155, 5)
- (124) “*Mas onde há jogo bom, piranha vem morder.*”
(1, 108, 7)

O termo *PIRANHA*, do tupi *pi'rai*, significa ‘corta a pele’. No *corpus*, conota ‘indivíduo sagaz, com uma rapidez ritmada’; ‘alusão ao perseguidor’; ‘indivíduo astuto e traçoeiro’; e ‘malandro astuto’.

A manifestação de sarcasmo e ironia surgem, nos contos de João Antonio (1, 2, 3 e 4), como forma de auto defesa e de hostilidade do grupo marginal frente às pressões advindas do grupo dominante, não marginal. Essa hostilidade por tudo e por aqueles que não pertencem ao grupo restrito torna-se transparente no momento em que a ironia se soma ao humor e resulta no sarcasmo ferino, com relação às ameaças de autoridades, instituições, entidades. Como o *corpus* reflete a visão de mundo de um grupo marginal, a hostilidade se patenteia em direção às autoridades e instituições policiais, conforme as citações abaixo demonstram:

- (125) “*Aqueles machuchos da PE tinham os bailes na mão /.../.*”
(2, 20, 2)
- (126) “*/.../ e criando nome no meio dos majorengos.*”
(4, 145, 1)
- (127) “*De assim, que pensei estar a caminho de uma amizade de valia com um rato legal, um boa gente da polícia.*”
(4, 141, 5)
- (128) “*Lima, tira aposentado /.../.*”
(1, 115, 5)
- (129) “*/.../ e sem a delação o campo de ação da dona-justa desmilingüiria.*”
(4, 147, 2)
- (130) “*Cheguei à favela com o pessoal da dona-maria e já dentro do camburão tive de desempenhar como macho.*”
(4, 151, 1)

Com isso, há referência aos ‘policiais importantes da Polícia do Exército’; ‘delegado de polícia’; ‘agente de polícia’; e à ‘polícia’, cristalizando-se, assim, todo um menosprezo pela *justa* (justiça) que, ironicamente, recebe a forma de tratamento “dona”, que impõe uma distância e denota autoridade. Entretanto, no caso, conota uma redundância sarcástica, porquanto a justiça é tida como autoritariamente justa. O desprestígio e hostilidade se confirmam mediante o humor, também sarcástico, que desfaz desta “dona”, que passa a ser “dona-maria”, quer dizer, recebe um cognome extremamente vulgar, até despersonalizado – maria –, inclusive com minúscula.

2.4.12. Substituição sinonímica e série sinonímica

A sinonímia dá à gíria uma riqueza loquaz, porque a abundância de uma série sinonímica exprime unicamente uma noção singular. É o caso, por exemplo, de *delator*, que comporta as substituições que figuram na citação seguinte:

- (131) “*Uma viração do cão, em que se leva tudo quanto é nome, “entrega até a mãe”, o chagal, o alcagüeta, o cachorrinho, o delator, o informante, o dedão, o reservado, o que fala, o federal, o engessador, boca mole, o dedoduro.*”

(4, 146, L 8)

Dinheiro comporta as substituições contextualizadas a seguir:

- (132) “*Tutu, o vento, o verdadeiro, a erva.*”

(2, 28, 2)

- (133) “*Vocês vão se virar para me dar algum.*”

(1, 111, 5)

- (134) “*É um derrame, meu: correndo a gaitolina, prosperando.*”

(4, 155, 5)

- (135) “*Aquilo que dá grana, dá canseira.*”

(2, 18, L 10)

- (136) “*Onde tem granolina, piranha vem morder.*”

(4, 152, 1)

- (137) “*‘/.../ era vantagem aliviar o pororó dos loques, pra que otário quer dinheiro?’*”

(2, 17, 1)

O *corpus* apresenta algumas possibilidades que convergem para a idéia de ‘fuga’. São elas, entre outras:

- (138) “*O leão Miçanga deu sorte: ganhou as ruas, deu o pirandelo, tomou chá-de-pira e até agora ninguém viu que buraco, fora do alfalto, ele se enfiou.*”

- (139) “*Com a blitz malhando, fechando em cima do trottoir, começava a tomar chá-de-sumiço aquele tipinho de cafetão /.../.*”

(2, 25, 2)

- (140) “*Maneirando af uns dias na casa de uma grinfa, mas daqui a um nada vou dar no pé pra Brasília, que lá está morrendo gente.*”
(4, 155, 5)
- (141) “*Está corrido pelos morros.*”
(2, 27, 2)
- (142) “*– Saí de pinote do Rio.*”
(4, 158, 2)

2.4.13. Palavra-eixo e conceitos-eixo

Neste ponto, antes de proceder ao exame das palavras-eixo e dos conceitos-eixo (conforme León (13, p. 17-18)), é preciso considerar a questão dos campos lexical e semântico.

Com relação ao sentido, a questão é saber onde descobrir o sentido da(s) palavra(s). Pode-se pensar que ele esteja na própria palavra, nos contextos em que ela se encontra, na situação em que é pronunciada, ou, ainda, na “memória” ou na “consciência” de quem pronuncia a palavra.

Pode-se enveredar para o domínio da psicologia, da sociologia ou da filosofia, mas o problema básico é traçar o limite a partir do qual a palavra assume o sentido.

É premente efetuar a distinção entre campo lexical e campo semântico. Este consiste numa palavra, da qual se busca(m) o(s) sentido(s); aquele resume-se num conjunto de palavras para significar determinada atividade.

A análise dos campos lexicais pode efetuar-se quer diacrônica, quer sincronicamente. Neste artigo processou-se a análise lexical sincrônica, uma vez que este se define como uma pesquisa feita em determinado período da língua, para apreender a distribuição das palavras, exprimindo seres, objetos ou noções.

Para León (13, p. 17-18), em relação ao conteúdo, a gíria desenvolve-se em torno de dois pólos: palavras-eixo e conceitos-eixo. Esta terminologia aproxima-se das noções de campo lexical e campo semântico, além de sugerir os métodos onomasiológicos e semasiológico, que levam à apreensão, respectivamente, de uma multiplicidade de expressões (designações) que formam um conjunto e de uma multiplicidade de significações que também formam um conjunto.

Com isso, palavras-eixo são manifestações lingüísticas individuais ou designações que podem figurar em diversas ocorrências, ocasionando uma multiplicidade de significações; já conceito-eixo refere-se a um campo de sentido individualizado, que pode ser representado por diferentes termos.

O *corpus* ilustra tanto casos de palavras-eixo, como de conceitos-eixo, conforme citações e comentários que seguem.

2.4.13.1. *Palavras-eixo*

Geram expressões e/ou frases e dão origem a séries sinonímicas ou expressões paralelas. Do *corpus* podem ser eleitas as palavras-eixo *boca* e *comer*, por gerarem expressões ou frases paralelas, conforme as citações seguintes:

- (143) “*E amanhecem num terreno baldio, furados de bala, depois da tortura, com a boca cheia de formiga.*”
(4, 146, 1)
- (144) “*– Tão todos na boca de espera, mora. Aqui é tudo lixo.*”
(1, 103, 2)
- (145) “*Pretendo tornar-me um boca de litro inteligente, desses que farejam casos difíceis.*”
(4, 147, 3)
- (146) “*Até já vieram me sondar. Mas se dá que eu sou um boca de mocó e daqui não se arranca nada.*”
(2, 22, L 12)
- (147) “*Então, safados infestam o salão e aquela boca do inferno virava um poço de piranhas.*”
(1, 104, 3)
- (148) “*Sebastião Pé de Chumbo gosta de comer, no sossego, o seu filé com salada de agrião, azeitada bem, num restaurante beleza da Boca do Luxo, ali por volta das três, três e meia da tarde.*”
(4, 160, 6)
- (149) “*O bom menino, desmilingüido e de nada, tinha as qualidades para se tornar um homem de dar serviço, um boca mole.*”
(4, 141, 3)
- (150) “*Na cidade, numa boca pesada ou num botequim da favela, dou para me encolher e meto o galho dentro.*”
(4, 150, 3)
- (151) “*Diabo. Estava na boca daquele lobo e desabrigado, feito bezerro enfeitado.*”
(1, 136, 5)
- (152) “*Finalistas ficaram Lima e Malagueta, mas quem ganhou foi Perus, re-matando certo as bolas dos dois, comendo-lhes as vidas e comendo o bolo, para mais de quatro mil e quinhentos, que as reentradas foram diversas e os parceirinhos eram afoitos.*”
(1, 118, 5)
- (153) “*Um homem quebra o outro comendo-o pela perna, correndo por dentro dele.*”
(1, 114, 2)

- (154) “*Morar em Carapicuíba numa vila encostada à Aldeia dos Índios comendo pó e amassando vermelho não é viagem melhor e é mais escroto. Camela-se às pampas. Garanto.*”
(4, 149, 5)
- (155) “*Os homens lá em cima assinam um papel e a gente aqui embaixo, na vida, vai comendo quente, agüentando ripada no lombo e cadeia.*”
(2, 24, L 2)
- (156) “*Enfrentaram, encararam e deram cartas em tempo de navalha comendo solta na mão dos vivórios, que mesmosem ela e sem o soco inglês, só na pernada, na caçada e na capoeira, botavam três-quatro valentes pra correr.*”
(2, 21, 1)

Efetuada as citações, em torno das palavras-eixo *boca* e *comer*, passa-se às acepções que cada uma das expressões ou frases paralelas veicula.

PALAVRAS-EIXO: BOCA

Expressão ou frase

(Estar com a) BOCA CHEIA DE FORMIGAS	= ‘(estar) morto’
(Na) BOCA DE ESPERA	= ‘(na) expectativa’
BOCA DE LITRO	= ‘delator’
BOCA DE MOÇO	= ‘aquele que não denuncia’
BOCA DO INFERNO	= ‘submundo’
BOCA DO LUXO	= ‘local onde se localizam bares sofisticados e boates de má fama’
BOCA MOLE	= ‘delator’
BOCA PESADA	= ‘ambiente freqüentado por marginais’
(Estar na) BOCA DAQUELE LOBO	= ‘(estar) sujeito a um ser traíçoeiro’

PALAVRAS-EIXO: COMER

Expressão ou frase

COMER AS VIDAS	= ‘dominar com perfeição’
COMER O BOLO	= ‘ganhar o dinheiro apostado’ ‘no jogo’
COMER PELA PERNA	= ‘vencer, trapaceando o jogo’
COMER PÓ	= ‘trabalhar no pesado’
COMER QUENTE	= ‘passar por dificuldades e privações’
COMER SOLTA	= ‘obter êxito surpreendente’

2.4.13.2. *Conceitos-eixo*

Formam campos semânticos concretos, por meio de uma rede de constelações sinonímicas, relativamente a parte do corpo humano, sexo, mulher, prostituição, homossexualidade, funções fisiológicas, defeitos, qualidades, dinheiro, diversão, comida ou ato de comer, bebidas ou ato de beber, drogas, roubo, polícia, golpes, luta, valores, morte ou ato de morrer ou de matar, blasfêmia, insulto, desprezo, enfado e surpresa.

De fato, o *corpus* alude a esses conceitos-eixo. Foram, todavia, eleitos os conceitos-eixo *drogas*, *dinheiro*, *Boca do Lixo*, para ilustrar esse item, primeiramente com os termos contextualizados e, depois apresentados de forma esquemática.

2.4.13.2.1. Drogas

(Nas citações estão grifados os termos que convergem para esse núcleo semântico.)

- (157) “*Passa o baseado ao vizinho.*”
(4, 137, 5)
- (158) “– *O meu compadre, onde posso arrumar um cheio?*”
(4, 156, 2)
- (159) “*No quieto, a espera pesando, um deles acende o fininho.*”
(4, 137, 5)
- (160) “*Ou junto com o cagüeta, se injeta uma picada, um pico, um euforizante, se fica tomado e se desanda a contar vantagem, tretas, presepadas.*”
(4, 152, 3)
- (161) “*Faço uma presença. Que me mande logo um pacau, eu estou numa falta que não tem mais tamanho.*”
(4, 157, 9)
- (162) “*Os machos sugando, aspirando forte; repetindo, nervosos, o movimento de chupação, fumacê, querendo que ela corresse pelas veias.*”
(4, 158, 1)
- (163) “*É uma variedade de peças; dos parceirinhos, jogadores, patrões e cavalos, curiosos, remandioleiros, velhos estrepados e sós, desocupados, famintos, gente da noite, fumetas, aos pintas de outros campos, choros, lanceiros e roupeiros, tudo gente que bate carteira, pisa macio e se alivia de qualquer maneira.*”
(4, 153. L 8)
- (164) “*Eu dei bola, um tapa no fuminho, fingi tragar profundo, chupado.*”
(4, 158, 1)
- (165) “*Então, se pede o tira-gosto, já se bebe o traçado e se vai queimar um fuminho num canto enrustido e se fica ligado.*”
(4, 152, 2)

- (166) *“Aqui não se brinca e uma gota não se bebe em serviço, impossível estar zureta, bêbado ou de voação.”*
(4, 146, L 7)

Campo semântico do conceito-eixo: **DROGAS**

BASEADO	=	‘cigarro de maconha’
CHEIO	=	‘quantidade de maconha suficiente para uma boa porção de cigarros’
FININHO	=	‘cigarros de maconha’
EUFORIZANTE	=	‘entorpecente’
FAÇO UMA PRESENÇA	=	‘peço a outro viciado pequena quantidade de maconha’
FUMACÊ	=	‘cheiro de maconha queimada’
FUMETAS	=	‘viciados em maconha’
FUMINHO	=	‘cigarro de maconha’
PICADA	=	‘injeção de entorpecente’
PICO	=	‘injeção de entorpecente’
FICAR TOMADO	=	‘ficar dopado’
QUEIMAR UM FUMINHO	=	‘fumar maconha’
FICAR LIGADO	=	‘ficar sob o efeito de entorpecente’
VOAÇÃO	=	‘sob sensação provocada pelas drogas’

2.4.13.2.2. Dinheiro

- (167) *“O cara disse que não tinha, estava amarrotado naquele momento, mas era isso e aquilo na vida, e toda a despesa ia ficar por isso mesmo”*
(2, 27, 2)
- (168) *“O bolo crescente, o jogo ficando safado. Fica porco, fica sujo como pau de galinheiro. Um homem quebra o outro comendo-o pela perna, correndo por dentro dele. Um bolo de vida fica grande para só um homem comer.”*
(1, 114, 2)
- (169) *“Já a caixinha passada pelos tiras, o vale branco, inda mais pela retatuia ligada e furtos e entorpecentes, varia, estica e encurta, mas é sagrada e segredo se o serviço é quente.”*
(4, 145, L, 4)
- (170) *“Queima i pé nas bebidas caras. Mas o pedaço do zé mané estava duro, teso.”*
(2, 27, L 2)
- (171) *“É um derrame, meu; correndo a gaitolina, prosperando.”*
(4, 155, 5)

- (172) “*Onde tem granolina, piranha vem morder*
(4, 152, 1)
- (173) “*Depois, tem ainda a groja dos otários.*”
(2, 27, 3)
- (174) “*Mas um cara altamente cabeça não corre a mão em duzentos mil do alheio, duzentos lucas de um pancreário japonês e, vacilão, descansado se esquece jogando crepe nas bocas... sua façanha é pequena.*”
(4, 143, 7)
- (175) “*Malandro ganhar vinte contos, não dar mimo a ninguém, não distribuir as estias!*”
(1, 105, 3)
- (176) “*Robertinho ia-lhes deixar tortos, tortinhos, sem dinheiro para um café.*”
(1, 156, L 7)
- (177) “*A infeliz tem de servir ao mais acordado, tem de dar na amarra. Tutu, o vento, o verdadeiro, a erva.*”
(2, 28, 2)
- (178) “*Continuaram o joguinho e o malandro lhe mordeu os últimos, folgando, devagar, quatro horas de jogo.*”
(1, 104, 3)

Campo semântico do conceito-eixo: *DINHEIRO*

AMARROTADO	=	‘sem dinheiro’
BOLA DE VIDA	=	‘dinheiro como elemento indispensável à sobrevivência
CAIXINHA	=	‘gorjeta’
DURO	=	‘sem dinheiro’
TESO	=	‘completamente sem dinheiro’
GAITOLINA	=	‘dinheiro’
GRANOLINA	=	‘dinheiro’
GROJA	=	‘gratificação’
LUCAS	=	‘cédula de mil cruzeiros’
MIMO	=	‘agrado em dinheiro’
TORTOS (INHOS)	=	‘totalmente sem dinheiro’
TUTU, VENTO	=	‘dinheiro’
VERDADEIRO	=	‘dinheiro’
ERVA, ÚLTIMOS	=	‘dinheiro’

2.4.13.2.3. *Boca do Lixo* (freqüentadores da)

- (179) “*Com a blitz malhando!..., começava a tomar chá-de-sumiço aquele tipinho de cafetão, cafiolo, cafiola de uma mulher só. Com a mina em cana !...!*”
(2, 25, 2)
- (180) “*A curriola se enfezou.*”
(1, 105, 3)
- (181) “*Opa! Ele estava gostando da dona, mas se esqueceu de uma lei dos malandros: a gente vê com os olhos e lambe com a testa.*”
(2, 23, L 3)
- (182) “*Uma égua de raça que corria na boca e na pretensão de muitos malandros.*”
(1, 148, L 3)
- (183) “*Mulheres da hora moviam as cabeças!...! na tarefa de chamar homens.*”
(1, 131, 5)
- (184) “*Ali se promisculam tipos vadios, viradores, !...!, surrupiaadores de carteira, estudantes, mulheres da vida, !...!*”
(1, 148, 5)
- (185) “*Pivete é fera.*”
(4, 141, 7)

Campo semântico do conceito-eixo: **BOCA DO LIXO**

CAFETÃO, CAFIOLO, CAFIOLA	= ‘(gradação de competência de) indiv- explorador de mulher’
MINA	= ‘mulher que sustenta cáften’
CURRIOLA	= ‘turma formada por desocupados’
DONA	= ‘mundana’
ÉGUA DE RAÇA	= ‘meretriz requintada’
MULHERES DA HORA	= ‘prostitutas’
VIRADORES	= ‘indivíduos que tentam uma maneira qualquer de luta pela sobrevivência, após meia-noite’
SURRUPIADORES	= ‘ladrões’
MULHERES DA VIDA	= ‘meretrizes’
PIVETE	= ‘delinquentes’

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como o processo de formação da gíria brasileira – ilustrado no item 2 – foram fundamentados nos estudos do *argot*, já efetuados em outras línguas, tornam-se indispensáveis alguns esclarecimentos.

O *argot* francês aparece dividido em antigo e moderno, sendo o primeiro um código criptológico e o segundo um léxico que, além de criptológico, serve de identidade grupal. Essa transposição de código para léxico fez com que lingüistas afirmassem a inexistência do *argot* no mundo atual. É patente que o *argot* antigo não sobreviveu; em contrapartida, o *argot* moderno perdura.

O exame da gíria brasileira mostrou-a como um léxico, apresentando pontos comuns com o *argot* moderno; no entanto, manifestou algumas peculiaridades que fizeram aparecer dividida em gíria de grupo e gíria comum, entremeadas de termos das linguagens obscena e erótica, sem, contudo, confundir-se com o calão. Diga-se, de passagem, que estas duas linguagens também se manifestam no jargão, porém de modo mais discreto, por ser este uma linguagem especializada de determinada profissão.

O levantamento dos procedimentos de formação da gíria brasileira a partir dos registrados por Guiraud (6) para o *argot* francês, por Pinto (10) para gíria portuguesa, por Mehrotra (9) para o *argot* norte-americano e por León (13) para o *argot* castelhano, demonstrou que muitos procedimentos são comuns nessas diferentes linguagens.

Depois desse confronto, pôde-se chegar a algumas características da gíria brasileira, que apresenta, dentre vários traços, os seguintes:

1. linguagem altamente conotativa, mas com pouco aproveitamento de formas sutis de relação e com grande número de especializações semânticas;
2. frequência da sufixação, em torno da base semântica originária;
3. supressão fônica e derivação por encurtamento de vocábulo, feitas por um povo que mais ouve do que lê;
4. tendência à formação de oxítonas e de formas verbais da primeira conjugação;
5. presença de composição onomatopaica e de repetição de bases significativas com propósito intensificador, além de composições equivalentes e qualificadores;
6. emprego de termos com sentido especializado;
7. depreciação de seres, valores e instituições advindos da sociedade dominante;
8. adaptação fônica de empréstimos;
9. tendência à concretização do abstrato;
10. gosto por formas ritmadas; e
11. predileção por certas palavras-eixo (bastante concretas) e por conceitos-eixo (relativos à prostituição, ao dinheiro, ao jogo, ao roubo, ao tóxico etc.).

Num primeiro estágio, a gíria de grupo marginal circula no âmbito restrito de um grupo marginal. Aí, parece como léxico criptológico e funciona como elemento de identificação e de auto-afirmação dos falantes. Neste ponto aproxima-se ela do *argot*

moderno. E, ao mesmo tempo, veículo de comunicação, de defesa e de preservação do grupo restrito, sendo de observar que quanto mais forte o sentimento de união e de coesão grupal, mais se acentuam as características diferenciadoras do grupo em relação à classe dominante. Nesse primeiro estágio, torna-se ela signo do grupo que a utiliza, mas um signo estigmatizado, do ponto de vista dos grupos não marginais.

O ser signo de um grupo é o traço que torna possível distinguir a gíria da linguagem obscena, da linguagem erótica e da linguagem comum. Deve-se mencionar, contudo, que ela se aproxima da linguagem obscena (= calão = palavrão), porque serve de elemento catártico à evasão de sentimentos dos componentes do grupo restrito. Isto reforça a dificuldade de estabelecer limites entre as linguagens.

As relações sociais, porém agem sobre a dinâmica da linguagem e o emprego da gíria vai, a pouco e pouco, se estendendo para certos contextos situacionais onde, em tempo anterior, não era desejada nem admitida. Caminha para um segundo estágio, ao extrapolar os limites do grupo restrito, e penetra um domínio intermediário, no qual ainda não perde o estigma do grupo de origem, mas não está, ainda, incluída na linguagem comum. Esse segundo estágio e domínio intermediário são os da gíria em trânsito. Daí ela passa a um terceiro estágio, no qual perde aquele estigma, quando se vulgariza: é o estágio da gíria comum. Aqui pode passar facilidade à linguagem comum.

O trajeto da gíria, nascendo como de grupo e passando depois à gíria comum e por fim integrando-se na linguagem comum, não é sistemático nem obrigatório, porque um termo tanto pode vulgarizar-se até atingir a linguagem comum (pela alta frequência e/ou expressividade – legitimada pela consagração do uso –, depois de perder o estigma de linguagem de grupo marginal), quanto o termo pode se desgastar (igualmente pela alta frequência e/ou por não perder o estigma de linguagem de grupo marginal) e desaparecer.

Pelo fato de passar de um estágio para outro, de proceder de um grupo marginal (sem prestígio social) e de poder vir a diluir-se na linguagem comum, a gíria não deixa de ser gíria. Esse fato não a faz desaparecer; ao contrário, estimula-a, dinamiza-a, pois a vulgarização de determinados termos obriga à necessidade e conseqüente criação de novos termos, substituintes daqueles vulgarizados, a fim de que os caracteres criptológico e expressivo da linguagem sejam e continue a existir a marca de identidade dentro do grupo. A gíria vulgarizada representa uma despersonalização do grupo de origem, uma nivelção lingüística que, no último estágio, não implica, de forma alguma, um comprometimento de ordem social ou, mais precisamente, de identidade social como o grupo restrito, marginal, a que ela inicialmente se ligou.

É fato comprovado que as transformações sociais e lingüísticas são incessantes e que a atitude do falante está associada à ideologia moral de cada época e da comunidade a que pertence. Conseqüentemente, os meios de comunicação de massa, nos últimos anos, têm concorrido para a vulgarização da gíria, levantando toda interdição vocabular. Isto equivale a dizer que a gíria de grupo se vulgariza e se renova, e o seu uso, como gíria comum propensa a integrar a linguagem comum, decorrente daquela vulgarização, faz dela uma realidade lingüística operante, tornando-a possível de análise e de estudos acadêmicos. Mesmo que só possa ser estudada, após ter-se vulgarizado.

Na verdade, o estudo da gíria transcende o puramente acadêmico, é falada por grupos diversos que alcançaram destaque de alguma ordem; ocupa manchetes nos meios de comunicação; é altamente produtiva nas mensagens publicitárias; domina filmes, revistas, novelas; veicula uma visão romântica, interna e externa. Resta, por fim, lembrar as palavras de E. Benveniste (*In: Uribe-Villegas (11:196)*):

“Es un parlante el que encontramos en el mundo; un hombre que le habla a otro hombre, y la lengua enseña la definición misma del hombre.”

CABELLO, A. R. G. – Word formation proces of Brazilian slang. *Alfa*, São Paulo, v. 35, 19–53, 1991.

ABSTRACT: The object of this article is to observe how the word formation process occurs in Brazilian slang, in order to attain its characterization. Within this purpose, JOÃO ANTONIO's fictional literary work provides the necessary corpus, since his books constitute a precious slang repertory.

KEYWORDS: gíria (slang), argot, phonetic, morphossyntactic, lexical and semantic levels.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Do corpus

1. JOÃO ANTONIO. *Malagueta, Perus e Bacanaço*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.
2. JOÃO ANTONIO. *Leão-de-chácara*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.
3. JOÃO ANTONIO. *Malhação do Judas Carioca*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1981.
4. JOÃO ANTONIO. *Dedo-duro*. Rio de Janeiro: Record, 1982.

De embasamento teórico

5. CABELLO, A. R. G. *A gíria como linguagem literária em contos de JOÃO ANTONIO*. Bauru: Universidade do Sagrado Coração, 1987. (Caderno de Divulgação Cultural, 25).
6. GUIRAUD, P. *L'Argot*. Paris: P. U. F., 1956.
7. JESPERSEN, O. “Slang”. *In: Mankind, nation and individual*. London: George Allen e Unwin, 1954.
8. LEMLE, M. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. *Tempo Brasileiro*. v. 52/54; p. 61, 94, abr-set, 1978.
9. MEHROTRA, R. R. *Sociology of secret languages*. Simla, Indian Institute of Advanced Study, 1977.
10. PINTO, E. P. A língua popular e a gíria brasileira e portuguesa. *In: Língua e Literatura*. São Paulo: v. 4; p. 93-137, 1975.

11. URIBE-VILLEGAS, O. (editor). *La sociolingüística actual* (algunos de sus problemas, plantamientos y soluciones). México: Universidad Autónoma do México/Instituto de Investigaciones sociales, 1974.

Dos dicionários

12. BESSA, A. *A Gíria portuguesa*. Lisboa: Gomes de Carvalho, 1901.
13. LEÓN, V. *Diccionario de argot español*. Madrid: Alianza, 1981.
14. NASCENTES, A. *A gíria brasileira*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1953.
15. SILVA, E. C. da. *Diccionario da gíria brasileira*. Rio de Janeiro: Bloch, 1973.
16. SILVA, F. da. *Diccionario de gíria*. 5. ed. São Paulo: Prelúdio, s. d.
17. VIOTTI, M. *Novo dicionário da gíria brasileira*. 3. ed. (ref. cor. aum.), Rio de Janeiro: Tupã, 1957.

RITMO E MOTIVAÇÃO SONORA EM PROVÉRBIOS E FRASES FEITAS

Rogério CHOCIAY*

RESUMO: Este artigo focaliza provérbios e frases feitas em Língua Portuguesa, procurando demonstrar o caráter não apenas expressivo, mas também estruturador, que o ritmo e a motivação sonora exercem nessas formas simples de discurso.

UNITERMOS: Provérbio; ditado; frases feita; ritmo; motivação sonora; Língua Portuguesa; Métrica; Rítmica; versificação; verso.

Um dos aspectos que mais chamam a atenção de quem estuda provérbios e frases feitas em Língua Portuguesa é o do alto grau de elaboração a que chegam muitas dessas simples formas de discurso, particularmente no que diz respeito ao ritmo e ao arranjo das sonoridades. Um provérbio como o abaixo exemplificado (Mota, 9, p. 211) apresenta uma organização rítmico-melódica em dois movimentos silábico-acentuais simétricos,

*	*	*		*	*	*	*	*	
Quem	foi	mordido	de	cobra,	tem	medo	até	de	minhoca
1	2	3 4 5	6	7 8	1	2 3	4	5	6 7 8

cada qual com oito sílabas e idêntica disposição de intensidade na 1^a, 2^a, 4^a e 7^a sílabas (a intensidade da primeira sílaba é atenuada, na emissão, em virtude do predomínio da segunda). A simetria dessa organização é reforçada pela coincidência, no final de cada movimento, das vogais tônica e postônica: cObra/ minhOcA. Seria essa correspondência meramente acidental?

Se estivéssemos estudando versos, diríamos que o provérbio acima é constituído por dois redondilhos maiores de esquema acentual 2-4-7, com rima emparelhada, toante (porque se repetem apenas as vogais tônica e postônica dos segmentos terminais de cada verso.) Esta semelhança estrutural entre provérbios e poesia não é novi-

* Bolsista do CNPq (Proc. 301768/88-9) – Departamento de Letras Vernáculas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15055 – São José do Rio Preto – SP.

dade para os estudiosos: Leonardo Mota (9, p.401) afirma que o processo rítmico é uma das características formais relevantes dessas formas de expressão. Cascudo (4, p. 13-4) diz que os adágios apresentam “forma rítmica e, em sua maioria, com sete sílabas, mantendo a tradição da redondilha maior”. João Ribeiro (*apud* Mota, 9, p. 54) observa que muitas frases feitas e ditados “tem sete pés métricos”.

Tais características não são, evidentemente, privativas dos provérbios em Língua Portuguesa. Joles (5, p.140) observa que, além de esquemas retóricos comuns, os provérbios alemães realizam também “esquemas silábicos e rítmicos” comuns, além de evidenciarem como elementos estruturadores a rima e a aliteração.

De fato, uma leitura mesmo superficial de qualquer adagiário em Língua Portuguesa revela que a grande variedade de soluções formais é um dado ilusório. Por baixo do aparente caos das seqüências proverbiais de maior ou menor número de sílabas, fluem e refluem padrões silábicos e acentuais perfeitamente identificáveis (para não falar nos padrões sintáticos e retóricos que um estudo mais abrangente detectaria com grande facilidade). São freqüentes, por exemplo, em nosso idioma, os provérbios obedientes ao padrão que identificamos acima: duas seqüências de oito sílabas com acento constante na sétima e variável nas interiores, encerradas por rimas toantes (entre vogais), soantes (entre vogais e entre consoantes simultaneamente) ou mesmo sem rima, como se pode verificar nos três exemplares seguintes, colhidos com facilidade em diferentes adagiários:

Quem tem alforges e asno, quando quer vai ao mercado.
(Lamenza, 6, p. 234)

Quem nunca se aventurou, nunca perdeu nem ganhou.
(Braga, 3, p. 249)

Mulher e pau de porteira em toda a parte se encontra.
(Peixoto, 11, p. 61)

Essa identidade de padrões silábicos e acentuais não se limita aos redondilhos, mas percorre praticamente toda a extensão dos metros da poesia. Isso nos permite lançar mão do aparato terminológico e conceptual da Métrica e da Rítmica para tentar identificar níveis de organização e hierarquização de padrões dos provérbios, à semelhança dos níveis de organização formal detectáveis na poesia. Nesta linha metodológica, podemos começar a estabelecer uma verdadeira “métrica” proverbial, que começa com seqüências simples, correspondentes a versos, e chega a seqüências mais complexas, análogas a estrofes.

Correspondentes a versos são os provérbios que podemos denominar “unimembres”, ou seja, os que se realizam numa só seqüência silábico-acental. Descrevemo-los e designamo-los com base no padrão agudo de contagem, usual nos estudos de versificação portuguesa:

- a) trissílabo: “Dito e feito”. (Mota, 9, p. 108)
- b) tetrassílabo: “Do mal o menos”. (Mota, 9, p. 109)

- c) pentassílabo: “Língua não tem osso”. (Peixoto, 11, p. 59)
- d) hexassílabo: “Um gambá cheira outro”. (Mota, 9, p. 248)
- e) heptassílabo: “Cada qual no seu lugar”. (Peixoto, 11, p. 59)
- f) ocoassílabo: “Sombra de pau não mata cobra”. (Araujo, 2, p. 46)
- g) eneassílabo: “Rio torto se passa dez vezes”. (Mota, 9, p. 230)
- h) decassílabo: “Saco vazio não se põe em Pé. (Mota, 9, p. 232)
- i) decassílabo: “Tromba de porco não mata mosquito” (Mota, 9, p. 245)
- j) decassílabo: “Urubu pelado não voa em bando”. (Mota, 9, p. 249)
- l) hendecassílabo: “Jibóia não corre mas pega veado”. (Araujo, 2, p. 69)
- m) dodecassílabo: “Vaqueiro novo faz o gado desconfiado”. (Mota, 9, p. 251).

Note-se que todos os exemplos acima, colocados em ambiente poemático (poema metrificado) se enquadrariam sem qualquer problema. Neste sentido, vale reparar a variedade métrica dos provérbios decassílabos: o exemplo *h* é um perfeito “sáfico”, de esquema 1-4-8-10; o exemplo *i* apresenta esquema 1-4-7-10 e *j* o esquema 3-5-8-10, ambos típicos da poesia trovadoresca. O exemplar *l* realiza o esquema do verso hendecassílabo de arte maior, 2-5-8-11, muito apreciado pelos românticos brasileiros. Já o último provérbio realiza-se como um perfeito alexandrino clássico (dois hemistíquios hexassílabos).

Muito mais numerosos são os exemplos de provérbios “bimembres”, em que ambas as seqüências, marcadas ou não por rima, apresentam idêntico número de sílabas e, às vezes, a mesma distribuição acentual. No rol abaixo, para salientar a identidade estrutural entre os dois membros, escrevemo-los na disposição de versos:

- a) dissílabos: Mão branca,
mão manca. (Peixoto, 11, p. 60)
- b) trissílabos: Muita parra,
pouca uva. (Lima, 7, p. 285)
- c) tetrassílabos: Da mão à boca
se perde a sopa. (Lamenza, 6, p. 74)
- d) pentassílabos: De casa de gato
não sai farto o rato. (Lamenza, 6, p. 76)
- e) hexassílabos: Ao galgo mais lebreiro
foge a lebre em janeiro. (Araujo, 2, p. 55)
- f) heptassílabos: Não há cego que se veja,
nem torto que se conheça. (Lamenza, 6, p. 143)
- g) octossílabos: Quem faz filho em mulher alheia,
perde o filho e perde o feitio (Nascentes, 10, p. 130)
- h) eneassílabos: Mulher não casa com carrapato,
porque não sabe qual é o macho. (Peixoto, 11, p. 61)
- i) decassílabo: Se queres que o teu filho engorde e cresça,
lava-lhe o corpo e rapa-lhe a cabeça. (Lamenza, 6, p. 247)

Essa semelhança com os padrões de versificação, aliada ao fato de que muitos provérbios são mais antigos no idioma que as formas poemáticas mais elementares, demonstra que formas proverbiais e formas poemáticas bebem na mesma fonte e talvez até se tenham influenciado mutuamente ao longo do tempo. É notável, neste sentido, a existência de provérbios com a combinatória de seqüências silábicas e acentuais que lembram a montagem do antigo *verso de arte maior*, constituído segundo a fórmula 5+5, cujo primeiro hemistíquio podia ser indiferentemente agudo, grave ou esdrúxulo. Observe-se, a propósito, no exemplar abaixo, que o hemistíquio “Amor de mulher” é agudo, enquanto “Afagos são sempre” é grave:

Amor de mulher e festa de cão

Afagos são sempre pra bolsa ou pra mão. (Lamenza, 6, p. 35)

Embora a estruturação bimembre pareça predominante, os provérbios costumam apresentar-se também com três ou mais membros simétricos de diferentes padrões silábicos, constituindo verdadeiros tercetos e quadras:

a) terceto ABA em verso tetrassílabo:

Chamo-me Aleixo;
no mundo acho,
no mundo deixo. (Lamenza, 6, p. 54)

b) terceto ABA em verso pentassílabo:

Em tempo de guerra,
mentira por mar,
mentira por terra. (Lamenza, 6, p. 97)

c) quadra ABAB em versos pentassílabos:

Carrasco em matar;
alcaide em prender;
ladrão em furtar;
ganham de comer. (Lamenza, 6, p. 62)

d) quadra AABB em versos tetrassílabos:

Peru calado
ganha um cruzado;
peru falando
sai apanhando. (Peixoto, 11, p. 64)

e) quadra AABB em versos heptassílabos:

Se a lua for nova ou cheia,
preamar as três e meia;
se for crescente ou minguante,
de nove e meia em diante. (Peixoto, 11, p. 72)

Os provérbios não se realizam, todavia, apenas pela combinação de membros simétricos. Semelhantemente ao que ocorre na poesia, há provérbios constituídos de um verso “inteiro” com seu “quebrado”. A tradição versificatória considera “quebrados” estruturais do redondilho maior o trissílabo e o tetrassílabo, combinatório que encontramos em:

- a) 7/4: Quem tem burro e anda a pé
mais burro é. (Lima, 7, p. 287)
- b) 7/3: Para onde vai o cachorro,
vão as pulgas. (Mota, 9, p. 186)

Não é difícil encontrar exemplares que 8/4, ou seja, octossílabo e tetrasílabo:

Casa varrida e mesa posta
hóspede espera. (Lamenza, 6, p. 62)

Igualmente se encontram os arranjos 10/6 (decassílabo e tetrasílabo) e 12/6 (dodecassílabo e hexassílabo), como se pode observar, respectivamente:

Chora à boca fechada,
e não dê conta a quem te não dá nada. (Lamenza, 6, p. 65)

De boas intenções o inferno está calçado
e o céu de boas obras. (Mota, 9, p. 99)

Essa homeometria permite realizações mais complexas, verdadeiras estrofes como a seguinte combinação de tetrasílabos e hexassílabos:

Com arte e engano
vivo metade do ano;
e com engano a arte
a outra metade. (Lamenza, 6, p. 66)

Saindo do domínio da homeometria (correspondência estrutural entre inteiro e quebrado) para o da heterometria (arranjo livre entre versos de diferente extensão), encontramos igualmente nos provérbios rico material para estudo. No caso da poesia, somente em fins do Simbolismo e a partir do Modernismo ocorreu a conquista do verso livre, que assim ganhou foros de cidadania na Poética. Já no âmbito dos provérbios, a heterometria é tão antiga quanto a isometria e a homeometria. A exploração do efeito da desigualdade de uma sílaba entre os dois membros dos provérbios é processo dos mais comuns:

2/3 : Boi morto,
vaca é. (Peixoto, 11, p. 54)

3/4 : De madrasta
o nome abasta. (Peixoto, 11, p. 56)

5/4 : Enquanto eu correr
meu pai tem filho. (Peixoto, 11, p. 57)

6/5 : Em casa de ferreiro,
espeto de pau. (Lamenza, 6, p. 89)

7/6 : Doze galinhas e um galo
comem como um cavalo. (Lamenza, 6, p. 89)

- 8/7 : Em caso de necessidade,
casa a freira com o frade. (Lamenza, 6, p. 94)
- 8/10: Quem te mandou, urubu pelado,
meter-se no meio dos coroados. (Peixoto, 11, p. 68)

Diz Cavalcanti Proença (12, p. 71) que essa diferença de uma sílaba, responsável por um efeito típico no plano rítmico, é característica das adivinhas populares, o que reforça a impressão de que, também no plano dos provérbios, não se trate de fato aleatório. Dependendo do contorno melódico de cada membro do provérbio, a falta de uma sílaba pode passar despercebida ao ouvido, ou mesmo ser completamente compensada por outros fatores.

Aumentada a diferença de número de sílabas entre as seqüências que constituem os provérbios, produz-se a autêntica heterometria, com muitíssimos casos bastante semelhantes a seqüência de versos livres da poesia, como se pode observar no rol de exemplos abaixo:

Chuva de levante,
não deixa coisa constante. (Lamenza, 6, p. 65)

Coices d'égua
não fazem mal ao potro. (Lamenza, 6, p. 66)

Em janeiro,
um porco ao sol,
outro ao fumeiro. (Lamenza, 6, p. 96)

Pão de hoje,
carne de ontem
e vinho de outro verão
fazem o homem são. (Mota, 9, p. 185)

Para comer,
se convida uma vez;
para trabalhar,
se espera até chegar. (Mota, 9, p. 186)

Casa de terra,
cavalo de erva,
amigo de palavra,
tudo é nada. (Lamenza, 6, p. 62)

Quem tem abelhas,
ovelhas e moinhos
entrará com el-rei em desafio. (Araujo, 2, p. 10)

Porca com três meses,
três semanas,
três dias
e três horas,
bacorinho fora. (Araujo, 2, p. 10)

Deixando de lado o aspecto métrico e rítmico dos provérbios, cujas possibilidades de estudo esperamos ter demonstrado, podemos focalizar agora o trabalho de elaboração que tais formas sofrem no plano das sonoridades. Além da rima, que ajuda a sustentar a seqüência rítmica dos provérbios, estes freqüentemente apresentam arranjos peculiares de vogais e consoantes, não apenas com efeito meramente “orquestral”, mas também de motivação sonora ou, como dizem os manuais antigos, “harmonia imitativa”. Tal arranjo de sonoridade se observa também em outras formas de elaboração popular, como por exemplo nas frases feitas e locuções do idioma. Sirvam de exemplo as chamadas “locuções adverbiais”: além de evidenciarem organização e seleção no nível do ritmo (parecem ser muito freqüentes, senão predominantes, locuções adverbiais que realizam o esquema rítmico $_ _ / _ _ / _ _$, variante para $_ / _ _ _ / _ _$ ou para $_ _ _ / _ _$, como por exemplo *de vez em quando, de vez em vez, de quando em quando, de quando em vez, com mais tardar, de atravessado, de boa fé, de mãos beijadas, de ponto a ponto, horas e horas, num repelão, em derredor*), revelam freqüentemente arranjos expressivos no nível das sonoridades. São notáveis, neste sentido, exemplares que apresentam aliterações, coliterações, assonâncias, rima toante ou soante: *a par e passo, sem mais nem menos, às mil maravilhas, com a mão na massa, com fé formada, ao pé da porta, de cabo a rabo, de capa e espada, de caso raso, de ceca em meca* (Silva, 13). Tais processos atingem grande freqüência também nos outros domínios da fraseologia portuguesa: *macacos me mordam, bater as botas, apanhar com a boca na botija, não ter mas nem meio mas, lamber os beiços, custe o que custar, dedo de Deus, armado até os dentes, malhar em ferro frio, lançar luzes*, etc. (Nascentes, 10). A este respeito, Said Ali (1, p. 24-6) comenta o emprego da rima em frases feitas e demonstra que muitas vezes é a rima por si mesma, e não propriamente o sentido ou a função, que lhes serve de elemento gerador e estruturador. “Não ter eira nem beira”, segundo o estudioso, foi em certo tempo ampliada para “Não ter eira nem beira nem ramo de figueira”, por pura imposição de ritmo e rima, sem respaldo no plano do conteúdo. Na própria constituição original de algumas frases vê Said Ali o predomínio do formal sobre o funcional, como podemos perceber ao Tentarmos justificar, pelo sentido, frases do tipo: *correr seca e meca* (que é *seca?*), *misturar alhos com bugalhos* (?), *andar a trancos e barrancos* (?), etc.

Não é de espantar, portanto, que, largamente empregados como processos expressivos e estruturadores nos mais variados domínios da fraseologia popular, aliteração, coliteração, assonância e rima surjam nos provérbios com regular freqüência e elevado grau de elaboração. Num exemplar como

A agulha puxa a linha, a linha puxa a agulha (Lamenza, 6, p. 7)

já se percebe o requinte do acúmulo de procedimentos como a reiteração de vocábulos (cuja conseqüência são efeitos de aliteração e rima) e a reordenação em quiasmo, procedimento trivial na oratória e na poesia. Noutro provérbio muito conhecido,

Briga o mar com as pedras,
e quem paga são os mariscos.

apesar da heterometria e da ausência de rima, o predomínio de consoantes oclusivas e a linha coliterativa *b-m-p* sustentam ritmicamente a seqüência, ao mesmo tempo em que criam efeito imitativo. Noutro exemplar bastante conhecido – Cesteiro que faz um cesto, faz um cento – a insistência em consoantes fricativas *s-z-f* cria um reforço paralelo à insistência no processo descrito pelo provérbio.

O arranjo das sonoridades pode em alguns casos atingir requintes inesperados. Em

A afeição do falso é fio de navalha. (Lamenza, 6, p. 7)

a linha aliterativa de *f* e *s*, fechada por uma coliteração *f-v*, ultrapassa os limites da mera harmonia imitativa, para atingir a sinestesia (os sons fricativos *f-s-v* criam sugestões no plano táctil) e a cenestesia (expressão de sensações interiores; no caso do exemplar em pauta, por via da imagem do fio da navalha).

É, todavia, num provérbio dos mais conhecidos,

Água mole em pedra dura,
tanto bate até que fura. (Lamenza, 6, p. 32)

que se observa uma concentração extrema de processos, a começar pela simetria dos membros, correspondentes a dois redondilhos maiores perfeitos, com ritmo trocaico. Além da rima soante (*dura/fura*), que fecha o conjunto, verifica-se um oportuno arranjo entre a distribuição de consoantes oclusivas, que predominam maciçamente ao longo dos dois alinhamentos, e a de constritivas que surgem no final:

Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura.

g m p d d t t b t t k

f r

É evidente o efeito imitativo do ritmo exclusivamente trocaico de ambos os segmentos do provérbio (A insistência com que cai a água), e surpreendente a sugestão no plano da sonoridade: as oclusivas predominam do início ao fim, fazendo paralelo à idéia de “bater” do plano semântico; havendo mudança neste, muda o arranjo das sonoridades, surgindo duas consoantes fricativas, capazes de veicular a sugestão pertinente. Com isto, o plano semântico e o plano rítmico-sonoro somam seus resultados para criar o alto poder sugestivo do provérbio.

*

* *

Os comentários feitos e os exemplos analisados até este momento deixam óbvia a relação existente entre os processos que levam à elaboração de verso e à de provérbios e frases feitas. Júlio Moreira (8, p. 321-2), em estudo sobre as denominações de provérbios, lembra a grande variedade de sinônimos: *provérbios, anexim, rifão, refrão, adágio, ditado, palavra, exemplo e verbo*. Ao longo do tempo, tais formas simples têm sido designadas com estes e talvez outros termos. O mais interessante, porém, é que a própria palavra *verso*, segundo o estudioso, chegou a ser empregada como sinônimo de provérbio, o que se patenteia em Gil Vicente, que escreve:

Diz um verso acostumado:
 “Quem quer fogo, busque a lenha”.

Estaria na raiz deste emprego antigo a consciência da estreita relação entre as duas formas de expressão?

Bem mais perto de nós, Amadeu Amaral, poeta neoparnasiano e estudioso de folclore, afirmou (*apud* Mota, 9, p.54) que “o provérbio, quando não é puro verso, é parente próximo deste, pelo ritmo e pela rima”. E André Joles (5, p. 141), vincando o parentesco, enfatiza uma diferença: “... o esquema rítmico não tem a mesma função nas formas artísticas e no provérbio; nas primeiras, é o elo que faz progredir a criação verbal, enquanto que no provérbio é o elo que encerra a Forma”. Nada mais conciso para esclarecer que os provérbios são formas simples, dotadas de unidade semântica e rítmica, em que a concentração de processos formais e expressivos é essencial.

Não é preciso dizer mais para demonstrar que existe toda uma *Poética* subjacente aos adagiários em Língua Portuguesa, e que é tarefa das mais promissoras tentar descrevê-las em seus múltiplos compartimentos. Parece ser esta, de fato, uma boa alternativa para a recuperação dos estudos sobre a matéria, que têm sido realizados costumeiramente com a mera intenção de recolher o arrolar, ou comparar com similares de outros idiomas.

CHOCIAY, R. Rhythm and sonorous motivation in proverbs and stock phrases. *Alfa*, São Paulo, v. 35, 55-64, 1991.

ABSTRACT: This paper focuses on proverbs and stock phrases in Portuguese, trying to show not only the expressive but also the structuring role which both rhythm and sonorous motivation play in these simple forms of discourse.

KEYWORDS: Proverb stock phrase; rhythm; sonorous motivation; Portuguese language; Metrics; Rhythmics; versification; verse.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALI, M. S. Rimas em frases feitas. In: *Meios de expressão e alterações semânticas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1951.
2. ARAUJO, C. *Os bichos nos provérbios*. Rio de Janeiro: Ronega, 1950.
3. BRAGA, T. "Adagiário português". *Revista Lusitana*, Lisboa, v. 18, n. 3/4, p. 225-74, 1914.
4. CASCUDO, L. C. *Dicionário do folclore brasileiro*. Brasília: INL, 1972. 2 v.
5. JOLLES, A. *Formas simples*. Tít. original: *Einfache formen*. Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1976.
6. LAMENZA, M. *Provérbios*. 3. ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1950.
7. LIMA, A. C. P. Tradições populares de Santo Tirso. *Revista Lusitana*, Lisboa, v. 28, n. 3/4; p. 282-337, 1914.
8. MOREIRA, J. "Designação dos provérbios". *Revista Lusitana*, Lisboa, v. 10, n. 3/4; p. 321-2, 1908.
9. MOTA, L. *Adagário brasileiro*. Fortaleza: UFC, 1982.
10. NASCENTES, A. *Tesouro da fraseologia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1966.
11. PEIXOTO, A. Adágio brasileiros. In: *Miçangas*. Brasília: Ed. Catedra-MEC, 1977. p. 49-73.
12. PROENÇA, M. C. *Ritmo e poesia*. Rio de Janeiro: Simões, 1955.
13. SILVA, E. C. *Dicionário de locuções da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Bloch, 1975.

OBSERVAÇÕES SOBRE O USO DE UM TIPO PARTICULAR DE NOMINALIZAÇÃO

Manoel Luiz Gonçalves CORRÊA*

RESUMO: O artigo trata de um tipo particular de nominalização e procura mostrar os efeitos semântico-enunciativos desse processo. Para tanto, aborda duas expressões: preservação da natureza e preservação da face.

UNITERMOS: Nominalização; enunciação; complemento nominal.

1. SOBRE DOIS TIPOS DE PRESERVAÇÃO

Numa confluência entre movimentos populares, divulgação pela mídia e discursos oficiais, que já vinha resultando numa espécie de unanimidade mundial, o tema do meio ambiente parece ter chegado ao ápice com o advento da crise no Golfo Pérsico a partir de agosto de 1990.

No Brasil, o tema “verde” já vinha sendo disputado, como se sabe, por diferentes partidos identificados como mais à esquerda, pelo governo e mesmo por políticos conhecidos por práticas muito pouco humanitárias. Tem-se procedido, por vezes, quanto a esse tema, como a uma renovada caça às esmeraldas.

No contexto dessa luta por um tema de fácil penetração na opinião pública, a palavra de ordem é a *preservação*. *Preservação das matas, dos rios, dos animais, dos recursos naturais, da vida, da natureza.*

Formulações como essas parecem verdadeiras por si mesmas, assentadas sobre dados cuja objetividade não se discute, não se questiona. Enunciar qualquer ressalva a respeito é um risco para o locutor, na medida que dará motivo para que seu discurso seja enquadrado na categorização depreciativa mais à mão, marcando seu dizer como anacrônico, numa acepção especial do termo, ou seja, como fora do espaço de sentido criado no momento da interlocução; anacrônico, portanto, porque fora daquilo que o enunciado recorta como presente, isto é, como atualidade própria do dizer. O efeito de negar ao locutor o seu espaço próprio corresponde a uma espécie de pulveri-

* Departamento de Linguística – Faculdade Ciências e Letras de Assis – UNESP – 19800 – SP.

zação de sua imagem. Nos termos do cientista social canadense Erving Goffman, teríamos nesse caso o efeito da perda da face (10, p. 9-42) – imagem de que o indivíduo se investe e de cuja manutenção e estratégias interativas de defesa se nutre a interação.

Estudioso das relações sociais em instituições por ele classificadas como fechadas (as instituições que chama *totais* (8, p. 13-99), como hospitais, manicômios, presídios), Goffman ocupou-se das representações que o indivíduo tem sobre si, a um só tempo pela sociedade e pelo próprio indivíduo, estudando o modo como se dá o que ele chama a interação face a face entre os indivíduos (9, p. 29 e ss.), além de, mais particularmente, ter procurado descrever os ritos de interação e as estratégias ditas de *preservação da face*. (10, ib.)

Sem entrar no mérito de seus resultados, interessa-nos lembrar que essa idéia vem sendo utilizada por muitos estudiosos da linguagem, em especial por aqueles que entendem o fenômeno da linguagem como interação. Assim, não mais no plano das verdades sobre Ecologia – em que se centra a atenção na revelação entre o homem e a natureza –, mas desta feita no plano das verdades sobre a Cultura – em que a atenção se fixa basicamente na descrição da revelação entre os homens –, voltamos a encontrar o tema da preservação. O retorno do tema não nos interessa, no entanto, quanto ao que poderia revelar a respeito de um possível parentesco entre os assuntos tratados nesses dois domínios. Não nos interessa, por outro lado, ver nesse retorno uma simples repetição de um item lexical, no caso, *preservação*. Sobretudo, nosso interesse se volta para o modo como esse tema retorna, isto é, volta-se, ao mesmo tempo, para a estrutura utilizada [(NOME) + (SINTAGMA PREPOSICIONADO)]* e para o que ela caracteriza como prática nesse tipo de construção do dizer.

2. SOBRE O COMPLEMENTO NOMINAL

Acreditamos que expressões como “*preservação da natureza*” e “*reservação da face*” nos põem diante de um uso particular de nominalização. Desse processo, bastante amplo, abordaremos o modo de utilização da estrutura [(NOME) + (SINTAGMA PREPOSICIONADO)]. Na gramática tradicional, o mesmo problema é tratado sob o rótulo de “complemento nominal”.

A constituição formal desse tipo de nominalização tem sido muito estudada. No entanto, a estrutura que se revela em nível formal não revela o processo de nominalização em toda a sua complexidade. A nosso ver, falta considerar, além do que já se disse a respeito de sua forma e de sua função, a marca que o processo de nominalização imprime ao seu produto formal (à estrutura NOME + SINTAGMA PREPOSICIONADO), marca que embora não transparente – retorna na realização semântico-enunciativa.

* Estrutura indiferentemente referida neste trabalho pelas notações: [(NOME) + (SP)] ou [(NOME) + (SP) complemento].

Do ponto de vista formal, a noção de Complemento Nominal (a seguir: CN) vem em geral definida pelo traço de transitividade do nome a ser “completado” e pela função integralizadora do sintagma preposicionado que o segue. Transitividade e integralização de sentido são, portanto, os dois critérios básicos na definição de CN dada pelos gramáticos.

No que se refere à transitividade, tomada provisoriamente como uma propriedade do verbo, sabe-se que ela pode ser entendida pelo menos de duas maneiras. Etimologicamente, são considerados transitivos os verbos ativos de predicação incompleta passíveis de transformação passiva. Tal análise parece não ser, no entanto, a dominante no ensino de nossos gramáticos. Tem predominado o entendimento de que a transitividade se caracteriza pela predicação incompleta, traço que permite reunir em uma só categoria os verbos apassiváveis (transitivos no primeiro sentido) e os não-apassiváveis (aqueles que, embora não admitindo a passiva, podem apresentar predicação incompleta). Assim, a abertura de um argumento na posição de complemento gramatical passa a caracterizar a transitividade do verbo. A propósito, nas palavras de Secheyay, “os verbos transitivos já não serão necessariamente verbos de ação que pedem um objeto no sentido especial do termo; PERTENCER A, que pede complemento que designe o possuidor, IR A que pede indicação de lugar, serão igualmente *transitivos*” (apud Kury, 11, p. 26)

O traço de transitividade tomado em seu sentido mais amplo é o traço que tem sido aplicado também ao nome na estrutura NOME + SINTAGMA PREPOSICIONADO. São considerados complementos nominais tanto aqueles sintagmas preposicionados que acompanham substantivos* derivados dos chamados verbos transitivos diretos, como os que acompanham substantivos derivados de verbos relativos (categoria em que alguns gramáticos** reúnem os verbos transitivos indiretos e aqueles que, como o verbo IR A, pedem o assim chamado *complemento terminativo*). Desse modo, seriam considerados CNs:

– “a preservação *da natureza*”, em que o nome completado deriva de verbo transitivo direto:

“*Preservar a natureza é necessário.*”

– “o pensamento *no mal*”, em que o nome completado deriva de verbo transitivo indireto:

“Pensar em + o (no) mal leva à loucura

– “a volta *ao Brasil*”, em que o nome completado deriva de verbo que exige complemento circunstancial:

“*Voltou ao Brasil o afamado roqueiro.*”

Todo problema parece estar resolvido ao se constatar, a partir desses exemplos, que a condição de existência do complemento nominal é a transitividade do nome a que ele

* A fim de limitar os problemas a serem tratados neste trabalho, deixaremos de lado os complementos nominais ligados a adjetivos (do tipo: “útil ao povo”) e aqueles ligados a um substantivo derivado de adjetivo (do tipo: “utilidade ao povo”). Ficará também fora de nossos propósitos o estudo de estruturas como “contrariamente ao esperado”.

** Cf., por exemplo; Pereira, 13, p. 164.

se liga. A integralização de sentido que advém dessa possibilidade de preenchimento caracterizaria, por sua vez, a função de complemento nominal propriamente dita.

Mas há quem veja razões anteriores a esse traço de transitividade que condiciona a função de CN. Segundo Rocha Lima, a própria transitividade do nome teria como condição prévia o caráter ativo de um substantivo abstrato “correspondente a verbo da mesma família que exija objeto (direto, ou indireto), ou complemento circunstancial”. E argumenta: “apenas substantivos abstratos de ação, relacionados a verbos transitivos ou amarrados a complemento circunstancial por preposição determinada, podem, por definição, ser ‘transitivos’ (...)” (15, p. 211).

Observa-se que, nessa postulação, o substantivo de caráter ativo vem associado a um verbo transitivo (no sentido dado acima), ou seja, o autor, ao descrever o processo de formação do substantivo, afirma a necessidade de correspondência entre o caráter ativo do substantivo, de um lado, e o caráter transitivo do verbo, de outro, ligando sua argumentação mais propriamente à ordem morfológica (derivacional) e lexical. A ênfase no tratamento do problema do ponto de vista lexical é marcada pela exigência de valor positivo ao traço abstrato.

Este último tipo de tratamento nos leva a retomar a definição desses substantivos dada por dicionários e gramáticas, os quais incluem os substantivos como o que estamos abordando no conjunto dos designadores de atos. Seria, desse modo, o traço *abstrato* uma marca do processo de formação desses chamados *nomes de atos*, tais como, *preservação* (*ato* de preservar), *pensamento* (*ato* de pensar), *volta* (*ato* de voltar). A nosso ver, viria ainda marcada nos nomes resultantes desse processo de derivação a categoria de aspecto, de tal forma que ora parece prevalecer o processo (marcado pela duração), ora o efeito do processo (marcado pela perfectividade). Os dicionários parecem não testemunhar essa dupla possibilidade ao apresentarem a palavra *ato* para designar esse tipo de nome. A palavra *ato*, fonte de confusões em outros domínios, acaba por marcar melhor o aspecto perfectivo, embora permita retomar o caráter ativo do nome, na medida em que reintroduz a figura do sujeito que o processo de formação do nome apaga. O retorno dessa figura é, portanto, obliquamente denunciado, pela designação dada a esse tipo de nome.

A propósito, em seu estudo sobre as perfrases verbais de infinitivo, Almeida nos ensina que, para a determinação do aspecto no verbo, “contribuem noções que procedem seja do semantema verbal, seja de recursos representados pelas flexões temporais, pelos advérbios, ou pelas construções perifrásticas, dentro de contextos definidos” (1, p. 33). No caso dos nomes que estamos tratando, acreditamos serem os sufixos designativos de ação/resultado de ação como *-ÇÃO* (em *preservação*) e *-MENTO* (em *pensamento*), por um lado; e, por outro lado, o semantema de origem verbal (em: *volta* e, cumulativamente, também nos casos de *preservação* e de *pensamento*) as marcas responsáveis pela noção de aspecto. Quanto ao correspondente semântico dessas marcas, é bastante própria, também para esses *nomes de atos*, a conclusão de Almeida a respeito dos verbos. Segundo esse autor, o aspecto dá uma “visão *espacial** do processo”, definindo-se, numa oposição fundamental à categoria do tempo e à do modo, por uma *visão** do processo com o caráter conclusivo ou inclusivo*” – na

*/** Grifos do autor.

classificação do autor: “aspecto no sentido lato” – “distribuído por noções subsidiárias não-temporais de fase ou de extensão” – na classificação do autor: “aspecto no sentido estrito” – (ibidem, p. 39 e 42).

O efeito da espacialização dado pela noção de aspecto, ao contrário da noção de tempo e de modo, estaria, então, caracterizando tudo aquilo que se dá à visão, fora de toda limitação temporal e da presença mobilizadora do sujeito. No caso da formação de *nomes de atos*, teríamos, portanto, a caracterização de atos eternos e sem atores. Voltaremos a essa questão neste trabalho.

Retornando às observações de Rocha Lima (15), parece ficar de certa forma mantida por esse autor uma associação um tanto sinuosa entre: caráter ativo do nome/transitividade do verbo/possibilidade de transformação sintática ativa-passiva, associação que não deixa de levantar problemas*, mas que nos fornece pontos básicos para a caracterização da estrutura estudada, tais como: a transitividade do nome na estrutura [(NOME) + (SINTAGMA PREPOSICIONADO)], seu caráter ativo, seu traço de abstrato, a relação que mantém com um verbo transitivo. Como nosso objetivo não é o da descrição formal ou funcional do CN na Língua Portuguesa, mas o de contribuir para a compreensão – segundo o que pensamos, imperfeita – do *modo de utilização* dessa estrutura, vamos nos limitar a esse conjunto de observações.

A seguir, passaremos a abordar o problema do ponto de vista semântico-enunciativo. Para tanto, restringiremos nossas observações aos dois exemplos já citados (cf. p. 3), cada qual pertencente a um domínio discursivo particular.

3. DA NATUREZA E DA FACE

Adiantamos, no início deste trabalho, algumas observações sobre o uso de duas estruturas lingüísticas utilizadas como suporte de dois tipos de preservação. Trataremos primeiramente do que se tem chamado “a preservação da natureza”.

Privamo-nos do trabalho de relatar o alcance do tema, especialmente no momento em que nosso país o assimila e o devolve como trunfo à opinião pública mundial, procurando fazer crer em providências urgentes quanto ao descuido com o nosso patrimônio natural.

* A respeito dessa associação, Perini (20, p. 43 e ss.) trata de chamar a atenção para a falta de correspondência (no sentido preciso empregado pelo autor) entre a forma ativa e a forma passiva, alertando para as implicações de se supor essa correspondência ao se tomar o caráter ativo como critério de determinação do objeto direto e, portanto – acrescentamos nós –, questionando, desta feita também para o verbo transitivo direto, o antigo problema de se postular essa correspondência como critério de determinação da própria transitividade. A história também parece desmentir essa correspondência. Historicamente, como procurou mostrar Benveniste para o indo-europeu, a oposição quanto à categoria da voz parece se dar não entre o ativo e o passivo mas sim entre o ativo e o médio, sendo o passivo um caso particular do segundo (cf. Benveniste, 4, p. 183 e ss.).

Para enfatizar a complexidade do problema, finalizaremos citando duas posições conflitantes a respeito da transitividade no verbo: para Cunha (7, p. 90), a transitividade se define contextualmente na frase, constituindo-se, portanto, numa “propriedade sintagmática”; para Perini, a quem tomo emprestada essa última expressão, a transitividade só teria interesse para o estudo sintático da língua portuguesa se fosse tratada como uma propriedade lexical (Cf. Perini, 14, p. 136). A mesma discussão – parece-nos – caberia para a transitividade dos nomes.

Vimos anteriormente que o sintagma preposicionado com função de complemento nominal (*da natureza*) vem integralizar o sentido de um nome (*preservação*). Acreditamos ter explorado suficientemente as características do nome a ser acompanhado pelo sintagma preposicionado. É esse nome – já adiantamos – o condicionante do sintagma preposicionado complemento. Contudo, embora seja o condicionante sintático do sintagma preposicionado que o segue, os autores não se cansam de chamar a atenção para a função do núcleo desse complemento. Tomemos de empréstimo o exemplo dado por Kury (*ibidem*, 11, p. 46):

A lembrança *de meu PAI*

em que o SP *de meu pai* pode ser lido ora como objeto da lembrança, caracterizando um complemento nominal, ora como sujeito da lembrança, caracterizando um adjunto adnominal.

Neste outro exemplo:

de palavras

a invenção

de Santos Dumont

proposto por Rocha Lima (*ibidem*, p. 212), podemos observar que o SP em função de complemento nominal (*de palavras*) não funciona como modificador do nome que o antecede, fato que ocorre com o SP em função de adjunto adnominal (*de Santos Dumont*), no qual o que se destaca é a restrição de sentido, rumo à individualização, do nome *invenção*. Portanto, a segmentação do grupo de força pode enganar, dado que é perfeitamente possível segmentar ambas as estruturas no mesmo ponto – a invenção/de palavras e, por outro lado, a invenção/de Santos Dumont – sem que esse fato nos permita igualar as estruturas do ponto de vista sintático-semântico. Haveria correspondência entre a estrutura morfofonológica e sintático-semântica nos seguintes casos:

a invenção / de Santos Dumont	= [o avião]
/ de Gutenberg	= [a imprensa]
/ do menino	= [X]
/ de meu vizinho	= [Y]

nas quais, ao lado da possibilidade de segmentação, a estrutura em seu todo faz caracterizar como invenção, a cada vez e exclusivamente, a um único referente. Poderíamos mesmo dizer que, neste caso, a estrutura NOME + SP corresponderia a um nome próprio, pois estaria individualizando um elemento no interior de um conjunto.

O parentesco com o nome próprio parece não ocorrer, porém, com estruturas do tipo:

a invenção / de palavras
/ de mentiras

nas quais a segmentação do grupo de força continua possível, mas a estrutura em seu todo não faz caracterizar como invenção um único e exclusivo referente. Ao contrário, parece caracterizar o próprio processo de inventar, de que seriam apenas exemplos, respectivamente, quaisquer novas palavras (no caso de *invenção de palavras*) ou quaisquer novas inverdades (no caso de *a invenção de mentiras*). Teríamos, portanto, a estrutura NOME + SP correspondendo a um nome comum, isto é, marcando a designação genérica de um conjunto, de um modo não-exclusivo.

Como procuramos mostrar no exemplo *lembrança de meu pai*, e para nos limitarmos ao aspecto gramatical, caracteriza-se o complemento nominal, sempre que o SP tiver uma função não-subjetiva em relação ao nome que antecede. Podemos, então, dizer que a caráter de objeto, próprio ao SP complemento, resulta em sua integração ao sentido do nome, o qual, por sua vez, funciona como condicionante desse objeto. Pois bem, uma tal integração ao sentido do nome resulta, como procuramos demonstrar, na designação genérica de um conjunto de elementos de modo não-exclusivo, ou seja, na designação genérica do *processo* em sua existência vária.

Outro aspecto importante para se poder dimensionar o efeito semântico resultante dessa integração do SP ao NOME que condiciona seu aparecimento, é a variação que se tem verificado historicamente quanto ao que se denomina por *natureza*. Como se sabe, essa palavra serviu para designar, por exemplo, a parte não pensante do universo, insensível e todo-poderosa, oposta ao homem, ser pensante, feito à imagem de Deus e soberano da natureza.

Não é de espantar, portanto, que o tema retorne hoje no bojo de uma discussão científica sobre o perigo de se inviabilizar a vida no planeta – retorno da natureza como toda-poderosa – diante da devastação imposta pelo homem – tomado como soberano para o bem ou para o mal. Desse modo, oriundo da racionalidade científica, o tema chega aos mais remotos cantos do planeta. A natureza, que há pouco cabia em pequenos cartões postais e reservados cruzeiros turísticos, desvencilha-se dos proprietários de relíquias naturais e se mostra para todos, democratizada sob forma de *tema*. É verdade que cada qual continua a respirar o ar da qualidade que lhe é dado respirar, mas lutamos, todos juntos, pela *preservação da natureza*. A autoridade da Ciência e a má consciência generalizada responsabilizam-se pelo sucesso de mídia, embora o mesmo sucesso não se verifique em providências de cunho concreto. Enquanto isso, a língua cumpre seu papel.

Preservação da natureza é, como se sabe, uma nominalização. Ressalte-se que a nominalização de um sintagma verbal como *preservar a natureza* resultaria, na verdade, na estrutura *a preservação da natureza*, com a presença de artigo. Essa presença do artigo indica a existência de um enunciado prévio e é nessa retomada que consiste verdadeiramente o processo de nominalização. Esse modo de constituição de um nome, ou seja, esse tipo de nominalização, se dá, além disso, pelo apagamento de marcas próprias do processo verbal de origem. Adiantamos, neste mesmo trabalho

(cf. p. 6 e 7) que se perdem as marcas de *tempo* e de *modo* próprias do verbo e que, portanto, os limites temporais do processo e a atitude do sujeito em relação a esse processo se apagam. O efeito é o de construir uma designação a-temporal (eterna) e a-histórica (não-marcada pelo sujeito).

É por esse processo de nominalização que passou a ser divulgada a expressão *preservação da natureza*, elevada ao estatuto de categoria científica dado que provém de discussões nesse domínio. A essa expressão coube o papel de dividir a natureza entre todos, democratizando o tema e preservando a relação mítica que a linguagem estabelece ao configurar novas realidades. Garantida, sob esse modo, a divisão igualitária da natureza, cumpre na linguagem seu papel de mostrar-se no cândido trabalho com seu material mais evidente – as palavras –, ao lidar na verdade, com as relações entre os dizeres e entre estes e seus autores.

Feitas essas observações sobre o resultado semântico da estrutura NOME + SP complemento, cabe ainda destacar nesse processo a presença de um outro aspecto semântico ligado à enunciação.

Já dissemos (cf. p. 5 e 6) que os dicionários e as gramáticas, tomando o sentimento intuitivo da presença do falante no dizer, designam como *nomes de atos/resultados de atos* termos como *preservação, pensamento, volta*. Sabemos, no entanto, não estarmos diante de um emprego da noção de *ato* tal como o entende Austin (2), por exemplo. Este autor leva prioritariamente em conta o fato de que, na execução do processo, aparece necessariamente a figura de um sujeito e, dada a presença desse sujeito que se responsabiliza pelo dizer, este se cumpre como um *fazer*, por meio de *atos*.

Na nominalização *preservação da natureza*, temos, como vimos acima, uma história inteira amordaçada a cada nova enunciação. Ou seja, a nominalização guarda uma história enunciativa no enunciado de um nome; nos termos de Benveniste, poderíamos dizer que guarda o *discurso* na *história*. Mas o faz de um modo bastante particular, pois, se tomada simplesmente em relação às orações a ela associadas, a nominalização pode se apresentar apenas como *a constatação de um fato* (cf., para outro tipo de nominalização, Borba, 5, p. 224-6). É por ser assim tomada que encontramos em gramáticas e dicionários a designação de *atos/resultados de atos* para os nomes que nessa estrutura precedem o SP complemento.

Ainda quanto ao aspecto enunciativo, Flávia Carone, ao tratar, sob outra perspectiva, da frase nominal, lembra que “historicamente, a frase nominal precede a frase com o verbo SER, que entrou tardiamente nessa estrutura frasal [a da frase nominal] pela necessidade de comutação para exprimir categorias marcadas, notadamente a de tempo (passado ou futuro)” (6, p. 51). No caso de que estamos tratando, em que temos uma nominalização e não uma frase nominal, o processo de apagamento da oposição de tempo (passado/futuro) fica ainda mais insidioso, uma vez que, na ausência de entonação frasal, nada há de específico que aponte, como na frase nominal, para o processo. Se quiséssemos reconstituir o processo e se nos utilizássemos do verbo *ser*, talvez pudéssemos obter correspondências do tipo:

“a preservação da natureza”:

- | | | | |
|-----|---|----------|------------------------------|
| (a) | a | natureza | <i>é preservada</i> |
| (b) | " | " | <i>está sendo preservada</i> |
| (c) | " | " | <i>foi preservada</i> |
| (d) | " | " | <i>será preservada</i> |
| (e) | " | " | <i>deve ser preservada</i> |
| (f) | " | " | <i>pode ser preservada</i> |

em que o verbo *ser* só poderia ter parte numa voz passiva. Tal hipótese, além de nos remeter à discussão da transitividade do nome *preservação*, a seu caráter ativo e a sua relação com a possibilidade de apassivação do verbo cognato, nos mostra claramente como tal nominalização permite o apagamento do agente. Quando muito, resta, como procuramos demonstrar, a noção do aspecto, em particular, a de aspecto durativo. Ora, a duração é existente e a existência mais fugaz pode valer por uma eternidade. A propósito, Carone (6) nos lembra do que diz Hjelmslev sobre a modulação da frase nominal. Segundo a autora, “a modulação da frase [nominal], apoiada na pausa (em português, marcada graficamente pela vírgula), é um componente sintático supra-segmental”, e acrescenta: “Hjelmslev esclarece a sua função com um jogo de palavras, dizendo que a modulação é o verbo da frase nominal, e o verbo é a modulação da frase verbal. Em sua análise – relata a autora – faz-nos ver que as categorias frasais de modo, tempo e aspecto estão presentes, como morfema zero, nessas estruturas sintáticas [das frases nominais]: indicativo, presente, durativo. São formas não-marcadas, que, por isso mesmo, se prestam à expressão de asserções universais e eternas” (ibidem, p. 50).

Na ausência da entonação frasal na nominalização que estamos estudando, parecemos, como havia sido dito (cf. p. 6 e7), que a categoria de aspecto se incube de construir a figuração espacial do referente, dando o sentimento de realidade próprio àquilo que pode ser *constatado como um fato*.

A contribuição de Benveniste vem dar a dimensão exata do problema em relação à língua como um todo. Lembrando que, para Benveniste, a sintaxe pertence já ao nível de manifestação da língua, vejamos o que esse autor diz sobre os compostos nominais em seu trabalho *Fundamentos sintáticos da composição nominal*:

“A língua não é um repertório imóvel que cada locutor só teria que mobilizar para os fins de sua expressão própria. Ela é em si mesma o lugar de um trabalho incessante que age sobre o aparelho formal, transforma suas categorias e produz classes novas. Os compostos são uma dessas classes de transformação. Eles representam a transformação de certas orações típicas, simples ou complexas, em signos nominais.” (4, p. 163)

Do mesmo autor, vem-nos também a contribuição para abordarmos o último problema que nos ocupa neste trabalho. Na seqüência de seus *Fundamentos sintáticos...*, Benveniste conclui que, pela criação de compostos nominais, “se constitui

particularmente um vasto repertório, sempre aberto, de compostos descritivos, instrumentos da classificação e da nomenclatura, aptos a se tornarem denominações científicas ou epítetos poéticos, e que, além do enfraquecimento que proporcionam, mantêm essa atividade metamórfica, talvez o trabalho mais singular da língua” (ibidem, p. 164).

Acreditamos poder incluir nesse caso estruturas do tipo: *a preservação da face*, pois a aptidão dos compostos nominais a se tornarem denominações científicas parece exemplificar-se com toda força no caso dessa nominalização. Da “*atividade de preservar a face*”, tida como própria em interações concretas, surge um *nome de ato* transposto em conceito. Essa passagem, considerada aqui apenas do ponto de vista lingüístico, requer, na sua constituição como conceito, duas exigências básicas: por um lado, uma pressuposição de existência [existe uma face] e de distribuição universal [todo o indivíduo possui uma face] e, por outro lado, uma descrição de um processo por meio do nome *preservação*, descrição baseada, por sua vez, numa condição de possibilidade [preservar x é possível].

Resguardando os resultados de Goffman, que contribuem, entre outras coisas, para evidenciar as relações vigentes em instituições ditas fechadas, cabe atentarmos para o uso, já mais ou menos corrente, de alguns de seus conceitos em Lingüística, entre eles o de *preservação da face*.

A pressuposição da existência de uma face a ser preservada no momento da interação dá, em primeiro lugar, uma identidade ao sujeito que se ajustaria a uma concepção da linguagem como representação do mundo. É certo que Goffman insiste no efeito dramático e no jogo entre um ator e um personagem a ser representado, bem como nos movimentos desses atores-personagens diante de outros tantos que se constituem como platéia: a interação no sentido dado por Goffman. Ocorre que atribuir às práticas lingüísticas um começo e um final a partir de uma situação particular concreta, projetada pelos interlocutores, pode nos levar à aceitação de dois pressupostos: o de que os indivíduos articulam os sentidos a partir de si mesmos e, ligado a esse, o pressuposto da genuinidade do sentido, isto é, por novos que seriam, os sentidos dispensariam, em sua novidade, qualquer ligação com sua memória. A que princípios obedeceriam, por exemplo, fora de si mesmas, as *expressões dadas* (aquelas que o indivíduo, enquanto ator, *transmite* por meio de seu personagem) e as *expressões emitidas* (de natureza não-verbal e emitidas pelo mesmo indivíduo, nas mesmas circunstâncias, presumivelmente fora de toda intencionalidade)? Em que medida uma situação particular de interação definiria por si só esse comportamento verbal? Em que medida tal comportamento não viria de situações já vividas e recordadas e não simplesmente repetidas? Em que medidas finalmente, não seriam essas situações recortes arbitrários feitos pelo observador, marcados pelos limites físicos das trocas quando, nem tão mudos assim, circulam sentidos nas pausas, nas não-presenças e numa instância não-mostrada de enunciação?

É provável que muitas dessas questões tenham sido previamente consideradas por aqueles lingüistas que utilizam tal conceito. De uma outra postura teórica, vem-nos

uma das respostas a esse tipo de questão. É Hermam Parret, quando afirma que “a teoria do discurso não é uma teoria do sujeito antes que ele enuncia, mas uma teoria da instância de enunciação que é ao mesmo tempo e intrinsecamente um efeito do enunciado”. E esclarece: “o fato de que a instância de enunciação seja um efeito do enunciado não significa absolutamente que toda enunciação seja ‘enunciada’ ” (12, p. 112-3).

Assim, se são inegáveis os progressos feitos por Goffman quanto ao trato ao tratamento da forma de comunicação que ele chama de *expressões emitidas* (aquelas não-verbais e, segundo o autor, presumivelmente não-intencionais), a maneira como fica definida a linguagem das *expressões transmitidas* não pode satisfazer inteiramente o lingüista. Segundo Goffman, “a expressividade do indivíduo (e, portanto, sua capacidade de dar impressão) parece envolver duas espécies radicalmente diferentes de atividade significativa: a expressão que ele transmite e a expressão emite. A primeira abrange os símbolos verbais, ou seus substitutos, que ele usa propositalmente e tão só para veicular a informação que ele e os outros sabem estar ligada a esses símbolos” (9, p. 12). Os questionamentos acerca de se considerar a linguagem como transmissão de informação começam pela consideração de relações assimétricas na interação, em que o material a se lidar seriam as relações de poder e não simplesmente as relações sociais dirigidas por princípios de civilidade, de cooperação, ligados à concordância feliz ou à discordância cortês. Esses questionamentos atingem também o próprio método de tratamento dos fatos de linguagem, uma vez que, a se radicalizar o papel da linguagem como informação, pode-se chegar à postulação de quantificações mais e mais precisas da informação, em detrimento da qualidade de informação que caracteriza as diferentes relações interlocutivas.

Quanto à estrutura utilizada para a constituição dessa categoria interacional que é a *preservação da face*, acreditamos que ela partilha basicamente das mesmas características que a estrutura *preservação da natureza*. Ambas provêm do campo científico; tal como a *natureza*, a *face* tem uma longa história – desde os chineses, como o próprio Goffman nos mostra (8, p. 9-10) –; ambas têm sido objeto de divulgação, seja nos meios de comunicação de massa (caso de *preservação da natureza*), seja no meio acadêmico (caso de *preservação da face*); ambas compõem uma designação genérica próxima do tipo de designação que é peculiar ao nome comum (cf. p. 9-10).

Acreditamos ser de utilidade para os estudiosos de linguagem a constatação de que as categorias utilizadas sob a forma da estrutura NOME + SINTAGMA PRE-POSICIONADO COMPLEMENTO, são formadas a partir de um tipo de nominalização que, ao descrever um processo, apaga seus agentes, interpõe pressupostos pelo apagamento de seus dizeres e constitui uma unidade de sentido aparentemente sintética e enxuta, de um tipo suposto como bastante apropriado ao uso científico. A espacialização resultante dessa unidade de sentido permite chegar a uma *visão do processo* descrito, fato que resulta num sentimento de realidade, a partir do qual corre-se o risco de se passar a fazer referências supostamente seguras, desvinculadas de quaisquer preocupações de transposição dos limites do que se dá aos olhos como evidente.

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. A particular King of nominalization Alfa, São Paulo, v.35, 65-77, 1991

ABSTRACT: This article deals with a particular kind of nominalization and tries to show the semantic enunciative effects of this process. For that, it considers two expressions "nature preservation" and "face preservation".

KEYWORDS: Nominalization, complement, enunciation.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. ALMEIDA, João de. *Introdução ao estudo das perfrases verbais de infinitivo*. Assis: ILHPA-HUCITEC, 1978.
2. AUSTIN, J. L. *Quand dire c'est faire*. Paris: Seuil, 1970.
3. BENVENISTE, Émile *Problemas de lingüística geral*. Trad. Maria da Glória Novak e Luiza Neri, Rev. Prof. Isaac Nicolau Salum. São Paulo: Editora Nacional, EDUSP, 1976.
4. ————. *Problemas de lingüística geral II*. Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989.
5. BORBA, Francisco da Silva. *Teoria sintática*. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1979.
6. CARONE, Flávia. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 1986.
7. CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática de base*. Rio de Janeiro: FENAME, 1978.
8. GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1974.
9. ————. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo, 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
10. ————. *Les rites d'interaction*. Trad. Fr. Alain Kihm. Paris: Minuit, 1974.
11. KURY, Adriano da Gama. *Lições de análise sintática (teoria e prática)*. 7. ed. São Paulo: LISA – Livros Irradiantes S. A., 1973.
12. PARRET, Herman. *Prolégômenos à la théorie de l'énonciation (De Husserl à la pragmatique)*. Berne: Peter Lang, 1987.
13. PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva – curso superior*. 106. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1957.
14. PERINI, Mário Alberto. *Sintaxe portuguesa: metodologia e funções*. São Paulo: Ática, 1989.
15. ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa; curso médio*. 19. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa: cursos de 1º e 2º graus*. 22. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1970.
- BRANDÃO, Cláudio. *Sintaxe clássica portuguesa*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Introdução ao estudo do aspecto verbal de língua portuguesa*. Marília: F. F. C. L. M., 1968.
- TORRES, Artur de Almeida. *Moderna gramática expositiva da Língua portuguesa*. 23. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1972.

BOURDIEU E A LINGÜÍSTICA APLICADA

Maria de Lourdes Otero Brabo CRUZ*

RESUMO: Procura-se no presente trabalho: (a) analisar as concepções de Bourdieu no que diz respeito à competência lingüística e ao tratamento dos fatos lingüísticos; (b) traçar um paralelo entre essas concepções e a lingüística aplicada; e (c) definir a sua postura como sendo a de um lingüista aplicado.

UNITERMOS: Competência lingüística; fatos lingüísticos; ensino; lingüística aplicada; interdisciplinaridade.

1. INTRODUÇÃO

Nesta introdução farei um resumo das idéias apresentadas por Bourdieu em seu artigo (2), tendo em vista uma familiarização do leitor com a terminologia e conceitos por ele adotados, bem como uma melhor compreensão dos pontos desenvolvidos a seguir.

Justifica-se a abordagem do presente artigo em função da visão atual de comunicação e competência comunicativa, bem como da preocupação relevante com a interação lingüística e as posturas de classe social.

A terminologia básica fundamentada na economia é uma evidência da atitude de Bourdieu face ao fato lingüístico, como dado concreto e possibilitador de trocas na sociedade.

Existe um mercado lingüístico em que a competência funciona como um capital, que possibilita um sistema de trocas simbólicas dentro do universo social. A competência dominante funciona como capital lingüístico assegurando um ganho de distinção na sua relação com as outras competências, na medida em que os grupos que a detêm são capazes de se impor como únicos, os legítimos, nos mercados lingüísticos legítimos (mercado escolar, administrativo, social etc).

As oportunidades de ganho são avaliadas pelo emissor em função de um hábito particular (norma) que comanda a sua percepção e a sua apreciação das chances objetivas

* Departamento de Letras Modernas – Faculdade de Ciência e Letras – UNESP – 19800 – Assis – SP.

médias ou singulares. O hábito lingüístico é objetivamente ajustado em um nível dado de aceitabilidade, ou seja, é na relação entre uma situação e um hábito que a aceitabilidade se define; esta é produto de toda a história da relação com um sistema de reforços seletivos.

Os dominados reconhecem a legitimidade da língua dominante, e vivem uma insegurança lingüística permanente pela falta do conhecimento (domínio) da mesma.

A língua varia segundo o locutor e segundo a relação de produção lingüística, isto é, segundo a estrutura da interação lingüística. A variação é a resposta à coação simbólica exercida pela relação de produção, isto é, a relação que o interlocutor tem com a língua legítima.

O sentido do valor de seus próprios produtos lingüísticos é uma das dimensões fundamentais do sentido da posição de classe: a relação originária com o mercado lingüístico e a descoberta do preço atribuído às suas produções lingüísticas são, sem dúvida, com a descoberta do preço outorgado ao corpo próprio, uma das mediações através das quais se determina a representação prática da pessoa social.

O capital lingüístico é um capital incorporado e a aprendizagem da língua é uma dimensão da aprendizagem de um esquema corporal global, que é ajustado a um sistema de chances objetivas de aceitabilidade. A linguagem é uma técnica do corpo e a competência propriamente lingüística, e sobretudo a fonológica, é uma dimensão do esquema corporal onde se exprime toda a relação com o mundo social. A censura da linguagem é inseparável da censura do corpo.

2. EM TORNO DA COMPETÊNCIA

Bourdieu (2), em seu artigo “L’Economie des Échanges Linguistiques”, critica a lingüística de forma generalizada, quando na verdade o que está analisando é uma postura própria de uma corrente – o Gerativismo. É o que ocorre, quando enuncia que “por competência, a lingüística entende implicitamente a competência propriamente lingüística como capacidade de gerar indefinidamente um discurso gramaticalmente adequado”. Mais adiante sim, ele afirma que “a competência chomskyana é uma abstração”. Bourdieu apresenta, então, a competência ampliada e destaca que “o problema não é a possibilidade de produzir uma infinidade de frases gramaticalmente coerentes, mas a possibilidade de utilizar de maneira coerente e adequada uma infinidade de frases num número infinito de situações”, Bourdieu manifesta uma opinião presente em várias correntes lingüísticas, fora do gerativismo, que criticam a estreiteza do conceito de competência chomskyana que não contempla a adequação às situações de uso.

Almeida Filho (1) esquematiza a proposta de Canale e Swain para uma definição mais abrangente de competência comunicativa, em que esta se apresenta formada pelo componente da competência gramatical (a aludida por Chomsky na definição de competência) acrescido do componente da competência sócio-lingüística e do componente da competência estratégica.

Portanto, as observações apresentadas por Bourdieu de que “a competência não se reduz mais à capacidade propriamente lingüística de engedrar um certo tipo de discurso, mas faz intervir o conjunto das propriedades constitutivas da personalidade social do locutor”, correspondem a uma competência sociolingüística, que inclui: “a) as regras sócio-culturais de uso pragmático, tópicos, funções, cenários, papéis sociais; e b) regras do discurso, incluindo coesão e coerência” (Almeida Filho, 1).

A competência estratégica visa suprir deficiências na comunicação, compondo-se de elementos verbais e não verbais com tal fim, quando de um desempenho insatisfatório ou por competência insuficiente. Bourdieu também desenvolve a noção de hábito lingüístico que, segundo ele, “integra o conjunto das disposições que constituem a competência ampliada, que define para um agente determinado a estratégia lingüística que se adapta a suas oportunidades particulares de lucro, dadas a sua competência específica e a sua autoridade. Neste caso, a estratégia lingüística serviria de apoio para uma competência satisfatória, o que asseguraria uma aprovação social e uma realização efetiva da comunicação.

Assim, pois, Bourdieu defende a competência comunicativa, dando ênfase ao componente da competência sociolingüística.

3. FATO LINGÜÍSTICO FRENTE AO PROCESSO HISTÓRICO

Outra colocação feita por Bourdieu neste artigo é a de que: “Uma ciência rigorosa da linguagem substitui a questão saussuriana das condições de possibilidade de intelecção (isto é, a língua) pela questão das condições sociais de possibilidade da produção e da circulação lingüísticas”. Não nos parece conveniente o termo substituição, mas sim complementação. Apoiadas em fundamentos lingüísticos, mas com um foco de ação que toma em conta as condições sociais, enfim, o fator humano e toda a problematização referente a ele, temos a Sociolingüística e a Lingüística Aplicada (L. A.).

Quando Bourdieu afirma que “o discurso deve sempre suas características mais importantes às relações de produção lingüística das quais é produto”, apresenta uma visão que é própria do sociolingüista e do lingüista aplicado, como veremos mais adiante. Segundo ele, “todas as transações lingüísticas particulares dependem da estrutura do campo lingüístico, o qual é uma expressão particular da estrutura da relação de forças entre os grupos possuidores das competências correspondentes (exemplo: língua “polida” e língua “vulgar”, ou, numa situação de plurilingüismo, língua dominante e língua dominada)”. Esta relação de forças reflete-se no ato da comunicação e nas funções dialógicas da linguagem que fazem parte do mesmo. Assim, Bourdieu relata que: “A língua não é mais somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder”.

4. LINGÜÍSTICA APLICADA: A QUESTÃO DO ENSINO E A PREOCUPAÇÃO FUNDAMENTAL COM O FATOR HUMANO

Ângela Kleiman (3) coloca no I INPLA, como uma das preocupações em Lingüística Aplicada (L. A.), as “interações assimétricas” (grupos minoritários X grupos de poder), e que em função disso procura-se encaminhar as sugestões de ensino. Nesta linha, temos a reflexão e o trabalho pedagógico de Paulo Freire, orientado para o ensino e a conscientização das classes dominadas. Sua filosofia educacional propõe que “o educador-político e o político-educador se tornem capazes de ir aprendendo a juntar na análise do processo em que se acham, a sua competência científica e técnica, forjada ao longo de sua experiência intelectual à sensibilidade do concreto” (Freire, 4). Este procedimento proporcionará a compreensão dos valores culturais e das formas de resistência das classes populares, e podemos tomá-lo como bases para uma abordagem humanística no ensino.

Bourdieu também enfoca esta questão no presente artigo, caracterizando as classes populares pela insegurança lingüística e pelo silêncio, resultados da “tensão que existe em função da distância entre o reconhecimento e o conhecimento, entre a norma reconhecida e a capacidade de produção”. Analisa este quadro frente ao sistema escolar, e descreve a possibilidade de transgressões face às “relações de força simbólicas que se encontram instauradas num momento considerado ” (como as situações de crise social, em que há um relaxamento da tensão e da censura).

5. A QUESTÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE

Bourdieu afirma que “a pesquisa dos pressupostos, na qual se embrenham atualmente os mais lúcidos dos lingüistas, conduz inevitavelmente fora da lingüística como ela se define ordinariamente, em boa lógica, ela deve conduzir à reintrodução de todo o mundo social na ciência da linguagem, a começar pela Escola que impõe as formas legítimas do discurso e a idéia de que um discurso deve ser reconhecido se, e somente se, estiver conforme com essas formas legítimas (...)”.

Cumpramos ressaltar que a lingüística, como ciência que realiza um estudo científico da linguagem, tem por meta o estudo da língua desde a sua gênese, transformações e estruturação.

Como já foi mencionado anteriormente, a complementação desse estudo deve ser feita, tomando-se em conta o caráter social da língua, enquanto instrumento de comunicação entre os homens. Sendo assim, a preocupação manifestada por Bourdieu, neste discurso, coincide com a expressa pela L. A., tomando em conta o usuário da língua, bem como, de forma mais específica, as situações de uso da língua no contexto de ensino, e as relações estabelecidas pelo educando com o ensino e a linguagem da escola. A L. A. procura fazer uma análise desse quadro, tendo em vista o ensino da língua materna (L_1) ou língua estrangeira (L_2). Tendo como base uma sólida fundamentação lingüística, a L. A. busca, como na colocação de Bourdieu, um ponto de apoio em várias outras ciências de cunho social para chegar a resultados abran-

gentes. Nisto consiste a interdisciplinaridade, característica presente também na Lingüística, que “toma emprestada a sua instrumentação metalingüística dos dados elaborados pela Estatística, pela Teoria da Informação, pela Lógica Matemática etc.; por outro, na sua qualidade de ciência piloto, ela empresta os métodos e conceitos que elaborou à Psicanálise, à Musicologia, à Antropologia, à Teoria e Crítica Literária, etc. (...)” (Lopes, 5).

Na multidisciplinaridade em L. A. entrariam: a Psicologia Cognitiva, a Etnografia da Fala, a Sociolingüística, a Psicolingüística, a Lingüística etc. Maria Antonieta Celani (3), no I INPLA, afirmou que “a linguagem é o centro da L. A., mas esta não é essencialmente dominada pela Lingüística; esta é um dos elementos. A L. A. tem uma preocupação mais humanista, tomando em conta o usuário: problema do usuário da linguagem, problema humano e educação lingüística”. Como já afirmei anteriormente, deve haver um embasamento lingüístico para a análise dos problemas aqui citados. Ainda que, num estudo de lingüística aplicada haja a preponderância de elementos provenientes de outras disciplinas, é indispensável, por parte do pesquisador, o domínio de princípios e mecanismos abordados na lingüística. O enfoque pode ser outro, o teor do trabalho, mas na sua concepção a lingüística encontra-se como eixo central, a partir do qual a L. A. pode pesquisar, realizar estudos e, inclusive, formular novas teorias. John Palmer, segundo citação de Celani, também vê a lingüística como eixo central, posição que ela, particularmente, não defende, como pode se apreender da citação anteriormente apresentada.

Ângela Bustos Kleiman (3) caracteriza a relação entre ciências puras e aplicadas como bidimensional. Afirma que, neste sentido, a L. A. contribui para o desenvolvimento da linguagem e áreas da lingüística. A relação com as outras disciplinas classifica-a de transdisciplinar, pois a L. A., segundo Kleiman, apropria-se, atravessa e muda os princípios e/ou conteúdo propostos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da análise das concepções de Bourdieu, em seu artigo, encontramos críticas severas à Lingüística, que correspondem, muitas vezes, a generalização, tomando por base a postura da corrente gerativista.

Entretanto, o estudo realizado por ele em seu artigo é de grande valor e de temática atualizada, e pode ser qualificado como um estudo próprio de um lingüista aplicado pela problematização que apresenta quanto ao uso da linguagem e, de forma mais específica, a descrição da competência dominante na sua relação com dominados e dominantes, e os reflexos disso no ensino.

CRUZ, Maria de Lourdes Otero Brabo. Bourdieu and applied linguistics. *Alfa*, São Paulo: v. 35, 79-84, 1991.

ABSTRACT: This paper intends: (a) to analyse Bourdieu's concept of linguistic competence and his social approach to linguistic facts; (b) to compare his concept with those of today's Applied Linguistics and (c) to define his position as one typical of modern Applied Linguistics.

KEY-WORDS: Linguistic competence; linguistic facts; teaching; Applied Linguistics; interdisciplinarity.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA FILHO, J. C. P. Fundamentação e Crítica da Abordagem Comunicativa de Ensino das Línguas. In: *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, n. 8. Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 1986.
2. BOURDIEU, P. L'économie des échanges linguistiques. In: *Langue Française*, Paris, n. 34. 1977.
3. CELANI, M. A., KLEIMAN, A. B. Painei: o que é a lingüística aplicada. In: I INPLA – Intercâmbio de Pesquisas em Lingüística Aplicada. São Paulo, PUC, 1990.
4. FREIRE, P. *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
5. LOPES, E. *Fundamentos da lingüística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1976.

DICIONÁRIOS DE INFORMÁTICA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Maria Inez Mateus DOTA*

RESUMO: Este trabalho apresenta uma análise comparativa de alguns dicionários de informática, no que diz respeito, principalmente, à adequação de seus títulos e definições, metodologia de consulta, traduções sobre verbetes. Aponta, a partir de um levantamento feito com profissionais da área, as palavras mais comuns na informática e como são abordadas nesses dicionários.

UNITERMOS: Dicionários bilíngües; dicionários de informática; estrangeirismos.

1. INTRODUÇÃO

A evolução técnico-científica que ocorre em nossos dias faz surgir uma terminologia específica, cunhada em algumas línguas do globo terrestre. É sabido que alguns países são detentores de tecnologias de ponta e, portanto, são os responsáveis pela criação dos novos termos que se fazem necessários para que se estabeleça o processo de comunicação dentro de determinada área.

Dentre esses países geradores de novas tecnologias, os Estados Unidos ocupam papel de destaque, e, obviamente, a língua inglesa inclui em seu repertório uma enormidade de termos técnicos em diversas áreas do conhecimento. A informática é, talvez, a área mais proeminente hoje, responsável por uma gama destes termos que, através de literatura especializada, vão sendo exportados para outros países e tendo que ser “digeridos” pelos profissionais desta área.

No sentido de facilitar o entendimento de um léxico específico em língua inglesa, surgem os dicionários bilíngües de informática, inglês-português, objeto de nossa análise neste trabalho. Trata-se de dicionários especializados, do tipo técnico-científico.

Não é nossa pretensão fazer um apanhado exaustivo sobre todos esses dicionários existentes no Brasil, mas apenas discutir a abrangência e propriedade daqueles mais utilizados pelos profissionais e apontados pela imprensa especializada em informática.

* Departamento de Ciências Humanas – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – UNESP – 17100 – Bauru – SP.

Assim, comentaremos aqui as seguintes obras:

a. *Dicionário enciclopédico de informática* – Ana Maria Fragomeni. São Paulo, Editora Campus, 1986.

b. *Dicionário de informática* – Pierre Morvan. Tradução de José Carlos Cotta. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984.

c. *Dicionário de informática* – Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários (SUCESU). Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora, 1985.

d. *Dicionário integrado de informática* – São Paulo, Editora Parma, s/d.

e. *Dicionário do computador* – Rio de Janeiro, Editora Rio Gráfica, 1984.

f. *Dicionário de informática Elgin* – publicado pelo *Jornal da Cidade*, Bauru, SP, de 14/1 a 21/1 de 1987 (publicação semanal).

Numa primeira parte do trabalho, faremos uma análise comparativa destas obras, a fim de orientar consulentes em suas pesquisas. Numa segunda parte, analisaremos as definições daquelas palavras mais comuns na informática, apontadas em levantamento com profissionais da área, bem como indicaremos sua frequência em inglês ou português.

2. ANÁLISE CRÍTICA E COMPARATIVA DA NOMENCLATURA

Nossa análise abordará alguns aspectos dos dicionários na sua totalidade e, em particular, centrar-se-á em uma letra do alfabeto, a letra *B*. Esta delimitação tentará a título de amostragem verificar como se apresentam essas obras aqui citadas.

Quanto ao aspecto formal, todos esses dicionários trazem uma seqüência vertical de itens, chamados de entradas, dispostos em ordem alfabética, constituindo a denominada nomenclatura. Apresentam um conjunto de informações sobre essas entradas, formando com elas os verbetes. As entradas são apresentadas na forma canônica ou lema, isto é “as palavras que sofrem flexões morfossintáticas variadas e variáveis no discurso... /são/ ... tradicionalmente representadas por uma das variantes do seu paradigma” (3, p. 139). No caso dos verbos, por exemplo, BLOCK (Fragomeni), BLANK (Sucesu), E BLIND (Galvão) são apresentados na forma infinitiva.

O número de entradas varia muito de uma obra para outra. No caso da letra *B*, encontramos 910 em Fragomeni (5), 374 no dicionário da SUCESU, 196 em Galvão (6), 78 no dicionário da Rio Gráfica (3), 49 no *Dicionário de informática Elgin* (4) e 41 em Morvan (7). Esses números, por si só, não permitem uma avaliação precisa do dicionário. Em Morvan (7), por exemplo, com apenas 41 entradas, fornece informações bem mais completas que o dicionário da Rio Gráfica (3) com 78 entradas. Já Fragomeni (5) consegue, com suas 910 entradas, ser abrangente tanto no número de termos cobertos, bem como no conteúdo das informações apresentadas.

Um outro aspecto, ainda de caráter técnico-formal, é a questão do título. Os dicionários da SUCESU e da Rio Gráfica (3) são dicionários bilíngües, inglês-português.

O primeiro também traz, no final, um glossário português-inglês. Entretanto, estas especificações não são mostradas no título e, nem mesmo na capa: o primeiro é o *Dicionário de informática* e o segundo é o *Dicionário do computador*, como se se tratasse de dicionários unilíngües. Este cuidado também não é tomado pelo *Dicionário de informática Elgin* (4).

Em Galvão, também bilíngüe, já aparece um subtítulo “inglês-português-inglês”, indicando que a entrada é apresentada em inglês, vindo, em seguida, uma tradução ou explicação em português e, em alguns casos, remetendo a uma outra entrada em inglês. Em Morvan (7) e Fragomeni (5), os títulos *Dicionário de informática* e *Dicionário enciclopédico*, respectivamente, sem mencionar se são bilíngües ou não, justificam-se, uma vez que, nestes dois casos, aparecem entradas tanto em inglês como em português – reflexo vivo do uso da terminologia dentro da área. De qualquer forma, seria melhor a menção (como subtítulo, por exemplo) da inclusão da terminologia em inglês.

Também de caráter técnico é a ausência dos critérios de autoria no dicionário da Rio Gráfica (3), nas suas primeiras páginas. No final, apresenta-se a diretoria, editorial e os colaboradores da editora, sem a nomeação dos autores do dicionário, contudo.

Cabe destacar aqui a *metodologia de consulta* introduzida por Fragomeni (5), no início de sua obra. A autora dá ao consulente um roteiro dos passos que ele deve seguir para procurar os vocábulos desejados, tanto em inglês como em português. Se o termo for em português, apresenta a definição imediata ou a remissão ao sinônimo preferencial; caso o consulente ainda deseje aprofundar a pesquisa, poderá consultar as referências cruzadas, os termos correspondentes em português; poderá procurar o correspondente em inglês e consultar os adjacentes a ele ou ainda procurar alguma palavra-chave no texto da definição e consultá-la. Se o termo for em inglês, a autora faz remissão ao português com o objetivo de forçar o uso da língua pátria. Tais passos são mostrados ao consulente, de uma forma clara e didática, através de um fluxograma. Essa *metodologia de consulta* apresentada apenas por Fragomeni se justifica pelo porte e amplitude de seu dicionário, em relação aos demais aqui mencionados.

É conveniente acrescentar que três dos dicionários analisados apresentam informações adicionais, além daquelas que constituem a nomenclatura. A SUCESU traz um extenso glossário português-inglês (o dicionário, propriamente dito, é inglês-português); Morvan (7) também traz um glossário inglês-português que ele denomina *léxico*; Galvão (6), além de um glossário português-inglês, apresenta algumas noções fundamentais sob o título de *A matemática da informática*.

Passamos, a seguir, a analisar o conteúdo dos verbetes da letra *B*, embora reconheçamos que implicações técnico-formais ainda surgirão desta análise. Apontamos para aqueles aspectos que nos parecem relevantes num trabalho deste porte.

2.1. *Fragomeni*

Iniciando por *Fragomeni* (5), verificamos que, como a própria autora afirma, na apresentação de sua obra, seu objetivo, ao arrolar inúmeras entradas em português ou ao *forçar* uma tradução não utilizada pelos profissionais da área, é a “criação de terminologia brasileira de informática, visando fortalecimento e expansão da tecnologia nacional, uma vez que nos encontramos, nessa área, em quase total dependência técnica e cultural da língua inglesa” (5, Apresentação). Compreendemos a preocupação da autora com a preservação do idioma nacional. Entretanto, a língua é um organismo vivo e a velocidade com que os termos técnico-científicos em inglês, na área de informática, e em outras áreas igualmente, entram em nossa língua, impede que haja tempo para se cunhar novos termos em português. Uma vez inseridos na língua, há relutância por parte dos usuários em substituir esses termos. Insistir numa terminologia exclusiva em português é lutar contra uma corrente muito forte.

Quanto à propriedade das definições de *Fragomeni*, e dos outros dicionaristas igualmente, contamos, em nossa análise, com a colaboração de especialistas do Departamento de Computação da UNESP – Campus de Bauru.

Constatamos que, em geral, há precisão na tradução e na definição de termos feitas por *Fragomeni*. Dentro de seu enciclopedismo adentra a história da computação, mostrando, por exemplo, que BOOLE, GEORGE é um “matemático e lógico inglês (1815-1864), criador da Álgebra de Boole (v.), sistema que propicia a aplicação de métodos matemáticos e quantidades não-quantificáveis, como as proposições lógicas”.

Se, de um lado, *Fragomeni* (5) define adequadamente os termos da área de informática propriamente dita, por outro, arrola uma série de termos que podem ser considerados fora desta área, estendendo o volume de sua obra sem necessidade. Assim, temos definições precisas em:

BAITE (byte) – cadeia de caracteres binários tratados como uma unidade. Geralmente é menor que uma palavra de máquina, e se refere ao segmento endereçável de memória designado para conter um caracter alfanumérico. Tem, por exemplo, 6, 7 ou 8 bits de comprimento. O baite mais comumente usado é o de 8 bites (octeto), podendo ser acompanhado de um novo bite, de paridade.

BANCO DE DADOS (data bank) – arquivo de dados de diversas fontes, armazenado de forma a possibilitar o acesso por vários usuários. São muito importantes sua estrutura e organização, bem como os programas de acesso e tratamento. Atualmente, grandes sistemas têm sido desenvolvidos especialmente para a gerência de bancos de dados.

Nota: um Banco de Dados pode conter várias Bases de Dados (v. tb.).

BOLHAS MAGNÉTICAS (magnetic bubbles) – domínios magnéticos que se originam da aplicação de um campo magnético vertical sobre um filme fino magnético. Geralmente, têm forma cilíndrica, e servem para o armazenamento de informações.

v. tb.: Memória de bolhas magnéticas.

Contrastando, aparecem termos que não fazem parte da área de informática, como por exemplo:

BAR (bar) – unidade de pressão, equivalente a 0,1 MPa.

BARISFERA (barisphere) – parte interior do globo terrestre, caracterizada por sua alta densidade.

BARREIRA DO SOM (sound barrier) – conjunto de fenômenos que ocorrem quando um corpo sólido se desloca no ar em velocidade próxima ou igual à do som nesse fluido, e que compreende o aumento da resistência, a diminuição da sustentação, a formação de uma onda de choque localizada e a produção do estrondo sônico.

BARN (barn) – unidade especial da área, equivalente a 10 elevado a 28 metros, utilizada na física nuclear para medir a seção de choque microscópica de átomos. Símbolo: b.

BIOSFERA (biosphere) – camada do globo terrestre habitada pelos seres vivos.

A esses termos ainda acrescenta BATISCAFO, BIBLIOGRAFIA, BIBLIOTECONOMIA, entre outros.

Um outro problema que detectamos na obra de Fragomeni (5) são alguns termos traduzidos ou adaptados para o português, enquanto os usuários têm por hábito utilizar a forma em inglês, por ser, segundo eles, mais precisa. Assim, a autora introduz:

BÁFER por “buffer”

BAITE por “byte”

BASCULADOR por “toggle”

BASE DE VÍRGULA FLUTUANTE por “floating point base”.

“Logical básico” é a tradução dada à BASIC SOFTWARE; toma um termo emprestado do francês *logiciel*, ignorando o termo *software* que é amplamente utilizado na sua forma original inglesa. Não seguiu esta lógica de apresentar um termo correspondente em português no caso de BAUD, deixando-o sem tradução e definindo-o em suas várias acepções.

Apesar dessas impropriedades aqui constatadas, o dicionário de Fragomeni é, segundo especialista da área, “o mais completo dicionário nacional de informática” (5, p. 3).

2.2. Morvan

Passando para Morvan (7), temos um dicionário que vem da França, em uma tradução de Portugal. É curioso observar que este autor, embora francês, não usa o termo *logiciel* para *software*. Segundo especialistas da *Folha de São Paulo*, Morvan “é abrangente, preciso e profundo sem ser chato” (8, p. 3). Quando apresenta a entrada em português, traz, entre parênteses, sua correspondente em inglês e, na maioria dos

casos, também em francês; quando apresenta a entrada em inglês, traz, na maioria das vezes, sua correspondente em língua francesa.

Exemplificando a adequação do autor, temos:

BACKGROUND (francês “arrière-plan”). Parte de uma memória central contendo programas sem prioridade particular; conjunto destes programas e do seu sistema de gestão (ver **FOREGROUND**).

BINÁRIO (inglês “binary”, francês “binaire”). Sistema de numeração base 2 e cujos algarismos são 0 e 1.

BOOTSTRAP (francês “amorçe”). Programa geralmente em ROM ou microprogramado que permite colocar em funcionamento um computador (ver **PROGRAMA DE BOOTSTRAP**). / “Bootstrap de uma banda magnética”, parte de uma banda magnética que, desprovida de sinal magnético, serve para distinguir o início e o fim da zona reservada à gravação.”

A exemplo de Fragomeni (5), Morvan (7) também é enciclopédico. No prefácio da edição francesa, o autor confessa que a escolha de um desenvolvimento enciclopédico para certas expressões foi por vezes arbitrária. Sua preocupação era desenvolver os assuntos mais difíceis ou mais atuais. Apresenta extensas explicações acerca de **BANCO DE DADOS** (acrescida de lista dos principais bancos e bases de dados por setor de atividade), **BANDA MAGNÉTICA** (com ilustração), **BASE DE DADOS** (também ilustrada), **BOOLE** (álgebra de) e **BUFFER**.

Em geral, trabalha com um número de entradas bastante restrito, mas as informações contidas nos verbetes são bem completas e pertinentes à área de informática.

Um pequeno problema surge, porém, na utilização deste dicionário no Brasil. Alguns termos dizem respeito ao uso corrente em Portugal, não encontrando ressonância entre nós. Assim, **BANDA DE ARRASTO** (inglês *printer carriage tape*, francês *bande marginal d'entraînement*) corresponde a “remalina”, no português do Brasil; **BANDA MAGNÉTICA** (inglês *magnetic tape*, francês *bande magnétique*) corresponde a “fita magnética”, no Brasil. Essa diferença de terminologia entre os dois países, entretanto, não chega a tirar o valor e a utilidade do dicionário de Morvan (7) para os usuários da área de informática.

2.3. SUCESU

Quanto ao dicionário da SUCESU, preocupa-se tanto com a tradução, uma vez que as entradas são apresentadas em inglês, como também com a definição, apresentada, quase sempre, com mais de uma acepção.

Embora estas traduções e definições estejam, na maior parte dos casos, adequadas e completas, existem alguns verbetes que merecem observações, não constatadas em Fragomeni (5) e Morvan (7).

Em

BACKUP. Reserva, de reserva.

1. Diz-se da unidade que pode ajudar ou substituir outra unidade do computador a qualquer momento. 2. Diz-se do procedimento, método ou computador empregado em caso de falha do procedimento, método ou da unidade de processamento original ou principal.

BACKUP. Cópia preventiva, cópia de segurança. Ver **BACKUP COPY**.

não se justifica a separação em duas entradas, pois o segundo verbete é uma extensão de sentido do primeiro. A Lexicografia recomenda que se separe em duas entradas, quando se configurar um caso de homonímia e, aqui, temos um caso de polissemia. O mesmo ocorre em **BORROW**. Não há necessidade de se separar em duas entradas, substantivo e verbo, como se vê abaixo:

BORROW. Transporte negativo, empréstimo.

.....
BORROW (to). Pedir emprestado.

As duas formas têm o mesmo sentido e cabem, perfeitamente, em apenas uma entrada.

A **SUCESU** agiu acertadamente em **BUFFER**, separando em duas entradas um caso típico de homonímia:

BUFFER. Circuito separador.

Circuito isolante usado para evitar que um circuito ativado influa no circuito ativador.

BUFFER. Memória intermediária, memória compensadora.

1. Rotina ou armazenamento que serve para compensar a diferença na velocidade de fluxo dos dados ou no momento de ocorrência dos eventos, ao transmitir dados de um dispositivo para outro.

Por outro lado, em **BASE**, as acepções de número 5 e 6 configuram casos de homonímia com relação às demais acepções. Deveriam, portanto, constituir duas entradas. Ilustrando:

BASE. Base.

1. Valor que serve de referência. 2. Número que se multiplica por si mesmo tantas vezes quantas indique o expoente. 3. Equivalente a **RAÍZ** (radiz). 4. Número que serve para definir o sistema de numeração, de logarítmicos etc. 5. Contração do endereço de base e do registro de base. 6. Parte de instrução que contém o endereço de um registro base. 7. Sistema numérico em que se representa um valor aritmético. Em **PL/I**, a base é binária ou decimal. 8. Ver: **FLOATING-POINT BASE**. Ver também **DATA BASE**.

O verbete

BASIC. Beginners' All-Purpose Symbolic Instruction Code.

mereceria maiores explicações por parte do dicionarista. Omite a tradução e a definição, presentes, de uma forma ou de outra, em Morvan (7), Rio Gráfica (3) e Elgin (4). Nem mesmo remete a um outro verbete, como o fazem Fragomeni (5) e Galvão (6), embora apresente BEGINNERS' ALL-PURPOSE SYMBOLIC INSTRUCTION CODE como uma outra entrada.

Uma observação ainda pertinente é o fato do dicionário de SUCESU trazer algumas definições restritas a determinados tipos de máquina. Por que citar só estes tipos? Ou, por outra, por que não apresentar uma definição mais ampla? Confira em:

BASIC CONTROL MODE. Modalidade de controle básico, modalidade básica. Modalidade de funcionamento de um Sistema/370 em que somente se utilizam as funções e recursos de um Sistema/360 e as características adicionadas do primeiro, tais como as novas instruções de máquina.

Ver também: EXTENDED CONTROL MODE.

BASIC OPERATING SYSTEM/360. Sistema operacional básico/360. Sistema residente em discos, dependente dos dispositivos, projetado para colocar a capacidade e recursos do sistema operacional ao alcance das configurações de Sistema/360 com uma capacidade de memória de 8K em diante. Abreviado como BOS/360.

Quanto à tradução incorreta de termos, apontamos

BUCKET. Balde, depósito.

Termo de gíria freqüentemente usado para designar uma referência específica da memória ou do armazenamento. Por exemplo: uma seção da memória, a posição da palavra, uma cédula de armazenamento etc.

A tradução não confere com o uso habitual dentro da área de informática. Especificamente, adota-se "bucket" no original inglês, deixando "balde" e "depósito" para usos genéricos fora desta área. Ainda com relação a entradas fora da área, na letra "B", detectamos BIBLIOGRAPHY.

2.4. Galvão

Com relação ao dicionário de Galvão (6) – *Dicionário integrado de informática* –, "nem chega a ser um dicionário: é um arrolado de termos afins em inglês e português, no campo da computação. Quando se arrisca a definir algum termo, revela a precariedade do instrumental teórico de seu autor", nas palavras de especialistas em informática da *Folha de São Paulo* (8, p. 3).

Verificamos, inicialmente, que há verbetes como:

BALL – bola.

BAR – barra.

BEGINNING – princípio, começo.

que fariam sentido, se colocados num dicionário genérico, mas nunca, num dicionário especializado em determinada área do conhecimento. Ou, por outra, seria necessária uma explicação direcionada para a área, para que este verbete pudesse constar neste tipo de dicionário proposto.

As definições, como já apontaram os especialistas, são muito breves, omitindo acepções importantes que determinados termos possuem. Note-se, por exemplo, que

BUFFER – memória auxiliar, memória intermediária.

Armazenamento que serve para compensar a diferença na velocidade de fluxo de dados na transmissão de um dispositivo para outro.

Área interna da memória reservada para armazenamento temporário e intermediário nas operações de entrada e saída onde se introduzem e extraem dados. É o elemento compensador quando o sistema de processamento de dados, ou os dispositivos periféricos operam com tempo de acesso, velocidades ou formatos diferentes.

Dispositivo de memória transitória e dotado de capacidade reduzida capaz de receber e transferir dados em regime de velocidades diferentes.

não traz o sentido de “circuito separador”, presente no verbete da primeira entrada de **BUFFER**, apontado pelo dicionário de SUCESU. Galvão trabalha somente com um sentido deste termo, desdobrando-o em três acepções.

No caso de **BRACKET**, há um deslize, talvez gráfico, na definição:

BRACKET. parênteses

Sinal gráfico “ ” para mostrar palavras opcionais de programação.

O sinal gráfico utilizado por Galvão (6) é aspas e não parênteses, como ele traduziu.

2.5. *Rio Gráfica*

O *Dicionário do computador* da Rio Gráfica (3) tem, segundo especialistas da *Folha de São Paulo*, “definições claras, mas é limitado para o profissional que deseja se aprofundar em algum tema” (8, p. 3). É útil para aqueles que estão iniciando seus estudos na área de informática. Embora suas definições padeçam de grandes detalhes, são apresentadas de forma adequada. Por exemplo, em

BASE. Base de um sistema de representação numérica posicional. O sistema decimal tem base 10 e o sistema binário tem base 2.

percebe-se a preocupação da editora em se manter dentro da área de computação. Em

BENCHMARK. Ponto de referência de medidas. Pode ser uma tarefa-padrão atribuída a vários computadores diferentes e que possibilita a comparação da velocidade, eficiência e precisão com que cada um deles a realiza.

A referência à *tarefa-padrão* é, segundo especialistas, muito mais precisa do que *prova-padrão*, que aparece no dicionário da SUCESU.

No verbete

BOOT ou BOOTSTRAP. Autocarregador. Uso de certas instruções preliminares para carregar um programa em um computador.

aparece a forma BOOT, que é mais freqüente que BOOTSTRAP e não se encontra em nenhum dos outros dicionários aqui analisados. A tradução porém, *autocarregador*, não é comum entre usuários.

Já no caso de

BUFFER. Área de memória para armazenamento temporário durante transferência de dados de uma parte do sistema para outra, regulando o fluxo de dados entre dispositivos de velocidades diferentes.

a definição deixa a desejar, pois trabalha apenas com uma acepção, a mais comum.

A Rio Gráfica (3) tem a vantagem de apresentar uma série de verbetes ilustrados por gravuras que ajudam a elucidar o significado de vocábulos.

2.6. *Elgin*

Com relação ao *Dicionário de informática Elgin* (4), não se trata propriamente de um dicionário; pode-se chamá-lo de glossário, uma vez que o que se apresenta é um pequeno vocabulário, em que se explica o significado das palavras, para ajudar o leitor na compreensão da linguagem técnica da informática (1, p. 139).

Este glossário traz todas as entradas em inglês, seguindo-se a tradução e uma definição curta, mas precisa. Não aparecem traduções em BAUD, BUS e BUST, porque esses termos são usados diretamente em inglês.

Cabe observar que todas as obras aqui citadas, com exceção do glossário Elgin, fazem uso de referências cruzadas, isto é, remetem a uma outra entrada do dicionário, em diversos verbetes. Esse processo tem algumas vantagens: economiza espaço, evita-se a repetição de informações já inseridas em outro verbete e permite ao consulente melhor compreensão do significado da palavra, ao ter contato com outras palavras do mesmo campo léxico da inicial, aponta-nos a lexicógrafa M. T. Biderman (1, p. 142).

Assim, cada um dos dicionaristas aqui em foco tem a sua simbologia para fazer estas referências cruzadas. A Rio Gráfica (3) utiliza “v.” (ver) ou “o mesmo que”. Galvão (6) e Morvan (7) se servem de “ver”. Fragomeni (5) usa “v.” (ver), “v. tb.” (ver também) e “contr.” (contrasta com), insistindo, em sua apresentação, para que se consultem os termos adjacentes em português e em inglês. O dicionário da SUCESU também amplia bastante as possibilidades do consulente, remetendo a outros termos através de “ver” ou “vide” e fazendo relação com sinônimos e antônimos por meio de “relacionado com” / “equivalente a” ou “contrasta com”.

Encerrando esse segundo item, gostaríamos de apontar para uma questão curiosa: um número mínimo de entradas se repetem em todos os dicionários analisados. No que concerne à letra “B”, são apenas treze:

BACKUP
 BASE
 BASIC – Beginners' All – Purpose Symbolic Instruction Code
 BAUD
 BINARY
 BIT
 BIT RATE
 BLOCK
 BPI(bits per inch)
 BPS(bits per second)
 BRANCH
 BUFFER
 BYTE

Parece-nos que este reduzido número de palavras coincidentes se deve a fontes diversificadas utilizadas pelos dicionaristas. Embora não tenhamos conhecimento dessas fontes para cada um dos dicionários, as entradas arroladas e as suas respectivas definições deixam entrever origens várias. Fragomeni é a única que explicita as obras que consultou para a confecção de seu dicionário: periódicos técnicos especializados e catálogos de fabricantes, nacionais e estrangeiros, na área de informática, bem como 242 obras espalhadas por várias outras áreas – lingüística, teoria da informação, micrográfica e documentação, comunicações óticas, automação e robótica, lógica, matemática, física, estatística e administração, dentre outras. Faz jus, portanto, ao título que ostenta – *Dicionário enciclopédico de informática*.

Apresentamos, a seguir, um quadro ilustrativo, contendo um resumo das características destas seis obras de referência. Objetivamos com isto tornar o processo de comparação mais rápido e didático para possíveis usuários.

3. AS PALAVRAS MAIS COMUNS NA INFORMÁTICA

Com o objetivo de verificar quais são as palavras mais utilizadas pelos especialistas em informática e, dentre estas, qual a frequência de palavras em português e em inglês, fizemos uma pesquisa com professores desta área.

Duas questões foram a eles propostas. Na primeira, objeto desta seção, pedimos que fizessem uma lista das 20 palavras mais usadas na informática. Não especificamos se a lista deveria vir em inglês ou em português. Dentre os onze questionários devolvidos, obtivemos o seguinte resultado, em média:

palavras em inglês – 68%
 palavras em português – 32%

Esses números vêm comprovar aquilo que afirmamos anteriormente: os profissionais da área preferem usar os termos na língua de origem, inglês, por acharem que, assim, expressam os conceitos e processos com mais precisão.

Quadro 1 – Dicionários de informática analisados

	FRAGOMENI	MORVAN	SUCESU	GALVÃO	RIO GRÁFICA	ELGIN
título adequado	sim	sim	não	sim	não	não
língua das entradas	português e inglês	inglês	inglês	inglês	inglês	inglês
definições adequadas	sim	sim	sim, com restrições	não	sim	sim
metodologia de consulta	sim	não	não	não	não	não
referências cruzadas	sim	sim	sim	sim	sim	não
ilustrações	não	sim	não	não	sim	não
informações adicionais	-	glossário ingl./fr./port.	glossário port./ingl.	glossário port./ingl.; noções de matemática	-	-
termos fora da área	sim	não	sim	termos genéricos	não	não
traduções "forçadas"	sim	não	sim	não	não	não
nº de entradas da letra "B"	910	41	374	196	78	49

Com relação à ocorrência das palavras citadas nas listas solicitadas, houve uma grande variação de uma para outra. Muitas palavras foram apontadas por apenas um informante. Isto talvez se explique pelo fato de que, apesar de todos serem professores de computação, um trabalha com *hardware*, outro com *software*, outro ainda com linguagens, ou mesmo com especificidades dentro destas sub-áreas.

A seguir, trabalharemos com as quatorze palavras coincidentes entre os informantes, em pelo menos três deles, e tentaremos verificar a unicidade (ou não) das definições destas palavras, nos dicionários analisados na seção anterior. Partiremos das menos freqüentes para as mais freqüentes.

a. memory (2 vezes)/memória (1 vez) – 27%

Galvão, a Rio Gráfica e o Elgin apresentam apenas a definição básica – o armazenamento de dados na CPU do computador, Fragomeni e a SUCESU apresentam definições mais completas, remetendo ao verbete STORAGE e, com este, estabelecendo comparações. Cada qual, entretanto, tem sua diferenciação própria: Fragomeni indica

STORAGE para memória no sentido lógico e MEMORY, no sentido físico; a SUCESU denomina de MEMÓRIA a que se aloja na unidade central de processamento, e que armazena os dados de trabalho e as instruções e executa todas as funções aritméticas e lógicas, aplicando o termo ARMAZENAMENTO a todos os dispositivos periféricos. São definições conflitantes, portanto. Fragomeni está correta.

Morvan não faz esta relação com STORAGE, mas a discussão sobre o termo de forma enciclopédica: fala de *memórias analógicas*, *memórias digitais*, *memórias de bolhas magnéticas*, *memórias de fios magnéticos*, *memória cibernética*, *memória dinâmica* etc.

b. linguagem – 27%

Galvão e Elgin falam de representações e métodos utilizados para transmissão de informações. A Rio Gráfica acrescenta as regras de sintaxe que combinam caracteres. A definição da SUCESU, embora mais prolixa, traz as mesmas noções trabalhadas pelos dicionaristas já mencionados. Morvan também não vai além disso na definição, mas, como é de seu estilo, apresenta um apanhado sobre os vários tipos de linguagens, ilustrando com uma tabela cronológica do aparecimento das mesmas. Fragomeni, por outro lado, deixa a área de informática e define LINGUAGEM dentro da lingüística, embora nos verbetes seguintes apresente inúmeros tipos de linguagens. Confira:

LINGUAGEM

Language

Língua no mais amplo sentido, com todas as suas formas e manifestações (diz-se “linguagem humana”, mas “língua portuguesa”). Segundo Saussure, é a fala mais a língua. Como elemento de comunicação, é ao mesmo tempo exteriorização (o material fônico) e interiorização (o pensamento).

c. compilar – 27%

Morvan, a Rio Gráfica e o Elgin não trazem esta entrada como verbo; somente o substantivo COMPILADOR (“compiler”). Fragomeni está de acordo com a SUCESU, onde COMPILAR é “preparar um programa em linguagem de máquina a partir de um programa escrito em uma outra linguagem de programação...” Galvão traz uma conceituação errônea, pois afirma que COMPILAR é “elaborar um programa escrito em qualquer linguagem de programação para a linguagem real”. Não se trata, no entanto, de “linguagem real”, mas de “linguagem de máquina”, como se pode confirmar em Fragomeni e na SUCESU.

d. programa (2 vezes)/program (1 vez) – 27%

Galvão, a Rio Gráfica e o glossário Elgin falam de conjunto de métodos para solucionar problemas ou tarefas. Morvan traz uma definição estritamente técnica – “algoritmo destinado a uma dada máquina, escrito numa linguagem reco-

nhecida por essa máquina” – sem mostrar a finalidade de um programa, apontada pelos três primeiros. Faz extensa explanação sobre tipos de programas: *programa gravado*, *programa fonte*, *programa tese* etc. Fragomeni e a SUCESU apresentam várias acepções do termo, mas todas elas podem ser consideradas expansões daquela apresentada pelos três primeiros. A SUCESU fala, por exemplo, de “seqüência lógica de instruções que um computador pode executar para obter um resultado específico” e Fragomeni aponta “seqüência de símbolos e sinais, que condiciona uma seqüência de ações.

e. computador (2 vezes)/computer (1 vez) – 27%

A Rio Gráfica (3) e o glossário Elgin partilham praticamente a mesma definição – equipamento que recebe as informações, processa-as e fornece os resultados. Galvão (6) tenta ir além, classificando de processo mais moderno aquele executado por computadores de terceira geração, uma afirmação ultrapassada, pois hoje já se fala em computadores de quinta geração. Morvan faz um histórico ao computador e nas suas várias tipificações: *computador de escritório*, *computador back-end*, *computador front-end*, *computador host* e *computador satélite*. Fragomeni e a SUCESU trabalham com duas acepções básicas: (a) processador de dados capaz de efetuar cálculos e (b) máquina ou sistema que manipula e/ou transforma informações.

f. data (2 vezes)/dados (1 vez) – 27%

Morvan e Galvão dão prioridade à forma pela qual os dados são representados, ou codificados, para que se efetue o processamento. Morvan vai um pouco além, mostrando a diferença entre *dados analógicos* e *dados digitais*. A Rio Gráfica e o glossário Elgin apresentam uma definição um tanto genérica, uma vez que denominam o *definiendum* como “qualquer representação à qual se pode atribuir um significado”. A SUCESU se aprofunda no aspecto técnico, mantendo-se estritamente no âmbito da informática. Já Fragomeni, embora com uma definição bem extensa, amplia as características do *definiendum*, de forma que este se adéqua para várias áreas do conhecimento.

g. buffer – 36%

Galvão e a Rio Gráfica falam de uma área da memória reservada para armazenamento temporário. É, de fato, a acepção mais usual. Morvan e Fragomeni acrescentam uma outra acepção mais na área de *hard-ware*, uma vez que mencionam um circuito isolado para impedir interferência de um circuito alimentador sobre outro idêntico. A SUCESU é mais detalhista; compara o BUFFER a um tipo específico de rotina, fala de um dispositivo de armazenamento de caráter transitório e o equipara a diodo. Ainda, como vimos anteriormente, apresenta uma outra entrada para o BUFFER (circuito separador).

h. bit – 36%

Depois de traduzirem-no como *dígito binário*, Galvão, a Rio Gráfica e o glossário Elgin definem BIT como a unidade de informação que pode assumir um dos dois valores ou estado. Fragomeni faz uma extensão deste sentido para a área de Teoria

da Informação. A SUCESU aprofunda-se na questão da carga elétrica (positiva ou negativa) que determina se o BIT representa 1 ou 0. Morvan mantém seu estilo: arrola, dentro do mesmo verbete, definições de: *bit de estado*, *bit menos significativo*, *bit de paridade*, *bit por polegada* etc.

i. *byte* – 36%

Os dicionaristas não traduzem esse termo, com exceção de Fragomeni, que propõe a adaptação “baite”, não utilizada pelos profissionais da área na escrita. Quando definem BYTE como seqüência de *bits* (Fragomeni, Morvan, a Rio Gráfica e o Elgin), apontam o conceito mais corrente, isto é, seqüência de oito *bits* que forma a unidade básica de informação, imprescindível, principalmente, para os iniciantes na computação: A SUCESU ainda detalha uma das acepções, exemplificando com determinada marca de computador.

j. *sort* – 36%

Embora Fragomeni e a SUCESU, disponham suas definições em duas e quatro acepções, respectivamente, a noção básica – organização de dados numa seqüência ordenada, aplicando regras específicas – se mantém em todos os dicionaristas, com exceção de Morvan e do glossário Elgin que não trazem esta entrada.

l. *system* (4 vezes)/sistema (1 vez) – 45%

As definições de Fragomeni e da SUCESU são muito genéricas, podendo se aplicar a qualquer área do conhecimento que faça uso de um sistema. Galvão, embora sucinto, aproxima-se da área, pois fala de um “conjunto de métodos aplicados a um programa”. A definição inicial de Morvan é praticamente a mesma de Galvão, porém o primeiro aborda especificamente a computação: *sistema informático*, *sistema conversacional*, *sistema de informação* e *sistema individual*”

m. *file* – 55%

A Rio Gráfica fica com a definição básica, mais usual – “coleção de informações armazenadas fora do computador, em fita ou disco”. Galvão acrescenta tratar-se de um “conjunto de registros afins tratados como unidade”. O glossário Elgin só traz essa última informação. A contribuição da SUCESU é relevante, quando explicita que, num programa, FILE pode ser “a representação simbólica de um conjunto de dados”. Esta acepção é também apresentada por Fragomeni, sendo que esta dicionarista também denomina FILE o dispositivo físico (disco, tambor, fita) onde se armazenam dados. Quanto a Morvan, não traz a entrada FILE, e sim FICHEIRO (inglês *data set* ou *file* francês *fichier*). FICHEIRO de nada serve para o usuário do Brasil; primeiro porque, na maioria das vezes, ele se depara com o termo em inglês; segundo porque FICHEIRO, com os sentidos acima referidos, é um termo corrente apenas em Portugal.

n. *hardware* – 73%

Ao lado de SOFTWARE, foi o termo mais apontado pelos professores da área. Galvão, a SUCESU, e Rio Gráfica e o glossário Elgin definem o HARDWARE como a parte física que compõe um sistema de computador. A SUCESU ainda mostra

Quadro 2 – Palavras mais comuns na informática

	Freq.	Fragomeni	Morvan	SUCESU	Galvão	Rio Gráfica	Elgin
<i>memory</i>	27%	+	+	-	+	+	+
linguagem	27%	-	+	+	+	+	+
compilar	27%	+	-	+	-	-	-
programa	27%	+	±	+	+	+	+
computador	27%	+	+	+	-	+	+
data	27%	+	+	+	±	-	-
<i>buffer</i>	36%	+	+	+	+	+	-
<i>bit</i>	36%	±	+	+	+	+	+
<i>byte</i>	36%	±	+	+	-	+	+
<i>sort</i>	36%	+	-	+	+	+	-
<i>system</i>	45%	-	+	-	+	-	-
<i>file</i>	55%	+	-	+	+	+	±
<i>hardware</i>	73%	±	±	+	+	+	+
<i>software</i>	73%	+	+	+	-	+	+

+ definição precisa
 - imprecisa ou omitida
 ± relativamente adequada

uma segunda acepção: uma gíria que se refere a todo maquinário. Galvão tenta ir além, mostrando uma subjetividade da unidade central de processamento (memória principal, unidade aritmética e lógica e unidade de controle), como se somente ela constituísse o HARDWARE. Comete, aí, uma impropriedade. Deixa de fora os periféricos que Fragomeni, acertadamente, inclui no HARDWARE. Esta dicionarista, por sua vez, propõe a tradução “material”, do francês *materiel*. Ela própria reconhece que é um termo “pouco usado em português, geralmente sendo substituído por máquina”. Tanto Fragomeni como Morvan contrastam HARDWARE com SOFTWARE, objetivando esclarecer melhor estas duas partes da computação.

o. software – 73%

Do estilo sucinto da Rio Gráfica e do glossário Elgin até as definições mais detalhadas da SUCESU, Fragomeni e Morvan, o SOFTWARE é o conjunto de programas relacionados com a operação de um computador. Galvão comete uma falha. Traduz o

termo por “periféricos”, quando este último se refere a um dispositivo exterior a uma unidade de processamento necessária para a sua utilização. A exemplo de outros termos essenciais da área, Morvan define *software da aplicação, programas normalizados, programas específicos, software de base e software cruzado*, dentro do verbete SOFTWARE.

O quadro acima mostra um esquema da análise desenvolvida nesta seção.

4. CONCLUSÃO

A análise que empreendemos nas duas seções acima parece deixar claro alguns pontos com referência à relação inglês-português, na área de informática:

- a. há uma necessidade constatada de explicar, aos iniciantes na área, os termos que vão sendo introduzidos através de livros, comunicados, revistas especializadas e manuais; daí, o surgimento dos dicionários bilíngües, aqui em foco;
- b. há grande dificuldade em traduzir rapidamente esses termos – processo de substituição que leva tempo e requer estudo; recorre-se, então, às definições, por não haver, em muitos casos, uma correspondência precisa entre o inglês e o português;
- c. em função dessa imprecisão dos termos traduzidos, alguns profissionais que atuam na área há alguns anos confessam preferir fazer uso de dicionários bilingües, genéricos ou mesmo dicionários unilíngües, inglês-inglês; a partir destes fazem transferências de conceituação para sua área específica; dessa forma, os dicionários bilíngües mostram-se úteis mais para aqueles que estão adentrando este campo de conhecimento;
- d. o material escrito, nesta área, é muito vasto, provindo de fontes diversas; verifica-se, assim que a nomenclatura varia bastante de um dicionário para outro, e o número de entradas coincidentes é relativamente pequeno;
- e. em geral, há unicidade nas definições, com relação às acepções básicas dos termos arrolados; à medida que novos sentidos são introduzidos pelos dicionaristas, há variação de uma obra para outra.

Com o intuito de refletir criticamente sobre o papel da língua inglesa como instrumento na linguagem técnico-científica no Brasil, fizemos uma segunda pergunta aos profissionais da área consultados. Questionamos se a influência do inglês sobre o português é benéfica ou maléfica, em sua profissão. 45% dos informantes classificaram-na como maléfica e 55%, como benéfica. Uma diferença bastante estreita, convenhamos.

Aqueles que se colocaram contrários à influência do inglês sobre o português entendem que “a comunicação entre profissionais desta área está começando a se tornar difícil devido à mistura de termos em inglês e em português”. Condenam, dessa forma, a utilização de verbos ingleses, conjugados em português tais como *becapilar* e *sortear*. Argumentam ainda que esse processo está levando à “formação de um vocabulário estranho à nossa língua, dificultando a transmissão desses conceitos a pessoas leigas”, em suas próprias palavras.

Aqueles que se posicionaram por uma influência benéfica apresentaram como argumentos a necessidade de se conhecer a terminologia da informática em inglês para se pertencer à sociedade científica; “caso contrário o profissional estará excluído do desenvolvimento tecnológico e científico”, nas palavras de um dos informantes. Apontaram ainda o fato de a maior parte da bibliografia de informática ser publicada por editoras norte-americanas. Conhecendo a terminologia, a leitura do material escrito em inglês ficará mais fácil. Opinam que a utilização de “termos em inglês aportuguesados (por exemplo, *abendar*), faz com que se acabe fugindo do sentido original, atrapalhando o entendimento de textos, tanto em português como em inglês”. Há aqueles que não condenam nem mesmo a entrada desses termos no léxico, com radicais ingleses e sufixos portugueses, tais como *deletar* e *linicar*. Sentem que a “sociedade tem necessidade de criar termos aportuguesados, no sentido de melhorar os meios de comunicação; e a língua permite esta prática por ser dinâmica”. Entendem ser a importação de estrangeirismos uma realidade decorrente das poucas pesquisas existentes no Brasil na área da informática, principalmente no que tange ao *hardware*; “toda tecnologia aqui existente veio do exterior juntamente com termos técnicos que acabaram sendo incorporados à linguagem da comunidade... Se, por um lado, parece ser negativa a utilização desses termos, uma vez que isso pode acarretar uma descaracterização de nossa língua, por outro, torna muito mais rápida e precisa a comunicação entre as pessoas pertencentes à referida comunidade”, afirma um dos profissionais.

Entendemos que, nos dias atuais, com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e com a crescente exportação de tecnologia por parte dos países industrializados, fica difícil manter nossa língua longe da influência de estrangeirismos. A criação de associações com o objetivo de proteger o idioma, como o trabalho bem-sucedido que vem sendo desenvolvido na França e no Canadá, pode atuar na normalização da terminologia e, até mesmo, atenuar um pouco a avalanche de estrangeirismos que aqui chegam. Entretanto, temos de concordar com os profissionais da área, quando afirmam que a língua é um processo muito rápido e dinâmico para seguir os ditames de comissões de terminologia, impostos *a posteriori* à infiltração dos termos estrangeiros na língua. Sabemos que esta situação dominante/dominado só poderá ser modificada quando estivermos produzindo conhecimentos técnico-científicos e, com as nossas invenções, exportarmos terminologia. Não vemos nenhum mal, também, na existência de uma língua franca que permita a comunicação entre os membros da sociedade científica do mundo todo – o inglês. Aplaudimos a recente decisão da Universidade de Amsterdam, na Holanda, que a exemplo de muitos países de língua árabe, vai ministrar um quarto de suas aulas em inglês.

Esperamos, com este trabalho, ter fornecido subsídios para que os usuários da área de informática, principalmente aqueles que estão iniciando a carreira, possam fazer uma avaliação correta ao consultar esses dicionários aqui abordados. Lamentamos se, por falta de informação, outras obras não chegaram às nossas mãos. Tentamos contribuir também para uma visão pouco xenofóbica da entrada de estrangeirismos provenientes do inglês na língua portuguesa.

DOTA, M.I.M. Computer Science Dictionaries: a comparative analysis. *Alfa*, São Paulo, v. 35, 85-103, 1991.

ABSTRACT: This paper presents a comparative analysis of some computer science dictionaries, mainly in regard to the adequacy of their titles and definitions, consultation methodology, translation and information on the entries. From data collected among computer professionals, this work points to the most common words in computing and to the way they are dealt with in those dictionaries.

KEY-WORDS: Computer science dictionaries; bilingual dictionaries; loanwords.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BIDERMAN, M. T. C. Glossário. *Alfa*, São Paulo, v. 28, p. 135-144, 1984. Suplemento.
2. CARVALHO, M. C. Byte virou baite e software é logicial em novo dicionário. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 set. 1986. Caderno de Informática, p. 3, c. 1-2.
3. DICIONÁRIO de Informática. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1984.
4. DICIONÁRIO de informática Elgin. *Jornal da Cidade*, Bauru, 14 jan. a 21 de out., 1987.
5. FRAGOMENI, A. H. *Dicionário enciclopédico de informática*. São Paulo: Campus, 1986.
6. GALVÃO FILHO, W. C. *Dicionário integrado de informática*. São Paulo: Parma, [s. d.]
7. MORVAN, P. *Dicionário de Informática*. Trad. de José Carlos Cotta. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984
8. OUTRAS obras apresentam erros primários. *Folha de São Paulo*, São Paulo 24 set. 1986. Caderno de Informática, p. 3, c. 1-2.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALVES, I. M. A integração dos neologismo por empréstimo ao léxico português. *Alfa*, São Paulo, v. 28, p. 119-126, 1984. Suplemento.
- BIDERMAN, M. T. C. A ciência da lexicografia. *Alfa*, São Paulo, v. 28, p. 1-26, 1984. Suplemento.
- . O dicionário padrão da língua. *Alfa*, São Paulo, v. 28, p. 27-43, 1984. Suplemento.
- CARVALHO, N. *Empréstimos lingüísticos*. São Paulo: Ática, 1989.
- CASARES, J. Semântica e lexicografia. Trad. de Balbina L. Feijó Hoyos. *Alfa*, São Paulo, v. 28, p. 71-101. 1984. Suplemento.
- DAHLBERG, I. Teoria do conceito. Trad. de Astério Tavares Campos. *Ci. Inf.* Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1976.
- HOLANDA adota inglês em aula na universidade. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 jun. 1990. Caderno Cidades, p. 8, C. 5-6.
- REY-DEBOVE, J. Léxico e dicionário. Trad. de Clóvis Barleta de Moraes. *Alfa*, São Paulo, v. 28, p. 45-69, 1984. Suplemento.
- WEINREICH, U. Definição lexicográfica em semântica. Trad. de Maria Cecília P. B. *Alfa*, São Paulo, v. 28, p. 103-118, 1984. Suplemento.

Alfa, São Paulo, v. 35, p. 85-103, 1991.

A CLASSE DOS PRONOMES RELATIVOS: UMA DESCRIÇÃO

Eliana Magrini FOCHI*

RESUMO: Este trabalho descreve a classe dos Pronomes Relativos em Português, considerando o papel dos mesmos na organização sintático-semântica do texto. A descrição procura privilegiar aspectos semânticos e critérios desses pronomes como elementos de coesão na configuração textual.

UNITERMOS: Pronome relativo; organização sintático-semântica; recuperação semântica; coesão textual; anafórico; relator.

Ao tratarmos de pronomes relativos com alunos, temos percebido que encontram sérias dificuldades em empregar tais pronomes, seja em contextos dados, seja em (con)textos de sua própria elaboração.

Pelo enfoque que se dá ao ensino de Português em cursos técnicos¹, o problema do emprego do pronome é crucial, já que não se supõe que o aluno deva dominar a teoria gramatical até o ponto de, por exemplo, fazer metalinguagem ou compor formalizações rigorosas, “bastando” que o dado teórico de que dispõe lhe sirva à elaboração de um texto “correto” e “eficiente”, no contexto de sua produção e destinação. Como se percebe, não se espera do aluno uma competência em gramática que lhe enseje reflexão sobre a língua, mas uma instrumentalização do recurso à gramática, de modo a compor um sistema de recorrência, um repertório para uso – fácil – nas relações de comunicação pertinentes, em particular, ao exercício profissional.

Por um lado, é preciso ensinar gramática; por outro, é preciso instrumentalizar essa gramática para o uso, num registro formal, simplificando a descrição teórica, a classificação. Em pouco tempo, conclui o professor estar diante de uma tarefa muito espinhosa, que exige dele conhecimento do fato lingüístico em profundidade, aliado à

Departamento de Ensino Geral – Faculdade de Tecnologia de São Paulo – CEET Paula Souza – 01124 – São Paulo – SP.

* Doutoranda em Letras (Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800 – Araraquara – SP.

habilidade em formular uma metalinguagem a um tempo competente e simplificada – sem ser redutora.

Todos sabemos que é muito comum os alunos conseguirem repetir, à exaustação, regras gramaticais (até bastante complexas em sua formulação), sem, no entanto, entenderem sua aplicação a qualquer contexto diferente daquele que serve de teste (artificial) à regra.

De forma analogicamente inversa, não é raro encontrar professores que pratiquem competentemente a norma culta, mas concebam e ventilem descrições imprecisas, errôneas até, de fatos lingüísticos, escolhendo demonstrá-lo em repertório quando não esdrúxulo, descontextualizado.

Pensando nas dificuldades com que nos deparamos ao ensinar o emprego dos pronomes relativos, optamos por esboçar, neste pequeno trabalho, uma descrição dessa classe gramatical. Nossa expectativa é que o exercício reflexivo, o esforço para descrever, o recurso às teorias lingüísticas possam dar-nos melhores condições de abordar esse tópico da gramática, no ofício de ensinar Português.

A esse respeito, vale a pena mencionar algumas idéias contidas no texto *Teorias lingüísticas, descrições de uma língua e ensino*, de Eddy Roulet (11): tratando de possíveis aplicações da lingüística ao ensino de línguas, o autor aborda concepções de aplicação seja de uma teoria, seja de um método ou de uma descrição lingüística; destacamos (a) a contribuição das teorias lingüísticas para *dotar o professor de língua de informações sobre estrutura e funcionamento do sistema da língua em questão* e (b) a idéia de que *pode o professor ter um melhor conhecimento das estruturas da língua que se propõe a ensinar e também melhorar a qualidade do conteúdo lingüístico de um curso, através da descrição da língua*. A afirmação de G. Helbig, citada por E. Roulet, resume exatamente o objetivo de “instrumentalização” dos conteúdos teóricos e descritivos da língua, instrumentalização que estamos buscando, em nome de uma qualificação do trabalho docente:

Isto ao menos parece hoje estar claro: teoria e descrição lingüísticas por si sós ainda não levam ao desenvolvimento de realizações práticas no ensino de línguas, mas constituem uma preliminar indispensável a um desenvolvimento ótimo e eficaz dessas realizações práticas.(11, p.73)

Acreditamos ser imprescindível mencionar, de forma resumida, o tratamento dado ao assunto *pronomes relativos* por algumas gramáticas do Português, de uso (por adoção ou por servirem de base) no ensino de 2º e 3º graus: *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Domingos Paschoal Cegalla (6); *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara (2); *Revisão Gramatical*, de Cândido de Oliveira (10); *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra (7); *Gramática em Lições*, de Francisco Platão Savioli (12).

São os pronomes relativos, segundo tais gramáticas: QUE, QUEM, O(A) QUAL/OS(AS) QUAIS, CUJO(A)(S), ONDE e QUANTO(S)(AS).

De modo geral, ao definirem o pronome relativo, nele destacam a característica *referencial*: assim é que o ponto de partida para a identificação do relativo será sua

capacidade de realizar uma recuperação de termo anteriormente citado. Tradicionalmente fala-se em *antecedente* para designar o termo a que o relativo *se refere*.

Por esse tratamento – com qual, aliás, algumas dessas gramáticas dão por completa sua definição de pronome relativo – nada há que diferencie esse pronome de outros, por exemplo, do “pronome pessoal de terceira pessoa”. Tanto em

(a) *Sua irmã, que* tanto ajudei, agora me apronta uma dessas!
como em

(b) Ajudei tanto *sua irmã* e agora ela me apronta uma dessas! estamos diante de itens de referência textual; em ambos os casos pode-se falar em item fórico (o pronome) e antecedente (a informação recuperada). Entretanto, no aspecto constitutivo da frase, em (b) há termos diferentes encarregados de provar a organização semântica (o anafórico *ela*) e a organização sintática (o coordenador *e*), enquanto em (a) um só termo (o relativo *que*) é capaz de dar provimento aos dois níveis de organização.

(Evidentemente, a escolha de uma ou outra forma de construção é, em última instância, uma escolha de organização de sentido, marcada pela posição do emissor diante da informação que dá: o foco da informação, em (a), é *irmã, seu comportamento*; em (b), o próprio *emissor*.)

Faz ressalva à duplicidade de atribuições do relativo (coesão textual mais nexos sintático) a gramática de Platão Savioli (12, p.252): o pronome relativo *projeta na oração posterior um elemento da oração anterior (o antecedente), estabelecendo relação sintática entre elas*.

O mesmo fazem Cunha e Cintra; dizem: *Os PRONOMES RELATIVOS assumem um duplo papel no período ao representarem um determinado antecedente e servirem de elo subordinadamente oração que iniciam*. (7, p.335)

Cuidando de dar abrigo também ao que possa ser excepcional, algumas das gramáticas examinadas sugerem a possibilidade da não ocorrência de um antecedente para o relativo, afirmando de princípio que tais pronomes se referem, *de regra geral ou normalmente*, a um antecedente.

Outra informa, em nota: *O pronome relativo sempre tem antecedente*. (É o caso da *Revisão Gramatical*, de Cândido de Oliveira (10, p.264). Indiretamente, Cegalla (6) está a dizer a mesma coisa quando, após exemplificar a classe dos pronomes indefinidos, observa que QUEM, pronome indefinido, não tem antecedente; seu exemplo “QUEM AVISA AMIGO É”, encontraria noutros gramáticos classificação diversa: pronome relativo indefinido (Bechara, 2; Cunha e Cintra, 7), seja sem antecedente, seja admitindo-se o apagamento do antecedente (fala-se em antecedente subentendido).

Contemplam, ainda, as descrições desses vários autores tratamento de questões como:

(a) *Natureza do antecedente*. Essa natureza pode definir-se por referência lexical ou por equivalência a classes gramaticais. Informa-se, por exemplo, que o antecedente do relativo pode ser substantivo, pronome, adjetivo, advérbio, oração; pode

ser, também, a palavra TUDO, TANTO etc. A definição da natureza do antecedente pode ser nocional, admitindo que *exprima, refira-se a, expresse* pessoas, coisas, coisas personificadas, possuidor, lugar ou *significação indefinida e proporcional* (caso de QUANTO (S) (AS) na gramática de Cegalla).

(b) *Relações no campo da recção*. Ao prescreverem que o pronome relativo QUEM sempre aparece precedido de preposição, as gramáticas estão abordando, de forma não explícita, contextos em que se emprega esse relativo, num arranjo estrutural que consigna verbo transitivo indireto + relacional + QUEM.

(c) *Funções sintáticas*. Ressalvados os pronomes CUJO (e flexões) e ONDE, que têm funções sintáticas definidas (respectivamente adjunto adnominal e adjunto adverbial), os demais podem distribuir-se pelas várias funções existentes. Distinguem-se, também, aqueles que funcionam como pronomes substantivo ou adjetivo (QUE, QUEM, O QUAL, num caso; CUJO, O QUAL, noutro caso).

(d) *Tonicidade e atonicidade*. Esse critério é usado para opor usos de QUE e O QUAL (comumente tidos como intercambiáveis nos vários contextos frasais).

Vencida a fragmentação, tem-se uma considerável investigação sobre o tema *pronome relativo* em gramáticas tradicionais; há até mesmo aquela que se estende, buscando contemplar tratamento mais abrangente, caso da *Nova Gramática do Português* (Cunha e Cintra), que, partindo da definição do relativo, aborda: formas variáveis e invariáveis, natureza do antecedente (definida por classe gramatical), função sintática (por exemplificação), pronome relativo sem antecedente e, finalmente, valores e empregos dos relativos.

O que pudemos concluir, ao cabo desta incursão pelas gramáticas em causa, é que existe nelas uma percepção do papel semântico do relativo, porém não tratada (ou apenas tangenciada). A abordagem do papel sintático do relativo tem primazia, mal se reconhecendo a função coesiva do mesmo.

O papel de uma gramática/lingüística textual para uma perspectiva de ensino que vise ao *emprego* de formas, parece-nos fundamental, já que pode privilegiar a combinatória, o sentido de coerência do conjunto de enunciados que se integram na unidade chamada texto. Fornecendo dados para apreciação do papel sintático dos relativos, a abordagem textual aborda uma consideração semântica desses pronomes, muitas vezes não pensada, por não se querer transitar pelo terreno do nocional (como se o nocional não fosse, em última análise, colado ao formal, como sua sombra).

Qualquer abordagem que pretendamos fazer dos pronomes relativos deve passar pela compreensão de seu papel coesivo dentro do texto; será este, tomado como espaço privilegiado de organização informativa, o objetivo final de qualquer nível de competência pleiteado no emprego da categoria gramatical dos relativos, em sua mecânica particular.

Assim, há que identificar nessa classe de pronomes uma função de fundamental importância no *processamento* do texto, porquanto, excedendo o nível de organização do enunciado, esse pronome promove conexões sintáticas e semânticas de ordem interoracional².

Matoso Câmara Jr. anuncia uma consideração da classe dos relativos que destaca seu papel na composição do texto, ao reconhecer aos pronomes, de modo geral, o estatuto de *sinais*: pronomes *indicam em vez de nomear*; os relativos, além disso, prestam-se ao estabelecimento de uma relação de subordinação entre frases. Afirma o autor:

Com efeito, é comum estabelecer-se um paralelo entre as relações na frase e as referências espaciais da situação de que a frase trata; e ao elemento pronominal vemos prender-se assim, não raro, um caráter de morfena de relação. É o caso do PRONOME RELATIVO, que subordina uma frase a outra, conservando sua natureza pronominal de indefinido ou demonstrativo, com que se reporta a um nome anteriormente enunciado. (4, p. 156)

Segundo se depreende, o relativo será, por sua natureza de *sinai*, de indicador, um item de referência capaz de recuperar, reiterar uma informação no próprio texto; sinaliza um conteúdo que se repete. Assim, pondo-se como lugar de uma repetição de conteúdo, como item de remissão ao já dito, o pronome relativo classifica-se entre os anafóricos.

Em seu estudo *A natureza dos pronomes*, Benveniste (3, p.278 e ss.) afirma que esses constituem espécies diferentes, *segundo o modo de linguagem do qual são os signos*; separa, em seguida, esses signos da linguagem em duas espécies fundamentais:

1. De um lado, aqueles identificados pelas instâncias de discurso que os produzem (EU/TU), caso em que a linguagem inclui, *com os signos, aqueles que os empregam*; sua realidade de referência é, portanto, uma realidade discursiva. Também devendo sua existência a uma referenciação feita à própria instância do discurso que os produz, reconhecem-se termos delimitadores das instâncias espacial e temporal, coextensiva e contemporânea da instância de discurso *presente*, que contém *eu*. Benveniste fala, neste caso, em *signos vazios, não referenciais com relação à realidade, sempre disponíveis, e que se tornam plenos assim que um locutor os assume em cada instância de seu discurso*.

2. De outro, situam-se os pronomes da *não-pessoa*, modo de enunciação das instâncias de discurso que não remetem a si mesmas, mas podem conter uma referência objetiva. À categoria da não-pessoa atribui-se papel substitutivo de elementos materiais do enunciado. Benveniste menciona *função de representação sintática, que se estende assim a termos tomados às diferentes partes do discurso, e que corresponde a uma necessidade de economia*. Especifica o autor como distintiva da não-pessoa a propriedade de *se combinar com qualquer referência de objeto; de não ser jamais reflexiva da instância de discurso, de comportar um número às vezes bastante grande de variantes pronominais ou demonstrativas; de não ser compatível com o paradigma dos termos referenciais como aqui, agora etc*.

Modos da não-pessoa, os pronomes relativos marcam-se por uma dupla função na constituição do texto: de modo geral, pode-se dizer que, a um tempo, recuperam uma

informação enunciada por outro termo precedente e instituem, no nível do arranjo sintático, uma relação hipotática, introduzindo um termo subordinado, de natureza periférica ou nuclear e estatuto oracional³.

Reunindo funções de anafórico e relator, o pronome relativo tem seu papel sintático e sua determinação básica estabelecidos pelas relações que contrai com outros elementos do texto em que se insere.

Quanto à primeira função citada, a anafórica, realiza recuperações semânticas que entendemos serem ora *simples* ora *complexas*.

Há entre os relativos aqueles cujo significado se preenche pela remissão a um conteúdo precedente; é o caso de QUE e O(A) QUAL / OS(AS) QUAIS. Nesses é que se reconhece a recuperação simples; será sempre o dado semântico contido no contexto (anterior) que dará sentido pleno a tais relativos, nos enunciados em que aparecem.

Por recuperação semântica *complexa* entendemos aquela que se faz com o concurso de semas peculiares ao relativo, os quais se somam à informação recuperada, modulando-lhe o significado; QUEM, ONDE, CUJO e QUANTO atuam na recuperação semântica complexa.

No texto *O véu de Penélope, ou quem engana a quem*, de Monterroso (9, p. 17), pode-se observar o comportamento dos relativos do ponto de vista anteriormente exposto.

Faz muito tempo vivia na Grécia um homem chamado Ulisses (que ^[1] apesar de ser bastante sábio era muito astuto), casado com Penélope , mulher bela e singularmente dotada, cujo^[2] único defeito era sua exagerada mania de tecer, costume graças ao qual^[3] conseguia ficar sozinha longas temporadas. Diz a lenda que em cada ocasião em que ^[4] Ulisses com sua astúcia observava que apesar de suas proibições ela se dispunha a começar de novo um de seus intermináveis tecidos, podia-se vê-lo às noites preparando às escondidas as suas botas e uma boa barca, até que sem dizer nada ia percorrer o mundo em busca de si mesmo.

Dessa maneira ela conseguia mantê-lo afastado enquanto flertava com seus pretendentes, fazendo-os acreditar que tecia enquanto Ulisses viajava e não que Ulisses viajava enquanto ela tecia, como pode ter acreditado Homero, que^[5], como se sabe, às vezes dormia e não se apercebia de nada.

Exceto pela ocorrência [2], todas as demais trazem recuperações semânticas *simples*: o sentido retomado é tão somente aquele já enunciado; a modulação semântica de TEMPO contida em [4] já se encontra no contexto precedente (e recuperado).

Em [2], o sentido recuperado, *Penélope*, nada informa sobre POSSE, sobre SER POSSUIDOR DE; esse sema será introduzido pelo relativo CUJO, lendo-se em *cujo defeito era: o defeito de Penélope era*. O significado de *Penélope* (em si, uma nomeação, somente) surge aditado da noção de POSSUIDOR.

De forma análoga operam os relativos QUEM, ONDE e QUANDO, possuidores dos semas de HUMANO, LOCALIZAÇÃO⁴ e QUANTIFICAÇÃO, como se nota em

- [6] Busca apoio naquele em QUEM confia.
 [7] Pinta telas onde se estampa a miséria humana.
 [8] “Meu amor me ensinou a ser simples
 Como um largo de igreja
 Onde não há nem um sino
 Nem um lápis
 Nem uma sensualidade.”
 [9] “Minha terra tem palmares
 Onde gorjeia o mar.”
 [10] Comprei tantos livros quantos pude.
 [11] “Tenho tudo quanto quero:
 formicida, corda e flor”

Dentre todos, os relativos, QUANTO(S) (AS) é o único que deve fazer co-referência a um inventário fechado, qual seja, o dos pronomes indefinidos TUDO e TODO(A)(S). Os demais processam recuperação semântica de inventário aberto. Isso equivale a esclarecer a *natureza do antecedente* de QUE, QUEM, O(A) QUAL / OS(AS) QUAIS, CUJO e ONDE dentro do léxico, num campo nocional não determinado, não limitado. Com referência a QUEM, este relativo é marcado pelo sema HUMANO, o que indica para recuperações semânticas num inventário também marcado pelo mesmo sema. (Evidentemente, a expressividade, a linguagem afetiva podem alterar essa condição, fazendo o relativo QUEM recuperar antecedente não humano, mas humanizado pelo relativo.)

O uso consagra o aparecimento de alguns relativos em contextos onde não se encontra marca formal do antecedente. O apagamento do item referido em construções como

- [12] “Moro onde não mora ninguém.”
 [13] Não falo com quem me calunia.
 [14] “Saibam quantos este meu verso virem
 Que te amo
 Do amor maior
 Que possível for.”

não ocasiona perda da informação, mas revela um princípio de economia, o mesmo que acaba por possibilitar ao relativo portar semas do termo referido. O que permite o apagamento do antecedente não é, a rigor, uma operação (mental) recuperadora de um conteúdo veiculado por um termo não presente, mas o reconhecimento desse no próprio relativo e, por certo, nas relações semânticas tecidas no enunciado pelo conjunto de seus lexemas.

Nos períodos acima citados, ONDE, QUEM e QUANTOS portam, respectivamente, os semas LUGAR, HUMANO e QUANTIFICAÇÃO, os quais, em outras

construções, *reiteram-se* num antecedente. Em “Não falo com quem me calunia”, ao pronome compete informar a referência ao conteúdo de humano, generalizado; não se trata propriamente de equacionar às tradicionais expressões *aquele que, pessoa que, ninguém que* o contrário de QUEM: é o caso de ver na afirmação um sentido abrangente, veiculado por um termo cujo conteúdo básico pode prescindir da explicitação do antecedente. Justamente o apagamento é que confere caráter generalizante a enunciados como o citado em [13] e será o recurso presente nos ditos proverbiais, domínio por excelência do indeterminante, do generalizante, para contemplar o princípio ético em jogo:

[15] Quem com ferro fere com ferro será ferido.

[16] Quem tudo quer nada tem.

[17] Deus ajuda quem cedo madruga.

Há diferentes tratamentos dessa questão do chamado relativo sem antecedente em gramáticas do Português. Lê-se, na gramática de E. Bechara (2), [18] “Moro onde mais me agrada” como exemplo desse emprego do pronome. O autor observa que os relativos sem antecedente “também se dizem relativos indefinidos”. Tratando do *advérbio*, o mesmo autor cita [19] “a casa onde mora é excelente” como exemplo do que chama advérbio pronominal relativo (*serve de ligar a oração a que pertence a uma outra oração*). A considerar a função anafórica do relativo, em [19] “A casa onde mora é excelente”, ela se mostra com muito mais evidência do que em [18] “Moro onde mais me agrada”.

Em *Novas Lições de Análise Sintática*, Kury (8) classifica como procedimento *inaceitável* desdobrar ONDE em *no lugar em que*, fazendo-se análise sintática do equivalente obtido. Seu exemplo: [17] “Onde me espetam, fico”; classifica-se *onde me espetam* como Subordinada Adverbial Locativa, introduzida pelo *advérbio* ONDE.

A imbricação dos aspectos semântico e sintático das construções é o que, de fato, está em jogo; cuidando de sempre separar um aspecto do outro (como se a separação não fosse, no fundo, um artifício), geram-se classificações derivadas de classificações, o mais das vezes tendo o nocional por princípio norteador (não explicitado).

O que confere a ONDE, em qualquer caso, o caráter pronominal será a natureza de sinal, aliada a sua própria configuração semântica; não fazendo referência material, de fato existe como lugar/ocasião de uma operação de equivalência semântica, realizável no discurso e por referência a ele.

Dizer [17] “Onde me espetam, fico” corresponde a uma operação em que não se identifica um local objetual, mas um local definido e construído no enunciado o *local* onde *fico* define-se por referência discursiva, por uma quase tautologia: *onde fico* = *onde me espetam*. O mesmo se nota em [12] “Moro onde não mora ninguém” (*onde moro* = *onde ninguém mora*) e em [15] “Moro onde mais me agrada” (*onde moro* = *onde mais me agrada*).

Nestes casos, a questão do apagamento do antecedente é mais propriamente uma forma de superação de seu conteúdo pelo relativo, que passa a desempenhar o papel semântico tomado do antecedente (dispensado, a partir daí).

O tratamento sintático deverá levar em conta essas particularidades semânticas do pronome relativo, não sem cuidar de encarecer a relação entre determinante e determinado existente nas construções em que haja esses pronomes.

A questão do *desdobramento* de um relativo sem antecedente acaba por gerar solução de caráter sintático, novamente não sendo tocado o fundo semântico. O desdobramento de QUEM (em AQUELE QUE/ O QUE), de ONDE (em LUGAR EM QUE), de QUANTO (S) (AS) (em TUDO, TODO (S) (AS), QUANTO (S) (AS)) vai possibilitar, à análise, os dois termos de que necessita para preenchimento de duas casas sintáticas, uma em cada oração. O apagamento de um desses termos gera o *vazio* sintático, que é preciso preencher; efetivamente, não há *vazio* semântico perceptível, tanto que a explicitação de um antecedente (mesmo que seja outro termo semanticamente por preencher, como de fato o é o demonstrativo AQUELE ou O...) surge, a explicitação, quando do exercício da análise sintática. Se do ponto de vista da sintaxe o desdobramento do relativo em *antecedente* + *relativo* cria uma solução satisfatória, do ponto de vista semântico explicita um artifício de redundância (não propriamente informativo e, por isso, dispensável), não pertinente, ao cabo, por colocar uma categoria de sentido *por preencher* como referente de outra categoria similar, de sentido *por preencher* pela anterior.

A observação de enunciados como os citados abaixo pode evidenciar essa remissão ao “vazio” semântico.

[20] Encontrei QUEM você aguardava
por

[20a] Encontrei AQUELE QUE / A PESSOA QUE você aguardava.

[21] Procuo a QUEM vender meus livros
por

[21a] Procuo AQUELE A QUEM / PESSOA A QUEM vender meus livros.

Os antecedentes AQUELE e PESSOA são meras referências sintáticas para o relativo; do ponto de vista informativo, dizem tanto (ou nada) quanto diz o próprio relativo: o sema de humano está presente em QUEM, sendo desnecessário reiterá-lo num antecedente (PESSOA).

O mesmo percebemos em

[22] Voltou do Vietnã ainda querendo matar homens, mulheres, crianças. De rifle na mão, entrou num supermercado e atirou em QUANTOS viu pela frente.

Aí, a explicitação de TANTOS apenas faria ratificar o sema de QUANTIFICAÇÃO já expresso por QUANTOS. O percurso endofórico de QUANTOS, na verdade, aponta para HOMENS, MULHERES, CRIANÇAS, seu antecedente de fato.

Há um outro aspecto a considerar, no âmbito das relações do pronome relativo com o item referido/substituído, o qual diz respeito a um certo nesse princípio seletivo, evidentemente posto em ação na constituição do texto. Atuam, nesse princípio, questões da ordem da espacialidade e da entonação, definidoras da escolha, especialmente, de O(A) QUAL, OS (AS) QUAIS (em lugar de QUE, QUEM).

O problema da espacialidade deságua, ao cabo, na necessidade de resguardar a informação da possibilidade de uma referência semântica falsa, possibilidade essa originada pela proximidade, na cadeia do enunciado, entre o relativo e uma expressão não nuclear que se lhe avizinha. A exigência de um traço distintivo para uma remissão não imediata – no espaço – cumpre-se pela flexão de O(A) QUAL / OS(AS) QUAIS. Sua natureza tônica (princípio seletivo da ordem da entonação) reitera a particularidade do movimento de remissão a um conteúdo *a destacar*, no enunciado, com a quebra de automatismo no movimento de retrocesso ao “mais próximo”, ou, mais provavelmente, com a *geração* de um movimento de retrocesso, não executado em virtude do automatismo.

A escolha da forma tônica reforçaria o sentido de estarmos usando um *anafórico*, não um termo cuja função e sentido se dilúsem no enunciado (até por desempenhar papéis diferentes, como é o caso do QUE). Esta hipótese explicaria a tendência (bastante difundida, até) ao uso de O(A) QUAL / OS(AS) QUAIS em contextos que estariam a recomendar formas átonas. Exemplificam tal tendência construções como “Reconheci o homem o qual roubou minha carteira”, “Tenho problemas os quais me atormentam”.

Cabe lembrar que O(A) QUAL / OS(AS) QUAIS são, por virtude de sua tonicidade, sentidos como formas relativas por excelência, sendo usados (mesmo nas gramáticas escolares) como termos de *equivalência*, na identificação de outros relativos. São eles que identificam pronomes relativos em QUE, em ONDE (por lugar NO QUAL), em cujo (por DO QUAL).

O princípio seletivo da ordem da entonação tem implicações também no terreno do arranjo sintático dos relativos, particularmente na combinação com preposições.

Assim é que contextos constituídos por formas preposicionais átonas ou tônicas serão critério para seleção dos relativos QUE e O (A) QUAL / OS(AS) QUAIS, respectivamente forma átona e forma tônica. Certamente, o que cria a prescrição é uma (sempre escorregadia) noção do que seja *eufônico*; no caso, mais do que buscar a distinção pela classificação das preposições em essenciais, vale falar em combinatória por arranjo sonoro, sendo mais frequentes combinatórias do tipo [preposição monossilábica + QUE] e [preposição não-monossilábica ou locução prepositiva + O(A) QUAL / OS(AS) QUAIS].

Será um princípio dessa mesma ordem que prescreverá a ocorrência de QUEM (com antecedente manifesto) em estruturadas [SN ou SV + PREP. + RELATIVO com antecedente HUMANO]. São exemplos:

[23]Foi interrogado pelo delegado, a QUEM acabou revelando seus planos.

[24]Foi interrogado pelo delegado, QUE acabou por enganar, com um álibi sofisticado.

A segunda (mas não secundária) função do pronome relativo é, como mencionamos, a de instituir, no nível do arranjo sintático, uma relação hipotática. Será seu *caráter de morfema de relação*, de que fala Matoso Câmara Jr. (4), o traço que confere

ao pronome relativo o papel de introdutor de uma oração de natureza indeterminante em relação a outra, determinada, portanto. Isso equivale a restringir sua ação ao exercício constituinte da subordinação, da hipotaxe.

A rigor, a primeira relação (a de nível semântico) existente entre o antecedente e o anafórico mostra-se, também, uma relação de ordem sintática; a retomada do conteúdo do antecedente é o ponto de partida para a constituição de um novo sintagma oracional:

[24] Locutor 1: – Maria Cristina Poli, para o SP-TV.

Locutor 2: – Que voltará depois dos comerciais

Nas ocorrências acima, evidenciam-se as relações entre o anafórico/relator e o antecedente: recebendo do antecedente a determinação semântica (\rightarrow), o relativo marca a determinação sintática (\Rightarrow) daquele (agora, a condição de determinado do antecedente), introduzindo o sintagma oracional determinante.

Cumprе enfatizar, nesta etapa da descrição, que a relação sintática é percebida em vantagem, se compara à relação semântica (anafórica). Esta afirmação baseia-se na apreciação de contextos de ocorrência de pronomes relativos em redações escolares, particularmente. Na maioria dos casos onde se registram *erros* de emprego, não é escolhido o relativo prescrito para a recuperação semântica em jogo, mas *há* um relativo respondendo pela relação sintática. Talvez ele seja percebido como outro conectivo (dentre tantos de que dispõe a língua), como operador de nexos – mas de um nexo que é sintático, não semântico. (A esse propósito, vejam-se os enunciados comentados na Nota 3.)

(Numa abordagem que pleiteasse também o aspecto metodológico, seria necessário lidar com a rede sintático-semântica de textos, de modo a evidenciar, nas relações substitutivas (nível do conteúdo informativo) e construtivas (nível do arranjo sintático), o trabalho de um único termo. As etapas para esse tipo de abordagem envolveriam (a) identificação de todos os conteúdos reiterados/recuperados no texto; (b) escrita *regressiva* incidindo sobre a hipotaxe, em particular, substituindo-a por mera justaposição; (c) outra fase de escrita *regressiva*, incidindo sobre o relativo, substituindo-o pelo próprio termo que expressa o conteúdo do antecedente. Como metodologia, a seqüência inversa também possibilitaria esclarecer o mecanismo sintático-semântico em jogo.)

Ao operar uma conexão também em nível sintático, o relativo, diferentemente dos outros conectores (conjunções, em particular), assume papel sintático na oração subordinada, naquela que ele inicia, portanto. À função interoracional soma-se a função intra-oracional do pronome, ligada ainda, a sua capacidade inicial, vale dizer, a sua capacidade de “significar” um conteúdo pertinente às suas duas orações em jogo. Assim é que ao conteúdo informativo retomado pelo relativo cabe um papel sintático no núcleo informacional gerado por subordinação.

No tratamento tradicional do assunto, o pronome pode desempenhar, no arranjo sintático, papéis de*

sujeito: [25] Ficarei feliz quando prenderem o safado
que roubou meu paletó.

complemento nominal: [26] Pus nisso todo empenho
de que era capaz.

predicativo: [27] Ela o transformou no bêbedo
que hoje ele é.

objeto direto: [28] Acho que tudo é suficiente.
que vi

objeto indireto: [29] O pacote acabou de chegar.
a que você se referiu

adjunto adnominal: [30] Conheci o professor
em cuja cartilha aprendi as letras.

agente da passiva: [31] Fugia da namorada.
por quem já fora maltratado.

adjunto adverbial: [32] Pretendo comprar a casa
onde moro.

Quanto ao estatuto sintático dos relativos, observa-se que

(a) ocupa invariavelmente função gramatical periférica o relativo CUJO, sempre MODIFICADOR, determinante de termo da oração que ele próprio indica; flexiona-se, em gênero e número, em acordo com o termo que determina; opera sempre com antecedente expresso.

(b) ONDE aparece sempre como ADJUNTO, marcando LOCALIZAÇÃO e podendo usar-se sem antecedente.

(c) QUE, QUEM e O QUAL só ocupam função gramatical de MODIFICADOR (determinante) se precedidos de preposição DE em construções marcadas pelo sema de POSSE como

* As setas indicam os movimentos de determinação semântica (do antecedente ao relativo) e sintática (da oração determinante à determinação). Não sinalizam o papel sintático do relativo

A ocorrência de orações relativas com função de ADJUNTO é marcada pelo uso do pronome relativo sem antecedentes; chamam-se tais orações Subordinadas Adverbiais Locativas (e não encontram abrigo na N.G.B.):

ADJUNTO

[40] Ficar^a (adjunto adverbial)

onde o pusermos.

ADJUNTO

[17] (adjunto adverbial) fico.

Onde me espetam.

Por fim, as orações relativas que exercem funções NUCLEARES ocorrem principalmente sem antecedente. A solução sintática para o apagamento do antecedente não será a explicitação do antecedente pelo recurso ao *desdobramento*, razão por que (ao arrepio da N.G.B.) serão admitidas orações Subordinadas Substantivas de natureza relativa:

NUCLEAR

[41] (Sujeito) não me quer.

Quem eu quero

NUCLEAR

[42] Repreendeu (objeto direto)

quantos estavam na sala.

NUCLEAR

[43] Isto foi feito (agente da passiva)

por quem sabe das coisas.

A compreensão do papel semântico dos morfemas relativos deverá ser a via de acesso tanto à compreensão de seu papel sintático quanto – principalmente – à precisão no emprego. A exata seleção do pronome relativo estará no reconhecimento de seu significado, preenchido no enunciado pelo antecedente ou comportado na própria configuração semântica do relativo.

Concluindo esta investigação, apresentamos quadro, elaborado a partir dos pontos de vista expostos no trabalho, contendo o tratamento das relações semânticas e sintáticas dos PRONOMES RELATIVOS.

NOTAS

1. Os alunos desses cursos provêm do 2º grau, ingressam, via vestibular, em cursos superiores de Tecnologia (áreas de Mecânica, Construção Civil e Processamento de Dados) e cursam Português no semestre de ingresso. A disciplina dispõe de 54 a 72 horas-aula para a ministração de conteúdos de gramática e de redação técnica. A gramática que se ensina não pretende aprofundar conhecimentos adquiridos nos graus anteriores, mas reforça alguns, tidos como compatíveis e indispensáveis à produção/recepção de informações no campo da técnica.

Trata-se, principalmente da língua escrita, muito embora haja parte do programa voltada à elocução. Partindo sempre de assuntos e vocabulário pertinentes à área do curso, buscam-se fixar padrões de comportamento verbal desejáveis no discurso científico. Destacam-se as redações de pareceres, memorandos, relatórios, descrições técnicas.

Não há abordagem do discurso literário, tampouco do registro coloquial. De certa forma, reconhece-se nesse enfoque do ensino de língua portuguesa o mesmo objetivo de que fala Eddy Roulet (15, p. 81): *O principal objetivo do ensino de línguas modernas é permitir ao indivíduo comunicar-se com outros nas diversas situações pessoais e profissionais da vida cotidiana.*

2. Não será impertinente lembrarmos, aqui, um tipo de composição poético-musical que tem no princípio coesivo (do relativo) um elemento constitutivo privilegiado e da maior importância para forjar-se o nível informacional. Falamos da embolada, cuja seqüência nasce do exercício de retomada do *que-se-disse* para garantir o *que-se-vai-dizer*. Não é outro o princípio de constituição da *Quadrilha* de C. Drummond de Andrade, essa enredada teia de amantes e amados, sempre boa de lembrar:

*João amava Teresa que amava Raimundo
que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili
que não amava ninguém. (...) (1, p. 19)*

Presidindo também a organização sintático-semântica dessa exemplar espiral construção em abismo, está o relativo:

Era uma vez uma Barata chamada Gregor Samsa que sonhava que era um escritor que escrevia sobre um empregado chamado Gregor Samsa que sonhava que era uma Barata. (Monterroso, 12, p. 41)

3. Certamente será a não percepção dessa dupla função desempenhada, em simultaneidade, pelo relativo o que explica construções como

(a) *um artigo cujo este me chamou a atenção*

(b) *estava diante de um disco voador o qual havia dormido sobre ele*

(c) *está aqui o escritor de quem recomendamos sua obra aos alunos.*

À exceção (em parte) da construção (a), a solução encontrada privilegia conectores agindo num texto *suposto* qualquer, realizando-se uma conexão interfrasal, a partir desse mesmo texto suposto. Daí serem viáveis soluções semanticamente diversas. A desvinculação dos dois sintagmas oracionais justapostos de um universo sintático-semântico continente gerou ocorrências sintaticamente inesperadas, porém semanti-

camente previsíveis. Também na construção por parataxe, a possibilidade de perda de informação foi evitada pelo uso de outros anafóricos; é o caso de *o* – em (c) e de *ele* – em (d). Em (b), a recuperação de informação é dispensada (ficando, talvez, por conta do *implícito no contexto*, de um texto suposto) e em (a) *falha* a escolha do pronome, já que um outro constituinte semântico (próprio do relativo, não da informação recuperada) não é reconhecido.

4. A forte carga semântica de *onde*, expressando *localização* explicaria a seleção desse relativo em construções como: *Existe um país onde sua capital foi povoada por franceses* e *Ao seu lado encontra-se sentada uma criança onde suas vestes são aparentemente sujas*; essa escolha semântica parece harmoniosa por ecoar em lemas marcados pelo sema de *localização*, caso de *país* e *ao seu lado*. O que dizer da redundância levada ao exagero em *no local onde elas se localizam*? Mas não se sente como redundante *Ponha tudo, de novo, no lugar onde encontrou*.

FOCCHI, E. M. La classe des pronoms relatifs: description. *Alfa*, São Paulo, v. 35, 105–122, 1991.

RÉSUMÉ: On s'occupe dans cet article de la classe des pronoms relatifs en portugais, ayant égard en même temps à son rôle dans l'organisation syntatico-sémantique du texte. La description cherche à mettre en relief des aspects sémantiques et des critères d'emploi de ces pronoms en tant que des éléments de la cohésion textuelle.

UNITERMES: Pronom relatif; organisation syntatico-sémantique; récupération sémantique; cohésion textuelle; anaphorique; connectifs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDRADE, C. D. *Reunião: 10 livros de poesia*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
2. BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 14. ed. São Paulo: Nacional, 1968.
3. BENVENISTE, E. *problemas de lingüística geral*. São Paulo: Nacional/USP, 1976.
4. CÂMARA Jr., J. M. *Princípios de lingüística geral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.
5. CARONE, F. B. *Morfossintaxe*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.
6. CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 10. ed. São Paulo: Nacional, 1969.
7. CUNHA, C., CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
8. KURY, A. G. *Novas lições de análise sintática*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.
9. MONTERROSO, A. *A ovelha negra e outras fábulas*. Rio de Janeiro: Record, 1983.
10. OLIVEIRA, C. *Revisão gramatical*. 11. ed. São Paulo: Biblos, s/d.
11. ROULET, E. *Teorias lingüísticas, gramáticas e ensino de línguas*. São Paulo: Pioneira, 1978.
12. SAVIOLI, F. P. *Gramática em lições*. São Paulo: Ática, 1980.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- FÁVERO, L. L., KOCH, I. G. V. *Linguística textual: introdução*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- LIMA, A. D. Oração adjetiva: conceito e ensino. In: *Estudos de filologia linguística*. São Paulo: T. A. Queiroz/USP, 1981.
- MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina. 1983.
- NEVES, M. H. M. Propositura de bases para a análise; Classes de palavras gramaticais vistas por sua função no texto: alguns pronomes e os coordenadores. (Mimeogr.).

ESTRUTURAS SINTÁTICO-DISCURSIVAS EM TEXTOS CONVERSACIONAIS

Paulo de Tarso GALEMBECK*

RESUMO: O texto discute a presença, em textos conversacionais, de diferentes modalidades de estruturas frasais (frases verbais, nominais, truncadas, e frases com sujeito elíptico). Também é discutido o papel das citadas modalidades na estruturação do texto conversacional.

UNITERMOS: Texto conversacional; estrutura frasal; frase verbal; frase nominal; frase truncada; elipse.

1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A aproximação entre unidades lingüísticas de diferentes níveis (estruturas frasais e estruturas discursivas) resulta das considerações de Schiffrin (5, p. 13 e ss.), segundo a qual não cabe limitar o estudo do discurso a um simples aspecto, a uma única dimensão. Ao contrário – ainda segundo a citada autora –, é preciso integrarem-se, nesse estudo, os níveis da estrutura, da interpretação e da ação.

Este trabalho representa uma tentativa para a aplicação das idéias de Schiffrin, já que nele se discute o papel exercido pelos diferentes tipos de frases na estruturação de diálogos. Fica claro que não se pretende considerar o discurso uma mera soma de unidades menores (frases), pois, na construção do discurso, confluem elementos de diferentes ordens (entonacionais, cinésicos, pragmáticos). O que busca, ao contrário, é discutir o papel dos diferentes tipos de frase na construção do discurso e (já que se trata de textos conversacionais) na interação entre os participantes.

As idéias de Schiffrin coincidem, *grosso modo*, com a formulação de Schmidt (6, p. 112), para quem a frase deve ser analisada a partir do texto-em-função, pois é no texto que se pode verificar o papel exercido pela frase na construção do mesmo.

Também contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho as idéias de Ochs (4, p. 51 e ss.), que afirma não ocorrer o desenvolvimento da linguagem por substituição,

* Departamento de Lingüística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800 – Araraquara – SP.

mas por acréscimo, ou seja, pelo desenvolvimento de certas potencialidades lingüísticas. Ainda segundo a citada autora, certas estratégias comunicativas, próprias da linguagem infantil, podem aflorar na linguagem do adulto. Aliás, a esse respeito, a mesma autora enuncia (p. 68), como uma das características do discurso não-planejado, o fato de nele serem encontradas estruturas morfossintáticas adquiridas nos primeiros anos do desenvolvimento da linguagem.

Ochs, no texto citado, apresenta duas modalidades de estruturas frasais como as mais características dos estágios prévios do desenvolvimento da linguagem:

a. *estruturas nas quais se verifica o apagamento do referente*: o referente é indicado pelo uso de meios não-verbais (olhar, apontar, tocar) ou pela relação entre o que é dito e o contexto extraverbal. Incluem-se neste item os casos em que um dado referente está apagado, mas é suprido pelos dados prévios do contexto. Neste caso (referente depreendido do contexto) tem-se o fenômeno sintático-discursivo conhecido por elipse, cujo conceito será estabelecido num dos passos seguintes deste trabalho. Veja-se um exemplo: (*)

(Exemplo 1) *ah essa refeição... normalmente leva
meia hora mais ou menos... porque eles
comem bastante coisa realmente ...
quer dizer então:: \emptyset é demorado ... (...)*
(Inq. 360, 1. 323-7)

(\emptyset : a refeição, referente elíptico, porém já mencionado anteriormente).

(Exemplo 2) *(...) depois ainda tem que escovar
dente para sair ... éh tem cada
um pegar sua lancheira o menino
pega a pasta porque ele já tem
lição de casa quer dizer \emptyset é uma
corrida assim:: bárbara (...)*
(Inq. 360, 1. 327-30)

(\emptyset : a saída de casa, referente elíptico, depreendido do contexto).

b. *estruturas com referentes + preposição*: nesse caso o referente não está apagado, mas existe uma locução prepositiva implícita (em relação a, quanto a ...). Esse tipo de estrutura, característica de uma etapa posterior no desenvolvimento da linguagem, corresponde, em linhas gerais, à frase verbal ou oração:

(Exemplo 3) *L2 (...) e o:: centro bom:: em Washington
por exemplo é gueto ... né? (...)*
(Inq. 343, 1. 48-9)

2. OBJETIVO E CORPUS

Este trabalho busca verificar a presença, em textos conversacionais, das diferentes modalidades de estruturas frasais. Às duas conformações sintáticas propostas por

(*) Optou-se, nesse passo do trabalho, por citar exemplos extraídos do *corpus* (em vez de casos representativos da linguagem infantil), por uma questão de conformidade com o restante do trabalho.

Ochs no texto já citado (a frase sem referente explícito ou manifesto, e a frase verbal) foram acrescentados dois tipos de estruturas frasais, quais sejam, a frase nominal e a frase truncada. Dessa forma, a tipologia das estruturas sintático-discursivas adotada neste estudo é a seguinte:

a) *frase nominal (FN)*: incluem-se neste item as estruturas frasais desprovidas de verbo, formadas por uma expressão nominal (substantiva), adjetiva ou adverbial: (Carone, 1, p. 48).

(Exemplo 4) *L1 então quando foram fazer a Paulista ...
já tinham gastado três bi sei lá ...
cacetada de dinheiro*
*L2 [com aquela rebó/aquele rebaixamento
né?*

(Inq. 343, 1. 376-9)

A intervenção do informante L2, no exemplo acima, constitui um exemplo de frase nominal. Cabe lembrar que, no *corpus*, todas as ocorrências que se enfeixam sob essa rubrica são constituídas por frases unimembres; não foram encontradas frases nominais bimembres.

b) *frase com referente (sujeito) elíptico (FE)*:

(Exemplo 5) *L1 manter contato com entidades aqui do bairro
... com ... os pais de alunos e tudo mais
quer dizer que dá trabalho então é um
corre-corre ... durante a semana toda ...
né?*

(Inq. 360, 1. 173-5)

Na oração “dá trabalho” não está presente o sujeito (“essas atividades”), o qual pode ser facilmente depreendido do contexto. Fato semelhante ocorre “então é um corre-corre”, em relação ao sujeito “minha vida” ou “meu-dia-a-dia”.

c) *frase verbal (FV)*:

(Exemplo 6) *L1 quando sai ... aquela folia assim de um
correr atrás dela então ... se cala
um pouco*

(Inq. 360, 1. 236-7)

No levantamento das ocorrências de FVs, optou-se por não se estabelecer diferenças (para as finalidades deste estudo) entre os períodos simples e os períodos compostos por coordenação ou por subordinação. Essa postura decorre de dois motivos principais: inicialmente, ambas as modalidades (períodos simples e compostos) constituem uma unidade sintático-semântica. Ademais, o estudo das formas de estruturação das frases verbais foge ao escopo deste trabalho, que está centrado no estudo da distribuição das diferentes modalidades de estruturas frasais em diálogos.

d) *frase truncada (FT)*: incluem-se neste item as frases cuja produção foi interrompida por “assalto” ao turno ou por hesitação do próprio falante:

- (Exemplo 7) *L2 é ... e outra coisa eles estão na escola de manhã provocado por alguma coisa porque como eu trabalho de manhã*
L1 certo você teve que adaptar o horário deles:...
 (Inq. 360, l. 369-71)

O informante L1 “assalta” o turno de L2, ou seja, corta bruscamente a palavra do seu interlocutor. Esse “assalto” constitui, em verdade, uma antecipação daquilo que deveria ser dito por L2.

- (Exemplo 8) *L1 (...) talvez você não tenha ... joguei uma analogia errada ... você já envolveu a psiquê quer jogar a psiquê em cima*
 (Inq. 343, p. 14, l. 282-4)

Neste exemplo, verifica-se que o falante hesita e resolve não concluir a frase “talvez você não tenha”, para poder redirecionar sua linha argumentativa.

O truncamento constitui uma ruptura do fluxo discursivo. Por causa disso, ele não pode ser confundido com os anacolutos (exemplo 3) e com as pausas de planejamento (exemplo 9), já que em nenhum desses casos pode-se realmente falar em ruptura ou abandono de uma estrutura sintático-semântica. Vejam-se exemplos de pausa de planejamento:

- (Exemplo 9) *e:: sempre ... quem manda é:: ... os ... os ... a:: ...*
-- como é que se diz -- ... especulação imobiliária né? ... certo local fica bom para construir todo mundo pa corre para lá né? ...

(A hesitação é marcada pelas pausas – indicadas pelas reticências – e pelo alongamento de vogais: e::; a::.)

O *corpus* deste trabalho é constituído pelas 500 primeiras linhas dos inquéritos nº 343 e 360, publicados em CASTILHO, A. T. e PRETI, D. (2). Cabe acrescentar que, do conjunto das ocorrências, foram excluídos os sinais meramente fáticos, do falante ou do ouvinte (*sabe?, né?, entende?, certo, ahn, ahn ...*), e as frases em que há trechos inaudíveis.

3. ANÁLISE DO CORPUS

3.1. Distribuição das ocorrências

O conjunto das ocorrências de estruturas sintático-discursivas no *corpus* vem expostos no quadro a seguir:

O quadro abaixo revela algumas recorrências: primeiramente, há que se notar o predomínio das ocorrências de Fv, sempre com porcentagens superiores a 55% sobre o total das ocorrências. Além disso, cabe ressaltar a proximidade entre as porcentagens de FN.

Onde há discrepâncias notáveis é nas classes assinaladas a seguir. Primeiramente, verifica-se que o Inf. L2/Inq. 343 apresenta uma porcentagem elevada (em relação aos demais informantes) de ocorrências de FT. Isso se deve ao fato de o citado informante apresentar, em seu discurso, menor fluência verbal e marcas mais nítidas de hesitação:

QUADRO 1

	Inq. 343				Inq. 360			
	L1	%	L2	%	L1	%	L2	%
FN	33	12,6	18	18,5	18	15,7	27	12,7
FE	11	4,2	02	2,0	21	18,4	18	8,4
FV	193	74,2	57	58,7	65	57,0	141	66,5
FT	23	8,8	20	20,6	10	8,7	26	12,2
TOTAL	260		97		114		212	

(Exemplo 10) *L2 tudo isso é reflexo ... uhn:: ... de uma situação mais ampla né? assim comunicação em cidade grande o metrô é uma forma ... de comunicação né? (...)*
(Inq. 343, 1. 421-3)

Outro fato digno de nota é a pequena ocorrência de FOs no Inq. 343, comparativamente ao Inq. 360. A explicação é que, no trecho estudado do citado inquérito, há predominância do discursivo argumentativo, o qual não propicia a existência do citado tipo de estrutura sintático-discursiva, pois nele se confere realce não ao referente, mas ao próprio falante:

(Exemplo 11) *L1 nós estamos com o metrô muito:: ... sei lá ... a gente está acostumado já de ouvir falar de metrô porque está muito mas ... não não temos metrô ainda metrô tem que ser uma malha ... certo? nós temos uma linha ... coitadinha não sei se dá para chamar ela de metrô ...*
(Inq. 343, 1. 396-400)

No Inq. 360, a quantidade mais expressiva de FOs é devida ao fato de nele predominarem os discursos narrativo e descritivo. Nessas modalidades, a presença do referente (real ou inferida) é essencial para o desenvolvimento do próprio discurso, por isso se deve atribuir a ele (ao referente) a necessária relevância:

(Exemplo 12) *L2 é (pensamos) seriamente em parar ... depois disso ainda tive problema de ... saúde problemas de tireóide não sei que:: então o médico está aconselhando a não ter mais ... então nós estamos pensando ... estamos pensando não oficialmente ∅ não está encerrado ... mas de fato ∅ está porque::... o endocrinologista proibiu terminantemente que eu tenha mais filhos ...*
(Inq. 360, p. 138, 1. 75-81)
∅: o fato de ter filhos

3. 2. Distribuição das frases nominais (FNs)

Cabe, agora, focalizar em que situação ocorrem as FNs. Pôde-se verificar que, no *corpus*, elas figuram em duas situações predominantes: em turnos curtos (nucleares ou inseridos)* e na continuidade de turnos mais longos:

(Exemplo 13) *L2 mas que tamanho quantos habitantes tem lá?*
L1 cinquenta cem mil ...
 (Inq. 343, 1. 63-5)

(Exemplo 14) *L1 você entrou nesse último concurso ... para*
procuradora
L2 nesse último concurso ...
L1 há dois anos
L2 mil novecentos e sessenta e nove ...
L1 e foi chamada
 (Inq. 360, 1. 453-8)

Nos dois exemplos apresentados, a FN constitui uma estratégia empregada para uma participação breve, requerida ou não pelo falante. Essa participação breve constitui um índice de que o falante não deseja tomar o turno. Frases nominais também podem aparecer em turnos mais longos, caso em que elas funcionam como uma espécie de aposto, esclarecendo ou expandindo um concerto anteriormente expresso:

(Exemplo 15) *L1 (...) mas já está um montão de coisa errada*
certo? ... muito bairro::... residencial com
muita indústria dentro ... principalmente
bairro pobre né? ... para consertar isso:::
não dá ...
 (Inq. 343, 1. 91-6)

A distribuição das ocorrências de FNs vem expostas no quadro 2:

QUADRO 2

	Inq. 343		Inq. 360	
	L1	L2	L1	L2
turno curto	05	02	14	18
cont. de turno	28	16	04	09

No Inq. 360 predominam FNs em turnos curtos, ao contrário do Inq. 343, no qual há mais FNs na continuidade do turno. Essa diferença é devida ao fato que, no primeiro, há maior disputa pelo turno e os turnos, em consequência, tendem a ser mais breves.

(*) O *turno nuclear* caracteriza-se por contribuir decisivamente para o desenvolvimento do tópico principal da seqüência conversacional; o *turno inserido*, por sua vez, ocupa uma posição marginal em relação ao desenvolvimento do tópico e aparece entre turnos principais.

3. 3. Distribuição das frases com sujeito elíptico (FE)

Em relação às FEs, já foi comentado que sua participação mais relevante é a que ocorre em trechos narrativos e descritivos. Nesse caso, o referente ou foi citado anteriormente (no próprio texto), ou é depreendido a partir de informações contextuais:

(Exemplo 16) *L2 ela cuida desses outros?*
L1 ∅ cuida ... e ∅ cuida de si ... é muito exigido comigo e com o meu marido ...
 (Inq. 343, 1. 209-13)
 (∅ = ela)

(Exemplo 17) *L2 é ... ((risos)) exatamente se a gente for parar para fazer as coisas calmamente ∅ não dá ... pura e simplesmente ∅ não dá ... (...)*
 (Inq. 343, 1. 133-5)
 (∅: o tempo)

Em ambos os casos (referente citado no contexto ou dele depreendido), o referente elíptico remete, preferencialmente, a um antecedente que figura no mesmo turno da FE. É o que se pode verificar pelo quadro a seguir:

QUADRO 3

	Inq. 343		Inq. 360	
	L1	L2	L1	L2
mesmo t.	10	02	16	13
outro t.	01	-	05	05

O termo elíptico constitui um dos elementos de que a língua dispõe para o estabelecimento das relações de correferência (anáfora). O fato de ele e o antecedente estarem situados (na maioria dos casos) no mesmo turno conversacional constitui uma tendência seguida pelos demais termos anafóricos gramaticais (pronomes) e pelos lexicais (Galembeck, 3, cap. 3-4).

Cabe lembrar, ainda, que o fato de ser omitido um referente já mencionado no contexto ou dele inferido corresponde à própria caracterização de elipse. Segundo Thomas (7, p. 62 e ss.), a elipse define-se como a forma de "ausência" lingüística na qual o elemento omitido é suprido pelo contexto. Em outros termos, um termo elíptico não é apenas o que não é dito, mas o que não é dito e, igualmente, compreendido a partir do contexto.

3. 4. *Distribuição das frases truncadas (FTs)*

As frases truncadas não constituem propriamente um tipo de configuração sintático-discursiva, e a sua inclusão neste trabalho resulta unicamente das características do texto conversacional. Por isso mesmo, não será discutido o papel das FTs na estruturação do texto conversacional; apenas será lembrado que elas podem resultar de dois fatores: ou da hesitação do falante (exemplo 18) ou do “assalto” ao turno (caso em que o ouvinte toma palavra sem que o falante tenha concluído a sua intervenção, como se verifica no exemplo 19). Vejam-se os exemplos:

(Exemplo 18) *L2 mas:: ... fazia o atendimento do pessoal ... encaminhava ... e:: ... depois então eu tive que deixar ... fui obrigada a deixar dada a dificuldade ... em casa*
(Inq. 360, 1. 437-40)

No exemplo acima, o informante L1 não conclui a descrição das suas atividades profissionais (“fazia o atendimento do pessoal ... encaminhava:: va ... e:: ...”) e decide iniciar outro tópico narrativo.

(Exemplo 19) *L2 não porque eu ouvi depois que:: ... depois que estabeleceram af::*
L1 (tem isso) porque envolve interesses econômicos muito ... FORtes muito grandes ...
(Inq. 343, 1. 84-9)

Nesse exemplo, o informante L2 não pode concluir a sua interlocução, uma vez que L1 o interrompe no momento em que ele hesita.

O quadro a seguir evidencia que, no *corpus*, os casos mais frequentes de truncamento são os que resultam de hesitação. Esse fato advém das características dos diálogos pertencentes ao *corpus* do Projeto NURC: não se trata de conversações integralmente espontâneas, gravadas que são com o conhecimento dos informantes, em presença do documentador, o qual monitora o processo de interação.

QUADRO 4

	Inq. 343		Inq. 360	
	L1	L2	L1	L2
c/ assalto	04	10	02	10
s/ assalto	19	10	08	16

3. 5. *As frases verbais (FVs)*

A modalidade de configuração sintático discursiva mais freqüente no *corpus* é a frase verbal, de estrutura sujeito-predicado. Outras feições da FV (com SN tópico diverso

do sujeito ou com expressão adverbial topicalizada) apresentam baixa representatividade no *corpus* deste trabalho. Aliás, o Quadro 5 indica que são poucos os casos em que um termo sintático diverso do sujeito ocupa a posição tópica:

QUADRO 5

	Inq. 343		Inq. 360	
	L1	L2	L1	L2
Suj. tóp.	173	54	44	115
SN tóp. (diverso do suj.)	09	04	03	04
S Adv. tóp.	11	01	18	22

O Quadro anterior indica que nas FVs, o elemento mais apto a ocupar a posição tópica é, pois, o próprio sujeito da oração. O termo que ocupa a referida posição (seja ele sujeito ou não) pode cumprir um duplo papel, no plano discursivo: ou introduz um novo referente e o alça à condição de referente principal (a expressão “a minha de onze anos”, no exemplo 20 ou o sintagma adverbial “ali perto da Praça da Sé”, no exemplo 21), ou, então, retoma um referente já mencionado, colocando-o, igualmente na posição de relevo. Vejam-se os exemplos:

(Exemplo 20) *L1 numa família há sempre um com tarefa de supervisor ... por instinto não é por obrigação*

[

L2 () ((risos))

L1 então a minha de onze anos ... ela supervisiona o trabalho dos cinco ... então ela vê se as gavetas estão em orde/...

(Inq. 360, l. 189-93)

(Exemplo 21) *L1 ruas mais ou menos sujas ... ali perto da Praça da Sé da Praça da Sé tudo esburacado por causa do metrô né? ...*

...

(O Sadv. *ali perto da Praça da Sé* ocupa a posição tópica)

(Inq. 343, l. 27-27)

(Exemplo 22) *L2 filhos da pflula não? ((risos))*

L1 não ...

L2 nem da tabela?

L1 *não justamente porque a tabela não::
 não deu certo é que:: ((risos)) vieram ao
 acaso*

(Inq. 360, 1. 10-4)

CONCLUSÕES

O exame da presença de estruturas sintático-discursivas no discurso conversacional revela que essas estruturas podem ser vistas como estratégias de que o falante se serve para a construção do texto. Assim, as FNs funcionam como uma espécie de adendo ao turno do mesmo ou do outro interlocutor. Já as FOs cumprem o papel de indicar a continuidade referencial, especialmente em trechos narrativos ou descritivos. Já as FTs decorrem da própria dinâmica que caracteriza os textos conversacionais.

Quanto às FVs (mesmo as que têm tópico não-sujeito), torna-se difícil precisar o respectivo papel na estruturação do texto conversacional, pois a elevada presença dos membros dessa classe impede considerações mais consistentes a esse respeito. É importante lembrar que as configurações sintático-discursivas de menor emprego tendem a ser, reciprocamente, empregadas em situações bem específicas, claramente delimitadas.

Cabe salientar, ainda, o papel representado pelos diferentes tipos de estruturas sintático-discursivas na interação entre os participantes do diálogo. Esse papel é particularmente nítido nas FNs: naquelas que figuram em turnos “longos” e representam uma espécie de aposto (exemplo 15), a função interativa é evidenciada pelo fato de que o falante sente a necessidade de tornar mais claro aquilo que está sendo exposto. Essa necessidade pode decorrer de alguma manifestação do ouvinte (verbal ou não verbal), ou simplesmente resulta da necessidade de clareza trazida pela proximidade entre os interlocutores.

As FNs que figuram em turnos “curtos” (exemplos 13 e 14) indicam que o ouvinte não é um mero espectador passivo, mas procura intervir na construção do discurso.

Da mesma forma, a presença de FEs (exemplos 12, 16 e 17) advém do fato de haver um contexto partilhado entre os interlocutores, ou, em outros termos, da circunstância de o referente implícito poder ser facilmente identificado pelos participantes.

À guisa de conclusão, é preciso relembrao o que foi dito no início deste texto: os elementos do discurso não podem ser considerados de forma isolada, sem relação com outros elementos de diferentes níveis. Ao contrário, existe uma inter-relação entre esses elementos, o que pôde ser verificado pelo exame dos tipos de estruturas frasais. Com efeito, os diferentes tipos de estruturas correspondem, *grosso modo*, a diferentes funções na construção do discurso e do processo interacional.

OBSERVAÇÕES SUPLEMENTARES E AGRADECIMENTOS

Este artigo constitui uma versão modificada do texto apresentado como monografia de conclusão do curso “Análise da Conversação”, a que o autor assistiu como

aluno especial. Esse curso foi ministrado em janeiro de 1991, na UNICAMP e teve por docente o Prof. Dr. Luiz Antônio Marcuschi (UFPe), a quem o autor agradece as judiciosas observações apostas à versão inicial deste trabalho.

O artigo é dedicado ao Prof. Dr. Dino Preti (da USP), pelo estímulo à realização de pesquisas e estudos acerca do português falado.

GALEMBECK, P. T. Syntactic-discursive structures in conversational texts. *Alfa*, São Paulo, v. 35, 123-133, 1991.

ABSTRACT: The goal of this paper is to demonstrate the different kinds of sentence structures (i e, nominal, verbal, truncated and elliptical subject phrases in conversational texts) and to discuss the function of these sentential structures as parts of the conversational text.

KEY-WORDS: Conversational text; sentence structure; verbal sentence; nominal sentence; truncated sentence; ellipsis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CARONE, F. de B. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 1986.
2. CASTILHO, A. T., PRETI, D. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. São paulo: T. A. Queiroz, 1990. 4 v. v. 2: Diálogos entre dois informantes.
3. GALEMBECK, P. T. *Um estudo dos elementos anafóricos em textos conversacionais: Projeto NURC/SP*. São Paulo: USP. 1990. 302 p. Tese (Doutoramento).
4. OCHS, E. Planned and unplanned discourse. *Syntax and Semantics*, n. 12, p. 51-80, 1979.
5. SCHMIDT, S. J. *Lingüística e teoria do texto*. São Paulo: Pioneira, 1978.
6. SCHIFFRIN, D. *Discourse markers*. Cambridge University Press, 1987.
7. THOMAS, A. L. Ellipsis: the interplay of sentence structure and context. *Língua*, v. 47, p. 43-68, 1979.

A NOTÍCIA DE JORNAL: TIPO OU ATUALIZAÇÃO DO TIPO NARRATIVO

Cristina Carneiro RODRIGUES*

RESUMO: Trata-se da análise crítica da postulação de van Dijk (1 e 2) de que a notícia de jornal teria superestrutura própria, diferente da superestrutura da narração.

UNITERMOS: Superestrutura; macroestrutura; narração; notícia de jornal.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é discutir a postulação de van Dijk de que, entre outros tipos de textos, as notícias teriam superestruturas próprias (1, p. 167). Estas, assim como as macroestruturas das notícias, foram objeto de trabalho posterior do autor (2), baseado na hipótese de que a notícia é tipo, não gênero, nem atualização de algum outro tipo de texto.

Sua hipótese pode ser confrontada com a de outros autores que, como, por exemplo, Koch e Fávero (3), consideram as notícias, assim como as reportagens, como atualização do tipo narrativo em situações comunicativas. Essa consideração descaracteriza a notícia enquanto tipo de texto, e leva à conclusão de que sua superestrutura não seria especial, ou seja, de que a estrutura formal da notícia seria a do tipo narrativo.

As duas hipóteses serão confrontadas nesse trabalho, com a tentativa de aplicação das superestruturas dos textos narrativos descritas por van Dijk (1) e das superestruturas das notícias, delineadas pelo mesmo autor (2). Os dois modelos serão aplicados a notícias do jornal diário *Folha de S. Paulo* de 15 jun. 90. Foram selecionadas apenas notícias de até cinco parágrafos, pois elas é que formam o corpo editorial da publicação, e, além disso, porque notícias com até essa dimensão são encontradas em todas as partes do jornal, desde a política até as variedades, incluindo os cadernos de economia, esporte, educação e exterior.

* Departamento de Teoria Lingüística e Literária – UNESP – 15055 – São José do Rio Preto.

Do *corpus* constam, portanto, apenas notícias curtas, tratando de assuntos variados, que podem ser consideradas como representativas das notícias publicadas no jornal selecionado.

O trabalho foi dividido em quatro partes. Na primeira será exposta a descrição das superestruturas propostas por van Dijk. Na segunda parte será feita uma tentativa de aplicação das estruturas narrativas descritas por van Dijk (1 e 1990, conferência) ao *corpus* selecionado. Na terceira, serão aplicadas, ao mesmo *corpus*, as estruturas das notícias descritivas pelo mesmo autor (2), visando verificar qual dos modelos seria mais conveniente para a explicação do *corpus* coletado. Na quarta parte serão apresentadas as conclusões do trabalho.

AS SUPERESTRUTURAS

De acordo com van Dijk (1 e 2), as superestruturas são as estruturas globais dos textos esquemas abstratos que determinam a ordem global das diferentes partes dos mesmos. Caracterizam o tipo de um texto, e impõem certas limitações ao seu conteúdo semântico (macroestruturas). Têm caráter convencional, podendo variar de comunidade para comunidade.

As superestruturas são compostas de categorias que se ordenam de acordo com regras de combinação e de transformação. Isso significa que nem todos os textos precisam, obrigatoriamente, ter todas as categorias preenchidas, ou uma mesma ordenação seqüencial. Dependendo do tipo de texto, há categorias obrigatórias e opcionais.

Ao definir as superestruturas dos textos, o autor considera que os esquemas dos textos não são arbitrários e que há uma relação entre esses esquemas e os aspectos semânticos, pragmáticos e comunicativos dos textos.

Quanto à manifestação concreta das superestruturas, só é produzida indiretamente: elas tematizam as regularidades de uso. Isso significa que o autor não afirma que todos os textos possuam, necessariamente, uma superestrutura convencional, mas que as superestruturas específicas impõem certas limitações à forma de um texto. Trata-se de “uma espécie de esquema ao qual o texto se adapta” (1, p. 143).

AS ESTRUTURAS NARRATIVAS

O esquema apresentado por van Dijk (1) para os textos narrativos baseia-se na narração natural. O autor considera que esta fornece o esquema básico, e deste seriam derivadas, por transformações complexas, as narrações literárias. Essa afirmação de van Dijk permite que se considere que outras variantes de narrações também sejam derivadas do esquema básico da narração natural. Essa é uma abertura à possibilidade de se enquadrar a notícia à superestrutura do tipo narrativo.

O exame das características das narrações fornecidas por van Dijk amplia essa possibilidade. A primeira característica, semântica, é que as narrações referem-se à ação de pessoas; e a segunda, pragmática, é que essas ações, ou acontecimentos, sejam explicados de modo interessante. Ambas são aplicáveis às notícias de um jornal diário.

Aberta a possibilidade de enquadramento da notícia à superestrutura da narração, é necessário verificar se as categorias do tipo narrativo podem ser aplicadas à notícia.

De acordo com van Dijk (1 e 1990, conferência), as categorias *Complicações* (o que foge à regra, às expectativas) e *Resolução* (diluição da complicação, positiva ou negativa) formam a categoria *Acontecimento*, o núcleo do texto cotidiano. Este pode ser precedido por *Resumo* (sumário da narração, ou mesmo uma palavra-chave) e/ou por uma *Orientação* (ação comum, diária, que será contrastada com o relato marcante, com a quebra da rotina que caracteriza a *Complicação*). O local e as circunstâncias em que o *Acontecimento* têm lugar podem fazer parte da narrativa, sendo incluídos na *Orientação*.

As categorias superestruturais acima relacionadas são, de acordo com o autor, as mais importantes do tipo narrativo, mas, de todas, a única obrigatória é a *Complicação*. Todas as demais são opcionais.

Podem, ainda, aparecer outras categorias: *Avaliação* (opinião, reação do emissor sobre o *Acontecimento*), *Anúncio* (ações futuras), e *Epílogo* (conclusão, moral ou coda).

De acordo com van Dijk ⁽¹⁾, não só algumas categorias podem ficar implícitas, mas também o esquema esboçado não precisa ser seguido de acordo com uma ordenação rígida. Por exemplo, a *Avaliação* pode preceder a *Complicação*, sem que isso comprometa o esquema. Há uma certa liberdade na ordem superficial das categorias.

Tendo como base o esquema categorial acima descrito, passou-se à tentativa de sua aplicação ao *corpus* selecionado. Analisando-se a notícia apresentada no Anexo I (“Parlamentares da URSS adiam discussão do aumento de preços”), verifica-se que o título e as quatro primeiras linhas do primeiro parágrafo (de “O Parlamento” a “pelo governo”) encaixam-se perfeitamente na categoria *Resumo*, pois sumarizam a notícia.

As linhas restantes do primeiro parágrafo (de “os aumentos” a “Nicolai Rijkov”) situam o leitor, ou seja, fornecem as circunstâncias em que o acontecimento tem lugar, o que caracteriza o trecho como *Orientação*. O local, URSS, é apenas citado, não é descrito em detalhes: presume-se o conhecimento prévio do leitor. Sob o ponto de vista de um leitor envolvido, é essa a situação que vai ser contrastada, com o relato a seguir. Entretanto, de um ponto de vista não envolvido, não se trata de algo rotineiro, é uma situação nova que está sendo exposta. Para o leitor que não tenha contato diário com o assunto, por esse ponto de vista, trata-se da colocação das circunstâncias em que ocorre o novo.

O segundo parágrafo (de “por 319” a “seus territórios”) fornece o relato que foge às expectativas, caracterizando-se como *Complicação*. No parágrafo seguinte há um trecho que situa essa novidade, caracterizando-se como *Orientação* (de “o plano” a “produtos básicos”). É seguido por uma opinião, ou seja, por uma *Avaliação*, só que não do autor do texto, mas de um parlamentar (de “vários deputados” a “do governo”).

No último parágrafo há um *Anúncio*, ou seja, acontecimentos que podem vir a ocorrer, se a *Complicação* for resolvida (de “O governo” a de “trigo”). Este é seguido por mais informações sobre as circunstâncias gerais (de “cerca de ” a “ração animal”).

Com a análise desse texto verifica-se que o esquema que descreve o tipo narrativo pode ser aplicado à notícia. As categorias não aparecem na ordem canônica, mas são bem definidas. Apenas duas categorias podem ser questionáveis. A primeira, a *Orientação*, que caracteriza as circunstâncias do *Acontecimento*, não é apresentada em um único bloco, esta distribuída por partes na notícia. A segunda é a *Avaliação*, que não tem como fonte o autor da matéria, mas terceiros (fonte externa).

As categorias *Resolução*, e *Epílogo* não ocorrem nessa notícia, mas a ausência de alguma categoria não é incomum, segundo o autor, em narrativas naturais; pode ocorrer, portanto, em outros tipos de narrativas.

Outras notícias foram analisadas, na tentativa de aplicação da superestrutura da narração. No Anexo 2 estão notícias de apenas um parágrafo que se caracterizam por apresentar apenas a categoria *Complicação*, ou seja, apenas a novidade. O título das notícias pode ser caracterizado como *Resumo*, pois sumariza o que é apresentado. As outras categorias estão ausentes.

Entre as notícias de apenas um parágrafo, são comuns, também, as que apresentam apenas as categorias *Complicações* e *Orientação*. No Anexo 3 há alguns exemplos. Analisando-se a notícia que tem como título “Carro-bomba vinga morte de traficante em Medellín” (Anexo 3 (1)), verifica-se que este sumariza a notícia; o trecho entre “A explosão” e “sete edifícios” caracteriza-se como *Complicação*. A parte entre “O atentado” e a “do narcotráfico” situa o local do acontecimento.

Nem todos os artigos do Anexo 3 têm a *Orientação* representada dessa maneira. Na notícia que tem como título “Bomba em Miami atinge Museu de Arte Cubana”, as circunstâncias da ocorrência são fornecidas por uma fonte externa (FBI). No artigo intitulado “Resgate de presidente da Coca-Cola é de US\$ 2 mi”, a *Orientação* é o contexto em que ocorre a notícia (de “O empresário” a “dos autores”). No quarto artigo (“Concurso literário recebe inscrições até 31 de julho”), entretanto, essa categoria é representada pelo local em que informações podem ser obtidas.

No primeiro artigo do Anexo 3 (2), “Acidente mata 3 e fere 38 pessoas no Paraná”, a *Orientação* é representada pelo local da ocorrência que é notícia (de “O acidente” a “Campo Mourão (PR)”).

No último artigo desse Anexo há uma peculiaridade. Estruturalmente, inicia-se pela *Complicação*, e termina com as circunstâncias que provocaram o fato. O problema é estabelecer os limites de cada categoria no texto. O trecho entre “A Corregedoria” e “Iguaçu (Paraná)” pode ser classificado como *Complicação*; o trecho entre “Crepaldi foi preso” e “aparelhos eletrônicos”, como *Orientação*. Já o trecho entre “A Sindicância” e “há uma semana”, é problemático: por um lado, estabelece o início da *Complicação*; por outro, refere-se a circunstâncias ocorridas anteriormente. O título (“Policial do Garra é preso e acusado de contrabando”), entretanto,

refere-se a fatos ocorridos na semana anterior; se for classificado como resumo da narração, é esse o núcleo da narrativa, e o trecho problemático faz parte da *Complicação*. Esse caso mostra claramente que a análise da superestrutura está atrelada à macroestrutura do texto, e que nem sempre a atribuição de uma categoria é objetiva.

Notícias de outras dimensões também podem apresentar apenas as categorias *Complicação* e *Orientação*. Como pode ser visto no Anexo 4 (1), que apresenta notícias com dois parágrafos, há o *Resumo*, caracterizado pelo título, a *Complicação* no primeiro parágrafo e a *Orientação* no segundo parágrafo.

Notícias mais longas também podem apresentar a mesma estrutura. No Anexo 4 (2) é apresentada uma notícia em que os três parágrafos iniciais representam a *Complicação* e os dois finais, a *Orientação*, a situação em que ocorre o fato.

Na notícia apresentada no Anexo 4 (3), a *Complicação* é apresentada nos dois parágrafos iniciais. No primeiro, há o relato do acontecimento do autor da matéria. No segundo, há o envolvimento do responsável pela investigação: o autor se distancia, empregando aspas e modais. Esses traços são semânticos, mas, como foi dito acima, muitas vezes é necessário o recurso à macroestrutura. Esta influência na atribuição da categoria; semanticamente, parece tratar-se de uma opinião sobre a ocorrência, o que levaria à sua classificação como *Avaliação*. Entretanto, a própria proposição do autor que resume o texto já traz ao conhecimento do leitor que, o novo envolve o parecer de terceiros (“*A polícia diz que menina foi sacrificada em ritual*”), o que indica, também semanticamente, que o trecho é parte da *Complicação*. A *Orientação*, ou seja, o detalhamento das circunstâncias da ocorrência, está no último parágrafo.

No Anexo 5 é apresentada uma notícia com estrutura similar às apresentadas no Anexo 4: há um *Resumo* (título), uma *Complicação* relatada nos dois primeiros parágrafos, e uma *Orientação*, no último parágrafo. Mas essa notícia difere das anteriores, porque é uma fonte externa que fornece os dados da situação.

As notícias apresentadas no Anexo 6 também são formadas por um *Resumo*, uma *Complicação* e uma *Orientação*, mas há o acréscimo de uma *Avaliação*. Os textos diferem na ordenação das categorias e na origem da *Avaliação*. No Anexo 6 (1), a notícia intitulada “Funcionários da Sharp têm aumento de 56%” tem a *Complicação* no primeiro parágrafo; a *Avaliação*, a opinião sobre o ocorrido, no segundo parágrafo; e a *Orientação*, a situação em que se enquadra o fato, no último parágrafo. O problema é que a *Avaliação* envolve fonte diferente do autor da matéria, e nesta categoria não está claro se é previsto o envolvimento da opinião ou da atuação de terceiros, ou a citação e o testemunho.

Já a notícia apresentada no Anexo 6 (1) intitulada “Ladrões roubam carro do vice-prefeito de SP” tem a categoria *Orientação* subdividida em duas partes. O local da ocorrência está nas quatro últimas linhas do primeiro parágrafo (de “O carro” a “São Paulo”), após elementos da *Complicação*. Seguem-se outros elementos da *Complicação* (segundo parágrafo). O último parágrafo volta a apresentar componentes classificáveis como *Orientação*: a situação geral em que esse fato particular ocorreu. Há, no segundo parágrafo, um trecho (“Não tive tempo de ver nada”) que não pode ser

caracterizado como *Complicação*, pois é a declaração do comportamento da vítima. Seria também uma espécie de *Avaliação* que, como no caso acima, não provém do autor da matéria.

A notícia do Anexo 6 (2) que tem como título “Chiarelli discute com Tuma como fiscalizar” também apresenta a *Complicação* no primeiro parágrafo; só que esta é seguida pela *Orientação*. A *Avaliação*, que pode ter como origem o autor ou terceiros não especificados, está no último parágrafo.

AS SUPERESTRUTURAS DAS NOTÍCIAS DE JORNAL

O esquema apresentado por van Dijk (2) para as notícias de jornal baseia-se na análise qualitativa e quantitativa de cerca de 700 artigos de 250 jornais de 100 países sobre o assassinato de Gemayel no Líbano, ocorrido em setembro de 1982. Sua análise reporta-se tanto às macroestruturas quanto às superestruturas das notícias, mas nesse trabalho será enfatizada sua estrutura formal.

Alguns conceitos organizacionais relacionados às macroestruturas semânticas, devem, entretanto, ser levantados. O autor coloca que nas notícias alguns princípios são diferentes das narrações naturais. A apresentação da notícia pode não seguir a ordem de importância, mas a ordem cronológica de ocorrência (*recency*: o acontecimento mais recente em primeiro lugar). E, se a ordem de importância for seguida, pode ocorrer que as consequências sejam apresentadas antes dos acontecimentos, e esses antes das condições. Nos relatos naturais, a ordenação, em geral, não obedece o critério da relevância, mas outro tipo de ordem, em que cada tópico é iniciado e terminado sem interrupções; e as causas são normalmente seguidas pelas condições, pelas circunstâncias, e as consequências estão no final.

Já nas notícias, as categorias podem sofrer grandes deslocamentos. A ordem não é fixa nem imutável: há grandes possibilidades de ocorrerem transformações. E o maior problema para a explicação da estrutura da notícia é em relação à descontinuidade: uma mesma categoria pode ser colocada em partes (“a prestação”) por todo o texto. Para explicar esse dado, van Dijk postula que a estrutura da notícia seja de natureza abstrata: não importa a atualização, o importante é que as categorias representem temas e suas inter-relações. O esquema é o *input* para as estratégias de produção, e o papel do analista é determinar as categorias.

E, para van Dijk, o esquema das notícias (superestrutura) tem natureza convencional. As categorias por ele descritas começam pelo *Título* (Obrigatório) e pelo *Lead* (opcional), reunidas em uma categoria de nível mais alto – *Resumo* – pois sumarizam o texto. A categoria de nível corresponde ao *Resumo* é o *Relato*, desmembrado em duas categorias: *Episódio* e *Comentários*.

O *Episódio*, por sua vez, é subdividido em *Eventos* e *Consequências/Reações*. Da categoria *Eventos* fazem parte: *Evento Principal*, categoria obrigatória e recursiva (algo que tenha ocorrido recentemente e que é sumariado pelo *Resumo*); e *Background* (condições gerais, políticas, históricas ou sociais para a ocorrência dos acontecimentos).

tecimentos). Há dois tipos de *Background*: a categoria *História* (acontecimentos ocorridos no passado e que estão apenas indiretamente relacionados ao evento que é notícia) e a categoria *Circunstâncias*, formada pelo *Contexto* (informação sobre a situação em que o acontecimento principal é elemento significativo) e *Eventos Pré-vios* (acontecimentos que ocorreram antes, relacionados ao *Evento principal* como causa deste ou condição direta para sua ocorrência).

Da categoria *Conseqüências/Reações* fazendo parte: descrição de *Eventos/Atos* resultado do *Evento Principal*, e *Reações Verbais* de terceiros, testemunhas ou representantes de grupos afetados pelo *Evento Principal*.

A categoria *Comentários* inclui *Expectativas* (o que pode vir a acontecer) e *Avaliação* (opinião, reação) que normalmente tem como fonte o autor da matéria.

Para van Dijk pode haver alguma dificuldade na atribuição em termos de categorias, ou seja, as superestruturas podem apresentar ambigüidade, sendo dependentes da interpretação formal ou pessoal da informação do texto. Isso aproxima as estruturas formais das semânticas, também dependentes do ponto de vista do analista. Mas, segundo o autor, o importante é que, em princípio, as distinções em categorias podem ser feitas, e que algumas podem ser relevantes para certo tipo de textos, mas estarem ausentes em outros.

O esquema categorial acima descrito foi aplicado ao *corpus*, visando a verificar se este modelo explica com maior propriedade que o modelo narrativo a estrutura das notícias selecionadas.

Na notícia apresentada no Anexo 1, o *Resumo* é representado pelo *Título* e pelas quatro primeiras linhas do primeiro parágrafo (de “O Parlamento” a “pelo governo”); não há *Lead* com corpo ou tipo diferentes da matéria, mas essa é uma característica do jornal *Folha de S. Paulo*, e o trecho citado funciona como tal.

A informação a seguir (de “Os aumentos” a “Nicolai Rijkov”), no modelo anterior descrita como *Orientação*, caracteriza-se, nesse modelo, como *Circunstâncias* (um tipo de *Background*) e pode ser subdividida em: um *Contexto* (de “Os aumentos” a “no país”); em que a situação é delineada; e um *Evento Prévio*, acontecimento ocorrido anteriormente e que é a condição direta para o *Evento* (de “O plano” a “Nicolai Rijkov”).

O segundo parágrafo trata da ocorrência recente que é sumariada pelo *Resumo*: é o *Evento Principal*, caracterizado, no modelo anterior, como *Complicação*.

No terceiro parágrafo há novamente um trecho que se caracteriza como *Contexto* (de “O plano” a “produtos básicos”). Este é seguido por *Conseqüências/Reações*: há uma *Reação Verbal*, em que a opinião de um deputado é colocada como exemplo da reação de vários parlamentares representantes dos grupos que seriam afetados pelas medidas (de “Vários deputados” a “projeto do governo”). Esse trecho havia sido caracterizado, no modelo anterior, como *Avaliação*.

No último parágrafo há um trecho tratando do que o governo espera que venha a acontecer se o *Evento Principal* for solucionado; este pode ser descrito como *Expectativa* (de “O governo” a “de trigo”), ainda que não tenha como fonte o autor da matéria. O último trecho da notícia (de “cerca de” a “ração animal”) é também um tipo de *Background*: é parte do *Contexto* em que se faz necessária a discussão sobre o aumento de preços.

Ainda que as categorias do esquema da notícia sejam, em princípio, diferentes das categorias do esquema narrativo, a análise do mesmo texto tendo como ponto de partida cada um dos modelos não leva a resultados significativamente diferentes. Os rótulos, ou seja, os nomes das categorias, são modificados, mas correspondem aos mesmos trechos descritos pelas categorias do modelo anterior. Assim, o que havia sido caracterizado como *Orientação*, passa a ser rotulado, a um nível mais alto, como *Background*, e este, subdividido em *Contexto* e *Evento Prévio*. O detalhamento é, sem dúvida, maior, pois nesse modelo há a possibilidade de separação entre o que é situacional e circunstancial e o que é causal. Entretanto, essa possibilidade de maior detalhamento nem sempre é um ponto positivo, pois, como o próprio van Dijk (2) aponta, a atribuição em termos de categorias não é objetiva, é dependente do analista. Em muitos casos, a generalização pode ser conveniente, no sentido de evitar polêmica quanto ao enquadramento de alguns trechos.

Voltando à comparação entre os modelos, o trecho que havia sido caracterizado como *Complicação*, passa a ser o *Evento Principal*. A *Avaliação* de um modelo, passa a ser *Conseqüência/reação*. Em ambos os casos, o modelo da notícia denomina com mais propriedade o trecho analisado. Mas isso, entretanto, não significa que explique melhor a estrutura; apenas indica com maior clareza quais os elementos semânticos que preenchem as categorias formais. Em outras palavras, as restrições quanto ao preenchimento parecem mais claras, porque há nível maior de detalhamento. A categoria *Avaliação* do modelo narrativo, por exemplo, engloba um leque muito grande de possibilidades, enquanto no modelo da notícia essas são mais fechadas, e distribuídas por diferentes categorias (*Conseqüências/Reações* e *Comentários*, ambas subdivididas em categorias de nível inferior).

Já no caso do trecho caracterizado anteriormente como Anúncio e nesse modelo como *Expectativa*, há imbricação: tratam igualmente de prospecção.

A notícia apresentada no Anexo 1 pode, portanto, ter sua estrutura formal descrita por ambos os modelos. O modelo narrativo fornece um quadro mais genérico, enquanto o modelo da notícia permite maior detalhamento, ou seja, prevê maiores restrições quanto ao preenchimento das categorias, inclusive porque prevê número maior de nódulos.

É, entretanto, conveniente verificar se o mesmo ocorre em relação às demais notícias analisadas no item 3 desse trabalho.

As notícias apresentadas no Anexo 2, caracterizavam-se, no modelo narrativo, por apresentarem apenas as categorias *Resumo* (título) e *Complicação*. No modelo da notícia podemos identificar as categorias *Resumo* (Título) e *Evento Principal*.

As notícias apresentadas no Anexo 3 (1 e 2) tinham preenchidas as categorias *Resumo* (título), *Complicação* e *Orientação*. A categoria *Orientação* parecia, nas diferentes notícias, representada de diferentes maneiras. Aplicando-se o modelo da notícia, no texto intitulado “Carro-bomba...”, o trecho que havia sido classificado como *Orientação*, caracteriza-se como *Evento Prévio*, acontecimento anterior que é causa para o *Evento Principal*.

Na notícia que tem como título “Bomba em Miami...”, trata-se do quadro geral em que ocorre o *Evento Principal*, podendo ser classificado como *Contexto*. Esse quadro, entretanto, é fornecido por terceiros, e envolve a repetição de eventos ocorridos no passado; mas não se trata de *Evento Prévio*, por não ser causa ou condição para o acontecimento relatado. Também não pode ser caracterizado como *História*, porque o autor mostra que a fonte relaciona diretamente o caso descrito aos ocorridos anteriormente. Essa contextualização é peculiar, não só por ter características similares às demais categorias do *Background*, mas também pelo fato de a fonte externa ser especificamente citada, e não se trata de *Reação Verbal*. Essa notícia mostra o problema do ponto de vista da análise; outro analista poderia determinar que algumas das outras características seria mais importante, e atribuir ao trecho outra categoria.

Na notícia intitulada “Resgate de presidente...”, o que havia sido caracterizado como *Orientação* e classificado como *Evento Prévio*, pois o seqüestro é condição necessária para o pedido de resgate (*Evento Principal*). Nesse texto fica clara uma das afirmações de van Dijk (2): o que é notícia nem sempre é o mais importante; nesse caso, o evento de maior interesse seria o seqüestro; mas este já foi notícia anterior. Vale, agora, o que é mais recente, ou seja, o pedido de resgate, que é o *Evento Principal*.

No texto que tem como título “Concurso literário...”, os dados sobre o local de informações não são tão facilmente classificáveis. É categoria ligada ao *Evento*, caracterizável como *Background*, mas não é fácil enquadrá-la como *Contexto*, pois não se trata exatamente de uma situação em que o *Evento Principal* é elemento significativo. Essa é, entretanto, a categoria mais próxima, pois seguramente não se trata de *Evento Prévio*. Talvez fosse necessário detalhar mais a categoria de nível mais alto, prevendo espaço para preenchimento de, por exemplo, um local de ocorrência. Nessa mesma categoria poderia vir a ser encaixado o local do acidente relatado na notícia “Acidente mata 3...”, no Anexo 3 (2).

No caso da notícia “Policial do Garra...”, persiste o problema em relação ao estabelecimento de limites. O trecho anteriormente caracterizado como *Orientação* (de “Crepaldi foi preso” a “aparelhos eletrônicos”) pode ser classificado como *Evento Prévio*, pois é condição para o *Evento Principal* (de “A Corregedoria” a “Iguaçu (Paraná)”). O trecho entre “A sindicância” e “há uma semana” pode ser classificado como uma ou como outra categoria, dependendo do ponto de vista da análise. E o título remete ao *Evento Prévio*, causador da sindicância, parecendo haver uma distorção.

Van Dijk (2, p. 78) aborda o problema da distorção de títulos. No caso que analisa em seu trabalho, o trecho promovido a tópico pelo título é a *Ação* conseqüente do *Evento Principal*. O autor explica o fato recorrendo ao que denomina “regra jornalística”, que determina que os últimos acontecimentos são privilegiados; no caso, a ação conseqüente é o fato mais recente, explicando-se sua promoção à qualidade de título. No texto analisado do Anexo 3 (2), entretanto, essa explicação não é válida, pois o título remete à causa, a um fato ocorrido na semana anterior. Seria o caso, inclusive, de se questionar se este texto é realmente notícia, já que, semanticamente, não remete a fatos ocorridos recentemente e que sejam sumarizados no *Resumo*.

As notícias apresentadas no Anexo 4 (1, 2 e 3) e no Anexo 5 também haviam sido analisadas como tendo preenchidas as categorias *Resumo* (título), *Complicação* e *Orientação*. E, assim como as do Anexo 3, no modelo da notícia apresentam *Resumo* (Título), *Evento Principal* e *Background*. Do mesmo modo que as anteriores, estas notícias também podem ser descritas de modo mais detalhado pelas categorias inferiores do *Background*.

Nas notícias apresentadas no Anexo 4 (1), trata-se do *Contexto*. Na apresentada no Anexo 4 (2), o penúltimo parágrafo (de “A greve” a “em Araucária (21)”) pode ser descrito como *Eventos Prévios*, pois trata da causa do *Evento Principal*; e o último parágrafo, como *Contexto*, já que trata da situação geral em que ocorre a greve.

A notícia apresentada no Anexo 4 (3) não é melhor explicada por esse modelo. O *Evento Principal* é o relatado nos dois primeiros parágrafos, porque resumido pelo *Título*, que já especifica que o novo provém de terceiros (*Pôlicia diz que menina foi sacrificada em ritual*). Assim, as declarações do policial não devem ser classificadas como *Consequências/Reações*, porque não são resultantes do *Evento Principal*, nem como *Comentários*, porque, apesar de estarem semanticamente a nível de opinião não confirmada, posicionam-se como parte da categoria de nível mais alto *Episódio*, dissociada da categoria *Comentários*, ainda que ambas sejam derivadas do *Relato*. Quanto ao último parágrafo, caracteriza-se como *Contexto*: traz informações sobre a situação da ocorrência.

O modelo da notícia também não explica melhor que o anterior o texto apresentado no Anexo 5. O *Evento Principal* é relatado nos dois primeiros parágrafos. O último parágrafo pode ser subdividido em: *Eventos Prévios*, pois o trecho “esforços na luta contra as drogas podem estar começando a dar resultados” são a condição possível para a ocorrência da notícia; e *Contexto*, pois o restante do texto fornece o quadro geral do acontecimento. Fica, entretanto, em aberto o fato de a fonte ser externa e, como no caso acima descrito, não fazer parte da categoria *Comentários*.

Por outro lado, os textos apresentados no Anexo 6 (1) e (2) podem ser analisados com maior propriedade pelo modelo da notícia. O problema em relação ao modelo da narração era em relação às diferentes origens do que havia sido classificado como *Avaliação*. Na notícia intitulada “Ladrões roubam carro...”, a citação da fala da vítima (“Não tive tempo de ver nada”) caracteriza-se como *Reação*, categoria subordinada ao nóculo *Episódio*, explicando o porquê de sua colocação no trecho em que o *Evento Principal* é relatado. O que não fica evidente nessa análise, assim como nos casos descritos no Anexo 3 (1) (“Bomba em Miami...”) e no Anexo 5 (“Oferta diminui...”) é o *fato de o Background* ter tido terceiros como fonte.

Quanto à notícia que tem como título “Funcionários da Sharp...”, o segundo parágrafo, encaixado entre o *Evento Principal* e o *Background*, também pode ser caracterizado como *Reação*, pois a declaração é efeito do *Evento Principal*. Trata, entretanto, de uma dúvida em relação ao futuro, ao que poderia vir a acontecer, característica descrita por van Dijk como preenchendo a categoria *Expectativa*, derivada de *Comentários*. A atribuição da categoria é, assim, dependente do ponto de vista.

No caso da notícia apresentada no Anexo 6 (2), o último parágrafo é um *Comentário*. Trata-se de uma *Avaliação*, ainda que não tenha sua origem especificada.

CONCLUSÕES

Outras notícias, de dimensões aproximadas ou diferentes dessas, de outros dias, ou de outros jornais, poderiam ser analisadas. O resultado, entretanto, não seria muito diferente do que já foi descrito. A notícia pode, de fato, ser analisada empregando-se a superestrutura da narração. O emprego da superestrutura da notícia não acrescenta à análise elementos que sejam significativamente mais explanatórios às estruturas formais analisadas. Apenas, como já foi comentado, os rótulos previstos parecem impor restrições mais claras, fazendo com que a análise flua com maior facilidade. Mas mesmo essa questão pode ser discutida.

De acordo com van Dijk (1 e 2), as categorias formais impõem certas restrições ao conteúdo semântico. Mas essa condição é bastante genérica, pois as categorias são bastante abertas. Por exemplo, não é muito restritivo afirmar que a *Complicação* é lugar dos acontecimentos, ou que a *Avaliação* é o dos estados de ânimo. Ou que, por outro ângulo, do *Background* fazem parte os eventos circunstanciais prévios ao acontecimento que é notícia. Na realidade, essa questão parece ficar apenas em um nível bastante superficial, e a aparente clareza em relação às restrições semânticas é apenas produto de uma denominação direcionada aos temas atualizados em notícias de jornal.

Isso pode ser evidenciado pelo preenchimento das categorias na análise feita nesse trabalho. Todas as categorias das superestruturas das notícias encontram-se preenchidas. Duas categorias da narração, entretanto, não: *Resolução* e *Epílogo*.

Quanto à *Resolução*, parece natural que não ocorra na narração encontrada em jornal. Quanto alguma *Complicação* é resolvida, ela mesma passa a ser a novidade, ou seja, o acontecimento que foge às expectativas que vai formar o núcleo da notícia. Seria o caso de investigações policiais, conflitos, atentados, seqüestros.

Em relação ao *Epílogo*, não é comum que as notícias tragam os textos já fechados: o leitor do jornal é que deve relacionar os diversos acontecimentos, e tirar suas conclusões. Ou lê-las no próprio jornal: essa é a função dos artigos assinados por comentaristas e analistas especializados.

A categoria *Orientação*, por outro lado, nem sempre é muito detalhada nas notícias, pois, em muitos casos, faz parte do conhecimento prévio do leitor. Em geral trata-se da contextualização do fato, porque o leitor não espera o que seja comum e rotineiro em um jornal.

Assim, o que foi visto é que a rotulação, ou seja, a formalização da superestrutura da notícia parece mais conveniente para o gênero de narração que se encontra em jornal. Mas esta pode, igualmente, ser empregada para a análise de outros gêneros de narração. Como exemplo, no Anexo 7, é apresentado um relato que pode ser analisado tomando-se como base qualquer um dos dois modelos.

Se o texto analisado de acordo com as categorias do modelo narrativo, teremos, no primeiro parágrafo, a *Avaliação* do Locutor 1; no segundo parágrafo, a *Orientação*. A partir do terceiro parágrafo há um segundo Locutor, que na primeira e na última li-

nhas dá início à *Complicação*, interrompida por comentários paralelos que podem ser caracterizados como *Avaliação* do Locutor 2. No quarto parágrafo há a continuação da *Orientação*. E a continuação da *Complicação* é apresentada nos parágrafos 5, 6 e 7. Há um *Anúncio* no oitavo parágrafo, e uma *Avaliação* do Locutor 2 no último parágrafo. Nesse caso também não há uma *Resolução* nem um *Epílogo*. A *Orientação* é uma espécie de contextualização. E algumas categorias são, como nas notícias, apresentadas em partes. Também, como no caso de algumas notícias analisadas, não há um único locutor responsável.

Esse relato também pode ser analisado empregando-se o modelo da notícia. Temos, no primeiro parágrafo, um *Comentário (Avaliação)* do Locutor 1. No segundo parágrafo, o *Background*, representado pela *História*, pois se trata de passado remoto. O *Evento Principal* iniciado na primeira linha do terceiro parágrafo é interrompido por *Comentários* do Locutor 2, e volta à cena na última linha. No quarto parágrafo há novamente parte do *Background*, representado pelas circunstâncias mais recentes, que podem ser descritas como *Contexto*. Nos parágrafos 5, 6 e 7 é apresentado o *Evento Principal*. No oitavo, as *Expectativas* do Locutor 2, e no nono, seu *Comentário (Avaliação)*.

Essa análise, ainda que bastante superficial, indica que o esquema não é particular, ou seja, não é apenas aplicável à notícia. Assim, a postulação de que as notícias teriam superestrutura próprias fica bastante prejudicada. Tanto a possibilidade da aplicação do modelo a outras narrações, quanto a possibilidade de aplicação de outro modelo à notícia enfraquecem a hipótese e levam a um impasse teórico.

Ainda se se pensar na narração como um tipo mais amplo, que poderia ser categorizado em diversos subtipos, entre eles a notícia, e cada qual apresentando suas regularidades formais e temáticas, persiste o problema. Isso porque as esquematizações ainda não seriam convenientes em nível explanatório.

E não podem ser consideradas explanatórias porque subjetivas, totalmente dependentes do ponto de vista do analista. O próprio van Dijk levanta a questão de serem dependentes da atribuição do sujeito, quando expõe sua análise das notícias. Mas esse fato não se restringe às notícias: está relacionado às superestruturas e às macroestruturas. Deve-se assumir que são guias diretivas, diretrizes, que podem ou não serem seguidas. São categorias auxiliares, úteis didaticamente no ensino da produção da escrita, pois são genéricas e indicativas.

Admitindo-se que a notícia não é tipo, é atualização do tipo narrativo, e que as esquematizações são indicativas, pode-se aceitar também que em cada subtipo de narração há algumas restrições. Explica-se, assim, porque a rotulação dada pelas superestruturas das notícias parece permitir o encaixe das categorias semânticas com maior clareza. Explica-se, também, a questão do preenchimento ou não de certas categorias.

Sob esse ângulo, percebe-se porque a formalização proposta por van Dijk não permite a abordagem das questões mais intrigantes na produção jornalística. Em seu modelo não há a possibilidade de encaixe da questão do posicionamento ideológico

dos diferentes periódicos. Dois artigos podem ter uma mesma superestrutura, podem ser tematizados pelas mesmas proposições e, apesar disso, representarem tendências políticas totalmente diversas.

Outra questão que não fica resolvida nesse tipo de modelo é a do direcionamento dado pelos títulos. A titulação é uma das mais poderosas "armas" ideológicas da escrita jornalística. Em geral, não se trata de distorção, mas da apresentação do aspecto que o autor, ou o editor, quer destacar. Trata-se do direcionamento da leitura.

Fica em aberto, ainda, a questão da possibilidade de que a análise da notícia em si seja uma maneira de descaracterizar o todo uniforme que é o jornal.

Com o levantamento de todas essas questões não se pretende invalidar o modelo enquanto indicador, enquanto tematizador de possíveis regularidades textuais. A intenção foi questionar o fato de a notícia ser tipo de texto, o que levou ao questionamento do alcance teórico e explanatório das superestruturas e macroestruturas propostas enquanto instrumento de análise.

RODRIGUES, C. C. The news in the press: type or narrative type actualization? *Alfa*, São Paulo, v. 35, 135-159, 1991.

ABSTRACT: This paper deals with the critical analysis of van Dijk's assumption that the superstructure of news in the press is different from the narrative superstructure.

KEY-WORDS: Superstructure; macrostructure; narrative; news in the press.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. van DIJK, T. A. *La ciencia del texto: un enfoque interdisciplinario*. Barcelona: Paidós, 1983.
2. ————. *Structures of News in the Press*. In: van DIJK, T. A. (ed.), *Discourse and communication. New approaches to the analysis of mass media discourse and communication*. Berlin: de Gruyter, 1985, pp 69-93.
3. KOCH, I. V., FÁVERO, L. L. Contribuição a uma tipologia textual. In: *Letras e Letras*, v. 3, n. 1, 1987.

Textos analisados:

Folha de S. Paulo de 15. jun. 90.

GALVÃO, Maria R. *Burguesia e cinema: O caso Vera Cruz*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

Parlamentares da URSS adiam a discussão do aumento de preços

Das Agências Internacionais

O Parlamento soviético decidiu ontem adiar para setembro a discussão do aumento de preços programado pelo governo. Os aumentos, que teriam início no dia 1º de julho com a subida do preço do pão, seriam a primeira medida concreta da instauração da economia de mercado no país. O plano foi apresentado há um mês pelo primeiro-ministro, Nicolai Rijkov.

Por 319 votos contra 33, o Parlamento decidiu adiar qualquer aumento de preços para setembro, depois de serem con-

sultadas as autoridades das 15 repúblicas soviéticas. Na sessão de quarta-feira, o Parlamento aprovou as linhas gerais do plano e deu prazo até agosto para que o governo apresente detalhadamente o projeto. Ao menos três repúblicas — as mais importantes, Rússia, Ucrânia e Bielorrússia — disseram que não permitiriam qualquer aumento de preços em seus territórios.

O plano prevê aumento de preços em função do fim do subsídio estatal a produtos básicos. Vários deputados acham que a população não suportará o realinhamento. Os deputados da Ásia central acham que a subida de preços

pode causar descontentamento e isso em sua região é muito explorado", disse o deputado Alexei Boyko. Ele citou o exemplo da Quirguízia (sul), em que conflitos étnicos deixaram mais de 150 mortos na última semana. Segundo Boyko, que propôs emendas ao plano, os acontecimentos na Quirguízia criaram um clima desfavorável ao projeto do governo.

O governo acha que o aumento pode reduzir o consumo de pão e levar a uma diminuição na importação de trigo. Cerca de 40% do trigo consumido na URSS é importado. O baixo preço do pão, que não muda desde 1962, faz com que agricultores usem o produto como ração animal.

ANEXO 1

Folha de S. Paulo A-7 (Internacional)

ANEXO 2

Movimento nas estradas é fraco na véspera do feriado

A Polícia Rodoviária considerou "fraco" o movimento de carros na saída para o feriado de Corpus Christi, anteontem. Apenas 33.582 carros saíram de São Paulo em direção à Baixada Santista na quarta-feira. Pelo sistema Anhanguera-Bandeirantes passaram 46.662 carros. A rodovia dos Trabalhadores teve um fluxo de 21.868 automóveis. Não aconteceu nenhum acidente grave nas rodovias estaduais.

Folha de S. Paulo C-3
(Cidades)

Rede Unipark cria selo de estacionamento econômico

A rede de estacionamentos Unipark está lançando o serviço Fast Park. Através de selos auto-adesivos, o cliente pode estacionar seu carro, por períodos de até duas horas, com custo 55% menor que os vigentes. Os selos são vendidos nos estacionamentos em cartelas com 15 unidades.

Folha de S. Paulo Especial 1
(Negócios SP)

Em Recife, trabalhadores da Souza Cruz param

Os trabalhadores da Companhia de Cigarros Souza Cruz em Recife estão em greve desde ontem. Eles reivindicam reposição salarial de 17,67% referentes a perdas salariais de março, abril e maio deste ano. A direção da empresa ofereceu 15% de antecipação salarial em junho.

Folha de S. Paulo B-3
(Economia/Mercados)

Nelson Rodrigues será homenageado em Tatuí

O Teatro Procópio Ferreira de Tatuí, 135 km a oeste de São Paulo, apresenta hoje e amanhã, às 21h., a peça "Perdoa-me por me Traíres", do dramaturgo Nelson Rodrigues. O espetáculo faz parte do Projeto Nelson 10 Anos e tem a direção de Antonio Mendes. Entrada franca.

Folha de S. Paulo E-3
(Ilustrada)

ANEXO 3 (1)

Carro-bomba vinga morte de traficante em Medellin

A explosão de um carro-bomba em Medellin, noroeste da Colômbia, ontem, deixou quatro mortos e 69 feridos e destruiu 33 automóveis e sete edifícios. O atentado ocorreu próximo ao local onde, horas antes, a polícia matara John Jairo Arias, o quinto homem do cartel do narcotráfico.

Resgate de presidente da Coca-Cola é de US\$ 2 mi

Os sequestradores do presidente da Coca-Cola boliviana, Jorge Lonsdale, pediram um resgate de US\$ 2 milhões, segundo o jornal "La Razón", de La Paz, do qual Lonsdale é um dos sócios. O empresário foi sequestrado na segunda-feira e até ontem a polícia não tinha pista dos autores.

Bomba em Miami atinge Museu de Arte Cubana

Uma bomba explodiu ontem no Museu de Arte Cubana, em Miami, destruindo a fachada do edifício e alguns trabalhos expostos. O FBI informou que o ataque é o 17º realizado por extremistas anticomunistas nos EUA contra entidades que promovem as relações com Cuba.

Folha de S. Paulo A-7

(Internacional)

Concurso literário recebe inscrições até 31 de julho

O Concurso Literário Estado de Pernambuco recebe até o dia 31 de julho as inscrições para os nove prêmios que distribui este ano (oito para escritores pernambucanos e um prêmio especial nacional). Informações: Fundarpe, r. Benfica, 133, CEP 50720, tel. 228-3577, Recife, PE.

Folha de S. Paulo E-3

(Ilustrada)

ANEXO 3 (2)

***Acidente mata 3 e fere
38 pessoas no Paraná***

Um acidente envolvendo cinco ônibus de turistas e uma carreta Scania, na madrugada de ontem no Paraná, causou a morte de três pessoas e deixou outras 38 feridas. O acidente aconteceu à 1h30 no km 79 da PR-317, entre Piabiru e Campo Mourão (PR).

**Policia! do Garra
é preso e acusado
de contrabando**

Da Reportagem Local

A Corregedoria de Polícia Civil instaurou sindicância para apurar o envolvimento de policiais do Grupo Armado de Repressão contra Roubos e Assaltos de São Paulo (Garra) com contrabando, na região de Foz do Iguaçu (Paraná). A sindicância, promovida pelo delegado Guilherme Santana, começou com a prisão em flagrante do motorista policial do Garra, Aurélio Crepaldi, 47, há uma semana. Crepaldi foi preso pelo delegado da PF Ricardo Hoff Rocha, em Foz do Iguaçu, sob acusação de contrabandear aparelhos eletrônicos.

Folha de S. Paulo C-3
(Cidades)

ANEXO 4 (1)

Vitória islâmica na Argélia assusta ministra francesa

Das Agências Internacionais

Michelle André, vice-ministra dos Direitos da Mulher da França, disse ontem que a vitória dos muçulmanos fundamentalistas nas eleições municipais e regionais da Argélia, realizadas na terça-feira, lhe dá "calafrios na espinha". "As mulheres correm o risco de ter que suportar todo o peso da opressão islâmica", disse André.

Resultados parciais indicam que a Frente Islâmica de Salvação obteve 53% dos votos e a Frente de Libertação Nacional, 34%. A divulgação dos resultados oficiais finais estava prevista para ontem à noite em Argel (capital).

Folha de S. Paulo A-7
(Internacional)

MIS recebe em SP as inscrições para 6º Rio-Cine

Da Redação

O Museu da Imagem e do Som está recebendo as inscrições para o 6º Rio-Cine Festival, que se realiza de 15 a 22 de agosto no hotel Sheraton, no Rio de Janeiro. Poderão participar do evento as produções nacionais inéditas realizadas após julho de 1989.

O festival conta este ano com mostras competitivas de curtas e médias-metragens em 35 e 16 mm, vídeos U-Matic e VHS e filmes publicitários. As fichas de inscrição podem ser retiradas no MIS (av. Europa, 158, tel. 282-8074 e 280-0896, Jardins, zona sul) até 30 de junho.

Folha de S. Paulo E-3
(Ilustrada)

ANEXO 4 (2)

Greve de petroleiros paralisa três refinarias

Das Sucursais e correspondentes

O primeiro dia da greve nacional dos petroleiros paralisou a produção em três das 11 refinarias da Petrobrás, segundo o comando da categoria. Os petroleiros não fizeram a troca de turno nas refinarias em Paulínia (SP), Araucária (PR) e Manaus (AM). As refinarias de Mataripe (BA) e Capuava, em Mauá (SP), paralisaram anteontem, mas os funcionários voltaram atrás e retomaram o trabalho.

De acordo com o comando nacional de greve reunido em Curitiba, também paralisaram ontem os pólos de extração de petróleo em Carmópolis (SE), Guaporé (RN) e as duas plataformas de Macaé (RJ). Os petroleiros da baixada santista (SP) decidiram ontem pela paralisação. A proposta de greve foi recusada pelos funcionários da Refinaria Henrique Lage, em São

José dos Campos (SP), que fazem nova assembléia hoje.

Ainda vão realizar assembléias os petroleiros das refinarias de Duque de Caxias (RJ), Gabriel Passos (Betim—MG), Alberto Pasqualini (Canoas—RS), os de Pernabumco e do Ceará.

A greve é por tempo indeterminado, contra as demissões de funcionários feitas anteontem. O maior número de dispensas já levantadas pelos sindicatos ocorreu em Macaé (150), Salvador (65), nos pólos de extração no Rio Grande do Norte e Sergipe (65) e na Refinaria do Paraná, em Araucária (21).

A Petrobrás tem 70 mil funcionários, sendo 13 mil nas refinarias. A primeira previsão de demissões era de 16 mil, número que foi reduzido para 4 mil. A greve dos petroleiros foi adiada por duas vezes nas últimas três semanas à espera das listas de demitidos.

Folha de S. Paulo B-3 (Economia/Mercados)

ANEXO 4 (3)

Polícia diz que menina foi sacrificada em ritual

Da Sucursal de Salvador

A polícia da Bahia ainda não tem pistas do assassinato de uma menina de 15 anos encontrada morta anteontem no parque São Bartolomeu, na periferia de Salvador. O corpo foi achado em adiantado estado de decomposição e amarrado em forma de crucifixo. Nenhum documento foi encontrado.

O chefe da 4º Distrito Policial, Agenor Bonfim, disse que a menina teria sido "sacrificada em um ritual macabro". Segundo ele, o local onde o corpo foi encontrado é utilizado para "despachos e oferendas". Ele disse

que imagens de índios e outros tipos de oferendas, como galinha assada e um livro semelhante a uma bíblia, próximos ao corpo da menina reforçam a possibilidade de o crime ter ocorrido durante um ritual.

Ontem, os peritos do Instituto Médico Legal de Salvador ainda não tinham identificado o corpo. Pelo estado de decomposição do corpo, a polícia disse acreditar que a morte tenha acontecido há cinco dias. O laudo mostra a existência de hematomas no corpo e um corte profundo na garganta da menina. Segundo a polícia, ela vestia uma bermuda azul e uma camisa branca.

Folha de S. Paulo C-3 (Cidades)

ANEXO 5

Oferta diminui e preço da cocaína sobe em NY

De Nova York

A cocaína começou a escassear em Nova York. A cocaína vendida nas ruas da cidade está mais cara e menos pura que no ano passado, indicando que a disponibilidade da droga, depois de quase uma década em crescimento, está finalmente diminuindo.

De acordo com informações da polícia, o quilo de cocaína em Nova York subiu de US\$ 24 mil no ano passado para US\$ 35 mil este ano. No mesmo período, o nível de pureza da droga caiu de quase 90% para menos de 60%.

Para o Drug Enforcement Administration (DEA) —agência de

controle de drogas do governo—, os esforços na luta contra as drogas podem estar começando a dar resultado. Segundo Mark Hannan, do DEA de Nova York, ainda não é hora de cantar vitória, mas a crescente onda de cocaína que estava invadindo o país perdeu o seu ímpeto. Nos últimos anos, afirmou, os preços vinham caindo e a pureza aumentando, por causa da grande quantidade de cocaína no mercado. Agora, a “enchente” acabou. Segundo o DEA, indícios de menor disponibilidade de cocaína foram também detectados em Los Angeles (costa oeste dos EUA). (Marcelo Calliari)

Folha de S. Paulo C-1 (Cidades)

ANEXO 6 (1)

Ladrões roubam carro do vice-prefeito de SP

Da Reportagem Local

Dois homens armados de revólveres calibre 38, não identificados pela polícia, roubaram na última terça-feira, por volta da 1h, um Opala oficial azul, chapa branca, do vice-prefeito de São Paulo, Luiz Eduardo Greenhalgh. O carro estava estacionado à porta da casa de Greenhalgh, na rua Cristalândia, Alto de Pinheiros, zona oeste de São Paulo.

No momento do roubo, o segurança particular do vice-prefeito, o soldado da PM C.G., 26, estava dormindo dentro do carro. Além do Opala, os ladrões também levaram um revólver Taurus

calibre 38, de propriedade da Polícia Militar, e um rádio tele-comunicador H.P., com frequência para operar em todas as faixas utilizadas pelas polícias Civil e Militar de São Paulo. "Não tive tempo de ver nada", disse o soldado aos policiais do 14º DP de Pinheiros, onde foi aberto Boletim de Ocorrência.

A polícia informou que o Alto de Pinheiros é um dos bairros com maiores índices de roubo de carros. Segundo a Delegacia de Furtos e Roubos de Cargas e Veículos da Polícia Civil, é roubado em São Paulo um carro a cada cinco minutos e o índice de recuperação é de 30%. (CJT)

Folha de S. Paulo C-1 (Cidades)

Funcionários da Sharp têm aumento de 56%

Da Reportagem Local

A Sharp do Brasil concedeu uma antecipação salarial de 56% a partir de junho para seus 5.400 funcionários em Manaus (AM). O acordo foi negociado durante audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT-AM), depois de 14 dias de greve. A empresa também reintegrou 120 demitidos e concedeu garantia de salários até setembro para todos os trabalhadores.

O diretor-superintendente da Sharp, Ronaldo Alves Portella, 43, disse não saber se a empresa terá condições de absorver o reajuste sem repassá-lo aos preços. Argumentou que a Sharp poderá

enfrentar pressões nos custos dos insumos, por conta de antecipações salariais que os fornecedores também estão concedendo a seus empregados. "É uma questão complexa", afirmou.

Segundo o advogado do Sindicato dos Metalúrgicos, José Oliveira Barroncas, 32, as empresas de Manaus estão concedendo antecipações de 20% a 30%. Ele disse que já foram realizadas dez greves, quatro das quais em andamento (Philips, Semp-Toshiba, SMK e BSR), e previu mais paralisações a partir de segunda-feira. Os 60 mil metalúrgicos da região reivindicam 166,89%.

Folha de S. Paulo B-3 (Economia/Mercados)

ANEXO 6 (2)

Chiarelli discute com Tuma como fiscalizar

Da Sucursal de Brasília

O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, se reuniu ontem de manhã com o secretário da Polícia Federal, Romeu Tuma, para discutir a fiscalização das mensalidades escolares. Saiu do encontro adotando um discurso de ameaças: "Espero que todas as escolas cumpram a lei. Quem avisa amigo é".

De acordo com a lei, as escolas estão proibidas de praticar qualquer reajuste em suas mensalidades, mesmo nos meses em que houve reajuste salarial para os professores. A regra é válida para toda a rede de ensino parti-

cular do país, da pré-escola ao ensino superior.

Enquanto exige o cumprimento da lei, o governo deixa de fazer a sua parte: criar uma regra para a saída deste congelamento. O próprio Chiarelli chegou a elaborar uma medida provisória que permitia reajuste de mensalidades nos meses em que o reajuste salarial dos professores fosse obtido por dissídio coletivo. A medida não foi editada, deixando as escolas em situação curiosa: elas não podem dar nenhum aumento salarial para os docentes, sob pena de serem obrigadas a fechar, já que o aumento de custos nunca poderá ser compensado.

Folha de S. Paulo C-6 (Educação)

ANEXO 7

IV. Companhia Cinematográfica Vera Cruz: Origem imediata

Primeira Versão: Adalberto Kemeny¹

A participação da Rex Film e de seus proprietários — Adalberto Kemeny, Rodolfo Lustig e Desidério Gross — na fundação da Companhia Vera Cruz é o único vínculo formal que podemos estabelecer ligando a própria Vera Cruz com o velho cinema paulista dos pioneiros.

Rodolfo Lustig, cinegrafista húngaro, veio para o Brasil em 1922, e foi trabalhar na recém-fundada Independência Films, produtora de jornais cinematográficos. Em 1926, era o diretor técnico da firma, e mandou buscar na Europa seu amigo Adalberto Kemeny, também húngaro e cinegrafista, com quem havia trabalhado na Alemanha nos estúdios da EFA. Por volta de 1928, a Independência deixou de funcionar, e os dois amigos compraram a maquinaria da firma, fundando a Rex Film, que durante vários anos produziu documentários (inclusive o famoso *São Paulo, Sinfonia da Metrópole*), filmes de propaganda e atualidades cinematográficas. Com o início da produção de falados em São Paulo, Kemeny e Lustig passaram a trabalhar em filmes de enredo, como cinegrafistas e técnicos de laboratório; para Wallace Downey e Alberto Byinton, fotografaram *Coisas Nossas*, e para Capellaro, *O Caçador de Diamantes* e *Fazendo Fitas*. Em 1933, a Rex Film fundiu-se com a Rossi Film, formando a Rossi-Rex. Em 38, com a retirada do velho Rossi da firma, os húngaros admitiram um novo sócio, Desidério Gross. Durante esse tempo, a Rex Film se firmara como pequena produtora, modesta mas solidamente, e desenvolvera um setor de serviços de laboratório, que pouco a pouco foi suplantando a produção de naturais na atividade da firma. No final da década de 40, os húngaros já haviam abandonado inteiramente a produção, dedicando-se à revelação e copiagem de filmes, com um próspero laboratório instalado à Rua Jaceguai, não longe do TBC.

"Foi mais ou menos nesta época que surgiu a Vera Cruz", conta o Sr. Kemeny². "Conheço bem a sua história, porque acompanhei o desenvolvimento da companhia desde a idéia inicial até a derrocada. Aquela foi a mais séria de todas as tentativas de fazer nascer o cinema nacional a que eu assisti; houve outras, muitas outras, durante estes anos todos, mas nenhuma com tantas chances de dar certo. Antigamente, além de esforço e boa vontade, não havia um mínimo de condições. Com a Vera Cruz, as coisas mudaram de figura; as circunstâncias eram, talvez pela primeira vez, favoráveis: havia dinheiro a rodo, técnicos estrangeiros, instalações moderníssimas, bons atores, bons diretores, nada faltava. Mas tudo começou de modo inteiramente diverso.

"Meu sócio, Desidério Gross, tinha muita vontade de fazer filmes no Brasil, filmes de boa qualidade, que realmente pudessem equiparar-se aos filmes estrangeiros — e superá-los, perante o público, na medida em que fossem nossos, retratando a nossa terra e coisas que nos dissessem respeito. Mas não via grandes possibilidades de realizar seu plano. Um belo dia, foi assistir a uma representação teatral no TBC. *Arsênico e Alfazema*. Voltou entusiasmado com o espetáculo, com a interpretação de Cacilda Becker, com a direção de Adolfo Celi, com a montagem, os cenários, os figurinos, com tudo. Pela primeira vez via teatro no Brasil, teatro em alto nível, em moldes europeus. Um milagre acontecera, dizia Gross: surgido do nada, acabava de nascer o Teatro Brasileiro! As pessoas que haviam feito este milagre bem poderiam fazer um outro, criar o Cinema Brasileiro!

"O entusiasmo de Gross era contagiante, achamos, eu e Rodolfo Lustig, que talvez ele tivesse razão. Fomos os três falar com Celi, propor-lhe a realização de um filme em conjunto. A Rex forneceria todo o material e a maquinaria e se encarregaria dos trabalhos técnicos de filmagem e laboratório; enquanto a parte artística ficaria por conta de Celi e seus atores.

"Celi também se entusiasmou, e resolveu fazer um teste⁸. Os resultados foram surpreendentes. Apesar das circunstâncias pouco favoráveis — as cenas foram tomadas no palco do TBC, com o próprio cenário de *Arsênico e Alfazema*, sem condições para a gravação do som (tanto que tive de construir um pequeno aparelho especial para a dublagem, posteriormente), sem ensaios preliminares, os atores representando pequenas cenas que Celi inventava na hora — apesar disso, o teste saiu tão bom que o entusiasmo generalizado não teve limites.

"Mandaram chamar Franco Zampari para mostrar-lhe o filme. Zampari chamou Matarazzo. Matarazzo chamou Rheingantz, depois chamou outros e mais outros, e a cada um que via o filme o entusiasmo subia um ponto, até transformar-se em euforia desenfreada. Eu exibia o teste quinze, vinte vezes por dia.

"Planos mirabolantes começaram a se engendrar: a idéia inicial de Gross de montar um pequeno estúdio e uma sala de edição nos porões do TBC, e ali tentar, com os recursos razoáveis de que dispúnhamos, fazer filmes de boa qualidade, foi totalmente posta de lado. Pensava-se agora em termos grandiosos: espaço, Cavalcanti, estrangeiros, milhões, modernidade.

"Acho muito importante frisar a diferença que existiu entre o projeto inicial — produto das conversas de Celi e Gross, e do entusiasmo dos sócios da Rex e dos atores do TBC — e o posterior desenvolvimento desse projeto, produto da energia empreendedora de Zampari. A modesta produtora nos porões do TBC poderia ter sido um grande passo à frente para o cinema nacional, poderia ter tido continuidade; as nababescas instalações à margem da Via Anchieta foram um passo maior do que as nossas pernas."

**O DESERTO NO HOMEM DESERTADO
(REFLEXÕES SOBRE A CONCEPÇÃO CENOGRÁFICA DA TRAGÉDIA
FILOCTETES DE SÓFOCLES)**

Fernando Brandão dos SANTOS**

RESUMO: O presente trabalho apresenta um estudo sobre o Filoctetes de Sófocles, a partir da concepção cenográfica proposta pelo texto. Como o texto de teatro grego não apresenta o texto secundário, que marca entradas e saídas de cena, expressões corporais ou qualquer informação sobre o cenário, é necessário examinar cuidadosamente todas essas indicações no próprio texto. O exame do cenário do Filoctetes possibilita uma leitura da interioridade das personagens.

UNITERMOS: Tragédia grega; teatro grego; cenografia; Filoctetes; estudo lingüístico sobre o cenário do Filoctetes.

Aristóteles, em seu tratado sobre a poesia, considera a cenografia algo secundário, assim como tudo o que consideramos hoje espetáculo (Butcher, 3, p. 49; 1, cap. 14, 1453b, p. 48).

Não entraremos neste trabalho nas recentes discussões sobre o papel da escrita e do texto escrito na cultura grega (5); estudos recentes discutem-no, como, por exemplo, os estudos de Jesper Svenbro (9). Neste momento, desejamos apenas colocar em questão a concepção cenográfica do *Filoctetes*, de Sófocles, opondo-nos, de certo modo, ao que apregoa Aristóteles. Na verdade, a construção espacial, a partir da construção cenográfica, pode intensificar, contribuir mesmo com a construção dramática, com a ação (6).

É preciso, no entanto, notar que nas outras tragédias de Sófocles, das que chegaram até nós, a ambientação cênica tem espaços definidos, que marcam somente um fluxo de vida civilizada, isto é, o simples espaço em que a ação toma forma, ganha corpo, e se impõe prevalecendo sobre outros aspectos – não mais que isso.

Assim, em seu *Ájax*, Sófocles ambienta a ação em uma praia, entre tendas dos

* Este trabalho foi apresentado no “XI Simpósio Nacional de Estudios Clássicos”; Rosário, Argentina (17 a 22 de setembro de 1990).

** Departamento de Lingüística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP 14800 – Araraquara – SP.

guerreiros *gregos* no acampamento troiano. Num outro momento da ação dramática, marcando o afastamento do herói Ajax, o espectador é conduzido a um lugar deserto da praia, com um arbusto em cena, atrás do qual jaz o corpo morto de héroi*. A *Electra*, o *Édipo-Rei*, a *Antígona* e as *Traquíneas*, têm como cenário os palácios reais. *Édipo em Colono* tem como cenário um bosque consagrado às Eumênides, na cidade de Atenas. Naturalmente, em cada uma das peças, apresentam-se diferenças fundamentais na concepção cênicas, mas em nenhuma delas o espaço físico será tão solidário com o desenvolvimento da ação dramática como em *Filoctetes* e, de certo modo, igualmente no *Édipo em Colono*. Há uma explicação plausível, dada pelo estudioso do drama trágico John Jones: nas últimas tragédias de Sófocles pode-se observar o relaxamento da tensão dramática em função do aumento da importância da espacialidade (7, pp. 219-20).

Sabemos que toda a ação do *Filoctetes* se passa em Lemnos, uma ilha a nordeste da Grécia, no caminho para Tróia. Como Sófocles teria proposto um cenário para sua peça? A primeira resposta que nos vem é que não temos essa informação já que os tragediógrafos não se ocuparam em deixar um segundo texto, um texto secundário, com as indicações sobre uma possível montagem do espetáculo, com as marcações de entrada e saída de atores, gestos ou expressões corporais esperadas para um dado momento, indicações de idumentárias nem mesmo anotações sobre a composição e/ou montagem do cenário.

Na verdade, tudo o que temos nas mãos, quando trabalhamos com um texto trágico, é o próprio texto e tudo o que se afirma a seu respeito, se não estiver ancorado nele, são apenas conjecturas.

É certo que Aristóteles, por exemplo, nos informa que Sófocles teria inovado neste particular. A *skēnographia* a que se refere Aristóteles, quando afirma que Sófocles não só teria aumentado o número de atores, de dois para três, e que também teria criado a cenografia, não é o que hoje entendemos por cenário. H. C. Baldry ajuda-nos a ver que não é possível pensar com este termo mais que uma pintura (*graphia*) na construção armada (*skēn*) atrás do proscênio (2, pp. 76-101).

A partir da abordagem de H. C. Baldry pode-se concluir que o cenário de uma tragédia *grega* pode ser algo mais simples do que supomos, ou, melhor dizendo, pode-se concluir que o público no século V a. C. deveria usar imaginação, como nós hoje, para compor o espetáculo sugerido pelo texto verbal. Talvez, seja a isso que alude Aristóteles em sua análise das partes do espetáculo trágico. Entretanto, se visualmente a montagem cênica tem pouca importância, qual seria a importância do estudo da concepção cênica de uma peça qualquer ou especificamente do *Filoctetes*? Não seria suficiente afirmar que a cena, ao invés de um palácio, apresentaria o desenho de uma caverna – e aqui não importa muito a discussão se há uma ou duas bocas visíveis ao espectador, proposta pelo estudioso W. J. Woodhouse (15, pp. 244), com o mar ao fundo, em perspectiva, algumas rochas etc.? A resposta seria sim, se ape-

* Cf. *Ajax*, v. 892 e seqüência (12).

+ “(...)πρ ε τ ς δ̄ και σκηνογραφία ν Σοφο κ ρ ς.” (1, 1449a, 18-19, P.35)

nas o espaço físico na peça fosse uma simples referência de ambientação cênica. No entanto, o que se verifica é que nesta peça de Sófocles o espaço ganha uma dimensão mais profunda, integrando-se a ação de modo econômico.

O primeiro ponto para o qual chamamos a atenção é o fato de Lemnos aqui ser caracterizada como uma ilha desabitada. Sabemos que no texto de Ésquilo e no Eurípides, tratando sobre o mesmo herói, ao contrário, a ilha é habitada e seus habitantes compõe o coro. O isolamento de Filoctetes, criado por Sófocles, por dez anos na ilha proporciona ênfase a um outro espaço que é o espaço da precariedade, o da construção de um imaginário que ressalta a selvageria, a solidão, o confinamento moral, social e religioso.

Já no Prólogo enfatizam-se as características do lugar, pois as primeiras palavras da peça referem-se à ilha:

“Este é o cabo de terra cercada pelo mar,
Lemnos, por mortais não pisado nem habitado.”
(vv.1-2)(10)

Com essas palavras de Odisseu o espectador é levado de imediato a um lugar imaginário que não é o espaço de um tempo passado, um passado mais glorioso que o presente, tão comum nas tragédias áticas, dos tempos em que uma aristocracia guerreira dominava, mas é a um cabo de terra, um promontório, uma saliência cercada por água, portanto, a um espaço de isolamento em que se verifica a ausência de comunicação.

A seqüência do Prólogo mostra que Odisseu busca, através do olhar de Neoptólemo, uma rocha de dupla boca, uma gruta ambicavada. Procura ainda mais: uma fonte de água potável; na verdade, procura sinais mínimos da existência precária que Filoctetes leva nos dez anos de abandono pelos seus companheiros de guerra. Encontrada a tal caverna, o olhar do público, conduzido pelo olhar de Neoptólemo, examina o interior da caverna, procurando tudo o que há dentro. A habitação está vazia mas aparecem indícios de uma ocupação humana; o tesouro do herói resume-se a folhas amassadas para dormir, uma taça tosca de madeira maciça, gravetos e trapos cheios de pus. Assim, a ilha, que tomada em seu conjunto, não tem o que se poderia considerar como unidade mínima para a composição de uma *pólis*, a caverna não pode ser considerada uma casa, um *oikos*. Os únicos indícios de vida humana na ilha não constituem o que o homem grego do século V. a. C. entendia por habitação, com espaços divididos segundo as necessidades, os costumes e em cujo centro, sem dúvida, havia um altar, o fogo à deusa Héstitia. Ao contrário, as palavras de Neoptólemo mostram uma habitação que no olhar do homem do século V era sinal de algo primitivo, símbolo mesmo de um estágio anterior da humanidade, de um tempo selvagem em que o homem também asselvajado não é capaz de construir o seu espaço mas habita em espaços naturais, em cavernas. Os trapos, imediatamente associados ao estado doentio de Filoctetes, realçam o espetáculo de horror e repelência e constituem-se na evidência incontestável de sua permanência no local, neste lugar deserto, e na evidência cabal do abandono do homem, desertado em um deserto pelos seus iguais.

O coro, composto por marinheiros que acompanham Odisseu e Neoptólemo na tentativa de resgate, ao entrar em cena também menciona sua curiosidade em conhecer o lugar em que vive Filoctetes. No entanto, a curiosidade do coro prende-se mais a razões práticas: assim como Odisseu, e mesmo preso ao seu projeto (*sóphisma*), quer evitar ser surpreendido por Filoctetes.

A habitação de Filoctetes, antes da entrada dos marinheiros, recebe diversos nomes: rocha de dupla boca (*dýstomos pétra* v. 16), gruta ambicavada (*amphitrētos aultou* v. 19), caverna (*ántron* v. 87) e também o nome de resistência (*mélathron* v. 147 e *aulás* v. 153). É chamada também de *oikos* (v. 159) e *stégē* (vv. 286, 298). Mas para Filoctetes, quando convida o jovem a entrar na caverna diz:

“Partamos, filho, após nós dois termos saudado por dentro a inabitável habitação (...)”

(vv. 532-34)(1C)

Suas palavras não oferecem equívocos: *aoikon eisokesin* é o lugar em que vive. Não se pode esquecer que este espaço de sobrevida, no mundo *grego*, também é a figuração do mundo invisível, subterrâneo, ligado a divindades ctônicas.

A dupla entrada da caverna, independentemente de qual o arranjo cenográfico que se possa dar à peça*, isto é, quer seja visível para o público, quer não, pode estabelecer uma forte conexão com o caráter de Filoctetes. Sendo um herói da mesma estatura dos grandes guerreiros de combate (Pátroclo, Ájax, Aquiles, por exemplo), vive longe de seus iguais, e está, assim, civicamente morto. Mantém-se entre animais selvagens em uma situação limite entre o mundo humano e o mundo selvagem. Esse contraste ganha mais ênfase quando se refere, no texto, a seu regime alimentar. O termo usado para designá-lo é literalmente pasto para animal (*phorb s* v. 162).

O anúncio da entrada de Filoctetes feito pelo coro (vv. 210-218), além de completar o quadro esboçado no Prólogo e continuado no Párodo, completa o desenho do cenário, e as primeiras palavras de Filoctetes assemelham-se às primeiras palavras de Odisseu, pois se referem justamente ao espaço em que vive:

“Oh, estrangeiros!
Quem sois que a esta terra nem boa de porto
nem habitada aportais com remo?”

(vv. 219-21)(10)

Se o lugar, a terra (*chthōn* no Prólogo e agora *gē*) não é habitada, nem pisada, nem boa de porto, o que se dirá do único homem que nela habita? O herói tem consciência de seu aspecto asselvajado, repugnante (v. 226) e pede aos estranhos que não se afastem dele por medo.

* Para Woodhouse, Filoctetes entra em cena por uma das aberturas da caverna e não pelo Párodo ou pelo Parakenion (15, p. 244). T. L. B. Webster tem outra concepção sobre o cenário (11, p. 8).

Depois de trocarem identidades, Filoctetes narra ao jovem seu primeiro dia em Lemnos, que será igual a todos os outros (vv. 279-80). O crescimento da idéia de solidão ultrapassa a espacialidade e atinge a personagem, o homem em seu isolamento. Outra dor, além da dor física, começa a aparecer. O abandono por causa de sua doença imprime-lhe também uma dor moral. Na verdade, a primeira carência de Filoctetes não é a da necessidade de cura, mas a falta do elemento humano solidário a seu sofrimento. A essa falta outras vão se somando, carências de elementos básicos mesmo para a manutenção da vida. De guerreiro nobre, membro da aristocracia, Filoctetes passa a ser uma espécie de caçador primitivo, tendo como único instrumento as armas herdadas de Hércules. Suas necessidades resumem-se na busca de alimento, que são animais caçados por suas poderosíssimas flechas, na busca de água e na obtenção de fogo.

O fogo, como chama a atenção C. Segal, também tem duplo aspecto. Ora é um elemento destrutivo, ligado às paixões animais, ora é um elemento de salvação, índice mínimo de civilidade (8, p. 307). Filoctetes deseja ser queimado vivo, como Hércules (vv. 986-88), e aqui aparece o fogo como elemento destrutivo porque só se configura como um modo de escapar aos sofrimentos que o viver lhe impõem; é, no entanto, o fogo divino, cujo controle escapa ao homem, vindo das profundezas da ilha, manifesta-se como vulcão. O fogo salvador surge como a aparição do que é invisível (*éphēn' áphanton phōs* v. 297) e é sobretudo o sinal de uma técnica humana que, apesar de primitiva, estaria em oposição ao fogo natural, vindo das profundezas da terra. O fogo "tecnológico", produzido pelo artifício (*technē*), é utilizado como um benefício. Lembre-se que Lemnos é por excelência a ilha de Hefesto.

Quando Hércules surge na cena em uma aparição divina, epifânica, a única palavra a respeito do lugar é que "a ocasião e a maré pressionam fortemente a popa" (vv. 1450-51). Em sua vinda, Hércules produz transformações: "(...) até o momento final da peça, Lemnos é uma terra desabitada de homens, o país da natureza selvagem e feroz, o país das aves de rapina e de feras (...) mas é a uma terra pastoril que Filoctetes diz adeus, mesmo se recorda que aí sofreu, não que ela tenha se tornado 'civilizada', mas a selvageria, por assim dizer, mudou de signo (...) As ninfas substituem os animais selvagens. É todo um mundo úmido que surge." (14, p. 189)

O coro, neste Êxodo, endossa as palavras de Filoctetes. Mas o que teria provocado essas mudanças? A resposta é a intervenção de Hércules, que, por assim dizer, reordena este mundo primitivo em desordem. Ao mesmo tempo em que coloca tudo em uma nova ordem (o arco em sua função guerreira, a parceria de Filoctetes com o jovem Neoptólemo), transforma a disposição interior de Filoctetes. Assim, transformados os homens e suas disposições interiores, o espaço parece acompanhá-los em sua transmutação.

Se atentarmos para o fato de que Lemnos, como nos lembra Sir Richard C. Jebb, na época da primeira apresentação do *Filoctetes*, era uma possessão de Atenas e que era do conhecimento de todo o público presente no teatro que Lemnos tinha excelentes portos, entendemos que Sófocles cria um espaço especial para o seu Filoctetes. (13, p. xxx) Um não pode ser pensado sem o outro. C. Segal vê em Lemnos "um mi

crocosmo da selvageria que o homem primitivo combate, um ambiente hostil; um lugar em que um ente antigo morre e renasce e, uma nova ordem do mundo é simbolicamente reabilitada.” (8, p.294) Acontece, entretanto, que Filoctetes não é um homem primitivo. Se ele representa um passado, é um passado glorioso, pois pertence à aristocracia guerreira. Encontra-se, sim, abandonado, asselvajado pelas circunstâncias que o envolvem.

Toda a configuração selvagem da ilha, como demonstrou Albert Cook, faz parte de um triângulo em cujo ápice está Tróia, em cuja base está, de um lado a outro, a pátria de Filoctetes e em cada um dos lados ficam Lemnos e Ciros. (4, p. 82) No entanto, a nosso ver, Lemnos é o ponto de convergência e divergência de todos os outros espaços sugeridos ou referidos na peça. O campo de batalha, Tróia, é um pano de fundo, uma *pólis* revestida de seu aspecto guerreiro. O domínio familiar está representado por Ciros e por Eta, lugares de origem de Neoptólemo e de Filoctetes. Lemnos é o ponto de afastamento de todos os outros espaços mas também, na ação da peça, o ponto de aproximação de todos eles. A figuração do espaço assim entendida tem desdobramentos. Odisseu vem de Tróia, seus projetos visam a conquista de Tróia. Neoptólemo passa por Tróia mas vem de Ciros e traz para Filoctetes a evocação do passado; efetivamente busca a glória guerreira em Tróia. Filoctetes catalisa os dois outros espaços dos quais está ausente. Deve ir a Tróia, quer ir para casa. Está em Lemnos. O seu olhar para Lemnos é o mesmo que tem para si. Seu lugar, até que o deus amigo apareça, é o mesmo de dez anos, o lugar de isolamento de uma vida cívica, religiosa e afetiva.

SANTOS, Fernando Brandão “The desert in the deserted man (Reflexions about the scenographic conception of Sophocles’ *Philoctetes*”. *Alfa*, São Paulo, v. 35, 161-167, 1991.

ABSTRACT: This paper presents a study on Sophocles’ Philoktetes, from the scenographic conception, given by the text. As the Greek theater text does not present a secondary text that signs entrances and exits of scenem corporal expressions, or any information about scenery, it is necessary to examine carefully all these indication given in the text itself. The examen of Philoktetes, scenery makes possible a reading of the inner disposition of personage.

KEY-WORDS: Greek tragedy; greek theater; scenography; Philoktetes; linguistic study on Philoktetes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARISTOTE. *Poétique*. Texte établi et traduit par J. Hardy, Paris: Belles Lettres, 1932.
2. BALDRY, H. C. *I greci a teatro*. trad. Herbert W. e Marjorie Belmore, Bari: ed. Laterza, 1984.
3. BUTHCER, S. H. *Aristotle’s theory of poetry and fine Art*. 4. ed., New York: Dover Publications, 1951.

4. COCK, Albert "The patterning of effect in Sophocles' *Philoctetes*. *ARETHUSA*, v. 1, n. 1, p. 82-93, 1969.
5. HAVELOCK, Eric A. *Preface to Plato*. Cambridge/Cambridge, 1983.
6. INGARDEN R. et al. *O signo teatral, a semiologia aplicada à arte dramática*. Porto Alegre: Globo, 1977.
7. JONES, John *On Aristotle and Greek tragedy*. London: Chatto and Windus, 1980.
8. SEGAL, Charles. *Greek tragedy and civilization, an interpretation of Sophocles*. London: Harvard University Press, 1981.
9. SVENBRO, Jesper *Phrasikleia, anthoropologie de la lecture en Grèce ancienne*. Paris: Éditions La Découverte, 1988.
10. SOPHOCLE *Philoctete – Oedipe à Cologne*. Texte établi par Alphonse Dain et traduit par Paul Mazon, Paris: Belles Lettres, 1974.
11. SOPHOCLES *Philoctetes*. Cambridge: University Press, 1970.
12. SOPHOCLES *Sophoclis Fabulae*. Oxford: Clarendon Press, 1984.
13. SOPHOCLES *Part IV, The Philoctetes*. Cambridge: University Press, 1908.
14. VERNANT, Jean-Pierre, VIDAL-NAQUET, Pièrre. *Mito e Tragédia na Grécia antiga*. Trad. Anna Lia de Almeida Prado, Filomena Yoshie Hidrata Garcia e Maria da Conceição Cavalcante, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.
15. WOODHOUSE, W. J. The scenic arrangements of *Philoctetes*, *Journal of Hellenic Studies*, v. 32, 1912.

INTERESSES E MOTIVAÇÕES PARA A LEITURA: ALGUNS PONTOS A SEREM DISCUTIDOS

Eunice Lopes de Souza TOLEDO*

RESUMO: O presente trabalho pretende fornecer algumas reflexões no sentido de repensar o ato de ler do jovem adolescente, remetendo-se a alguns trabalhos práticos de profissionais da área da educação. Apresenta como sugestão para o levantamento de interesses e motivações junto desse jovem, um recurso chamado "diálogo". Fornece, também, uma visão geral do papel que a literatura atual pode representar em sua prática de leitura.

UNITERMOS: Leitura; interesse; motivação; diálogo; adolescente.

INTRODUÇÃO

São vários os fatores que levam um jovem a dedicar seu tempo, mesmo que em pequenas proporções, à prática da leitura.

Analisando uma série de pesquisas e trabalhos práticos realizados na área da leitura, Bamberger (2, p. 32-33) verifica que a maioria desses trabalhos apresenta as mesmas conclusões no tocante a interesses e motivações. Vamos rever resumidamente tais conclusões:

- a) "A primeira motivação para ler é simplesmente a alegria de praticar habilidades recém-adquiridas, o prazer da atividade intelectual recém-descoberta e do domínio de uma habilidade mecânica";
- b) "desenvolvimento de aptidões, expansão do 'eu'";
- c) "formação de uma filosofia da vida, compreensão do mundo que nos rodeia";
- d) "prazer ao encontrar coisas e pessoas familiares (histórias ambientais) ou coisas novas e não-familiares (livros de aventuras), desejo de fugir da realidade e viver num mundo de fantasias (contos de fadas, histórias fantásticas, livros utópicos), necessidade de auto-afirmação, busca de ideais (biografias), conselhos (não-ficção), e entretenimento (livros de esportes) etc." (Bamberger, 2, p. 32-3).

No Brasil, as conclusões encontradas em trabalhos sobre leitura são bastante semelhantes às discutidas por Bamberger.

* Departamento de Linguística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 19800 – Assis – SP.

Em pesquisa realizada em Belo Horizonte, Minas Gerais, Rabello et al. (5, p. 41) concluem que seus jovens informantes demonstram não apenas uma necessidade de aumentar conhecimentos e desenvolver valores morais, através da leitura efetiva, mas, também, buscaram o prazer, a diversão, a fuga da realidade, a fantasia, através do alto índice de preferência por histórias em quadrinhos, motivados pelo “grande apelo visual e grande dinamismo, as cores, os quadros, os balões”, pela “linguagem oral e pitoresca”, pelas “aventuras cheias de humor e otimismo, personagens interessantes ou heróicos” etc.

Através de uma pesquisa realizada com alunos de 4ª a 8ª séries, em Porto Alegre, Aguiar (1, p. 5) conclui que o informante, apesar de perceber a importância do livro para seu desenvolvimento pessoal, apresenta um interesse paralelo e bastante acentuado por histórias em quadrinhos em busca de aventuras, do imaginário, da fuga da realidade etc.

Segundo a autora, “os assuntos preferidos passam de animais, fadas e religião para amor, ficção científica, humorismo e policial, permanecendo, entretanto, um interesse constante por aventuras”.

Quanto à estrutura da narrativa, “os interesses evoluem de histórias que se passam no futuro, em lugares próximos e determinados, com predomínio de personagens não humanas (sobretudo seres sobrenaturais), para histórias que se passam nos dias atuais, em lugares distantes e imaginários, com predomínio de personagens humanos jovens” (Aguiar, 1).

Pode-se notar, através das conclusões dos trabalhos citados acima, que o jovem, apesar de sentir-se estimulado, durante o ato da leitura, por aventuras, cores fortes, dinamismo, não se distancia de todo de seu papel de jovem, de ser humano dentro da sociedade em que vive. É como se ele buscasse sempre uma fonte de inspiração para seus pensamentos e ações: inicialmente, nos heróis utópicos de histórias fantásticas e mais tarde, em personagens jovens ou mesmo velhos, porém humanos como ele, que, de uma forma mais real, acabam superando os obstáculos e “vencendo na vida”. Desta forma ele vai descobrindo o mundo, os outros e a si mesmo.

A FAMÍLIA E A ESCOLA FRENTE AO PROCESSO DE LEITURA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Em relação à leitura, cabe aos pais, à sociedade e, principalmente, à escola orientar essa evolução com leituras apropriadas que auxiliem a criança e mais tarde o jovem no desenvolvimento de uma personalidade equilibrada, que lhe permita, entre outras coisas, integrar-se, sem grandes dificuldades, na sociedade em que vive.

Segundo Bamberger (2, p. 31), “o que leva o jovem leitor a ler não é o reconhecimento da importância da leitura, e, sim, várias motivações e interesses que correspondem à sua personalidade e ao seu desenvolvimento intelectual”.

Com o levantamento de alguns interesses e motivações gerais em sala de aula, cabe ao professor, entre outras coisas, promover “o desenvolvimento de interesses de leitura capazes de durar a vida inteira” (Bamberger, 2, p. 31).

SUGERINDO UM CAMINHO

Quando se trabalha com jovens em pleno desenvolvimento físico e emocional, ou seja, com adolescentes, deve-se insistir em fortalecer, a meu ver, duas motivações em especial, quais sejam: o “desenvolvimento de aptidões, expansão do eu” e a “formação de uma filosofia de vida, compreensão do mundo que nos rodeia”, conforme expostas por Bamberger em citação anterior.

Tais interesses ou motivações são, no meu entender, o “carro-chefe” do crescimento interior do jovem adolescente e uma das mais fortes possibilidades que ele encontra de bem direcionar sua personalidade, através do desenvolvimento do espírito crítico e da capacidade de observação do mundo, comparação e diferenciação entre a fantasia e a realidade, o certo e o errado, o bem e o mal, entre outros.

É claro que, para que isso aconteça, o aluno precisará de ajuda. Desta forma, o nosso professor não poderá continuar sendo a figura autoritária, moralista e despreparada que vem, de geração em geração, educando “as crianças do nosso país” (França, 4, p. 31).

Nos processos de leitura, considero que diálogos bem direcionados, antecedendo e seguindo-se às leituras dos textos em sala de aula, são as ferramentas mais apropriadas para se atender a esses empreendimentos conjuntos entre professor e aluno. O uso de tais ferramentas causará, sem dúvida, uma mudança na maneira de ver e sentir a educação, tanto por parte do professor como por parte do aluno.

Neste momento, faz-se necessário verificar de que maneira podemos sentir a literatura a que esses mesmos professores e alunos deverão ter acesso durante o processo de transformação e ajuda mútua.

Segundo Bragatto (3, p. 14), “pode-se ler o mundo e os livros, resgatando-se neles e com eles os verdadeiros valores do homem”.

O autor conclui, depois de analisar algumas obras literárias atuais para jovens e crianças, em comparação à literatura tradicional, que “ao conformismo existencial e social se opõe o analisar sobre o porquê de as coisas – as desigualdades – serem assim em família e em sociedade, substituindo-se a passividade diante dos fatos por uma atitude ativa de inteligência dos mesmos e de ação perante e na realidade. Ao dirigismo social maior, personificado pelo rei que tudo ‘pode saber’ ou pelo pai que tudo ‘pode mandar’, se apresenta um saber e um poder de todos, construídos pela consciência coletiva dos fatos da vida, por um conhecimento desses fatos que brota do diálogo, por participação de todos na organização da vida. Ao didatismo, valorização do saber que vem apenas da escola e dos mestres, por isso evitado de autoritarismo e da erudição bolorenta, se contrapõe a inventividade, a imaginação e a descoberta curiosa e emotiva de coisas, vidas e mundos diante das mais variadas situações” (Bragatto, 3, p. 12).

Além disso, o autor vê destacada nas obras atuais “a valorização do velho, homem ou mulher, que se apresentam, em muitas obras, como uma figura humana com ânsia de viver e de partilhar o vivido, de continuar a construir-se como sujeito e de construir o mundo” (Bragatto, 3, p. 12).

Se a evolução da literatura para crianças e jovens é algo que salta aos olhos, através de mensagens mais reais e humanas e através da adoção de novos valores sociais, realmente não se pode mais admitir, sob qualquer hipótese, que o professor permaneça anestesiado diante das transformações sociais e das exigências cada vez maiores da juventude, e continue a administrar aulas em que o ponto central não seja o diálogo e sim o autoritarismo que vem, há muito, caracterizando a formação de uma sociedade preparada para o silêncio. O professor precisa aprender e ensinar sobre a importância do diálogo e da reflexão. Ele precisa ver e sentir as necessidades e as dificuldades de seus alunos e junto deles refletir e debater sobre os caminhos que poderão ser seguidos em busca de soluções.

Faço minhas as palavras de Bragatto (3, p. 14) que dizem:

“Uma literatura bem construída, utilizada na escola, não como método ou instrumento de pedagogia – mas como mundivisão – e uma leitura bem conduzida dessa produção literária – leitura de mundos e valores – podem facilitar o objetivo máximo da educação, a crítica dos valores dominantes no contexto social e eleição e cultivo de outros valores, desejáveis para a transformação do homem e da sociedade”.

Gostaria de lembrar, finalmente, que esse trabalho de leitura calcado no diálogo e na reflexão, desenvolvido em conjunto entre professor e aluno, não exige, em absoluto, uma literatura especializada e nem tem como objetivo único cultivar apenas as duas motivações que considere principais no desenvolvimento do adolescente e na formação de um bom leitor. Tudo o que motiva o aluno à leitura e que faz parte de seu raio de interesse pode e deve ser valorizado e explorado pelo professor. Este deve tentar descobrir: 1 – “os impulsos e interesses dominantes do jovem leitor” e, a partir daí, disputar o prazer e a utilidade da leitura, sem desprezar as “idades de leitura” psicológicas”, pelas quais passam os indivíduos durante seu desenvolvimento físico, mental e emocional (Bamberger, 2, p. 33); 2 – as diferenças determinadas pelo sexo; 3 – as diferenças determinadas pelas expectativas do leitor diante do texto; ou 4 – as necessidades individuais determinadas pelas fases de desenvolvimento do ser humano, uma vez que todos esses fatores são determinantes de motivação e interesses pela leitura em geral.

TOLEDO, E. L. S. Interests and motivations for reading: some subjects to be discussed. *Alfa*, São Paulo, v. 35, 169-173, 1991.

ABSTRACT: This paper is meant to present some ideas, intended to evaluated the reading behavior of adolescent, referring to some practical research of education experts. It suggests the dialogue as a resource to raise the interests and motivations of learner. This paper offers a general insight into the role that the literature of today represents in his or her reading practice.

KEY-WORDS: Reading; interest; motivation; dialogue; adolescent.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AGUIAR, V. T. “*Interesses de leitura: diagnóstico de uma realidade*”. Dissertação (Mestrado) – resumo. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, PUC, [s. d.].
2. BAMBERGER, R. “*Como incentivar o hábito de leitura*”. São Paulo: Ática, 1975.
3. BRAGATTO, P. F. “Valores e valores na atual literatura brasileira para crianças e jovens. *Leitura: Teoria & Prática*. Campinas: Associação de Leitura do Brasil, v. 5, n. 7, p. 11-14, jun., 1986.
4. FRANÇA, E. E. Quando a leitura do outro precede a leitura do texto: exercício de criatividade pedagógica. *Leitura: Teoria & Prática*. Campinas: Associação de Leitura do Brasil, v. 5, n. 7, p. 28-32, jun., 1986.
5. RABELLO, O. C. P. et al. A biblioteca e a leitura de crianças e jovens. *Leitura: Teoria & Prática*. Campinas: Associação de Leitura do Brasil, v. 5, n. 7, p. 36-41, jun., 1986.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- PONDÉ, G. M. F. Como despertar o prazer da leitura. *Leitura: Teoria & Prática*. Campinas: Associação de Leitura do Brasil, v. 2, n. 1, p. 13-16, abr., 1983.
- YUNES, E. “A leitura e o despertar do prazer de Ler”. *Leitura: Teoria & Prática*. Campinas: Associação de leitura do Brasil, v. 4, n. 6, p. 10-14, dez., 1985.

O LÉXICO DO “RIBEIRINHO” AMAZÔNICO: UM EXEMPLO DE SUSTENTAÇÃO E EXPANSÃO DE VALORES

Devino João ZAMBONIN*

RESUMO: A análise do léxico específico do ribeirinho põe-nos em contato não só com a prática sócio-cultural que faz desse grupo social um grupo diferenciado de forma marcante, como também nos proporciona o conhecimento de sua dinâmica interna num espaço e tempo determinados. O campo Léxico das crenças mostra-nos como o caboclo amazônico se relaciona com o sobrenatural: encara-o como algo sempre presente em sua vida, é inclinado a lhe atribuir valor prático e se apresenta como indispensável à sua sobrevivência.

UNITERMOS: Sócio-cultural; campo léxico; brasileirismo; ribeirinho; crença; sobrenatural.

“Pour Sapir, seul ‘le lexique’ d’une langue est organisateur de l’expérience du peuple qui la parle” (1)

Nossa intenção, aqui, não é expor um conjunto acabado de idéias, mas apresentar apenas algumas conclusões, fruto de uma pesquisa maior (a) em que incluiu levantamento, enquadramento em Campos Léxicos, descrição e explicação de uso específico de uma determinada região – a amazônia brasileira – e retratados nas obras *Matupá, Puçanga, A Mata Submersa e Histórias da Amazônia* do escritor regionalista amazônico J. Peregrino R. F. Junior, reunidas mais tarde, em uma única publicação, por nós consultada, sob o título *A Mata Submersa e outras histórias da Amazônia* (b).

As obras têm como cenário a região denominada baixo amazonas e suas narrativas, no gênero de histórias curtas, retratam os “ribeirinhos”.

* Departamento de Lingüística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800 – Araraquara – SP.

(a) Refiro-me à pesquisa *Léxico Específico e Cultura Regional – um exemplo amazônico*, apresentada como tese de doutoramento, junto ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Línguas Indígenas – USP, sob a orientação do Prof. Dr. Erasmo d’ Almeida Magalhães.

(b) O fato de usarmos um texto literário como *corpus*, de onde os dados lingüísticos foram colhidos e analisados sob ângulo específicos, mostra aspectos outros de interpretação que não os de pura análise literária.

Vivendo em pequenos povoados, em “sítios” ou em “freguesias”, ou espalhados pelas barrancas dos igarapés, os “ribeirinhos” têm como ponto de convergência o *barracão* ou o comércio das pequenas vilas ou cidades, onde, normalmente, residem os “patrões” e os donos de *casas de aviamento*.

Ambiente geográfico, técnicas utilizadas na exploração de bens de subsistência, forte contingente indígena em seu passado, dificuldades de meios de comunicação, períodos intermitentes de avanço e domínio luso, métodos utilizados de desculturação indígena e aculturação lusa, instabilidade e rarefação demográfica apresentam-se como alguns fatores importantes na configuração da cultura dominante no vale amazônico.

Ao lado desses fatores de natureza extralingüística, encontram-se, no falar do “ribeirinho”, expressões lingüísticas indígenas, influência direta da dominância indígena na região e da utilização da *língua franca* – o *nhengatu* – como meio de comunicação, desde os princípios do século XVIII, entre as diferentes tribos e famílias indígenas/missionários, soldados e colonos e que ainda hoje, os missionários salesianos a usam em sua vivência com as diversas tribos da região do Uaupés (alto Rio Negro).

Infere-se dos textos de onde os brasileirismos foram extraídos, que o Autor tenta retratar uma realidade dos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, etapa esta, por conseguinte, pertencente ao chamado 3º período do processo de formação cultural da região. Esse período é fruto de um processo histórico iniciado na segunda década do século XVII, quando o nativo, sob a influência e controle do colonizador, é forçado a se integrar à sociedade colonial. Após a expulsão dos jesuítas, em 1759, a região adquire certa autonomia administrativa, e os ameríndios, já mais adaptados às novas exigências e padrões culturais, fundem-se na sociedade mameluca emergente. A região, contudo, entrará em períodos de decadência após a revolta nativista, só se reerguendo com a descoberta do processo de vulcanização do látex. Tanto o caboclo amazônico quanto os migrantes nordestinos passam, assim, a se dedicarem à extração da seringa. Por volta de 1912, essa economia extrativista, por força da concorrência inglesa, entra em fase de estagnação e decadência. As obras de PJ, retratam setores da vida do homem ribeirinho dessa última fase.

Baseados nas diferentes narrativas, parece-nos que as idas e vindas – fastígio e decadência – pouca influência exerceram sobre a vida do caboclo. Houve, porém, algumas alterações na estrutura social. Já não se fala mais, como nos períodos anteriores, na distinção *índios/brancos* em termos de organização social. Fala-se, agora, em *caboclos* e *patrões*. Aqueles coletados entre os índios domesticados, mamelucos, nordestinos, portugueses, e estes, da mesma origem, porém de cultura e situação sócio-econômica superior.

O *caboclo* sintetiza o habitante rural que normalmente vive nas barrancas dos igarapés e lagos. Dedicar-se à pesca, à salga de peixe ou à extração da seringa. O termo aplica-se também ao seringueiro do *alto*, normalmente *cearense* que prefere a caça à pesca e é mais propenso a uma agricultura de subsistência. Existem também aqueles – os roceiros – que se dedicam a uma pequena agricultura em sítios próximos aos povoados. Todos eles, porém, partilham do mesmo padrão cultural, diferenciando-se

apenas pela atividade que exercem. Todos conhecem o mínimo de técnicas essenciais à subsistência na região: construção de casas, roçado, pesca, caça, corte de seringa. O seringueiro, não raro, usa suas folgas dedicando-se a uma pequena agricultura de subsistência e o roceiro, às vezes, aproveita o *verão* para a extração da seringa.

Esse é o habitante que predomina na região. E é com ele que PJ, em suas obras, se preocupa.

Cumpra ainda acrescentar que os textos de PJ surgiram num momento do Modernismo em que a Literatura era entendida, por uma grande maioria, como mimese da realidade, em que os autores se viam atraídos por uma ideologia de compromisso com o conjunto da vida nacional. Como escritor regionalista, produzindo na década de 30, PJ não fugiu a esse propósito e buscou decalcar, da realidade que vivenciou, os fatos, personagens, espaço e linguagem. Ao se aproximar das camadas populares, bem a gosto da época, tentando retratá-las fielmente, põe a descoberto “um ” dos “vários Brasis”.

Interessados em pesquisar a dimensão do relacionamento língua/cultura tendo como informante suas obras, usamos, na nossa pesquisa, como suporte teórico a Teoria dos Campos Léxicos e as posições assumidas por E. Sapir e seu discípulo B. Whorf, que defendem o princípio do Relativismo Lingüístico e estudam o imbricamento língua/cultura/realidade.

Ao fixarmos-nos, porém, no léxico e não na língua como um todo, foi por acreditarmos na especificidade do pensamento defendido por Sapir. A promulgada hipótese Sapir-Whorf acabou por aproximar – praticamente identificando – esses dois pesquisadores que, se por um lado possuem certos princípios e hipóteses de trabalho comuns, apresentam profundas diferenças quanto ao modo de encarar a realidade objetiva, à atitude do falante face a essa mesma realidade e conseqüentemente ao relacionamento língua/pensamento/realidade.

Além de o fato de ser apenas o léxico para Sapir e só a gramática para Whorf que dependem da cultura, Marcellesi & Gardin mostram que há entre eles outras profundas diferenças:

“En ce qui concerne l’attitude devant le monde objectif, l’écart est grand entre les deux hommes. Pour Sapir la langue est formée dans le monde social et ce n’est qu’après qu’elle agit sur la manière dont la société conçoit le monde.

C’est-à-dire que, si l’homme ne vit pas seulement dans un monde objectif, l’existence de ce dernier ne fait aucun doute. La langue organise dans une proportion importante toutes nos réflexions et contribue ainsi à conditionner notre manière de concevoir ce monde objectif. Ainsi Sapir envisage des rapports d’interaction: Langue – culture – réalité et esquisse les bases d’une conception matérialiste dans ce domaine. Au contraire pour Whorf, comme pour Humboldt, le monde extérieur n’est qu’un chaos sans l’intervention du système linguistique. Ainsi le monde extérieur existe bien, mais il n’est pas possible de le connaître scientifiquement puisque la connaissance qu’on en a est relative à la langue.” (1)

É nesse sentido que se deve entender a tão repetida afirmação “A língua recorta a realidade”. Esse recorte varia, naturalmente, segundo a língua. Estando esta presa a uma práxis ideológica, apresenta-se como um sistema pluridimensional fragmentado em subcódigos e registros causados por diversos elementos (tempo, espaço, situação sócio-cultural etc.) permitindo, como consequência, a seguinte constatação: cada grupo de indivíduos tem uma determinada percepção do referente criado por determinados estereótipos. A própria língua reitera esses referentes. Esse sistema de referências está preso a diferentes signos.

Tal constatação, porém, não deve considerar a língua como decalque da realidade ou uma organização puramente referencial. Ela é, antes de mais nada, um sistema simbólico e como tal temos consciência de seu caráter arbitrário e convencional. Mas essa arbitrariedade e convencionalidade em nada vem destruir a representação da realidade focalizada e filtrada pelo observador. Esta realidade será limitada, organizada e transmitida através deste código lingüístico que, uma vez captado, tornará essa mesma realidade presente no mundo do decodificador.

O mecanismo da sociedade humana é, pois, reconhecido pela linguagem e esta, por sua vez, impõe limites àquela. Daí o indivíduo, basicamente, ver, perceber e sentir a realidade de acordo com os padrões e valores propostos pela comunidade em que vive, confirmados e veiculados pela linguagem.

Daí entendermos as relações língua/sociedade em uma extensão a mais ampla possível implicando-se todos os problemas advindos do inter-relacionamento língua/cultura, língua/pensamento/realidade. Isto nos levará a uma abordagem sócio-etnolingüística, qual seja, a comparação da estrutura lingüística com a estrutura sócio-cultural, sabendo que não se tratará de condicionamento puro e simples, mas de co-variações sistemáticas.

Ao se imprimir, pois, uma direção sócio-etnolingüística no estudo da língua, pode-se chegar ao conhecimento da visão de mundo de seus falantes e conseqüentemente às leis que regem tal grupo. Mas o que é verdadeiro para o *lêxico* não o é necessariamente para a gramática dessa mesma língua, uma vez que “seul le lexique d’une langue est organisateur de l’ experience du peuple qui la parle”(1).

Julgamos, com Sapir, que o signo-palavra funciona como elemento de ligação entre natureza e homem. O homem, como sujeito cognoscente, ao apreender o mundo circundante, transformando-o em objeto cognoscível, o faz via signo-palavras.

Estas, ressalte-se, apresentam-se não como meras variações de expressões que remetem a significados universalmente válidos, mas surgem como designações que delimitam aspectos de experiências vividas por cada comunidade que as emprega. Afirmando isso não estamos querendo introduzir um objeto extralingüístico no quadro da significação, mas simplesmente vemos as palavras como unidades que medeiam homem-mundo, que mostram um saber de um falante para outro, segundo a amplitude da competência do destinatário e *performance* do destinador.

Foi precisamente pela captação das relações entre língua e mundo que fomos levados à teoria dos “Campos”, utilizada por muitos lingüistas objetivando uma descrição coerente dos signos no que se refere ao significado.

Nos vários Campos Léxicos por nós estudados (Hidrografia, Atividade Humana, Climatologia, Alimentação, Crenças...) pudemos perceber a ação organizadora da língua, sobre o comportamento cognitivo e a visão de mundo do seu falante. Observamos, igualmente, a força do universo extralingüístico pressionando seus habitantes a adaptarem e/ou a criarem unidades lingüísticas mais condizentes com certa 'realidade' específica regional. Essas unidades léxicas efetivam recortes culturais e constituem-se em um universo lingüístico suficiente para dar conta desse universo referencial específico.

Nossa pesquisa nos mostrou, também, que os Campos Léxicos analisados associam-se intimamente a fatores de natureza histórica e sócio-econômica, traduzindo, em grande parte, padrões sócio-culturais do ambiente regional. Ou seja, os brasileirismos locais levantados, descritos e explicitados em suas ocorrências contextuais, nos levaram não só a inferir algumas conclusões relativas à visão de mundo desses usuários, como também a inferir os processos que culminam numa práxis sócio-cultural específica de um grupo, num espaço e tempo determinados.

Interessa-nos, neste artigo, apresentar algumas das conclusões a que chegamos ao estudarmos os brasileirismos locais que formaram um dos Campos Léxicos: o das crenças. Fica claro, apenas conclusões, pois não é oportuno aqui expor todo o trajeto percorrido para chegarmos a essas conclusões.

Neste Campo Léxico agrupamos os lexemas que registram a relação dos participantes da comunidade em análise com entidades e manifestações cuja existência se justifica pela crença no sobrenatural.

Não foi nossa intenção, evidentemente, discutir o tema do "sobrenatural, mas inventariar os termos tidos como criações e/ou adaptações lingüísticas específicas de um grupo social, registrar suas ocorrências no *corpus* escolhido – para termos, com mais precisão, as possíveis acepções em que são utilizados os lexemas –, explicitar, o mais possível, seus referentes e descrever o comportamento de seus usuários relacionado às entidades religiosas.

Partindo-se do conceito generalizante de religião como *uma crença no sobrenatural*, limitamo-nos a um levantamento de fatos nos quais a palavra *crença* implique um elemento de fé, um desejo de aceitar algo sem a necessária comprovação científica, e um sentido de admiração ou respeito provocado por qualquer coisa misteriosa. A tudo que pareça ter uma eficácia, a comunidade pode atribuir valor sobrenatural. Tudo isso, logicamente, vai depender do grau de conhecimento de seus membros, medido pela chamada *lei da causalidade controlada*.

Diferentemente de uma comunidade letrada, possuidora de um conjunto de conhecimentos que lhe explicitarão as causas e os efeitos de determinados fenômenos, o grupo social focalizado por Peregrino Júnior encara determinados acontecimentos como sobrenaturalmente causados e recorre, para a sua solução e esclarecimento, ao auxílio da prática *religiosamente e/ou mágica*. E quanto mais incerta, difícil ou perigosa é a situação, mais o sobrenatural intervém.

Percebe-se pelo levantamento feito que o caboclo amazônico, tal como o chamado *homem primitivo*, encarando as suas crenças no sobrenatural não como algo distante e afastado de sua vida diária, mas como algo muito perto dele, está sempre inclinado a lhes atribuir um valor prático, como algo indispensável para a sua sobrevivência e a do próprio grupo.

A pesquisa indicou que toda a força do sobrenatural está diretamente ligada ao concreto, a seres, em suma, a um fetiche. O poder mágico do fetiche e a grande credibilidade que goza junto ao povo ribeirinho são também comprovados pelo grande número de amuletos de uso corrente nessa região. A força intrínseca desses amuletos (*uirapuru, muiraqitã, mocó, dentes de certas cobras, de botos, vergalho de boto, bicos de acauã* ...) está condicionada a sua autenticidade: do material de que é feito, de quem o prepara e do ritual de sua confecção. Se o objetivo que se pretende atingir com seu uso não for conseguido, é porque algum desses quesitos não foi rigidamente cumprido.

O fato de fetichismo e politeísmo estarem na base das crenças desses grupos propicia um clima favorável à existência de *fantasmas, monstros, visagens e assombrações*. Estes povoam as águas e as matas e sua presença se faz sentir normalmente nas chamadas *horas abertas*: meio-dia e crepúsculo (matutino e vespertino).

As assombrações e visagens relatadas por PJ, e tão a gosto de nossos mestiços, são provavelmente resultado de uma fusão, em que os elementos tipicamente nativos incorporaram cores e formas de entes mágicos de diversificada origem européia e africana. Todas as entidades que se assemelhavam irmanaram-se e ajustaram-se ao novo ambiente, permutando valores equivalentes.

Não cabe, porém, no presente esboço, estabelecer, com precisão, a origem remota desta ou daquela entidade mágica (*Boiúna, Lagarta-de-Fogo, Sucuri, Sucuriju, Cobra-Grande, Cobra d'Água, Mãe d'Água, Iara, Boto, Boitatá, Matintaperera, Curupira, Caipora, Saci-pererê, Jurupari, Anhanga, Caruanas, Companheiros do fundo, Bichos do Mato, Bichos do fundo, Uirapuru, Jurutá, Pavãozinho-do-Maró, Murucututu, Uacauã, Xincauã, Tamurupará, Japim, Uirapuçu, Tapapurá, Juriti-Pepena, Pajé, Pajé Sacaca* ...), uma vez que o texto lingüístico tomado como *corpus* refere-se a um contexto do início do século XX, retratando uma realidade sócio-bio-cultural em que o homem já não se apresenta na sua etnia de origem, mas num amálgama das três raças, com uma ascendência predominante indígena. É o mundo do caboclo, quer amazonense – o tapuio –, quer o cearense – o nordestino. É o mundo do mestiço. Alma eminentemente crédula, que teme e ama o maravilhoso, o inexplicável, o sobrenatural. Ligados diretamente à natureza, à memória passada, continuamente presente pelo relato oral dos *causos* tidos como reais (portanto exemplares), dotados de uma grande dose de sensibilidade e sem o acervo cultural do conhecimento racional, os nossos mestiços convivem no seu dia-a-dia com entes fantásticos que tanto podem protegê-los e ajudá-los, como desorientá-los e destruí-los. Tudo depende do seu comportamento. As suas ações serão sempre vigiadas, tanto pelos *habitantes* da floresta, como pelos das águas.

A grandiosidade do ambiente torna o habitante mais ainda amesquinhado e impotente, impelindo-o a procurar refúgio, proteção e explicação no sobrenatural. E fatos naturais assumem em suas mentes contornos fantasmagóricos.

As reflexões da professora, personagem de *O Noturno das Águas Fundas*, que deixa a cidade grande para viver numa dessas comunidades isoladas do interior amazônico, retrataram muito bem este mundo em que o real e o imaginário se fundem, sendo praticamente impossível traçar-lhes os contornos limitadores e pondo em xeque valores propalados e defendidos pelos grupos sociais dos centros maiores:

“... Tudo pode acontecer nesta minha Terra Verde, de tanto mistério, de tanta assombração, de tanta miséria sem remédio. Nesta terra grande que se dissolve na lama do rio e se apaga na sombra da floresta – nesta terra que nada dentro d’água, com os braços das árvores pedindo socorro, como se estivesse toda vida se afogando sem pressa e sem salvação. Terra de sol em que a sombra da mata engole as criaturas e vomita os mitos ... Terra sem justiça e sem futuro. Terra de infinita sedução e infinito sofrimento. Estou me afundando dentro dela e não sei a quem pedir socorro. Será que Arlindo me ensinou o roteiro do fundo, me ensinou o caminho da felicidade?”(2)

O levantamento efetuado mostrou-nos que a maior parte dos brasileirismos que se referem ao mundo sobrenatural são de base lexêmica indígena. Remetem aos *bichos visagentos*, às práticas da pejelança, ao curandeirismo, ao xamanismo, enfim ao próprio comportamento do caboclo quando se defronta com fatos a cuja explicação racional ele não tem acesso.

Os *bichos visagentos*, sejam da mata ou das águas, as concepções relativas a *encantado, panema, saru, malino, malineza, mau-olhado, quebranto, coisa feita, assombração, capiroto, espritado, possuído, fechar o corpo, meuã* e todo o complexo da *pajelança* e *curandeirismo* induziram-nos a algumas reflexões com relação à influência dos primeiros habitantes da região sobre o atual caboclo.

O pajé é o homem que sabe lidar com essas forças sobrenaturais. Conhecedor das técnicas de seus ancestrais indígenas, usa-as para controlar fenômenos sobrenaturais em benefícios do homem. Conhecedor também das ervas e plantas locais, aplica-as em seus pacientes em forma de puçangas. Chás, danças ao som do maracá, fórmulas estereotipadas de rezas, misturando invocação de entidades indígenas e católicas, e quase sempre acompanhados do cigarro de tauari e cachaça, a prática da pajelança se faz presente sempre que o caboclo se sente prejudicado em alguns de seus objetivos pelos *bichos visagentos*.

Pode-se afirmar que é ao pajé que se deve, fundamentalmente, a sustentação, propagação e a memória sempre viva das entidades e práticas ameríndias, bem como, em parte, a própria deificação da natureza.

Aliás, conviver pacificamente com a natureza nesta região é fundamental. Para isso, criam-se entidades boas e más que passam a ser juízes e executores de uma ética sócio-natural. Daí a crença na existência de “deuses” protetores da floresta, da fau-

na, das águas, dos lares, entidades estas corporificadas, como já vimos, em elementos da natureza local. Seu papel é o de proteger a natureza, coibir os excessos praticados pelo homem contra ela, manter, enfim, a ordem e o equilíbrio homem/natureza.

Percebemos que essas entidades são frutos de interpretações ingênuas da experiência e que existe por parte do povo uma poderosa crença de que os processos da natureza e o sucesso do esforço humano estão sob o controle dessas entidades, fora de seu alcance, mas cuja intervenção pode mudar o rumo dos acontecimentos. Passam, então, a acreditar em seres espirituais e com poderes de encantamento, personificando-os em objetos materiais que se supõe terem poder intrínseco. Outras vezes elegem certos elementos da natureza aos quais atribuem algum poder que não implica a corporificação de um espírito.

Usados como elementos explicativos de tudo o que foge à compreensão, são-lhes atribuídas tantas qualidades humanas e sobrenaturais (boas ou más), quantas forem necessárias para se estabelecer um sistema coerente de idéias que servirão de guia aos membros do grupo nas mais diversificadas situações.

É necessário ressaltar que alguns brasileirismos que remetem a práticas religiosas não são de origem indígenas. Apresentando étimo latino ibérico, adquiriram, quando de sua circulação na região, semas específicos próprios, afastando-se do significado que esses lexemas têm, atualmente, na língua Portuguesa, por ter, inclusive, ocorrido a perda de alguns traços semânticos que naquela região se conservaram. Referem práticas religiosas segundo princípios católico-cristãos, evidentemente apregoados pelos missionários e colonos europeus, basicamente ibéricos, que atuaram ou se estabeleceram na região durante o século XVI. De fato, se podemos dizer que os “ribeirinhos” são católicos o fazemos pensando num tipo especial de catolicismo, o encontrado nessa região em que convivem pacificamente, completando-se até, o universo religioso dos ibéricos e dos indígenas. Se, por um lado, o caboclo amazônico respeita e cultua os santos da igreja Católica, por outro acredita que nem tudo pode ser resolvido por eles. Assim, com a mesma intensidade com que os celebram, temem as entidades cuja força reconhecem e que habitam florestas e água.

Com relação a isso, é significativo o que aprendemos das reflexões do Padre Lula, vigário de Barranco Alto, no conto *Caminhos da Redenção*. Preocupado em reunir as “forças da Igreja que estavam dispersas e abandonadas, nas mãos inescrupulosas de beatas e charlatães”, “em proveito da propaganda da Igreja e da difusão da fé”, reconhecia, entretanto, a coexistência das fés:

“O caboclo tem seus pajés e seus mitos bárbaros, bem sabia, para os seus casos particulares, mas é ainda grande o prestígio da Igreja: os santos protegem o povo e trazem bem-estar a toda gente. E é na Igreja, com rezas, promessas, missas e novenas, que o povo eleva sua voz até aos santos da sua devoção.”(2)

O culto restringe-se aos santos, não ocorrendo em relação às entidades de origem indígena, que são unicamente temidas e respeitadas pelo seu poder.

Este fato levou-nos a pensar que, embora algumas dessas entidades tenham correspondência em rituais de origem africana, esta cultura praticamente em nada influenciou o comportamento de nossos caboclos amazonenses, pois é próprio dela o culto aos orixás. Nosso levantamento de certa forma indicia essa quase que ausência de influência, ao revelar a inexistência de brasileirismos de origem africana relacionados à prática religiosa. Isso explicaria também o fato de encontrarmos apenas uma *coexistência pacífica* entre elementos de ambas as culturas, sem sincretismos: a cultura africana sofreu um processo de repressão que levou à necessidade de estabelecer a correspondência entre as divindades, para que os cultos não fossem proibidos, o que não ocorreu com a cultura indígena; os habilidosos ministros da religião cristã aceitaram essa fé *pagã* até imporem a sua verdade e, eles mesmos, estabeleceram correspondências entre elas, só que, tendenciosamente, como não poderia deixar de ser, transformando em *diabos* todas as entidades de origem indígena. Como exemplo desse comportamento de adaptação da visão de mundo indígena à ideologia da Igreja Católica lembramos o que se deu com a figura do Jurupari: o deus legislador dos indígenas passou a ser o demônio no sentido católico-cristão.

Um dos aspectos que nos foi possível observar como consequência dessa coexistência foi o fato de não se tornar visível a crença num Deus abstrato como o propalado pelo cristianismo. O lexema Deus surge, nos textos, somente em expressões estereotipadas, não se registrando, em relação à noção que implica, nenhuma atitude de fé (como a observada em relação às outras entidades sobrenaturais analisadas). As seguintes expressões, envolvendo o lexema Deus, o contexto em que ocorrem e a atitude do falante, mostram o supracitado:

Castigo de Deus; Entregou a alma a Deus; Vá com Deus; Será o que Deus quiser; Graças a Deus, Deus seja louvado; Sim, pela graça de Deus; Que Deus lhe pague.

Talvez isso se explique pela tendência atrás apontada de os habitantes se prenderem a fetiches, corroborado pela influência dos próprios portugueses que aqui estiveram. Sabemos que eles eram mais propensos a adorar santos e imagens do que somente a venerá-los. Isso talvez explique, também, a inclinação que se percebe nesses habitantes pelo politeísmo, contrariamente ao monoteísmo, próprio da ideologia cristã.

Quanto aos santos, o comportamento do caboclo ribeirinho é de respeito, mas eminentemente pragmático, no sentido de que as orações e, evidentemente, as promessas, se efetuam com o objetivo de se alcançarem benesses. Acaba se estabelecendo uma espécie de contrato entre as partes, pois, se atendido o pedido, deve o fervoroso pagar sua promessa, sem o que o santo não terá mais obrigação de atendê-lo.

Para os padroeiros organizam-se festas. As irmandades, a quem cabe a sua organização, funcionam como mantenedoras e propagadoras das devoções. Atualmente, em data já conhecida por todos, as diferentes irmandades preparam e realizam as festas do santo, seja da *freguesia*, do *sltio*, da *ocupação* ou simples devoção individual. As festas, procissões, novenas, ladainhas, são, portanto, formas coletivas de comunica-

ção ou aproximação com o santo para agradecimento e/ou cumprimento de promessas, individuais ou de caráter coletivo, objetivando o bem estar da comunidade. Isso dá às irmandades a função de propiciarem a coesão grupal. Muitas vezes, agindo independentemente dos ministros da Igreja, desempenham suas funções de forma nem sempre aprovada por ela.

Isto se dá devido à grande autonomia das irmandades, compostas por leigos e normalmente sem uma formação religiosa – seja por despreparo intelectual, seja pela quase completa ausência de ministros católicos. Por isso, essas festas assumem feições laicizantes, passando o motivo religioso para o terceiro ou quarto plano.

Os aspectos laicizantes, profano e arcaizante do cerimonial que envolve as festas dos santos, transparecem nos lexemas carregados de semas específicos, próprios do vocábulo quando de uso corrente do português durante o século XVI, adaptados às condições particulares do meio rural do vale amazônico. O caráter profano que essas festas apresentam poderia justificar o fato de indivíduos não católicos dela fazerem parte, inclusive como *festeiros*; seria o caso do único judeu referido no texto – o do *regatão*. Entretanto, parece-nos mais relevante entender esse fato como o processo de interação desses indivíduos na crença generalizada do meio em que se instalaram.

Pelas narrativas observa-se, porém, que as rezas, os bailes e as comezainas são partes igualmente importantes numa festa religiosa daquela região. O religioso e o profano não são antagônicos e, sim, parte da mesma coisa, a festa do santo.

Observa-se, portanto, que o ambiente, o tipo e as fases de ocupação pelos quais passou a região, as forças econômicas e sociais que nela intervieram fizeram com que elementos religiosos de origem e ideologia tão diversificadas coexistissem pacificamente, sem serem contrários ou contraditórios.

Complementando o que inferimos dos respectivos verbetes explicitados no nosso trabalho, queremos agora, apenas salientar que o fato de a maioria dos lexemas levantados ser de origem indígena permitiu-nos concluir a importância dos elementos ameríndios na formação do aspecto religioso do caboclo amazônico. Independentemente da sua origem, porém, o importante foi que esses lexemas deram-nos oportunidade de delinear os contornos de uma vivência religiosa regional. E essa pareceu-nos fruto da fusão indígena/ibérico.

As festas *Sairé*, *Festa do Divino* e *Círio de Nazaré* demonstram, no evoluir de seu cerimonial, uma mistura de ritos e motivos religiosos selvagens/católicos. A primeira é uma “cerimônia católico-tapuia das mais típicas da Amazônia”. Quanto à *Festa do Divino* e *Círio de Nazaré* temos, na evolução de seu cerimonial, registrado brasileiro locais (meia-lua, ramada, pai-de-santo) ao lado de palavras cujos suportes de expressão remetem a suportes de conteúdos comuns e válidos a toda comunidade luso-brasileira (*folia*, *juiz de mastro*, *juiz de festa*, *andador*, *alabardeiro*, *mestre-sala*, *quadra de punição*). Se os primeiros refletem o meio ambiente local, os segundos são índices de uma determinada postura católico-cristã que muito se assemelha à dos primeiros colonizadores.

A permanência dessas idéias, língua e práticas, em alguns traços até de caráter medieval, deve-se ao fato de quase não ocorrer o intercâmbio entre essas pequenas comunidades isoladas e os centros maiores, fazendo com que os valores específicos

se cristalizem e suas vidas e comportamentos sejam guiados mais pela própria lei da natureza, pelo instinto de subsistência e conservação do que por um código formalizado próprio da sociedade global.

A descrição desses brasileirismos em suas ocorrências contextuais levou-nos igualmente a inferir não um corpo formal de crenças em que a sistematização organizacional se impõe de cima para baixo, em forma de legislação, mas exprimem conceitos que são observados e que levam usuários a manter determinadas atitudes comportamentais face ao sobrenatural.

Quer dizer, não se tratou de indicar, através do estudo dos lexemas, o conjunto de seres fantásticos que merecem o temor e respeito daquela comunidade, mas observar em que medida esses seres, ao se aglutinarem aos demais elementos que fazem parte do mesmo campo, deram nascimento a um tipo específico de comportamento que, em última instância, indicam a relação homem/mundo encontrada naquele contexto.

ZAMBONIN, J. D. Le lexique du *ribeirinho* amazonique: un exemple de coservation et expansion de valeurs. *Alfa*, São Paulo, v. 35, p. 175-185, 1991.

RÉSUMÉ: L'analyse du lexique spécifique du (peuple) ribeirinho nous met en contact avec la praxis socio-culturelle qui rend ce groupe social un groupe distingué d'une manière assez remarquable et nous permet aussi de connaître sa dynamique interne dans un espace et temps déterminés. Le champ lexical des croyances nous fait voir la façon dont le cabocle amazonique se rapporte au surnaturel: il le tient pour quelque chose toujours présente dans sa vie, il est incliné à lui attribuer une valeur pragmatique et il se présente comme vital à sa survivance.

MOTS-CLÉ: Champ lexical; brésilennismes; ribeirinho; croyances; surnaturel; socioculturelle.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. MARCELLESI, J. B., GARDIN, B. *Introduction à la sociolinguistique – la linguistique sociale*. Paris: Larousse, 1974, p. 26.
2. PEREGRINO JUNIOR, J. *A Mata Submersa e outras histórias da Amazônia*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1960, p. 288.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- CASCUDO, Luiz de Câmara. *Dicionário do Folclore brasileiro*. 5. ed., São Paulo: Melhoramentos, 1979.
- EDELWEISS, F. *Estudos Tupis e Tupi-Guaranis: Confronto e Revisões*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1966.
- GALVÃO, E. *Santos e Visagens*. São Paulo: Ed. Nacional, 1955.
- GECKELER, H. *Semántica estrutural y teoria de campo léxico*. Tradução de Marcos Martínez Hernandez. Madrid: Gredos, 1976.
- ORICO, O. *Vocabulário de Crenças amazônicas*. São Paulo: Ed. Nacional, 1937.
- ROQUE, C. *Grande Enciclopédia da Amazônia*. Belém: A. M. E. L. Amazônia, 1968. 6. v.
- SERPELL, R. *Influência da Cultura no Comportamento*. Tradução de Álvaro Cabal. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

Alfa, São Paulo, v. 35, p. 175-185, 1991.

UMA VERSÃO TRANSFORMACIONAL, DA ELIPSE. O APAGAMENTO EM HARRIS

Cathérine FUCHS*

Tradução de Letícia M. REZENDE**

RESUMO: A sintaxe transformacional de Harris não menciona a noção de elipse, mas reserva um lugar explícito e um tratamento específico aos fenômenos conhecidos como apagamento (cuja tipologia esboçaremos no §1). Essa abordagem dos "fenômenos de apagamento" remete a um conjunto de questões teóricas semelhantes às levantadas pelo recurso tradicional à noção de elipse (§2).

UNITERMOS: Apagamento; elipse; transformações; parafrásticas.

Desde 1968, quando, pela primeira vez, Harris apresenta uma versão de conjunto de seu modelo (*Mathematical Structures of Language: MSL*), ele trata o apagamento em termos de transformação parafrástica, e esse tratamento encontra-se em 1976 nas *Notas do Curso de Sintaxe: NCS*. Esse último trabalho constituirá a nossa mais importante referência durante este artigo. (NB: fomos nós quem sublinhamos as palavras nas citações).

Transformação parafrástica, ou, em outras palavras, o apagamento, nada mais é do que uma reorganização menor no plano da forma, que intervém no momento em que se estabelece a estruturação sintática (1), e não modifica o sentido. O apagamento assemelha-se, em certos casos, à pronominalização (2) e distingue-se da permutação (3), que é uma outra transformação parafrástica.

1. OS DIFERENTES TIPOS DE APAGAMENTO

Esquemmatizando, diríamos que Harris distingue dois grandes tipos de apagamento: os apagamentos de elementos repetidos, quer dizer, com informação nula, e os apagamentos de elementos pouco informativos (4).

* C.N.R.S., R.C.P. 665: E.L.S.A.P. Agradecemos-lhe a permissão para publicar a tradução deste artigo em nossa revista.

** Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800 – Araraquara – SP.

1.1. Apagamentos de elementos repetidos (N. C. S., pp. 101-109)

Nos “discursos de concatenação”, fontes das transformações parafrásticas, as repetições são assinaladas com ajuda de operadores de “meta-discurso”⁵. Se o apagamento de elementos repetidos é, sob certas condições, possível, é devido ao fato de que é “o operador de meta-discurso quem estabelece que uma ocorrência de uma dada palavra é a repetição de uma outra *reduzida a zero a informação* trazida pela ocorrência dada” (N. C. S., p. 105).

As construções apresentadas que permitem tais apagamentos são as seguintes:

a) conjunções, disjunções e justaposições intra e inter-frásticas, por exemplo: *Jean a vu Marie et Jean a appelé Maria* → *Jean a vu et appelé Marie*; *I wrote a letter. He Will write a letter later* → *I wrote a letter. He will later**. (cf. em Português: *João viu Maria e João chamou Maria*);

b) comparativas, por exemplo: *Les hommes lisent des livres qui sont plus que les livres que les femmes lisent* → *Les hommes lisent plus de livres que les femmes*. (cf. em Português: *Os homens lêem livros que são mais que os livros que as mulheres lêem* → *Os homens lêem mais livros do que as mulheres*.)

c) outras construções complexas, por exemplo: *John's leaving early was due to Mary's leaving early* o *John's leaving early was due to Mary's*; *John's likes for himself to be first* → *John's likes to be first*; *Jean ordonne à marie que Marie parte* → *Jean ordonne à Marie de partir*. (cf. em Português: *A partida de João cedo foi devido à partida de Maria cedo* → *A partida de João cedo foi devido à de Maria*. *João gosta para si de ser o primeiro* → *João gosta de ser o primeiro*. *João ordena à Maria que Maria parta* → *João ordena à Maria que parta*.)

1.2. Apagamento de elementos pouco informativos

Harris distingue dois tipos de elementos “pouco informativos”: as “constantes” e as “palavras apropriadas”.

1.2.1. Os apagamentos de constantes (N. C. S., pp. 109-113)

“Existem palavras que, em todas as suas ocorrências ou em contextos particulares, *não impõem seleção* a seus argumentos ou a seus operadores. Nessas situações, essas

* Quando traduzimos o exemplo do inglês “*I wrote a letter. He will write a letter later* → *I wrote a letter. He will later*” para o Português, com o objetivo de explicitar o “apagamento”, produzimos uma construção a-gramatical: “*Eu escrevi uma carta. Ele escreverá uma carta mais tarde* → *Eu escrevi uma carta. *Ele () mais tarde*.”

Por outro lado, a boa tradução em Português esconde o problema que o exemplo do inglês quer mostrar: “*Eu escrevi uma carta. Ele o fará mais tarde*.”

A construção em Português “*Eu cheguei às oito horas. E ele depois*” aproxima-se do exemplo em inglês, embora implique outros problemas (N. T.)

palavras funcionam como *constantes* que não introduzem *nenhuma informação* no ponto do discurso onde elas aparecem; em várias posições de frases, elas podem ter a variante zero” (N. C. S., p. 109)

Mostraremos quatro casos:

a) apagamento do nome ou pronome indefinido (*uma coisa, qualquer coisa, coisas, alguém, não importa o quê...*) em função de objeto e às vezes de sujeito, por exemplo: *Il lit des choses* o *Il it*; *Je regarde des gens jouer aux échecs* → *Je regarde jouer aux échecs*; *Un groupe qui comprend Jean et qui comprend Max et qui comprend Marie s’est rassemblé* → *Jean, Max et Marie se sont rassemblés*. (cf. em Português: *Ele lê coisas* → *Ele lê*; *Estou vendo pessoas jogarem xadrez* → *Estou vendo jogarem xadrez*; *Um grupo composto de João, composto de Max e composto de Maria se reuniu* → *João, Max e Maria se reuniram*). (N. B. É a palavra *grupo* que é apagada como “constante” e *composto* é apagada enquanto palavra que lhe é “apropriada”).

b) apagamento da seqüência *que é*, por exemplo: *Le livre qui est bleu est arrivé* → *Le livre bleu est arrivé*; *L’homme qui est là-bas* → *L’homme là-bas*; *Mon ami qui est l’ambassadeur* → *Mon ami l’ambassadeur*. (cf. em Português: *O livro que é azul chegou* → *O livro azul chegou*; *aquele homem que está ali* → *aquele homem ali*; *Meu amigo que é embaixador* → *Meu amigo embaixador*).

c) apagamento da fonte *EU TE/VOS digo/relato*, ou *N diz a M*, no começo e em qualquer ponto intermediário do discurso, por exemplo: *Le Monde a rapporté que ce crétin de A. B. n’allait pas démissionner* → *Le Monde a rapporté que A. B., que j’ai dit être un crétin, n’allait pas démissionner*. (cf. em Português: “*Le Monde*” *relatou que esse cretino de A. B. não ia se demitir* → “*Le Monde*” *realtoou que A. B., que eu digo ser um cretino, não ia se demitir*). Harris qualifica *eu te digo* de “operador que aparece, no início de qualquer discurso e em vários pontos intermediários, e que é apagável, enquanto constante, uma vez que exerce *dupla função e não exige seleção*” (N. C. S., p. 112).

d) apagamento de um morfema que constitui uma parte do traço descontínuo de um operador, cuja parte residual atesta ainda a presença de tal operador, por exemplo: *Jean s’est promené avant* o *Jean s’est promené* (cf. em Português: *João passeou antes* o *João passeou*).

1.2.2. Apagamento de palavras apropriadas (N. C. S., pp. 113-124)

“Em certas combinações operadores-argumentos, nos encontramos em presença de uma situação muito importante: um dos participantes possui um estatuto único em relação ao outro; na maior parte dos casos é a possibilidade de “estar afastado” a mais comum. Falaremos então, em *palavra apropriada* com operador ou argumento dado. Nessa situação, a palavra apropriada não traz *absolutamente nenhuma informação* na frase resultante, ela pode, pois, ter zero como variante” (N. C. S., p. 113).

Mostraremos sete casos:

palavras funcionam como *constantes* que não introduzem *nenhuma informação* no ponto do discurso onde elas aparecem; em várias posições de frases, elas podem ter a variante zero” (N. C. S., p. 109)

Mostraremos quatro casos:

a) apagamento do nome ou pronome indefinido (*uma coisa, qualquer coisa, coisas, alguém, não importa o quê...*) em função de objeto e às vezes de sujeito, por exemplo: *Il lit des choses* o *Il it*; *Je regarde des gens jouer aux échecs* → *Je regarde jouer aux échecs*; *Un groupe qui comprend Jean et qui comprend Max et qui comprend Marie s’est rassemblé* → *Jean, Max et Marie se sont rassemblés*. (cf. em Português: *Ele lê coisas* → *Ele lê*; *Estou vendo pessoas jogarem xadrez* → *Estou vendo jogarem xadrez*; *Um grupo composto de João, composto de Max e composto de Maria se reuniu* → *João, Max e Maria se reuniram*). (N. B. É a palavra *grupo* que é apagada como “constante” e *composto* é apagada enquanto palavra que lhe é “apropriada”).

b) apagamento da seqüência *que é*, por exemplo: *Le livre qui est bleu est arrivé* → *Le livre bleu est arrivé*; *L’homme qui est là-bas* → *L’homme là-bas*; *Mon ami qui est l’ambassadeur* → *Mon ami l’ambassadeur*. (cf. em Português: *O livro que é azul chegou* → *O livro azul chegou*; *aquele homem que está ali* → *aquele homem ali*; *Meu amigo que é embaixador* → *Meu amigo embaixador*).

c) apagamento da fonte *EU TE/VOS digo/relato*, ou *N diz a M*, no começo e em qualquer ponto intermediário do discurso, por exemplo: *Le Monde a rapporté que ce crétin de A. B. n’allait pas démissionner* → *Le Monde a rapporté que A. B., que j’ai dit être un crétin, n’allait pas démissionner*. (cf. em Português: “*Le Monde*” *relatou que esse cretino de A. B. não ia se demitir* → “*Le Monde*” *realtoou que A. B., que eu digo ser um cretino, não ia se demitir*). Harris qualifica *eu te digo* de “operador que aparece, no início de qualquer discurso e em vários pontos intermediários, e que é apagável, enquanto constante, uma vez que exerce *dupla função e não exige seleção*” (N. C. S., p. 112).

d) apagamento de um morfema que constitui uma parte do traço descontínuo de um operador, cuja parte residual atesta ainda a presença de tal operador, por exemplo: *Jean s’est promené avant* o *Jean s’est promené* (cf. em Português: *João passeou antes* o *João passeou*).

1.2.2. Apagamento de palavras apropriadas (N. C. S., pp. 113-124)

“Em certas combinações operadores-argumentos, nos encontramos em presença de uma situação muito importante: um dos participantes possui um estatuto único em relação ao outro; na maior parte dos casos é a possibilidade de “estar afastado” a mais comum. Falaremos então, em *palavra apropriada* com operador ou argumento dado. Nessa situação, a palavra apropriada não traz *absolutamente nenhuma informação* na frase resultante, ela pode, pois, ter zero como variante” (N. C. S., p. 113).

Mostraremos sete casos:

a) O apagamento de “objetos óbvios de certos verbos”, por exemplo: *Jean attend que Max soit ici* → *Jean attend Max*. (cf. em Português: *João espera que Max esteja aqui* → *João espera Max*.).

b) a constituição de um nome composto N2 – N1 a partir de uma estrutura N1 Kw – é Prep/Adj. verbal N2 (onde Kw – é – é apagado como constante e Prep/Adj. verbal como palavra apropriada), por exemplo: *books which are for school* → *school books*; *man who is special for milk* → *milkman*;* *a chair which is made of metal* → *a metal chair***; *a vase which is of the type ming* → *a ming vase*. (cf. em Português: *livros que são para escola* → *livros escolares*. *Uma cadeira que é feita de ferro* → *uma cadeira de ferro*. *Um sapato que é do tipo Luiz XV* → *Um sapato Luiz XV*).

c) apagamento dos argumentos indefinidos dos operadores comparativos (de quantidade, de grau, de tempo, ...), por exemplo: *Ils marchent en une quantité qui est plus que a quantité selon laquelle ils courent* → *Ils marchent plus qu'ils ne courent*; *Son travail a duré pendant une période qui est avant l'instant où elle arrive* → *Il a travaillé avant qu'elle n'arrive*. (cf. em Português: *Eles andam um tanto que é mais do que o tanto que eles correm* → *Eles andam mais do que correm*; *Seu trabalho foi durante um período que é antes do momento quando ele chega* → *Ele trabalhou antes dele chegar*).

d) apagamento de operadores que, em relação a um de seus argumentos, são “o mais verossímil”, por exemplo: *to last* em relação a uma palavra designando uma porção de tempo, como em: *His speaking which lasted two hours was before* → *He spoke lasting two hours* → *He spoke for two hours* (forma reduzida de *lasting*) → *He spoke two hours* (forma apagada.) (cf. em Português: *Sua fala que durou duas horas (foi antes)* → *Ele falou durante duas horas* → *Ele falou por duas horas* → *Ele falou duas horas*.)

e) apagamento de “operadores classificadores inteiramente determinados por seus argumentos e pelo operador que os comandam”, por exemplo: *Le mot aime a quatre lettres* → *Aime a quatre lettres*. (cf. em Português: *a palavra ama tem três letras* → *ama tem três letras*.)

f) apagamento dos operadores de asserção, de interrogação e de ordem empregados performativamente, por exemplo: *Je te dis qu'il vient* → *Il vient*; *Je te demande:*

Vient-il? Vient-il?; Je t'ordonne: Viens! → *Viens!* (cf. em Português: *Eu lhe digo que ele vem* → *Ele vem*; *Eu lhe pergunto: ele vem?* → *Ele vem?*; *Eu lhe ordeno: venha!* → *Venha!*.)

* A tradução do exemplo, “*man who is special for milk*” → *milkman*”, para o português é difícil. A língua inglesa e a língua portuguesa têm, para o exemplo em questão, processos gerativos diferentes. A tradução literal seria: *O “x”, que é especialista em leite* → *leite (x)* → *leiteiro*. O que é interessante notar para o texto em questão, é a existência da predicação “que é especialista em” subjacente ao processo de sufixação (Português) ou justaposição (Inglês) que foi apagada (N. T.).

** “*A chair which is made of metal*” → *a metal chair*” foi adaptado para o Português por “*cadeira de ferro*” sem prejuízo para o problema teórico do texto, que é o apagamento da predicação (N. T.).

Segundo Harris, esses operadores performativos são “apagáveis, enquanto partes únicas performativamente *apropriadas* às três entonações que elas impuseram respectivamente a seus terceiros argumentos” (N. C. S., p. 123)

g) apagamento de frases ligadas por *Qu* a uma outra frase cujo papel é a experiência do conteúdo, por exemplo: *Le clou dont je te parle ne tiendra pas* → *Ce clou ne tiendra pas*. (cf. em Português: *O prego de que eu estou falando não se manterá* → *O prego não se manterá*.)

2. APAGAMENTO E ELIPSE

A aplicação da transformação de apagamento defronta-se com o mesmo conjunto de questões teóricas encontradas pelo recurso tradicional à noção de elipse, ainda que as respostas obtidas sejam parcialmente divergentes.

2.1. Limites do campo de aplicação

O campo de aplicação da transformação de apagamento cobre certos casos que são mais ou menos tratados classicamente como *sintáticos*, mas também fatos de ordem *enunciativa*. A originalidade de Harris reside no tratamento unificado que ele dá dessas duas ordens de fatos: através de sua teoria dos *operadores*, ele reduz a heterogeneidade dos fatos a uma apresentação homogênea que efectua concatenações de *predicações*.

Do ponto de vista *sintático*, a transformação de apagamento aplica-se a certos casos mais ou menos tratados classicamente em termos de elipse gramatical (apagamento do sujeito, do verbo ou do objeto repetido em uma das proposições elementares constitutivas de uma proposição complexa, apagamento do objeto indefinido dos verbos transitivos construídos intransitivamente, ou do sujeito indefinido dos infinitivos, apagamento da cópula nas construções epítetas ou apositivas, ...), quer dizer, a uma série de construções julgadas gramaticalmente incompletas, e devendo ser regularizadas por restituição da estrutura canônica da proposição. Mas o apagamento cobre também outros casos (como a derivação de uma construção simples de um verbo a partir de uma outra construção desse mesmo verbo, encaixando uma segunda predicação, ou, a de nomes compostos, a partir de uma estrutura predicativa). Como esses casos não são classicamente tratados em termos de elipse, não manifestam nenhuma incompletude aparente, do ponto de vista dos esquemas morfo-sintáticos, são, para Harris, a ocasião de efetuar também uma regularização pela atribuição de uma fonte predicativa apagada.

No que diz respeito ao domínio *enunciativo*, o recurso ao apagamento permite restituir, além de seus traços morfemáticos (e entonativos), as operações subjacentes (modalidades da asserção, quantificação, determinação, temporalidade, ...) constitutivas de categorias enunciativas; essas fontes são também reconstituídas em termos de predicações e apresentam-se como glosas metalingüísticas em língua natural das operações em jogo.

Vemos que a transformação de apagamento converge para o campo dos fatos tradicionais de elipse gramatical, mas vai muito além. Isso se explica, sem dúvida, pelo fato de que a estrutura desenvolvida (o discurso de concatenação), fonte da qual todas as outras estruturas são derivadas, não se situa no plano morfo-sintático, mas no plano predicativo: essa diferença na escolha do esquema canônico de referência produz, evidentemente, conseqüências sobre a natureza dos objetos que a teoria se propõe regularizar.

Ainda, como no caso da elipse, o apagamento é efetuado com fins de *regularizações* das seqüências, que são todas postuladas derivar de uma fonte predicativa “não-restrita”, quer dizer, livre de toda restrição de seleção. A lógica de um tal procedimento conduz a procurar sempre mais longe fontes desenvolvidas atrás das estruturas, mesmo aquelas que aparentemente são as mais simples: nenhum limite *a priori* é imposto aos fatos de apagamento.

2.2. As Causas

Elas são, para Harris, fundamentalmente, de ordem sintática: são as propriedades de *seleção* de certos operadores (ou argumentos) em relação a seus argumentos (ou operadores), bem como as suas propriedades de *co-ocorrência* com outros elementos do discurso que tornam operadores (ou argumentos) em elementos apagáveis.

Essas causas sintáticas produzem efeitos *semânticos*: os elementos apagáveis têm um alto grau de *plausibilidade* de ocorrência, eles são “evidentes” para o ouvinte e a sua contribuição em *informação é quase-nula*: É por essa razão que eles admitem uma forma “reduzida” (Zero).

2.3. As condições de aplicação

O elemento apagado deve sempre poder *ser restituído* a partir do contexto: “Os apagamentos não constituem perdas de elementos irrecuperáveis” (N. C. S., p. 57).

Mas a forma restituída não é sempre única; é o problema das ambigüidades. De fato, em oposição às transformações de vinculação e de permutação, que produzem “variantes unívocas” (uma variante corresponde a uma forma), as transformações de pronominalização e apagamento constroem “variantes plurívocas” (uma variante pode corresponder a n formas): “as formas pronominais e zero de cada variante podem ser afetadas por vários operadores e argumentos, independentemente do fato de que, em uma frase dada, pode ser ou uma palavra particular ou uma seqüência de palavras particulares que assume a variante. Podem resultar disto algumas ambigüidades (...) no caso do apagamento, elas somente aparecem se uma nova seqüência operador-argumento puder reconstituir a mesma seqüência de palavras após o apagamento dado” (N. C. S., p. 124).

Exemplos de casos de ambigüidade assinalados por Harris a respeito do apagamento: *Il a projeté d'y aller et elle ne voulait pas (y aller/projeter d'y aller)* (N. C. S., p. 102); *Jean offre à Marie de partir (que Jean parte/que Marie parte)* (N. C. S., p. 107); *Paul a quatre lettres (le mot "Paul"/l'individu Paul)* (N. C. S., p. 122) (cf. em Português: *Ele planejou ir lá e ele não queria (ir lá/ planejar ir lá)*; *João propõe a Maria de partir (que Maria parta ou que João parta)*; *Paulo tem cinco letras (a palavra "Paulo")/ o indivíduo Paulo*).

Podemos notar que é a transformação (de apagamentos ou de pronominalização) enquanto tal que *produz* a ambigüidade: os discursos de concatenação estão isentos disto, e é a transformação que produz "efeitos de degeneração" (desaparecimento de uma parte de informação), donde resultam as ambigüidades (N. C. S., p. 57).

Se a existência das ambigüidades obriga restituir várias fontes, não é tão evidente que essa restituição seja, em princípio, sempre possível. "Há além de tudo uma escolha restrita e definida de fontes para os apagamentos e nunca uma indeterminação geral sem relação ao que desapareceu" (N. C. S., p. 43, Nota 1).

Portanto, a restituição das fontes não é sempre evidente, mesmo em se tratando de seqüências não ambíguas. Eis alguns exemplos de hesitações encontradas na própria prática de Harris: *Jean attend Max* deriva de *Jean attend que Max soit ici* (N. C. S., p. 114), mas também de *Jean attend que Max vienne* (p. 59); *Il lit Shakespeare* deriva de *Il lit les écrits de Shakespeare* ou de *Il lit les choses Shakespeare a écrites* (p. 114); *Ce clou ne tiendra pas* deriva de *Le clou dont je te parle...* ou de *Le clou que nous manipulons...* (p. 124). (cf. em Português *João espera Max*, origina-se de *João espera que Max esteja aqui*, mas também de *João espera que Max venha*; *Ele lê Shakespeare*, deriva-se de *Ele lê escritos de Shakespeare* ou *Ele lê as coisas que Shakespeare escreveu*; *Este prego não se manterá* deriva-se de *O prego do qual eu estou falando* ou *o prego que nós estamos manipulando...*). Harris nota que "em certos casos, a escolha de um operador em lugar de um outro próximo como "fonte" de uma transformação particular, é arbitrária" (N. C. S., p. 38) e, a respeito das palavras compostas, ele observa que "as palavras apropriadas que são apagadas não podem ser sempre reconstituídas com certeza, sobretudo quanto a forma não-composta é rara (N. C. S., p. 115).

2.4. A relação com a ausência

Para Harris, o zero existe, não somente do ponto de vista funcional (cf. a posição estruturalista clássica), mas do ponto de vista da própria *forma*: nenhum elemento é verdadeiramente ausente, e o zero constitui apenas uma "forma fonética *reduzida*":

"Todos os apagamentos são variantes de forma (constituídos de fonema zero) para as palavras que os substituem. Empregaremos essa formulação no lugar da forma habitual segundo a qual uma palavra desapareceu, porque a *presença* da palavra e sua *identidade* podem ser reconstituídas a partir de seus operadores e argumentos no discurso dado. Assim a própria palavra não desaparece, e a única mudança vem do fato de que não é diretamente vista ou ouvida. Não existirá, pois, operadores causando perdas de palavras na linguagem" (N. C. S., p. 43).

Essa recusa da ausência explica que o apagamento não está, em Harris, na constatação de uma ausência (fundamento tradicional das concepções sobre a elipse). E ainda mais, se houver incompletude em razão do apagamento, ela se faria sentir mais do ponto de vista de uma exigência de análise metalingüística das operações construtoras das seqüências do que em referência a um esquema qualquer tradicional de análise da estrutura proposicional (cf. supra, § 2. 1).

2.5. Ligações entre estrutura desenvolvida e forma reduzida, ou: o preço da regularização

O recurso às transformações parafrásticas (em particular, ao apagamento) permite, como já vimos, uma regularização das seqüências lingüísticas. O interesse de tal regularização aparece evidente se mantivermos presente no espírito os objetivos (tratamento automático dos textos, extração de informação) que estiveram sempre subjacentes às pesquisas de Harris.⁶

As seqüências de referências (discurso de concatenação), das quais todas as outras seqüências constituem “reduções parafrásticas”, são concebidas, o máximo possível, como seqüências desenvolvidas, regulares e explícitas. “Toda a informação necessária à interpretação está (nela) explicitada”, observa Gross na sua Apresentação ao N. C. S. (p. 9), e Harris fala a esse respeito de “estrutura transparente” (p. 58).

Somos facilmente tentados a conceber os discursos de concatenação como representações metalingüísticas subjacentes das seqüências lingüísticas e a aplicação das transformações aparentam-se, assim, a um processo de geração do lingüístico a partir do metalingüístico. Se Harris fala, ele próprio, de “analisar”, de “obter”, de “derivar” tal seqüência a partir de tal discurso de concatenação, e declara igualmente que “um discurso possui dois níveis de estrutura, uma estrutura *subjacente* de concatenação e uma mudança de forma *aparente*” (p. 40), ele se defende, por outro lado, dizendo que se trata de uma “derivação histórica”, simulando as etapas efetivas de produção/compreensão (M. S. L., p. 84 e 96) e até mesmo de uma “derivação descritiva” (N. C. S., p. 160).

“Apesar do termo “fonte” ser utilizado por comodidade (...), a intenção não é propor aqui uma simples derivação descritiva, menos ainda uma derivação histórica, mas mostrar que existe uma frase construída por meio de operadores (transformacionais) que só difere da frase-fonte pelas variantes dadas, e que é dela uma paráfrase” (p. 160); ou ainda:

“É menos natural considerar os discursos de concatenação como estando sempre na origem de todos os outros discursos. Nós os consideraremos muito mais como representantes distintos das classes de equivalência de discurso” (p. 38).

Assim como no caso da elipse, a regularização operada pelo recurso ao apagamento coloca o problema da relação entre estrutura reduzida (ou incompleta) e estrutura desenvolvida (ou canônica). Dois casos são teoricamente possíveis: ou bem, a estrutura de base constitui uma representação metalingüística subjacente da estrutura

reduzida, e, então, temos uma relação do tipo *geração* formal; ou bem, a estrutura de base caracteriza uma estrutura lingüística desenvolvida aparentada (por relações a definir) à estrutura reduzida, e, então, temos uma relação do tipo *paráfrase* entre seqüências lingüísticas. Nos fatos, as coisas não são freqüentemente separadas desse modo, e a teoria de Harris parece exatamente apresentar um misto desses dois casos, uma vez que a estrutura de base corresponde tanto a um tipo de seqüência lingüística (ela define um tipo de “discurso”), quanto contém ao mesmo tempo elementos de natureza metalingüística, expressos em língua natural. Temos, pois, uma relação com estatuto mal definido, uma espécie mista de engendramento e de paráfrase cuja caracterização mais aproximativa seria, provavelmente, a de glosa⁷. Sem dúvida, esse desafio da colocação de uma metalingüa não distinta da língua, por mais sedutor que seja, é ele próprio uma aposta: pensemos, do ponto de vista prático, no peso inevitável das glosas (se quiséssemos glosar a totalidade das operações em jogo em um enunciado, mesmo simples, a sua representação se tornaria ilegível e inútil), e, do ponto de vista teórico, na impossibilidade de atingir a total univocidade desejada, justamente em conseqüência do recurso à língua natural.

Vemos que os problemas-chave da semântica estão no âmago dos empreendimentos lingüísticos formais, e dão suporte à execução de procedimentos extremamente técnicos. A testemunha disso são os desafios na teoria harrissiana da transformação de apagamento, versão moderna da elipse.

NOTAS

1. Em 1968 (M. S. L.), a estruturação sintática é dada justamente no início pelo núcleo (para as estruturas sintáticas elementares), e construída por transformações incrementais (para as estruturas sintáticas complexas); as transformações parafrásticas intervêm necessariamente após as incrementais. Desde 1976 (N. C. S.), toda a estruturação sintática é construída pelas operações de base, que liberam os “discursos de concatenação”, por concatenação de predicções lingüísticas e metalingüísticas; os operadores transformacionais são, entretanto, todos, parafrásticos, e constroem apenas “variantes” dos discursos de concatenação. O papel das transformações parafrásticas permanece, pois, fundamentalmente o mesmo (elas operam reorganizações menores e semanticamente não pertinentes sobre uma estruturação prévia), embora a concepção do conjunto do modelo tenha sido suficientemente modificada (passagem de um núcleo sintaticamente elementar a uma base construída, sintaticamente complexa; de transformações “horizontais” entre seqüências lingüísticas a transformações mais “verticais” entre um sub-conjunto distinto de seqüências com estatuto misto [lingüísticas/metalingüístico] e todas as outras seqüências; restrição da transformação à única relação de paráfrase, por eliminação das transformações incrementais).
2. Quando um elemento é repetido, podemos, sob certas condições, pronominalizá-lo ou apagá-lo; trata-se nos dois casos de uma “redução” (à forma pronominal ou a zero). As reduções a zero podem incidir sobre outra coisa, diferente de um elemento repetido, nesse caso elas não alternam com a pronominalização. Em 1968 (M. S. L.), reduções a zero e pronominalizações são reagrupadas sob a rubrica de operadores transformacionais parafrásticos de “apagamento”; em 1976 (N. C. S.), “apagamento” e “pronominalização” constituem dois tipos distintos de “variantes plurívocas”. Na seqüência de nosso artigo, não consideraremos os casos de pronominalização, mas somente os de redução a zero, que se enquadram de modo mais evidente na questão da elipse.

3. Em 1968 (M. S. L.), Harris distingue, entre as transformações parafrásticas, os “apagamentos” e as “permutações”; em 1976 (N. C. S.), distingue as “variantes plurívocas”, “pronominalização” e “apagamento”, e as “variantes unívocas”, “vinculação” e “permutação”. A combinação desses dois tipos de variantes é muito freqüente. Podemos citar, como lembrete, a existência de um terceiro tipo de transformações parafrásticas, suficientemente marginal: os operadores “morfofonemáticos” (para os fatos de alofonia e alomorfia, ...).
4. Foi desse modo que Harris apresentou os fatos em seu recente trabalho de 1982, *A Grammar of English on Mathematical Principles*, opondo o “zerar repetitivo” (pp. 136 e seguintes) ao “zerar de baixa informação” (pp. 150 e seguintes). A evolução de Harris manifesta-se na caracterização da segunda série: em 1968 (M. S. L.), não classifica as “disjunções de palavras” entre as “constantes” como o fará em 1976 (N. C. S.). Em compensação, trata como apagamento de “constante” certos (por exemplo: a construção de nomes compostos) que ele irá considerar em 1976 como os casos de apagamento de “palavras apropriadas”.
5. Essas operações de meta-discurso determinam se o primeiro membro de frase contém a “mesma palavra” (identidade de referência virtual) ou o “mesmo indivíduo” (identidade de referência atual), que o segundo membro de frase e, no caso positivo, se as posições da “mesma palavra” ou do “mesmo indivíduo” são correspondentes ou não, nos dois membros da frase.
6. Isso explica sem dúvida o aspecto “catálogo” da apresentação dos fatos de apagamento, cuja aridez nos contentamos aqui em reproduzir. Mesmo se certos casos de impossibilidade são analisados (como, por exemplo, *Ele pegou um guarda-chuva e um lenço* mas não **Ele pegou um guarda-chuva e um trabalho*, onde o verbo *pegar* tem dois estatutos diferentes, respectivamente um verbo pleno e um auxiliar aspectual) seria preciso também que cada exemplo apresentado tivesse uma análise aprofundada. Em vários casos o tratamento proposto não é absolutamente convincente (cf. por exemplo, a superficialidade no tratamento da relação entre estilo direto e estilo indireto, ou entre formas “tipo-performativo” que explicitam um ato de fala dado, e o verbo simples correspondente que, na melhor das hipóteses o subentende etc). Na ausência de uma análise refinada, e de uma argumentação pertinente, o trabalho deixa o leitor insatisfeito.
7. Para um esboço das diferenças entre “paráfrase” e “glosa” ver C. Fuchs: *La Paraphrase*, pp. 170-172.

FUCHS, C. Une version transformationnelle de l'ellipse: L'effacement chez Harris. *Alfa*, São Paulo, v. 35, 187-197, 1991.

RÉSUMÉ: La syntaxe transformationnelle de Harris ne fait pas appel à la notion d'ellipse. Mais elle réserve une place explicite et un traitement spécifique aux faits dits d'effacement (dont nous esquisserons une typologie au § 1). Cette approche des "faits d'effacement" renvoie à un ensemble de questions théoriques où se retrouvent celles que posait le recours traditionnel à la notion d'ellipse (§ 2).

MOTS-CLÉS: Effacement; ellipse; transformation paraphrastique.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FUCHS, C. *La paraphrase*. Paris: Presses Universitaires de France, 1982.
2. HARRIS, Z. *Mathematical Structures of Language*. New York: Wiley, tradução francesa feita por C. Fuchs, 1971: "Structures Mathématiques du Langage". Paris: Dunod. 1968.
3. HARRIS, Z. *Notes du Cours de Syntaxe*. Tradução feita por M. Gross, Paris: Le Seuil, 1976.
4. HARRIS, Z. *A Grammar of English on Mathematical Principles*. New York: Wiley, 1982.

RESENHA

Rafael Eugenio HOYOS-ANDRADE*

NEDJAR, Bahamani. *Grammaire fonctionnelle de l'arabe du Coran*. Karlsruhe (RFA), Bahmani Nedjar, 1988, 4 volumes, 1842 p.

1. Por recomendação muito honrosa de André Martinet, como consta em carta (15/08/88) de Nedjar Bahamani ao autor desta resenha, assumimos, não sem hesitação, a pouco fácil tarefa de resenhar a volumosa obra em epígrafe, tese de “Doutorado de Estado” defendida na Sorbonne em 13 de março de 1986 e aprovada com a nota máxima de *très honorable*.

A nossa hesitação prende-se, sobretudo, ao fato de desconhecermos a língua árabe. Isso faz, é óbvio, que a resenha se refira fundamentalmente a metodologia e ao quadro teórico referencial da obra, o funcionalismo de Martinet, e não à descrição nela feita da língua do Alcorão.

2. A tese publicada divide-se em quatro volumes, sendo que os dois primeiros referem-se ao *Inventário* das unidades significativas, o terceiro à *Sintaxe* e o último à *Sintemática*.

2. 1. Nos dois primeiros volumes, a apresentação das classes significativas, o A. segue de perto o modelo preconizado por Martinet na sua *Grammaire Fonctionnelle du Français*, a saber: para cada classe de unidades, comprovadas a partir das suas compatibilidades (capacidade combinatória), se identificam as unidades, se apresentam as variantes de significante (livres e/ou combinatórias) das mesmas (*morfologia*), e os valores lingüísticos (*axiologia*).

Convém destacar aqui que o primeiro volume vem enriquecido por dois capítulos de grande pertinência e importância: o prefácio (*Avant-propos*) em que o A. explica o porquê da sua empreitada, o método utilizado (a saber, análise dos dados e apresentação pedagógica dos resultados da mesma) e um “Bilan” muito oportuno em que se antecipam as conclusões do trabalho. Na introdução, o professor Bahamani faz a apresentação da tese, justificando com solidez e convicção as razões de ser da tese que são basicamente estas duas: 1^a) a importância lingüística do Alcorão em todo o

mundo árabe e, 2ª) a reconhecida deficiência da gramática árabe tradicional ainda em vigor; eis as próprias palavras do A. a este respeito:

“Or, la grammaire arabe traditionnelle, actuellement en usage a tous les niveaux scolaires, est rebutante et décourageante. Elle est prescriptive et non descriptive. Elle fait appel à des notions philosophiques...” (p. 28)

Também na introdução fornecem-se preciosas informações sobre os contextos cultural, social, religioso e geográfico do *corpus* e sobre o sistema de notação fonológica utilizado. Acrescenta, igualmente, um excelente apanhado das definições dos termos funcionalistas mais importantes para a compreensão da obra e, finalmente, “algumas características específicas do árabe alcorânico”.

2. 2. O volume nº 3, dedicado a *Sintaxe*, abrange duas grandes partes: 1ª) O enunciado mínimo e a função atualizadora de predicados e predicativos. 2ª) As funções diferentes das de atualizar predicados, ou seja, as expansões do enunciado mínimo; aqui se classificam e se estudam as outras relações gramaticais que se encontram na língua do Alcorão, segundo o modelo martinético.

2. 3. O volume quarto divide-se em duas partes: a primeira refere-se à *Sintemática*, ou seja, àquela parte da gramática funcional que lida, entre outras combinações de monemas, com as que tradicionalmente se chamam “compostos e derivados”. A segunda parte destina-se a estudar os acidentes fonéticos e morfológicos, noutros termos, as eventuais alterações fônicas e/ou formais que se produzem pelo contato entre monemas intimamente combinados.

Com relação a este volume, faremos aqui uma primeira pergunta ou observação: já que o A. reservou todo um volume à *Sintemática*, por que não deixou também para este volume os problemas da mesma natureza que afetam os *numerais* e que ele aborda entre as p. 127 e 137 do primeiro volume (números 2.63 a 2.79), também sob o nome de *Sintemática*? Esta quebra aparente de sistematicidade mereceria, a meu ver, pelo menos uma explicação no seu devido lugar. Segundo doutrina de Denise François, inspirada sem dúvida no próprio Martinet, o autor de uma gramática funcional de uma determinada língua ou variedade lingüística é livre para abordar os sistemas (complexos de monemas que se comportam como monemas simples) seja num capítulo (ou volume) à parte, seja dentro do *Inventário* das classes de unidades significativas. O professor Nedjar Bahamani estuda a sintemática dos numerais como parte do *Inventário*, mas reserva a sintemática de outras classes significativas para um volume à parte. Por quê?

Permitimo-nos questionar também o fato de o A. colocar a *Sintemática* aparentemente em pé de igualdade com o *Inventário* e a *Sintaxe* (1.9) quando, na realidade, a *Sintemática* reduz-se a um aspecto da apresentação das unidades significativas, ou seja, a uma parte do *Inventário*.

3. O que mais impressiona, sem dúvida, na obra do professor Bahamani, é o esforço por ser claro e exaustivo. A clareza aparece testemunhada na apresentação impecável dos quatro volumes, na organização do conteúdo de cada volume, na nitidez das idéias desenvolvidas, tanto no prefácio quanto na introdução e, dentro desta última, na exatidão com que sintetiza o pensamento de Martinet. A exaustividade consta não só do tamanho da obra mas, especialmente, da variedade de unidades e funções levantadas nos lugares pertinentes. Trata-se, na verdade, de uma gramática completíssima com a qual esperamos, do mesmo modo que o A., que o árabe literário se veja, finalmente, provido “de uma gramática verdadeiramente racional... definitivamente livre das incoerências que caracterizam a gramática árabe tradicional” (1.4).

4. A certeza de que isto venha a acontecer (se a *Gramática Funcional* em estudo conseguir, no mundo árabe, a divulgação que merece) apóia-se na solidez da sua doutrina que não é outra senão a solidez do próprio funcionalismo que já deu brilhantes provas de sua racionalidade, equilíbrio e bom senso nas diferentes gramáticas publicadas, a começar pela *Grammaire Fonctionnelle du Français* do próprio Martinet. Foi justamente esta gramática que inspirou o trabalho do nosso autor. Eis as palavras (em tradução nossa) com que ele começa a sua tese (1.1):

“a publicação por Didier, em 1979, sob a direção de André Martinet, da “Grammaire Fonctionnelle du Français” foi para mim uma revelação. Senti-me literalmente deslumbrado pelas noções funcionalistas tão pertinentes de significante descontínuo e de amálgama, assim como pelas noções tão sensatas de predicado – centro do enunciado –, de sujeito – expansão obrigatória do verbo, etc... etc...”

“Então entendi todo o proveito que se podia obter da aplicação dos princípios da teoria funcional de André Martinet à descrição do árabe literário – língua atualmente ensinada, em todos os níveis escolares, de um a outro extremo do mundo árabe, desde o Golfo até o Oceano, e cujo modelo ideal é o árabe do Alcorão”.

6. Não temos, portanto, dúvidas de que esta *Gramática Funcional do Árabe do Alcorão* virá solucionar o grave problema com que o ensino do árabe se defronta por ter carecido até agora de um quadro referencial lingüístico aceitável. Impressionam profundamente as palavras do escritor egípcio Taha Husayn, citadas pelo autor, e que traduzimos a seguir:

“O estudante que assiste à aula e escuta com atenção as lições do professor sobre sintaxe, morfologia e retórica da língua árabe, somente aprende uma coisa desse mestre e de seus ensinamentos: a aversão a esse mestre, a aversão à língua árabe e a fuga para qualquer outra atividade que possa distraí-lo e fazer-lhe esquecer essa dura provação” (1.52).

“Em sala de aula, os alunos nada detestam mais do que as lições sobre a língua árabe” (1.53).

“Sei por experiência que os nossos estudantes aprendem o inglês e o francês muito mais rapidamente do que o árabe” (1.53).

Nesse contexto é, pois, sem dúvida, bem-vinda uma gramática “coerente e harmoniosa, límpida e atraente, um jogo de crianças, um prazer para o espírito” (1.62), utilizando as próprias palavras de Bahamani com relação ao que ele espera do seu texto. Este desabafo do A. figura no texto depois das *razões pelas quais ele se decidiu a escolher o funcionalismo* como quadro teórico referencial de sua gramática. Vale a pena reproduzi-las:

- 1º) “porque ele se tem revelado extremamente frutuoso na descrição das línguas e tem assim demonstrado o seu valor,
- 2º) porque a gramática funcional é descritiva e não prescritiva e a gramática árabe tem sofrido muito até hoje por causa da tirania das gramáticas normativas,
- 3º) porque a competência e o desempenho do gerativismo não nos parecem infalíveis, não faltava mais!
- 4º) porque no funcionalismo, os únicos universais da linguagem são aqueles que estão implicados na definição que se dá de uma língua, a saber: “instrumento de comunicação duplamente articulado e de natureza vocal”. De resto, a teoria funcional permite deduzir a especificidade de cada língua “especificidade que, dirá Martinet, escapa certamente a quem quiser abordar a descrição lingüística com preconceitos universalistas”,
- 5º) porque os modelos distribucionalista e gerativista já demonstraram a sua incapacidade para dar conta do fenômeno dos monemas descontínuos tão numerosos em árabe.
- 6º) porque os conceitos de significante descontínuo e de amálgama são de um grande alcance pedagógico” (1.57).

6. Ficamos particularmente satisfeitos pelo fato de que, nesta nova gramática do árabe, se faça um uso tão adequado dos princípios funcionalistas básicos como os que se referem à existência de *significantes descontínuos* (1.14); à conveniência de *eliminar monemas* do tipo “singular”, “indicativo”, “presente”, “voz ativa”, naquelas línguas em que esses rótulos careçam de existência lingüística, por não serem fruto de uma escolha específica por parte do falante (1.15); à noção lingüística de *sujeito* como “uma adição obrigatória ao verbo”, reabilitando ou introduzindo assim uma noção que, segundo Henri Fleish, citado pelo autor, seria desconhecida entre os gramáticos árabes até o ponto de esta noção “não ter nome na nomenclatura deles” e carecer de nome até hoje na gramática árabe (1.22); à consideração de que o *gênero* em determinadas línguas (como o francês e o árabe) não é uma unidade significativa ou monema, mas uma característica inerente aos nomes *car el ne fait l'objet d'aucun choix de la part du locuteur* (2.18).

7. O A. poderia, contudo, ter esclarecido ao leitor que o fato de em francês ou em árabe ser possível a eliminação pura e simples de pretensos monemas de “singular”, “presente” e outros, não faz com que em qualquer outra língua as coisas sejam assim. Nada impede que exista uma língua na qual esses monemas tenham direito de cidadania por corresponderem, de fato, a escolhas específicas por parte do falante; o mesmo deve-se dizer com respeito ao gênero que, segundo Martinet, o nosso autor distingue muito bem do monema de sexo, este sim objeto de escolha específica por parte do usuário (tanto em francês como em árabe): pode ser que em alguma língua, de fato existente, possua um autêntico monema de gênero. Achamos que isto deveria ser dito, na gramática em análise, para esclarecimento do leitor, especialmente se for estudante.

8. Lamentando mais uma vez o nosso desconhecimento do árabe, já que o seu conhecimento teria-nos permitido, não somente tecer comentários sobre a própria análise a que Nadjar Bahamani submete a sua língua, mas, sobretudo, usufruir de forma mais completa das tão oportunas e acertadas aplicações que aqui se fazem do funcionalismo martinetiano à maravilhosa língua do Alcorão, não podemos deixar de afirmar, como conclusão, que este volumoso, porém, preciso e transparente texto constitui mais uma prova de *simplicidade, exaustividade e coerência* com que se pode aplicar o modelo funcionalista à descrição das mais variadas línguas do mundo. Resta-nos, pois, esperar que este exemplo seja seguido na descrição científica de outros idiomas do planeta, para benefício, sobretudo, dos que desejam aprender essas línguas de um *modo objetivo e realista*.

ÍNDICES DE ASSUNTOS

v. 35

- Apagamento
 sintaxe transformacional
 Harris, p. 187
- Análise da conversação
 textos conversacionais
 estruturas sintático-discursivas, p. 123
- Bourdieu
 sistema escolar
 mercado lingüístico, p. 79
 capital lingüístico, p. 79
- Brasileirismos
 Amazônia brasileira
 léxico ribeirinho, p. 175
- Cenografia
 tragédia grega
 Filoctetes, p. 161
 Sófocles, p. 161
- Competência comunicativa
 sociolingüística, p. 79
- Dêixis
 enunciação, p. 11
 tempo e aspecto, p. 11
 tempo e modalidade, p. 11
- Dicionários de informática
 análise comparativa, p. 85
- Enunciação
 análise do discurso, p. 65
 subjatividade, p. 11
- Estruturas sintático-discursivas
 texto conversacional, p. 123
- Frases-feitas
 motivação sonora, p. 55
 ritmo, p. 55
- Gíria brasileira
 processos de formação, p. 19
- Leitura
 motivação
 literatura e ensino, p. 169
- Lexicografia
 dicionários bilingües, p. 85
- Lexicologia
 campo léxico
 brasileirismos, p. 175
 gíria
 processos de formação, p. 19
- Lingüística Aplicada
 interdisciplinaridade, p. 79
- Lingüística do texto
 tipologia textual
 estrutura narrativa
 notícia de jornal, p. 135
- Nominalização
 estruturação semântico-enunciativa, p. 65
- Pronomes relativos
 classe de palavras
 relações sintático-semânticas, p. 65
- Provérbios
 motivação sonora, p. 55
 ritmo, p. 55
- Sintaxe transformacional
 Harris
 apagamento, p. 187
- Sociolingüística
 competência comunicativa, p. 79
- Tempo e aspecto
 dêixis, p. 11
- Tempo e modalidade
 dêixis, p. 11
- Texto conversacional
 estruturas sintático-discursivas, p. 123

Tipologia textual
texto narrativo
notícia de jornal, p. 135

Tradução literária
leitura
recriação, p. 1

Tragédia grega
Filoctetes
Sófocles
cenografia, p. 161

Versificação
métrica, p. 55
rítmo, p. 55

SUBJECT INDEX

v. 35

- Analysis of Conversation
Conversation text
syntactic-discursive structures, p. 123
- Applied Linguistics
Interdisciplinarity, p. 79
- Bourdieu
school system
linguistic market, p. 79
linguistic capital, p. 79
- Brazilianism
Brazilian Amazon
riparian lexicon, p. 175
- Brazilian Slang
formation processes, p. 19
- Communicative competence
Sociolinguistics, p. 79
- Compute Science dictionaries
comparative analysis, p. 85
- Conversational text
syntactic-discursive structures, p. 123
- Deixis
utterance act, p. 11
tense and aspect, p. 11
tense and modality, p. 11
- Deletion
Transformational Syntax
Harris, p. 187
- Greek tragedy
Philoktetes
Sophocles
Scenography, p. 161
- Lexicography
Bilingual dictionaries, p. 85
- Lexicology
lexical level
Brazilianism, p. 175
slang
formation processes, p. 19
- Literary translation
reading, p. 1
re-creation, p. 1
- Nominalization
semantic-enunciative patterning, p. 65
- Proverbs
sonorous motivation, p. 55
rhythm, p. 55
- Reading
Motivation
literature and teaching, p. 169
- Relative pronouns
word class
syntactic-semantic relations, p. 105
- Scenography
greek tragedy
Philoktetes, p. 161
Sophocles, p. 161
- Sociolinguistics
communicative competence, p. 79
- Stock-phrases
Sonorous motivation, p. 55
rhythm, p. 55
- Syntactic-discursive structures
conversational text, p. 123
- Tense and aspect
deixis, p. 11
- Tense and modality
deixis, p. 11

Textual typology

narrative text
news in the press, p. 135

Textual Linguistics

textual typology
narrative structure
news in the press, p. 135

Transformational Syntax

Harris
deletion, p. 187

Utterance act

Discourse Analysis, p. 65
Subjectivity, p. 11

Versification

Metrics, p. 55
Rythm, p. 55

ÍNDICE DE AUTORES
AUTHOR INDEX
v. 35

ANTUNES, B.	1
ARRAIS, T. C.	11
CABELLO, A. R. G.	19
CHOCIAY, R.	55
CORRÊA, M. L. G.	65
CRUZ, M. de L. O. B.	79
DOTA, M. I. M.	85
FOCHI, E. M.	105
GALEMBECK, P. de T.	123
REZENDE, L. M.; Trad.	187
RODRIGUES, C. C.	135
SANTOS, F. dos B.	161
TOLEDO, E. L. de S.	169
ZAMBONIN, D. J.	175

ÍNDICE DE RESENHAS
REVIEWS INDEX
v .35

Autores e Resenhadores
Authors and Reviewrs

HOYOS-ANDRADE, R. E. 199

NEDJAR, B. 199

Livros Resenhados
Reviewed Books

Grammaire fonctionnelle de l'arabe du Coran 199

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

ALFA publicação da UNESP tem por finalidade divulgar trabalhos inéditos, comunicações e resenhas sobre lingüística redigidos em português ou em língua estrangeira (espanhol, francês, italiano, inglês ou alemão), elaborados por docentes da Universidade ou por outros especialistas. Só serão resenhados livros que tenham sido publicados nos dois últimos anos, em se tratando de obras nacionais, e quatro anos para as publicações estrangeiras, cabendo à Comissão de Redação a seleção dos trabalhos para publicação. Cada número terá também uma seção *Tendências*. Essa seção deverá reunir artigos que estejam voltados para um assunto em evidência na época da organização da revista e que reflitam o pensamento dos Professores da UNESP.

Os trabalhos deverão ser encaminhados diretamente ao Diretor de publicação em três vias, datilografados em lauda padrão com 30 (trinta) linhas e 70 (setenta) toques. Deverão obedecer a seguinte seqüência: Título, subtítulo (quando necessário); Autor (es) por extenso e apenas o sobrenome em maiúscula; Filiação Científica em nota de rodapé indicada por asterisco; Texto.

Citação no texto – Os autores referenciados serão indicados pelo número. Acrescenta-se o número da página, em caso de citação textual ou quando o autor julgar necessário. Caso a clareza do texto o exigir, o articulista poderá mencionar, entre parênteses, também o sobrenome do autor. Ex.: (ANDRADE, 5, p. 8).

Tabelas – Serão numeradas consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçadas pelo seu título.

Ilustrações – Fotografias, gráficos, desenhos, mapas, etc. serão designados no texto como “Figuras” (Fig.) e numerados seqüencialmente com algarismos arábicos.

Desenhos e gráficos – Deverão permitir perfeita reprodução em clichês com redução de 6,5 cm. Os desenhos serão feitos em papel vegetal e a tinta nanquim. Deverá ser indicada no texto a localização das ilustrações. Quando as ilustrações excederem a quatro, a Comissão de Redação reserva-se o direito de solicitar a redução de seu número.

Observações, aditamentos e pormenores do texto poderão aparecer em notas de rodapé, indicados por asterisco.

MATERIAL DE REFERÊNCIA

Resumos – Constarão do resumo: citação bibliográfica, resumo em português antecedendo o texto e outro em inglês no final do trabalho, antes da referência bibliográfica. Não deverão exceder a 100 palavras. Para o resumo em inglês deverá ser adotada a palavra ABSTRACT.

Unitermos – Palavras ou expressões que identifiquem o conteúdo do artigo. Os três principais unitermos serão escritos em primeiro lugar. Para o termo em inglês deverá ser adotada a palavra KEYWORDS.

Quando o artigo for em língua estrangeira o resumo final do trabalho deverá ser em português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Devem ser feitas pela ordem alfabética do sobrenome do autor, numeradas consecutivamente e apresentadas de acordo com os exemplos abaixo:

Artigos: MÉNARD, N. Richesse lexical et mots rares. *Les Français moderne*, Paris: v. 46, n. 1, p. 33-43, 1978.

Livros: CARDOSO, E. *Guia de conversação português-inglês*. 2. ed. Lisboa: Betrand, 1971.

FRANÇOIS, D. A noção de norma em lingüística. In: MARTINET, J. et al. *Da teoria lingüística ao ensino da língua*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979. p. 87-97.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos bem como a exatidão das referências bibliográficas são de responsabilidade exclusiva dos autores.

SEPARATAS

Serão distribuídas 25 (vinte e cinco) separatas ao primeiro autor do trabalho.

Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas serão devolvidos aos autores para as necessárias adaptações, indicadas em carta pessoal.